

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS



Obra composta e impressa na Imprensa Nacional
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

10.064
202
1400

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLEÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

REDACTOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

VOL. XX

PREISTÓRIA — EPIGRAFIA



NUMISMATICA — ARTE ANTICA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

BIBLIOTECA
1915
MUSEU
ETNOLÓGICO DO
IMPÉRIO
SGO/ME/LL/08

SUMÁRIO

- NOVAS FIGURAS DE GUERREIROS LUSITANOS, DESCOBERTAS PELO DR. L. DE FIGUEIREDO DA GUERRA: 1.
- NÓTULAS NUMISMÁTICAS: 16.
- A VILA E CONCELHO DE FERREIRA DO ZÉZERE: 29.
- TÓRRE DE GANDUFE: 72.
- ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO MAJOR CELESTINO BEÇA: 74.
- ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO OUTEIRO DA ASSENTA (ÓBIDOS): 107.
- ARQUEOLOGIA MEDIEVAL: 155.
- ANALECTA ARQUEOLÓGICA: 161.
- AZULEJOS DATADOS: 162.
- ENSAIO DE INVENTÁRIO DOS CASTROS DO CONCELHO DE MONTALEGRE: 211.
- A COLEÇÃO DE «MILAGRES» DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS: 214.
- PARA A HISTÓRIA MONÁSTICA DE ANGRA DO HEROÍSMO. SUPERSTIÇÕES; NOTAS ETNOGRÁFICAS: 220.
- CINEGÉTICA E ARQUEOLOGIA: 224.
- SEGUNDA EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO OUTEIRO DA ASSENTA (TERMO DE ÓBIDOS): 258.
- EXTRACTOS DO ARQUIVO DA PARÓQUIA DE S. PEDRO DA ERICEIRA: 271.
- MATERIAIS PARA O ESTUDO DAS MOEDAS ARÁBICO-HISPÂNICAS EM PORTUGAL: 274.
- AGUAS SANTAS: 292.
- BIBLIOGRAFIA: 298.
- NECROLOGIA; 303.
-

Este fascículo vai ilustrado com 109 estampas.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XX

JANEIRO A DEZEMBRO DE 1915

N.º 1 A 12

Novas figuras de guerreiros lusitanos,
descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da Guerra

... en explorant la province espagnole de Galice et la province portugaise de Tras-os-Montes, on aurait beaucoup de chances d'en retrouver encore plusieurs (statues de guerriers lusitaniens). *Statues lusitanianes d'style primitif*, par Pierre Paris (Arch. Port., VIII, 1).

As duas novas estátuas, de que vou ocupar-me, já não estão inéditas em Portugal. O seu afortunado descobridor publicou um opúsculo assim intitulado: *Notícia do concelho de Boticas por Luís de Figueiredo da Guerra*; Viana, 1911, e, dando nele a notícia do descobrimento, no lugar de Campos, concelho de Boticas, de duas novas esculturas de guerreiros, ilustrou-o com as respectivas fotografavuras. Mas a importância dêste achado não se coaduna com tam limitada divulgação¹. Além disto, as fotografavuras dão uma ideia insuficiente dos notáveis lavores que ornam a vestidura militar das estátuas, de modo que nem sequer o mérito e a valia dêste descobrimento do ilustre arqueólogo sobressaem devidamente.

Que, na história da arte ibérica, estas obras tem especial apreço, depreende-se das palavras com que o Sr. Pierre Paris acompanhou a referência ao torso de Cendufe (Arcos de Valdevez), no *Bulletin*

¹ Nas *Religiões da Lusitânia*, III, 615, pelo Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos, há também uma referência às duas novas estátuas, mas desacompanhada de gravuras.

Hispanique, XIII, 127-132¹, e este fragmento tem, incontestavelmente, menos importância que os descobertos, há dez anos, pelo Sr. Dr. Figueiredo da Guerra. É, pois, quase num movimento de pendor nacional, que venho ocupar-me destas duas estátuas em uma revista, que permuta com publicações de toda a Europa. Todas as honras do achado pertencem ao ilustre arqueólogo minhoto, e, se é possível, eu apenas contribuo para lhas engrandecer e ampliar.

O Sr. Dr. Figueiredo da Guerra ocupa-se, a pp. 7 e 8 do seu curiosíssimo opúsculo sobre Boticas, das estátuas calaicas conhecidas e especialmente das duas descobertas no crasto de Lasenho, primeiramente expostas no jardim da Ajuda e agora no Museu Etnológico. Tem a mesma origem as de agora, se bem que o seu achado date de 1905, mas a brochura do Sr. Dr. Figueiredo da Guerra é de 1911. São bem escassas as palavras, com que aquele publicista se refere ao seu achado. Transcrevo de p. 8:

«Quando em Julho de 1905 visitámos o crasto de Lasenho, contaram-nos existir mais uma estátua², que se achava no próprio lugar de *Campos*³, e procedendo nós ao exame e desenho da maior, encontrámos a outra, servindo de degrau a um casebre; ambas nos foram obsequiosamente cedidas e as fizemos transportar para a nossa casa de Viana, em 1909. Apresentam as couraças e saíos ornamentados, medindo de altura 1^m,61 uma e a pequena 1^m,30». Vejam-se as estampas I e II.

*

Se as presentes esculturas tem, em confronto com as suas irmãs há mais tempo conhecidas, a inferioridade de serem decapitadas⁴, são mais importantes que elas pelo estilo da sua ornamentação. Já o que singularizou a de Cendufe foram os lances do saio e do escudo; as duas novas, porém, ultrapassam muito o merecimento daquela, porque o rude estatuário galaico se comprovou em abrir, no duro e áspero granito, gravuras que tem hoje para a ciência arqueológica uma inestimável importância.

¹ Diz o Sr. P. Paris da estátua de Cendufe: «elle est de première importance, et, toute mutilée qu'elle est, la statue mérite qu'on en répande l'image».

² [Além das duas aí encontradas, e que tinham vindo para Lisboa. O Sr. Dr. Figueiredo da Guerra era em 1905 juiz de direito nessa mesma comarca de Boticas].

³ [Este lugar fica a 700 metros do outeiro de Lasenho, *op. cit.*, p. 6].

⁴ As cabeças das duas estátuas da Ajuda não são postiças, mas formam um todo com o corpo.

Até agora, as outras estátuas conhecidas ou não tinham lavores alguns, ou os tinham muito pouco perceptíveis, ou não se lhes ligava o devido reparo.

A estátua de Viana tem algumas gravuras, que não podem atribuir-se à adulteração de que foi alvo no séc. XVII, quando se pretendeu transformar o velho guerreiro lusitano em um lidador medieval¹. Observei a escultura do Pátio da Morte no Museu Municipal do Porto, onde ela se exibe, e para aqui traslado algumas das notas que tomei.

O cinturão tem três passadores ou anéis, cuja gravura se destaca sobre o perfil, um pouco côncavo, desta peça do vestuário; é mais que provável que sejam antigos estes acessórios, principalmente depois de se estudarem as novas estátuas de Campos; é este o aspecto de cada um (fig. 1).

Sobre o peito há gravuras, que não podem deixar de ser primitivas; são *ss* em série, que do peito sobem aos hombros e se prolongam sobre as costas do guerreiro, de cada lado do vinco espinhal, até quase ao cinturão. Assim (fig. 2).



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

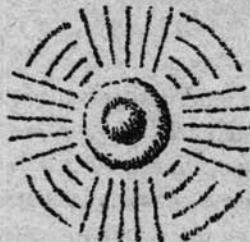


Fig. 4

Veja-se o que eu já disse no *Arch. Port.*, XIII, 219, nota 1.

No Museu de Guimarães, guardam-se também duas estátuas lusitanas, que foram descobertas por Martins Sarmento.

A de Santo Ovídio de Fafe tem, a meio do cinturão sobre as costas, uma rodelha ornamental, claramente relacionada com correspondente enfeite duma das estátuas de Campos; era decerto um florão metálico, que mantinha os três toros da cinta militar (fig. 3).

¹ *Exposição de arte ornamental do distrito de Viana em Agosto e Setembro de 1896* (Viana, MDCCXCVIII). Prólogo do Sr. Dr. Figueiredo da Guerra, p. 8.

O guerreiro de S. Jorge de Vizela apresenta um escudo ornado de gravuras; há uma reconstituição legítima, que certamente foi feita debaixo dos olhos de Martins Sarmento; eis o desenho que deixei no meu caderno (fig. 4). (Cfr. *Arch. Port.*, II, 31, fig. 2, e XIII, 218, e *Revista de Guimarães*, I, 185).

Escudo lavrado tem também o fragmento de Cendufe, cujo saial é todo recamado de gravuras (*Arch. Port.*, XIII, 204-205); mas o que ainda não foi notado, segundo creio, é que uma das estátuas da Ajuda, hoje no Museu Etnológico, segura um escudo com gravura igual à daquele, antigo motivo da época de bronze, como me parece ter ficado assente (*Arch. cit.*, p. 214), e, mais do que isso, a túnica desta mesma figura deixa ver, já meio apagada, uma série de desenhos em $\infty\infty$ ou em torçal, na abertura da túnica sobre o peito e na direcção dum dos ombros.

Donde se pode concluir que esta escultura foi também realçada de gravuras, tendo a corrosão obliterado os traços¹.

O que é porém inegável, à vista do exposto, é que os lavores que ornam os dois guerreiros, descobertos em Campos pelo Sr. Dr. Figueiredo da Guerra, excedem em saciedade e valia o que até agora era conhecido de mais importante, e que se cifrava no torso de Cendufe com o saio ricamente lavrado e o escudo munido de gravuras².

*

Estudei em 1912 as duas estátuas de Campos, as quais o seu feliz e benemérito descobridor expôs no átrio da sua linda casa de Viana do Castelo, à Cancela da Areosa. Pousam as duas esculturas em modernos plintos de granito, cada qual munido de uma cavidade em forma de 8, destinada a receber os jarretes das estátuas, que se confrontam uma à outra, aos dois lados da passagem coberta do átrio, tam característica de certas habitações portuguesas.

¹ As estátuas da Ajuda, que são conterrâneas das de Campos, estão no Museu Etnológico, 1.º pavimento. Aquela, a que me refiro, é a que está do lado S. A outra, a do lado N., tem no escudo vestígios confusos de riscos, e num ponto parece ver-se um A, o que seria óptimo, como exclamaria Martins Sarmento.

Nesta última escultura, não é visível nem sombra de ornamentação, mas é curioso que, sobre a frente do arcaboiço, está muito nítidamente representada a forma da região epigástrica e não se pode supor que isso correspondesse a meia nudez, porque se destaca também o V da abertura da túnica.

² A que me falta examinar é a apelidada o *Basto*. Sai-me da bôca a exclamação: «Que se terá perdido nas outras estátuas, de que apenas existe a noticia bibliográfica?»

Os desenhos, que tracei à vista das próprias esculturas, são os que acompanham esta notícia¹.

Estátua n.º 1 (Est. 1).—Assim designo a que se encontra à direita de quem entra. O tipo geral da escultura, cuja cabeça não existe, é o mesmo de todas as outras; corpo esguio; relevos, embora bem acentuados, de pouca saliência; desproporções anatómicas flagrantes, bastaria comparar os diâmetros dos braços e das pernas; preocupação do escultor em indicar minuciosamente os acessórios, donde lhe resulta perder a noção relativa das dimensões. Para nós, actuais observadores, a ingenuidade da escultura não abate em causa alguma a importância desta obra de arte primitiva, e o realismo dos acessórios ornamentais é o que nos interessa vivamente. Estes coroplastas anónimos sentiam o seu cinzel oprimido pela estreiteza dum pedaço de tóscio granito, donde nunca poderia sair obra alguma, que se distanciasse muito dum arcaico *xoanon*; desta forma o artista, compreendendo a monstruosidade da sua anatomia em presença dos modelos vivos, esforçava-se, com uma intenção verdadeiramente característica da sua mentalidade, por cobrir as superfícies disponíveis com gravuras que atraíssem o olhar admirado dos seus contemporâneos, desviando-o ao mesmo tempo das flagrantes infracções do cânones humano. Nestes produtos de escultura lusitana, adivinha-se que a habilidade artística do seu autor jamais foi iluminada ou educada pela contemplação de obras de arte mais perfeitas, como aliás nas mesmas épocas, até na península ibérica, já o cinzel indígena as sabia arrancar das pedreiras natais. O escultor lusitano tinha apenas diante de si o modelo vivo ou morto e o escasso calhau de grosseira rocha, e, no seu espírito, a treva da inspiração ingénua sem influência alguma educativa ou artística.

Desta situação resultava que a sua obra lhe ia avultando desarmonicamente debaixo de cinzel, com dimensões reais em um sítio, com proporções colossais em outro. Em todas as estátuas conhecidas, o escudo ou adarga apresenta à primeira vista o mesmo tamanho², que tem sido, desde Sarmento, confrontado maravilhosamente.

¹ Aqui testemunho ao Sr. Dr. Figueiredo da Guerra a sua graciosa permissão para eu estudar e observar as suas valiosíssimas antigualhas, dentro da sua casa.

² Eis os diâmetros de algumas: da de Fafe, entre 0^m,48 e 0^m,50; das da Ajuda 0^m,45 e 0^m,48; da de Viana (alterado) 0^m,38 × 0^m,43; da de Capeludos 0^m,34; da de Cendufe (por cálculo) 0^m,40; das duas de Campos 0^m,40 e 0^m,44.

O escudo da estátua de Viana tem alterada a sua primitiva forma circular.

mente com a notícia estraboniana¹; a curta espada também não varia muito de umas para outras estátuas, nem quanto a dimensões, nem quanto a fórmula².

O guerreiro, que me ensejou estas observações, tem a mesma iconologia de todos os outros seus companheiros de armas.

Uma túnica, que lhe protege o arcaboiço e as coxas, e sobre a tábua do peito fecha em bico³ reentrante ou descido, deixa ao leu os braços para se lhes enrolarem as manilhas, o pescoço para se lhe cingir o torques, que só existe nos da Ajuda, e as pernas colossais, de rótulas volumosas. Sobre o ventre, a adarga côncava, em cujo fundo se salienta o *umbo*, posição regulamentar, que uma lenda da estátua de Viana explica pelo movimento instintivo de «segurar as vísceras», a que foi obrigado o pretenso cavaleiro medieval, ferido ao entrar o seu pátio⁴. Não tem gravura o escudo. Não há cabeça, nem pescoço, portanto nem vestígios de torques.⁵ Parece que algumas vezes a cabeça seria esculpida em outra pedra; contudo, nos dois guerreiros da Ajuda e no de Capeludos, as cabeças formam um todo com o corpo da estátua.

A túnica ou couraça é ornamentada nas costas; não pude porém desenhar a gravura pela proximidade em que a estátua se acha da parede, mas não perde a observação por isso, visto como o desenho é análogo ao da outra estátua e esse pude reproduzi-lo à vontade. São conhecidas séries de *os os*, a que chamam *postes*. Nos dois braços, logo abaixo do ombro, três manilhas cilíndricas e contíguas dão singular carácter ao guerreiro lusitano. A anatomia robusta de um biceps vivo pareceu impressionar o escultor, que a deixou ingenuamente torneada na pedra.

O cinturão militar contrasta, pelo seu perfil saliente, com a estreiteza da túnica. São quatro grossas cordas ou correias contíguas, que duas passadeiras ou fivelas laterais⁵ mantêm em posição, e que na pedra estão indicados pela interrupção dos toros e por dois sulcos verticais paralelos, como se vê no lado que representei pelo desenho. A arma,

¹ *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, iv, 182.

² As do jardim da Ajuda medem na espada; 0^m,40 uma; 0^m,38 outra; a de Viana 0^m,40. Esta de Campos tem 0^m,38 e a fôlha 0^m,25.

³ Este bico é também visível na estátua de Viana e nas duas do jardim da Ajuda (M. E. P.).

⁴ *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, iv, 191.

⁵ Uma das figuras da Ajuda tem duas passadeiras, outra tem três. Como disse, este acessório existe também na estátua de Viana.

sobre que o guerreiro descansa a dextra, é uma curta espada, tam curta que mais parece um punhal triangular. Ambas as extremidades rematam por esferas e a bainha é constituída por uma chapa lisa, com duas aberturas trapezoidais a meio, que talvez deixassem ver a fôlha da arma.

No saial da túnica, reside o interesse ornamental desta escultura. É dividida em três zonas horizontais e sobrepostas, de igual largura, por dois sulcos paralelos. A zona mediana é ornada com uma faixa de losangos obtidos por duas linhas em zigue-zague, que se cruzam. As zonas superior e inferior tem gravados *postes* em série, mas na frente a gravura está delida em consequência da sacrilega utilização moderna desta preciosidade. Devo ainda notar que o peitoral do guerreiro é liso e são as costas que tem lavores. Não é decerto sem verdade, que o rude artista desta maneira lavrou a sua estátua. Acaso a gravura recaiu apenas sobre a parte do equipamento, que seria de lã tecida ou de coiro gravado, e o peitoral liso corresponderia a uma verdadeira couraça metálica.

Dimensões: altura da estátua n.º 1, 1^m,60; diâmetro do escudo, 0^m,44.

Parece-me impossível deixar de ver na arma, que o guerreiro n.º 1 de Campos empunha, um punhal de larga fôlha e bainha metálica, tipicamente parentado com os da segunda fase Hallstatense¹. Esta correlação, que não representa sincronismo mas sobrevivência, conjuga-se bem com o tipo das fibulas dos nossos castros, as quais são quase sempre de apêndice caudal ereto (Déchelette, *Manuel d'Archéol. préhist., etc.*, II, 733, 687 e 655), o que as faz incluir na referida época.

É certo que na escultura, de que me ocupo, não se vêem antenas no punhal, mas estes também tem sido encontrados só com uma esfera, sem que haja motivo para os dissociar cronologicamente da espada de antenas ou do terçado curvo.

O comprimento desta arma na estátua n.º 1 é de 0^m,38. É curioso que esta dimensão é provavelmente a real, como a do escudo e dos próprios braços das estátuas. Na de Viana, a adaga tem cerca de 0^m,40.

¹ A facies Hallstatense, que os espólios ibéricos da II idade de ferro revelam, é um fenômeno que tem sido observado bastantes vezes, e por isso não é de admirar que surja uma e mais vezes na arqueologia de Portugal (J. Déchelette, *Manuel d'archéologie*, II, 606).

Estátua n.º 2.—Mesmo tipo escultural; igualmente acéfala. Ombros fortes e elevados. Arcaboiço liso e costas ornamentadas. Nos braços, as três armilas do estilo. A couraça fecha em bico sobre o esterno, como na outra estátua. Ao longo da coluna vertebral, um vime profundo, como se vê também na figura de Viana, na de Capeludos, e nas duas da Ajuda. De cada um dos lados, duas séries verticais de *postes*, que desaparecem nos ombros e, infletindo sobre o cinturão, não ultrapassam as ilhargas do guerreiro. O cinto está tratado segundo a realidade do modelo. Sobre a sua parte mediana, aquela que corresponde à coluna vertebral, há um florão interessantíssimo, que decerto, no equipamento, era metálico. É uma estréla flamejante de seis raios. Do lado esquerdo (o representado no meu desenho), o cinturão termina em ponta triangular e, como ornamentação, de cada lado da estréla, um sulco em arco de círculo volve-se ao longo do cinturão, orlando-o interiormente em baixo e em cima e reúnindo estes seus dois ramos, junto à extremidade ponteaguda, em ângulo correspondente. Dentro destes dois traços incisos, outros existem ainda paralelos, que terminam análogamente por um triângulo. O braço esquerdo, o punhal e parte do escudo estão mutilados, mas bem conservado está ainda o *umbo*, composto de duas semi-esferas sobrepostas que dão este perfil, tal como em uma das estátuas da Ajuda (fig. 5). Neste exemplar, os braceletes estão algo apagados.



Fig. 5

A ornamentação da túnica lembra em parte a do guerreiro de Cendufe. Traços incisos oblíquos, cruzando-se em ângulos agudos, formam um ornato reticulado em toda a volta e quase toda a altura. Na orla inferior, uma zona de *postes* circunda a vestidura. O escultor acentuou com realismo a saliência das nádegas. Dimensões: altura da estátua n.º 2, fora do plinto, 1^m,20; diâmetro do escudo, 0^m,40 ou 0^m,45¹.

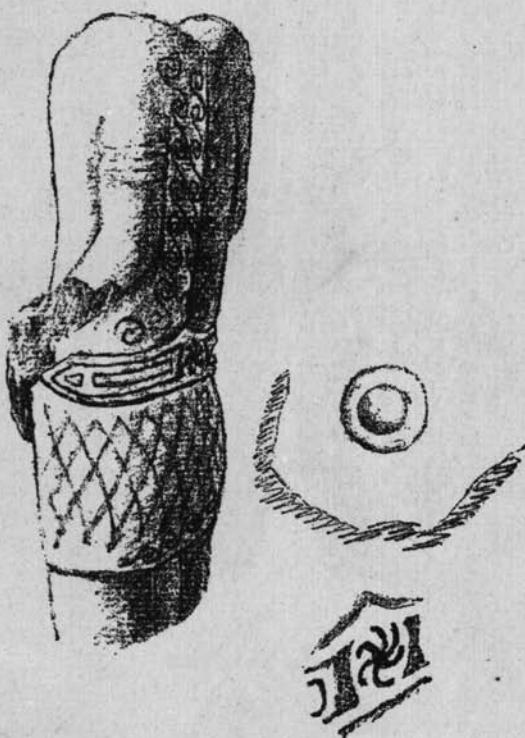
As estátuas de Campos tem armilas em ambos os braços; mas não sucede o mesmo em todas. Na de Viana, o braço direito não tem esse enfeite; o relêvo, que se vê na parte superior do braço, é a indicação da manga curta da túnica; no pulso do mesmo lado, porém, é que há um anel ou argola lisa, que não sei se corresponde a uma verdadeira pulseira, porque, no braço esquerdo, relêvo semelhante no pulso é em forma de aspa, pelo que tem mais jeito de ser uma

¹ Não pude medir a parte introduzida na pedra que serve de base; o Sr. Dr. Figueiredo Guerra diz, no seu opúsculo, que a altura total é de 1^m,30.



Estátua n.º 1 — Estampa 1

(Desenho do autor).



Estátua n.º 2 — Estampa II

(Desenho do autor).

braçadeira; neste mesmo braço, sobre o bíceps, a pedra está algo deteriorada, de modo que não se pode bem averiguar se existe bracelete ou simplesmente a orla da manga. Esta observação é importante, porque se observa também, sem sombra de dúvida, em uma das estátuas da Ajuda pelo menos, na do lado sul do pavimento I do Museu Etnológico Português. Nota-se, pois, que, em duas estátuas pelo menos, eu pude ver que sobre o antebraço esquerdo há um relêvo em aspa, o qual decerto corresponde a uma correia, que o guerreiro enrolava no seu pulso e com a qual suspendia ou segurava em descanso o seu escudo; e esta explicação é legítima, porque, em uma dessas mesmas estátuas pelo menos, no antebraço direito, que é aquele que corresponde ao lado das espadas, não existe a mesma disposição¹. Ora Estrabão diz que o pequeno escudo lusitano era suspenso do pescoço por correias; conclui-se do exame destas figuras que, em determinadas ocasiões, essas mesmas correias ou outras eram enroladas no pulso do braço que segurava o escudo, e o escultor indicava uniformemente as voltas, que a correia dava em volta do pulso, da seguinte forma (fig. 6).

As duas estátuas irmãs, do Museu Etnológico², não tem igualmente visíveis os tríplices braceletes. Na do lado sul, este enfeite destaca-se bem no braço direito; no esquerdo não, talvez em consequência de corrosão da pedra. Na estátua correspondente do lado norte, é no braço esquerdo que se reconhecem bem as três nervuras do bracelete e, logo acima, a orla da curta manga da túnica.



Fig. 6

Deseritos os ícones lusitanos, entrarei em considerações que êles me sugerem.

Quando me ocupei do torso de Cendufe, estudando a ornamen-tação da cetra lusitânica (*Arch. Port.*, XIII, 202), notei a identidade dêste desenho com o de numismas coloniais do tempo de Augusto, o que me levou a admitir que estas obras de tam rude escultura atingiam o séc. I a. C. Sem embargo, e nas minhas ideias está isso, elas pertencem a uma arte claramente pre-romana, que não se

¹ Digo pelo menos, porque o pulso direito está algo carcomido.

² No Museu Etnológico, além destas, há o tronco com cabeça da estátua de Capeludos e o torso de Cendufe.

pode só cingir ao séc. I a. C. Assim o pensa autorizadamente o Sr. Pierre Paris.

As novas estátuas de Campos vem muito em abôno desta doutrina com a sua rica ornamentação, e posso mesmo dizer que o fim principal deste estudo de estátuas, cujo descobrimento felicíssimo pertence, com todas as honras inerentes, ao consagrado arqueólogo Sr. Dr. Figueiredo da Guerra, é pôr em evidência e instrutivo confronto o estilo das gravuras, que recamam as vestiduras dos dois ícones lusitanos, ao lado daquele que caracteriza, não só toda a arte ornamental das citâncias portuguesas, mas a doutros artefactos, que eu, já em outras páginas, aproximei dos produtos daquela¹.

Podem coincidir, em parte, as obras ornamentadas dos castros com a época imperial, como quere o Sr. Déchelette, e existir mesmo alguma analogia de motivos², mas o que importa é reconhecer que a arte, que as inspirou, é na península especificadamente pre-romana e se revela em produções, que à influência romana ninguém pretenderá atribuir. Como síntese da minha observação, posso afirmar que o estilo, que revela a rica arquitectura das citâncias, a cerâmica castreja, a ourivesaria das cidades, a torêutica das armas de Alcácer e até a gravura dos *obeliscos* alentejanos tem recíprocas relações, tam próximas e claras, que estes produtos não podem deixar de ser considerados contemporâneos, dentro de um legítimo âmbito de poucos séculos.

É preciso aduzir muitos exemplos para mostrar a analogia dos ornatos em *postes*, que enriquecem as túnicas dos guerreiros de Campos, com alguns dos desenhos que embelezam as portadas citanienses? De Coto de Sabroso, da Citânia de Briteiros e da Cidade de Áncora são já muito conhecidas as pedras insculpidas com  de traços simples, duplos e triplos³. Mas vou apresentar o lavor de uma pedra inédita de Castro de Cendufe, a qual, juntamente com outras da mesma proveniência, se encontra no Museu Etnológico Português⁴.

¹ *Arch. Port.*, XIII, 227, nota 1.

² Não é estranho encontrar parentesco entre motivos adoptados pelos romanos duma arte, que na Itália se elaborou e outros que influências da mesma origem trouxeram às costas da Ibéria.

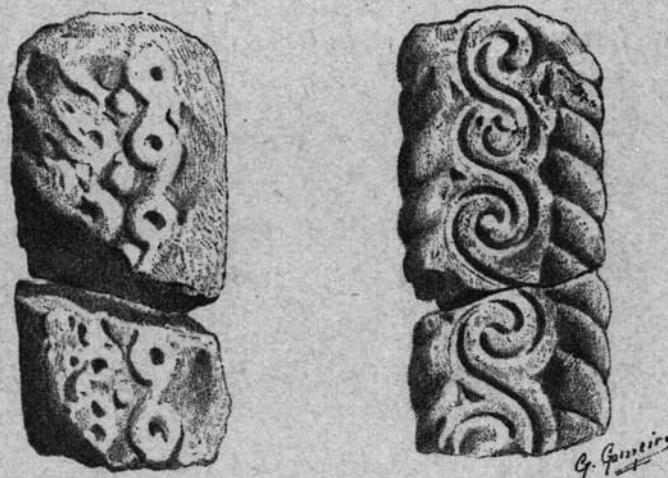
³ Veja-se E. Cartailhac, *Compte Rendu du Congrès de 1880; Portugalia; Renascença*, etc.

⁴ Esta e outras entrarão na 2.ª Parte do meu *Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos Castros do Alto-Minho*, começado em 1908 no vol. XIII do *Archeólogo Português*.

A identidade está acima de toda a controvérsia. (Est. III)¹.

Se passarmos à cerâmica pre-romana recolhida nos castros, seria fácil estabelecer uma série de representações, que se concatenam necessariamente. Já Martins Sarmento notara analogia entre a ornamentação da cerâmica e a das pedras (*Revista de Guimarães*, XXIV, 121)². E Ricardo Severo acrescentou o valor desta observação, na *Portugalia*.

Mas não me ocupo agora senão restritamente do desenho de ss , que, seriados de certa maneira, formam os chamados *postes*.



Estampa III

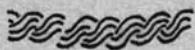
Na fig. 7 represento um fragmento cerâmico da cívidade de Térroso (Póvoa do Varzim), no qual se vê um ornato de ss oblíquos, constituídos por triplice traçado, o que não modifica senão acidentalmente o estilo da ornamentação.

Na fig. 8 reproduzo a ornamentação de um caco de Sabroso, em que os mesmos ss aparecem singelos, aproximando-se mais dos *postes* típicos.

¹ Esta figura abrange dois desenhos, que correspondem a dois lados dum paralelopípedo de granito, ornado também nos outros dois, que não vem agora a propósito. Estes dois trabalhos são do saudoso lápis de G. Gameiro, e julgo-os obras primas no seu género.

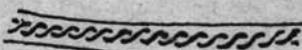
² A p. 117 dêste mesmo volume diz Sarmento de uma pedra, cuja exacta proveniência se ventilava: «a ornamentação da pedra faz lembrar tanto a ornamentação da cerâmica, que para mim é dogma ser a pedra de Sabroso». Infelizmente não conheço toda a cerâmica destas duas estações das margens do *Avus*.

A mesma corrente artista revela-se na ourivezaria citaniense, que atinge por vezes um fulgor, a que ainda hoje não podemos deixar de nos render. Confronte-se o lavrado das túnicas dos nossos guerreiros com a torêutica das figs. 9 e 10 da notável armila de Lebução, (Valpaços), (*Portugalia*, II, est. I e II) e com a fig. 11 da arrecada de Afife (Viana), (*Portugalia*, II, 406).



Cerâmica da ci-
vidade de Terroso
(*Portugalia*, II, 614)

Fig. 7



Cerâmica de Sabroso
(*Idades Pré-hist.* par Cartaílhac, 219.)

Fig. 8



Armila de Lebução
(*Portugalia*, II, 1/est. I)

Fig. 9



Armila de Lebução
(*Portugalia*, II, 1/est. I e II)

Fig. 10



Arrecada de Afife
(*Portugalia*, II, 406)

Fig. 11

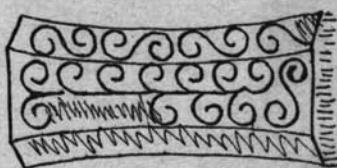


Fig. 12

As armas de Alcácer, que hoje estão valorizadas pelos descobrimentos do Marquês de Cerralbo na necrópole de Aguilar de Anguita (J. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, II, 688), recamam-se de um trabalho siderúrgico, um gravado, outro tauxiado, que traduz as mesmas influências italo-gregas, de que atrás deixo entrecolhidos exemplares. Viria a propósito aduzir aqui o que já assinalei no *Arch. Port.*, XIII, 227, mas agora quero restringir o confronto aos motivos ornamentais das duas estátuas de Campos e por isso selecciono o seguinte desenho (fig. 12), que representa a torêutica que orna um punho de

uma das adagas anteniformes de Alcácer, absolutamente análogas às espanholas. Compare-se a fig. 264 do *Manuel d'Archéologie*, de J. Déchelette, II, 689, com a fig. 19 do *Arch. Port.*, XIII, 224.

Mais flagrante é que, entre o espólio recolhido em Aguilar, figuram argolas de suspensão da *cetra* ibérica, ornadas com desenhos de $\infty\infty$.

Nos celebrados estoques ou espertos de bronze, minuciosamente descritos por Estácio da Veiga, limitado é o reportório ornamental, mas suficientemente elucidativo para a tese de que me ocupo. Estes curiosos floretes de bronze, cuja verdadeira significação foi asinalada na *Revue Belge de Numismatique* (1909) por Svoronos, a respeito da Grécia, depois por J. Déchelette, na *Revue Numismatique* (1911), a propósito de sepulturas etruscas, pertencem cronologicamente na Itália aos séc. VIII-VI a. C. e, na Gália Cisalpina, à época de *La Tène* (*Manuel d'Archéologie*, II, 800)¹.

No Museu Etnológico Português, há três exemplares destes curiosíssimos utensílios; sendo um sem ornamentação e dois com ela.

O trabalho ornamental, que se exibe sobre o punho de um destes pseudo-espertos, é o da fig. 13, que directamente copiei. (Cf. Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve*, vol. IV, est. XXV, e E. Cartailhac, *âges préhistoriques*)².

*

Não se encontra também isolado o pequeno desenho, que ocupa o florão dorsal do cinto militar. Compare-se o de uma das nossas está-

¹ Os espertos portugueses, que são de bronze, menos um que é de cobre, parecem, na opinião de J. Déchelette, II, 1416, nota 3, derivados do modelo greco-ítalo, e devem ser, embora da época do ferro, mais antigos que os de este mesmo metal, que se classificam na de *La Tène*.

² O *obeliskos* (assim se chamam estes protótipos da moeda, do óbolo), donde calquei o desenho, pertenceu a Teixeira de Aragão e, na estampa XXV do tomo IV das *Antiguidades monumentais do Algarve*, de Estácio da Veiga, estampa em que são figurados doze, este é o n.º 9. Desta série, tem lavores em $\infty\infty$ três, isto é, os n.ºs 5.º (Museu de Évora), o 8.º (coleção que foi do defunto Rei D. Carlos) e este 9.º (hoje no Museu Etnológico Português). São todos de bronze, tirante um que é de cobre. Aqueles de que é sabida a origem, foram colhidos em sepulturas caracterizadas por epitáfios turdetânicos, o que nem assim desenganou Estácio da Veiga de que estas antigualhas, sem embargo da analogia com as cistas de Bensafrim, idênticamente epigrafadas e mobiladas com artefactos de ferro, são da época do ferro, *non obstanti* a sua substância metalúrgica. À dúzia de obeliscos das *Antiguidades Monumentais*, acrescem dois que pertencem ao

tuas com o de uma pedra da estação de Monte Redondo (arredores de Braga), e com outra das explorações das estações de Terroso e Laundos (concelho da Póvoa do Varzim); desenhei estes exemplares, um no Museu de Guimarães, outro no do Pórtico (fig. 14 e 15).



Fig. 13



*Castro de Monte-Redondo
(Museu de Guimarães)*

Fig. 14



*Pedra de Terroso ou Laundos
(Museu Munic. do Pórtico)*

Fig. 15

Que os guerreiros lusitanos apareciam na vizinhança dos castros, já Martins Sarmento o afirmou em 1884 na *Revista de Guimarães*, I, 185; mas as estátuas de Campos, aliás encontradas junto da estação castreja de Lazenho, vem pôr em evidência que elas pertencem aos habitantes dos nossos ópidos, em cujas cabanas as portadas tinham uns lances identificados com as vestiduras militares dos seus próprios donos.

Museu Etnológico Português, e são um da serra de Alguber (Cadaval) e outro de Figueiros (Cadaval).

Um destes, o de Alguber, teve também gravuras de estilo geométrico, com traços transversais paralelos alternados com outro em aspa, ornamentação tam da época do ferro e grecisante, que remata por uma legítima palmeta; o n.º 6 da estampa de Estácio da Veiga, que é dado como do Museu de Belas Artes, irmana-se com este pelo mesmo estilo ornamental.

Na linda cratera do Museu Etnológico Português (armário 16 do Pavimento II), vêem-se palmetas pintadas, que balizam dos lados a cena cultural. Duas das personagens, que nela figuram, sustentam uns utensílios, que não são senão os espetos utilizados nestas cerimónias do culto doméstico (Déchelette, *Manuel, etc.*, II, 797 e 800). — Tudo isto é genuinamente anteromano.

Não pode haver dúvidas, parece-me, a esse respeito. O pre-romanicismo dos guerreiros da Lusitânia, não tanto pelo que respeita à cronologia, mas sobretudo pelo que toca à arte e ao estilo, se demonstrado já estava, mais demonstrado fica, depois de associado ao pre-romanismo arquitectural, cerâmico e artístico dos próprios castros.

E o que, se me não iludo, fica assente, é que mais uma vez a arte ibérica, longínqua e complexa manifestação de influências principalmente helénicas, elaboradas pelas colónias do sul da Itália, e de lá transmitidas e aqui assimiladas, afirma a sua curiosa e rude individualidade na escultura militar do segundo período do ferro, nítidamente conjugada com a célebre arquitectura cítniense do NO. da Península Ibérica¹.

Mas, nestas rápidas páginas, propositadamente me restringi ao preciso motivo ornamental, que o estatuário do Castro de Lasenho gravou nas figuras aqui estudadas; se eu pretendesse alargar a demonstração de que o estilo revelado na arquitectura cítniense, além de ser especificadamente pre-romano, produziu manifestações concordantes na interessantíssima ornamentação das esculturas de guerreiros lusitanos, na cerâmica dos castros que eles povoavam, na joalharia preciosa com que se ornavam os seus habitadores, no armamento tauxiado de Salácia e nos próprios *obeliscos* de bronze do sul de Portugal, eu teria então ampliado e até fortalecido a comprovação da tese com o exame de todos os motivos geométricos, alguns ainda inéditos, que se encontram nos aludidos artefactos, e teria ultrapassado as fronteiras portuguesas actuais, para ir a toda a Espanha forragear os valiosos e abundantes elementos de estudo, que a arqueologia pre- e protohistórica dos últimos decénios já fornece para o estudo da arte ibérica.

¹ Não é muito de admirar que, na cultura do período de *La Tène*, se encontrem analogias palpitantes, em questão de motivos ornamentais, com os da arte ibérica, pois que a linhagem das duas correntes artísticas é idêntica: a Grécia e o Sul da Itália; mal podia suceder doutra maneira. Simplesmente o que há a favor da Ibéria, é a anterioridade da influência helénica, que aliás, mais tarde, deve ter-se sobreposto, na península, à da civilização de *La Tène*, como dois viandantes que outra vez se reúnem, depois de terem peregrinado, desde o ponto comum de partida, por caminhos diferentes.

Desde o séc. VI a. C. que, nas costas orientais da Ibéria, se vão depositando no solo produtos, que hoje indicam ao arqueólogo o tráfego comercial com regiões helenizadas ou a influência duma civilização estranha de origem grega, e a cultura de *La Tène* só no séc. V-IV se constituiu na Alemanha meridional. (Vid. J. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, etc. II, 583, 628, 1007 e 1508).

Essa tarefa será objecto de outra notícia de carácter menos restrito do que esta, a que ponho aqui término, submetendo-a ao juízo dos mestres, em cuja lição me vou educando.

Lisboa, Junho de 1915.

F. ALVES PEREIRA.

P. S.—Se não tivesse terminado a autorização para *separatas* gratuitas d-*O Archeologo*, este estudozinho seria o n.º X da 2.ª série das minhas *Páginas arqueológicas*.

Nótaulas numismáticas

I

Moedas ibéricas

Em quase todas as colecções monetárias de Portugal estão representadas, em maior ou menor número, as *moedas antigas da Hispânia*, conhecidas geralmente pelo nome de *ibéricas*; no entanto em raras estam elas convenientemente classificadas e seriadas. Deriva esta falta da dificuldade, quase absoluta, com que lutam os coleccionadores, de poderem manusear os livros, que teriam de lhes servir de guia nos seus estudos¹. Os tratados especiais de numismática ibérica são de tam elevado preço que, na maioria dos casos, o custo de qualquer deles seria superior ao valor das moedas que figuram nas co-

¹ Nalgumas colecções de moedas antigas da Hispânia, existentes no nosso país, estam elas classificadas e dispostas em conformidade com *Medallas de las Colonias, Municipios y Pueblos antiguos de España*, do P.º Henrique Florez. Mas este sábio, merecedor do nosso respeito e admiração pelos seus trabalhos, não é no entanto seguro guia para os não especialistas. Se os desenhos das moedas, que descreve na sua obra, são primorosos, e se foi feliz na leitura das legendas latinas, em cuja explicação se notam por vezes leves senões, igual felicidade o não acompanhou sempre na atribuição das cabeças e bustos, que nelas figuram, e além disso o terceiro volume, publicado no fim da sua vida, é muito inferior aos dois primeiros, e está maculado com o desenho e descrição de muitas moedas falsas, como demonstrou Delgado, as quais falsificadores gananciosos, abusando do seu estado valetudinário, resultado dos anos e da sua quase cegueira, lhe fizeram aceitar como autênticas. Demais toda a parte, que trata das moedas com legendas ibéricas, e das colónias fenicias e gregas, é deficientíssima, e o assunto foi tratado com pouca felicidade. Estas sombras, que se notam nas *Medallas, etc.*, em nada afectam a alta admiração, que todos consagram aos trabalhos do P.º Florez, que escreveu a sua obra — é bom frisá-lo — há mais de cento e cinqüenta anos, e que incontestavelmente foi o primeiro escritor que, em bases seguras, lançou os fundamentos da numismática da Hispânia.

[Vid. Hübner, *Arq. de España*, p. 188, e *Mon. Ling. Iber.*, p. vi].

lecções; e de catálogos impressos, onde elas venham descritas, temos apenas, digno de atenção e ao alcance de todos, o da antiga coleção da Ajuda, elaborado por Teixeira de Aragão, o qual faz parte da *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise du travail*, que acompanhou as coleções de El-Rei D. Luís, apresentadas na Exposição Universal de Paris de 1867.

Este catálogo impresso quando não tinham ainda visto a luz pública os trabalhos de Delgado, Heiss, Zobel, Hübner, etc., acusa incorrecções na interpretação das legendas, e falta de método científico na classificação das moedas, e além disso, o que é pior, descreve sem as classificar sessenta e duas moedas, com legendas escritas com as letras dos alfabetos da língua ou línguas antigas da Hispânia, que não interpreta. Apesar destes defeitos, por ser de fácil aquisição e por descrever trezentos e trinta e seis exemplares de moedas ibéricas, pode ser de grande auxílio aos colecionadores, sobretudo aos principiantes, habilitando-os a poderem seriar as suas moedas, em harmonia com a classificação que maior número de adeptos conta na actualidade.

A presente nota tem por fim fornecer os elementos necessários para que o trabalho de Aragão possa ser útilmente aproveitado.

E tendo Hübner publicado os seus *Monumenta Linguae Ibericae* posteriormente aos trabalhos de Delgado, Heiss, Zobel, etc., os quais todos apreciou, criticou e aproveitou, parece justificado aceitar a interpretação das legendas por ele proposta, e adoptar a classificação das moedas ibéricas, que consta da sua obra. Foi o que se fez.

*

As moedas ibéricas distribuem-se, muito mais racionalmente que por divisões administrativas como fez Aragão e os do seu tempo, por vinte e duas regiões geográfico-numismáticas, em cada uma das quais se agrupam as que tem caracteres gerais idênticos; pertencendo catorze destas regiões à Hispânia Citerior e à Celtibéria e as restantes à Hispânia Ulterior desta forma:

Hispânia Citerior e Celtibéria:

- I. Região *Emporitana*;
- II. Região *Tarragonense*;
- III. Região *Ilerdense*;
- IV. Região *Saguntina*;
- V. Região *Oscense*;
- VI. Região *Pompelonense*;
- VII. Região *Turiasonense*;
- VIII. Região *Calagurritana*;

-
- IX. Região *Numantina*;
 - X. Região *Bilbilitana*;
 - XI. Região *Segrobigense*;
 - XII. Região *Carthaginense*;
 - XIII. Região *Accitana*;
 - XIV. Região *Castulonense*;

Hispania Ulterior:

- XV. Região *Obulconense*;
- XVI. Região *Iliberritana*;
- XVII. Região *Malacitana*;
- XVIII. Região *Asidonense*;
- XIX. Região *Gaditana*;
- XX. Região *Carmonense*;
- XXI. Região *Myrtilense*;
- XXII. Região *Salaciense*.

O nome de cada uma destas regiões deriva do da sua cidade principal, e a sua situação define-se assim:

- Costa marítima oriental*: I, II, III e IV;
- Celtibéria setentrional*: V, VI, VII e VIII;
- Celtibéria ulterior*: IX, X e XI;
- Celtibéria meridional*: XII, XIII e XIV;
- Bética oriental*: XV e XVI;
- Bética meridional*: XVII, XVIII e XIX;
- Bética ocidental*: XX, XXI e XXII.

Em cada região monetária há os tipos gerais das moedas, caracterizados pelo nome da cidade ou povo onde foi batida a moeda, e estes desdobram-se em sub-tipos, que se distinguem pela natureza do metal, pelas dimensões, peso e valor, e finalmente os sub-tipos dividem-se ainda nas variedades, em harmonia com a diversidade dos desenhos e legendas.

Tais são a base e o sistema de classificação das moedas ibéricas, adoptado por Hübner, e que será seguido nesta nota, frisando todavia que, por desnecessário ao fim, que se tem em vista — habilitar um colecccionador, não especialista, a dispor metódicamente as moedas da sua coleccão — a classificação não vai além do tipo geral, o que parece ser o bastante.

*

Seria natural começar por descrever as moedas ibéricas, que fazem parte da coleccão da Ajuda, revendo-se cuidadosamente a des-

crição que delas fez Aragão no catálogo, que elaborou, e em seguida seriá-las segundo as regras acima estabelecidas, isto é, refundi-lo e refazê-lo completamente; mas a isto opõem-se poderosas razões — a falta de autorização do dono das moedas para o fazer, e o não haver direito, em meu entender, de reproduzir em segunda edição, correcta ou não, mas talvez menos ainda corrigindo-o, um trabalho publicado, sem licença do seu autor, ou dos seus representantes legítimos.

Nestas circunstâncias adoptou-se o único caminho, que pareceu viável sem ofender direitos de ninguém: nem se faz nova descrição das moedas ibéricas da Ajuda, nem se altera a seriação do seu catálogo; fornecem-se apenas os elementos necessários para as dispor e catalogar, segundo o método de Hübner.

Para isso depois de revistas cuidadosamente as descrições das moedas, que constam do catálogo da Ajuda, — o que não exclui a possibilidade de se ter cometido algum erro, apesar do escrúpulo empregado —, classificaram-se pelos dados nelas contidos, condensando-se os resultados em dois quadros.

No primeiro, que consta de duas colunas, lêem-se na primeira, por sua ordem, os números do catálogo de Aragão, correspondentes às diversas moedas nêle descritas, e na segunda em frente estão dois números, um dos quais indica a pagina dos *Monumenta linguae ibericæ*, de Hübner, onde se encontra o outro, o do tipo geral da moeda, conforme a classificação do sábio Berlinês. No segundo, de três colunas, reproduzem-se na primeira os números da segunda coluna do primeiro quadro, mas dispostos ordenadamente; na segunda, para verificação, os números do catálogo de Aragão que lhe correspondem; e na terceira finalmente a classificação da moeda.

Pôsto que o uso dêstes quadros seja de fácil intulção, parece-me no entanto útil dizer como com êles se trabalha, acrescentando alguns exemplos. Identificam-se os desenhos e as legendas da moeda com a descrição do catálogo de Aragão, entra-se com o número, que lhe corresponde na primeira coluna do primeiro quadro, vendo-se na segunda os números, que estão na mesma linha horizontal. Entra-se em seguida com estes números na primeira coluna do segundo quadro, verificando-se assim se na segunda lhe corresponde o número do catálogo de Aragão, anteriormente achado, e por fim lê-se na terceira a sua classificação.

Vendo-se, por exemplo, que a uma moeda quadra a descrição do n.º 32 do catálogo de Aragão, procura-se êste número no primeiro quadro, onde se vê que na segunda coluna lhe correspondem os n.ºs 125-155; entrando com estes números no segundo quadro veri-

fica-se que lhe corresponde na segunda coluna o n.º 32 do catálogo; e na terceira, na mesma linha horizontal, lê-se: *Cunbária*; concluindo-se que a moeda foi cunhada na *Hispania Ulterior*, que pertence à *região Gaditana da Bética Meridional*, e é do tipo geral de *Cunbária*, e não de *Ária*, como diz Aragão.

Reconhecendo-se que as duas moedas correspondem respectivamente as descrições das moedas, que no catálogo de Aragão tem os n.ºs 130 e 131, operando idênticamente vê-se que elas, apesar de Aragão dizer que são de lugares desconhecidos da *Hispania Ulterior*, pertencem efectivamente a esta grande divisão geográfico-administrativa mas são do tipo geral da *Carteia*, região *Asidonense da Bética meridional*.

A moeda, que no catálogo tem o n.º 326, e que Aragão não classifica, operando da mesma forma, vê-se que foi cunhada na *Hispania Citerior*, na *região Ilerdense da costa marítima oriental*, e pertence ao tipo geral dos *Iltrcescen*—*Ilergetes*.

A n.º 316 (Iburo) é da *Hispania Citerior*, região *Saguntina da costa marítima oriental*, e do tipo *Ildurh*, etc.

*

Também poderá ser de alguma utilidade a presente nota para os colecionadores que, tendo ao seu dispor o catálogo da coleção das moedas ibéricas da Ajuda, não possuam os *Monumenta linguae ibericae*, mas que tenham possibilidade de o consultar na Biblioteca Pública de Lisboa, por exemplo, onde existe, visto que lhes facilita extremamente o poderem verificar e corrigir as leituras das legendas das moedas, descritas por Aragão. O colecionador, no remanso do seu gabinete, estuda a seu belo prazer a moeda, que pretende classificar, e conseguindo identificá-la com alguma das que reza o catálogo da coleção da Ajuda, por meio dos quadros fica sabendo a página dos *Monumenta*, que tem de consultar, e o tipo geral a que ela pertence, onde encontrará todos os esclarecimentos que deseja, inclusive a leitura das legendas e classificação das moedas, feitas pelos especialistas anteriores a Hübner.

Por exemplo: na primeira moeda atrás citada, que tem o n.º 32 no catálogo da Ajuda, Aragão leu *Aria*, e sabendo que dela se trata a p. 125, tipo geral 155 dos *Monumenta*, vê-se lá que se deve ler *Cunbária*. *Solet Ariae alicui tribui, quae non magis nota est quam Cunbaria*.

Nas moedas n.ºs 130 e 131, também já citadas, leu Aragão: c. **NVCIA LATINI**, e Hübner pp. 119-120, tipo geral 143: **L. ATINI C. NVCIA**, etc.

Primeiro quadro

Aragão Números do catálogo	Monumenta linguae Ibericae		Aragão Números do catálogo	Monumenta linguae Ibericae	
	Páginas	Tipo geral		Páginas	Tipo geral
1 a 3	136	187	128	114	130
4 a 18	135	185	129		
19 a 21	132	177	130 e 131	119	143
22 e 23	134	181	132		
24 a 26	136	188	133 a 137	99	113
27 a 29	117	136	138 a 143	79	85 a
30 e 31	119	140	144 a 155	41	35 a
32	125	155	156 a 165	65	64 a
33	122	148	166 a 185	88	96 b
34			186 a 188	61	59 a
35	112	126	189 a 198	102	118
36	121	145	199 a 211	39	33 a
37	112	125	212 a 218	73	77
38 e 39	129	166	219 a 223	15 e sgs.	5
40	127	158	224 e 225	84	94 a
41 a 55	119	143	226	66	65
56	132	175	227	38	31 a
57 a 63	112	124	228	36	30 a
64 a 74	124	154 e 154 a	229 a 235	90	98
75	113	128	236 a 239	53	47 a
76 a 78	129	167	240	42	36
79	103	119	241	15	3
80	114	129	242 a 244	44 e sgs.	40
81 e 82	131	171	245 a 250	82	89 a
83 a 86	130	169	251	97	111
87 e 88	125	156	252 a 259	32	21 a
89	131	171	260	97	110
90	131	173	261 a 267	63	60 a
91 a 95	118	138	268 e 269	90	97
96 a 108	107	120	270		
109	125	157	271	61	59
110 e 111	133	179	272 e 273	56	52
112	130	168	274	78	85
113	133	178	275	44	40
114	122	150	276	45	40
115 a 117	129	165	277	74	79
118	111	122	278	75	79
119 a 121	117	137	279 a 282	39	33
122 a 125	120	144	283 e 284	31	21
126	111	123	285	61	60
127	114	131	286	95	104

Aragão Número do catálogo	Monumenta linguae ibericae		Aragão Número do catálogo	Monumenta linguae ibericae	
	Páginas	Tipo geral		Páginas	Tipo geral
287	80	88	309 a 311	23	6
288 a 292	58	54	312	101	116
293	73	76	313	36	30
294	43	38	314 e 315	38	31
295 e 296	57	53	316	49	44
297	54	50	317 e 318	100	115
298	85	95	319 e 320	94	103
299	81	89	321 a 324	52	47
300	92	101	325	91	99
301	81	89	326	38	31
302 e 303	55	51	327 e 328	100	115
304	92	101	329	14	1
305	48	43	330	79	86
306 e 307	54	49	331	96	107
308	41	35	332	92	100

Não foi possível identificar os números 34, 129, 132 e 270.

Segundo quadro

Monumenta linguae ibericae	Aragão Número do catálogo	Designação		
			Páginas	Tipo geral
		A.—Hispania Citerior		
		I.—Ora maritima orientalis		
		1) Regio Emporitana		
14	1	329		Nerhncen — Narbo.
15	3	241		Rhode.
15 e seg.	5	219 a 223		Emporiae.
23	6	309 a 311		Untecescen — Indicetes.
				2) Regio Tarragonensis
31	21	283 e 284		Cesse — Cissa — Tarraco.
32	21 a	252 a 259		Latinas.

Monumenta linguae ibericae		Aragão	Designação
Páginas	Tipo geral	Números do catálogo	
3) Regio Ilerdensis			
36	30	313	Iltrd—Ilerda.
36	30 a	228	Latinas.
38	31	314 e 315; 326	Iltreescen—Ilergetes.
38	31 a	227	Dertosa Ilercavonia.
39	33	279 a 282	Celse—Celsa.
39	33 a	199 a 211	Latinas.
41	35	308	Saldue.
41	35 a	144 a 155	Caesar Augusta—Latinas.
42	36	240	Useerth—Osicerda.
43	38	294	Lagne.
4) Regio Saguntina			
44	40	275	Arsesacen, Arsagsoegra.
44 e seg.	40	242 a 244	Arsecedr, Aivis.
45	40	275	Saguntum.
48	43	305	Šaip—Saetabis.
49	44	316	Ildurh.
II—Celtiberia Septentrionalis			
1) Regio Oscensis			
52	47	321 a 324	Klšthn—Osca.
53	47 a	236 a 239	Osca—Latinas.
54	49	306 e 307	Sega—Segia.
54	50	297	Klighm.
55	51	302 e 303	Sesars.
6) Regio Pampaelonensis			
56	52	272 e 273	Arsahs.
57	53	295 e 296	Kntan—Knqd—Ed...hn.
58	54	288 a 292	Íršones—Knqd.
7) Regio Turiasonensis			
61	59	271	Caišead—Cascantum.
61	59 a	186 a 188	Cascantum.
61	60	285	Duriasu—Turiaso.
63	60 a	261 a 267	Turiaso—Latinas.
8) Regio Calagurritana			
65	64 a	156 a 165	Calagurris—Latinas.
66	65	226	Gracecurris—Latinas.

Monumenta linguae ibericae		Aragão Números do catálogo	Designação		
Páginas	Tipo geral				
III. Celtiberia Interior					
9) Regio Numantina					
73	76	293	Ttaqš.		
73	77	212 a 218	Clunia—Latinas.		
74	79	277	Areiqrads—Šhš.		
75	79	278			
10) Regio Bilbilitana					
78	85	274	Plplis—Bilbilis.		
79	85 a	138 a 143	Latinas.		
79	86	330	Dmaniu—Damania.		
80	88	287	Hrhšis.		
11) Regio Segrobicensis					
81	89	299 e 301	Šeqprices—Segobriga.		
82	89 a	245 a 250	Latinas.		
84	94 a	224 e 225	Ercavica—Latinas.		
85	95	298	Šeqtas—Lacas; Segontia.		
IV. Celtiberia Meridionalis					
12) Regio Carthaginensis					
88	96 b	166 a 185	Carthago Nova—Latinas.		
90	97	268 e 269	Valentia.		
90	98	229 a 235	Ilici.		
91	99	325	Dniu—Dianium.		
92	100	332	Qnthrpa—Carpea—Contrebria.		
92	101	300 e 304	Šethisa.		
94	103	319 e 320	Qnthiqn—Kl .—Carpea.		
95	104	286	Hthlaqm.		
96	107	331	Dnušia—Tanusia.		
97	110	260	Toletum.		
97	111	251	Segovia.		
13) Regio Accitana					
99	113	133 a 137	Acci—Latinas.		
100	115	317 e 318: 327 e 328	Ie l cr:en		
101	116	312	Urkekn—Urci.		
14) Regio Castulonensis					
102	118	189 a 198	Cšthle—Castulo.		
103	119	79	Ilthraea—Iliturgi.		

Monumenta linguae ibericae		Aragão Números do catálogo	Designação		
Páginas	Tipo geral				
B.—Hispania Ulterior					
I. Baetica Orientalis					
1) Regio Obulconensis					
107	120	96 a 108	Obulco.		
111	122	118	Sacili.		
111	123	126	Ulia.		
112	124	57 a 63	Corduba.		
112	125	37	Carbula.		
112	126	35	Bora.		
2) Regio Iliberritana					
113	128	75	Iliberris.		
114	129	80	Ilurco.		
114	130	128	Ventipo.		
114	131	127	Urso.		
II. Baetica Meridionalis					
3) Regio Malacitana					
117	136	27 a 29	Abdera.		
117	137	119 a 121	Sexi.		
118	138	91 a 95	Malaca.		
4) Regio Asidonensis					
119	140	30 e 31	Acinipo.		
119	143	41 a 55; 130 e 131	Carteia.		
120	144	122 a 125	Traducta.		
121	145	36	Baelo.		
122	148	33	Asido.		
122	150	114	Iptuci.		
5) Regio Gaditana					
124	154 e 154 a	64 a 74	Gades.		
125	155	32	Cunbaria.		
125	156	87 e 88	Ituei.		
125	157	109	Olontigi.		
III. Baetica Occidentalis					
6) Regio Carmonensis					
127	158	40	Carissa.		
129	165	115 a 117	Hispalis.		
129	166	38 e 39	Carmo.		
129	167	76 a 78	Ilipa.		

Monumenta Linguae Ibericae		Aragão Números do catálogo	Designação
Páginas	Tipo geral		
130	168	112	Osset.
130	169	83 a 86	Italica.
131	171	81 e 82	Irippo.
			7) Regio Mytilensis
131	172	89	Laelia.
131	173	90	Lastigi.
132	175	56	Ceret.
132	177	19 a 21	Mytilis.
133	178	113	Ostur.
133	179	110 e 111	Onuba.
134	181	22 e 23	Ossonuba.
			8) Regio Salaciensis
135	185	4 a 18	Emerita Augusta.
136	187	1 a 3	Ebora.
136	188	24 a 26	Salacia.

Como se sabe a situação geográfica de Mytilis, Ossonuba, Ebora, Salacia e Emerita era na Lusitânia.

II

Diversas moedas

1.

MOEDAS DE MOÇAMBIQUE COM CARIMBO.—No *Diccionario Universal das moedas... que se conhecem na Europa, Asia, Africa e America...*, recopilado por ***, e dado à estampa, em Lisboa, na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, em 1793, lê-se a pp. 192 e 193, ao tratar das moedas com curso em Moçambique, que as moedas provinciais do Brasil de 4\$000 réis; 2\$000 réis; 1\$000 e o *Cruzado Novo*¹ do Reino, valiam respectivamente 8\$000 réis; 4\$000 reis; 2\$000 réis e 800 réis. Acrescentando no entanto que, *tendo a marca M R, cuja marca lhe manda pôr o Governador*, corriam então respectivamente por 10\$000 réis; 5\$000 réis; 2\$500 réis e 1\$600 réis. Ignoro o que significa a contramarca *M R*, e desconheço qualquer disposição legisla-

¹ Parece muito provável que haja engano, e que em vez de *Cruzado Novo* se devesse dizer *Cruzado de effigie*, ou *Cruzadinho* cujo valor era de 400 réis.

tiva que autorizasse o governador de Moçambique, naquela época, ou anteriormente, a contramarcar a moeda de ouro provincial do Brasil, e os *Cruzados Novos*, ou talvez *Cruzadinhos* para lhes aumentar: às primeiras em 25 por cento, e às últimas em 100 por cento, o valor já aumentado em 100 por cento para as do Brasil, e *Cruzadinhos* (?) sobre o seu valor facial, ou em $\frac{2}{3}$ para os *Cruzados Novos*, sobre o seu valor legal.

¿Existiriam essas moedas contramarcadas? ¿Ou seria o autor anónimo do dicionário erradamente informado?

*

MACUTA DE PRATA PARA ANGOLA.—No mesmo dicionário p. 191, ao referir-se às *Moedas principais, e mais usuais desta Capitania* (Angola), diz-se que a série das *Macutas* compreendia moedas de prata de 12, 10, 8, 6, 4, 2 e *uma*. As primeiras tem representantes em todas as coleções numismáticas de moedas portuguesas; pelo que diz respeito à última, *Uma macuta de prata*, consta vagamente que existe numa das colecções mais importantes de Lisboa.

¿Será assim? ¿E haverá mais algum outro exemplar em qualquer outra colecção?

*

Fr. José Mariano Veloso, na *Relação das Moedas dos paizes Estrangeiros*, etc., Lisboa, na Off. da Casa Lith. do Arco do Cego. MDCCC., a p. 78, ao tratar das moedas dos estados de Portugal na África diz:

«Mossambique. Ouro.

A moeda provincial do Brazil de 4\$000 réis, tendo a marca M. R., que lhe mandou pôr o Govérnador corre por 25 cruzados. 10\$000 réis.

A moeda de 4\$000 réis do Brazil, tendo a marca, que antecedentemente se diz, vale 8\$000 réis»¹.

*

E ao tratar das moedas de Angola, p. 77, diz que em *prata* havia moedas de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 *macutas*, e de *Macuta*, valendo proporcionalmente desde 600 a 50 réis.

A data dêste livro, publicado sete anos depois do antecedentemente citado, e a quasi conformidade absoluta dos seus dizeres respec-

¹ Parece haver aqui a falta de uma palavra; parece que o autor talvez escrevesse: «A moeda de 4\$000 do Brasil não tendo a marca, que antecedentemente se diz, vale 8\$000 réis.

tivos sobre as moedas de Moçambique e Angola, arraigam-me a convicção de que, o que se diz no segundo, foi extraído do primeiro, não sendo por isso uma nova autoridade a confirmar o asserto do anónimo autor do dicionário.

Subsistem, portanto, as perguntas que sobre o assunto formulei.

2.

TOSTÕES DE D. MANUEL, do Porto. — Na minha colecção existem as duas moedas, cuja descrição é a seguinte:

1 — Anverso. — EMANVEL · P: R · ET: A: DNS: GVIINE \ddagger

No campo em círculo, limitado por traço contínuo, o escudo das armas do reino, coroado, e acostado de P e N. (os AA sem traves-são).

Reverso. — IN \times HOCE \times SVIONO \times VENCIIS \times . — No campo, dentro de círculo, limitado por traço contínuo, a cruz de Cristo, cantonada por estrélas de seis raios.

2 — Igual; mas o v, que acosta à direita as armas do reino, não tem pontos.

É notável o barbarismo da legenda do reverso, tanto mais que neste tempo o desenho e legendas das moedas, salvas algumas repetições ou supressões ou inversões de letras, eram já bastante regulares. No entanto as cunhagens e legendas das moedas de prata da casa da moeda do Porto eram muito inferiores às de Lisboa.

Moedas iguais às acima descritas figuravam na colecção E. do Carmo, n.º 187 do catalogo; na de Meili n.º 218 do catalogo; na de J. de Freitas da Silva e V. Calmon Viana, n.º 125 do catalogo mas HOC; e na de Araújo Ramos, n.º 122 do catalogo, mas VENCIS.

Ainda existiam, variando um pouco a legenda: na colecção Meili IN*HOC*SVIGNO*VENCIEESS, n.º 217 do catálogo; e na de Freitas Silva e Calmon Viana, n.º 125 do catálogo; na de Júdice dos Santos, n.º 715 do catálogo, igual à de Meili; e na colecção de El-Rei D. Luís (*Histoire du travail*, n.º 577) mas IN HOC SVIGNO VENCIEES, evidentemente mal descrita, pois com certeza é a que Aragão faz figurar no n.º 8 da estampa XIV da *Descrição geral e histórica das moedas de Portugal*, e descreve a p. 249 da obra citada, e cujo reverso é IN \times HOC \times SVIGNO \times VENCIEES.

Na descrição das moedas acima, em todas se lê SVIGNO, no entanto nas minhas está SVIONO, sem a mínima sombra de dúvida; as moedas estão em magnífico estado de conservação, e as letras claríssimas, não podendo haver a mais pequena hesitação na leitura das legendas. Na de E. do Carmo também SVIONO.

3.

RIAL DE DOIS VINTENS DE D. JOÃO III. Há anos foi-me oferecido pelo meu amigo Manuel Joaquim de Campos, que a morte infelizmente roubou bem cedo à numismática portuguesa, de que era entendido cultor, a moeda cuja descrição é:

Anverso — + IOANES + .T. REX : POR. No campo, dentro de círculo de granitos IO· III, coroado, tendo por baixo xxxx.

Reverso — ♂ IN ♂ HOC ♂ SIGNO ♀ VICEES (*sic*). No campo, dentro de círculo de granitos, a cruz de S. Tiago, cantonada por quatro florões.

O que torna interessante esta moeda é ter o ordinal, para distinguir D. João III dos seus homónimos, representado por T, inicial de *tertius*, quando em todas as outras moedas d'este príncipe que conheço, se lê III, ou 3 ou 5. Não é vulgar também ler-se na legenda da orla destas moedas o nome de D. João III.

¿Será um caso esporádico? ¿Ou haverá outras moedas d'este reinado cunhadas em ouro, prata ou cobre, de maior ou menor valor, em que para individualizar D. João III figure o T?

Como é sabido: nas moedas de D. Afonso V, lê-se Q ou QVIN, ou QVINTI, ou QVINTIS, ou QVINTVS; nas de D. João segundo — II, secvndi ou secvndus, ou secvndo ou secvdo; nas de D. Manuel — P ou I, e ainda primvs num ensaio de prata de um *Cruzado* (catálogo Meili, n.º 209).

MANUEL F. DE VARGAS.

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d'*O Arch. Port.*, xix, 216)

XI

Ferreira e Águas Belas nos séculos XVIII e XIX

Num dos capítulos anteriores vimos ora Ferreira junta a Vila de Rei, ora junta a Águas Belas, sob certos pontos de vista.

Por isso também agora as juntaremos para maior facilidade do nosso estudo, notando que, se da comenda de Ferreira poucas notícias nos chegam, já o mesmo não diremos do morgado de Águas Belas e respectivos senhores.

Seja porém dito, como aditamento a um capítulo anterior, que, em 18 de novembro de 1637, os oficiais da câmara de Ferreira e o juiz de fóra de Tomar, davam conta da revolta do povo ferreirense por causa de lançamento das sizas, tendo queimado os respectivos

ARQUEOLÓGICO DO DR. LÉITE DE VASCONCELOS
BIBLIOTECA
- LISBOA - SOTOMAYOR
MUSEU

papéis. E só em 11 de janeiro de 1638 os referidos oficiais participavam estar tudo em socêgo¹.

A comenda de Ferreira foi pouco a pouco perdendo os seus bens, como claramente se deduz do tombo (n.º 241 da remessa dos Próprios Nacionais) feito pelo corregedor Valdez, em 1715, do qual se vê pertencer então a comenda ao conde de Sarzedas. Tinha nesse tempo uma terra, chamada *Pomar*, situada no fim da vila pâra a parte da fonte, onde antigamente, diz o tombo, havia casas e uma torre, aposento do comendador, e alcaide-mor da comenda que, em 1715, se achava demolido. Foi o pomar demarcado com quatro marcos com a comenda de Cristo.

Damos um grande salto — mais dum século! — para encontrar, em 1820, comendador da comenda dos oitavos e alcaidaria-mor de Ferreira o conde de Almada; então trazia-a de renda António Nunes, da Pombeira, por 530\$000 réis².

O senhorio de Águas Belas encontra-se, no princípio do séc. XVIII, nas mãos de Duarte Sodré Pereira Tibau, casado com D. Maria de Almeida. «Foi capitão de mar e guerra duma das fragatas da armada rial e hoje (1708) é governador da ilha da Madeira³». Depois serviu de governador e capitão general da capitania de Pernambuco de 1727 a 1737, onde prestou bons serviços⁴.

No tempo dêle se fez em Águas Belas a obra que consta da inscrição seguinte:

A • OBRA • ÐSTA • TRIBUNA •
 MANDO • FAZER • DUARTE •
 ^
 SODRE • PER • NONO • NETO •
 ERDERO • ERODRIGO • ALZ
 ^
 PER PRIMR S Q FOI ÐSTA
 VILA • ANNO • DE 1716

Também, em 1719, o Convento de Cristo lhe aforou em fateosim uns prédios para assistência de sua mãe e 3 filhas no Mosteiro de S.ª Iria, tapando-se, para isso, de pedra e cal as portas da sua

¹ *Corpo Cronológico*, parte III, m. 32, n.º 27.

² *Provvedoria de Tomar*.

³ *Corografia do P.º Carvalho*, vol. III, p. 212.

⁴ Processo n.º 31 do m. 492 (*Côrte, Estremadura e ilhas do Desembargo do Paço*).

serventia e semelhantemente delas se abriram outras para se comunicarem com as mais religiosas. E ilegalmente Duarte Sodré cedeu esses prédios às religiosas, por morte da sua mãe, filhas e parentes mais chegados, e por isso se ficaram chamando das Águas Belas¹.

A sua biografia oficial consta das seguintes passagens da *Gazeta de Lisboa*²:

Da *Gazeta* de 2 de Fevereiro de 1719:

«El-Rei N. Senhor, attendendo aos merecimentos que concorrem na pessoa de Duarte Sodré Pereira, do seu conselho e senhor de Aguas Bellas, que governou nove annos a ilha da Madeira com grande satisfação, lhe fez mercê de o nomear governador e capitão general da praça de Mazagão na costa de Africa em 27 de janeiro por seu real decreto».

Da *Gazeta* de 21 de Setembro de 1719:

«Duarte Sodré Pereira, senhor de Aguas Bellas, e nomeado por S. M. para governador da praça de Mazagão na costa do reino de Marrocos, partiu a tomar posse do seu governo em 16 do corrente, embarcado na não de guerra N. S. da Atalaya, de que é capitão João Baptista Rogliano».

Da *Gazeta* de 16 de Novembro de 1724:

«Chegou do seu governo da praça de Mazagão, onde esteve cinco annos, Duarte Sodré Pereira Tibau, senhor de Aguas Bellas, havendo, em todo o tempo que ali esteve conservado grandes intelligencias entre os mouros, e tido sempre bom sucesso nas pelejas, que teve com elles, passando-se um grande numero de todos os sexos e idades pela mesma praça para este reino, de que a maior parte tem recebido o Santo Bautismo; havendo El-Rey N. S. exercitado liberalmente com elles a sua real piedade, vindo outros trazer á praça cavallos e gado em tanta quantidade que chegou a valer hum boi doze tostões e huma vitella hum cruzado. Fizerão as partidas da praça varias entradas nos países dos inimigos, chegando a sitios, onde, ha mais de cincuenta annos, não havião chegado christãos: distinguindo-se sempre nas occasiões da peleja pelo seu valôr, Antonio Sodré Pereira, filho do mesmo governador, etc.».

Da *Gazeta* de 4 de Setembro de 1727:

«A 27 do mês passado partiu para o seu governo de Pernambuco Duarte Sodré Pereira, senhor de Aguas Bellas».

¹ (M. 42 dos documentos vindos do Convento de Cristo em Tomar).

² Benevolamente indicadas ao autor pelo P.^o Cândido da Silva Teixeira.

Da *Gazeta* de 24 de Julho de 1738:

«Na frota, q̄ ultimamente chegou de Pernambuco se restituui a esta Corte Duarte Sodré Pereira, Senhor da Villa de Aguas Bellas, q̄ esteve sendo Governador, Capitam General daquela Provincia perto de dez annos, na qual assim, como nos governos, que teve de Mazagam, e Ilha de Madeira, procedeu sempre com grande zelo do serviço de S. Mag. e do bem commun».

Da *Gazeta* de 14 de Agosto de 1738:

«Faleceu nesta cidade a 26 do mez de Julho pelas duas horas da madrugada, em edade de 72 annos, Duarte Sodré Pereira, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, e do seu Conselho, setimo Senhor da Vila de Aguas Bellas, havendo servido com grande zelo e distinção nas Armadas deste Reino, sendo quatro annos Capitão Tenente, oito Capitão de mar e guerra, nove governador da ilha da Madeira, cinco de Mazagão, e dez de Pernambuco, e em todos estes governos com a patente de Capitão General. Havia nascido a 19 de março de 1666. Foi sepultado na Igreja de N. Sr.^a da Graça dos Religiosos de S.^{to} Agostinho no jazigo de sua Casa».

Sucedeu-lhe no morgado de Águas Belas seu filho António Sodré Pereira Tibau, que esteve 1 ano e 10 meses na ilha da Madeira; 4 anos, 11 meses e 15 dias na praça de Mazagão para onde foi voluntariamente e onde serviu de espingardeiro, acobertado, tenente, capitão de uma das cinco guardas da cavalaria e primeiro almocadão dela, procedendo em todas as ocasiões de guerra, de sorte que, em uma foi ferido de uma pelourada de que esteve em evidente perigo de vida. No reino esteve no regimento da armada 10 anos, 7 meses e 3 dias e, andando de guarda costas, se achou em dois combates navais com quatro navios argelinos, restaurando a nau *Concordia*, que haviam aprisionado com sessenta mouros dentro e como capitão de infantaria do regimento de Castelo de Vide durante 22 anos, 4 meses e 1 dia, desde Setembro de 1735 até 17 de Agosto de 1757, dia em que foi assentar praça de Coronel reformado.

Tal era a sua biografia oficialmente traçada no alvará de 10 de Junho de 1761 que lhe deu a mercê do senhorio de Águas Belas¹.

Deste fidalgo escrevia, em Abril de 1758, o P.^o José da Mota Ribeiro, prior de Águas Belas: «Vive em um magnifico paço, entre o qual e a igreja matriz corre um passadiço pelo qual se serve para

¹ Proc. n.^o 31 do m. 492 do *Desembargo do Paço* (Côrte, Estremadura e Ilhas).

uma tribuna que tem a igreja por cima da porta principal, aonde elle e toda a sua familia assiste aos divinos ofícios e entra a gente na vila por um magnifico arco de pedraria que sustenta o dito passadiço¹.

Foi casado com D. Teresa Heliodora de Meneses e chegou a ser marechal de campo do exército e governador do castelo e praça de S. Filipe de Setúbal².

A *Gazeta de Lisboa* de 30 de Maio de 1737 dava a seguinte notícia do seu casamento:

«Ajustou-se o casamento e se fizeram já as escrituras de Antonio Sodré Pereira, filho unico de Duarte Sodré Pereira, do conselho de S. M., senhor e donatario da villa de Aguas Bellas, governador e capitão general da província de Pernambuco e da senhora D. Maria de Almeida, com a senhora D. Thereza Eleodora de Menezes, filha de D. Pedro Alvares da Cunha, que foi do conselho de S. M. e seu trinchante-mór da villa de Ouguella, governador e capitão general da ilha da Madeira e de sua segunda mulher a senhora D. Maria Thereza de Vilhena, e se celebraram os seus desposorios na villa de Aguas Bellas».

Em 1761 foi despachado o requerimento em que pedia para se lhe fizessem as provanças necessárias para ter o hábito de Cristo³.

Sendo conhecidos seus ascendentes não nos deteremos a enumera-los.

Nasceu Antonio Sodré na ilha da Madeira, em 25 de Junho de 1708, e, como atrás fizemos referência aos seus serviços oficiaes, só acrescentaremos que, além do senhorio de Aguas Belas, lhe concederam o hábito de Cristo com 50\$000 réis de tença efectiva.

Na informação diziam que Antonio Sodré era morador na Junqueira e, é claro, não punham de forma alguma em dúvida a sua *qualidade e limpeza de sangue*.

A sua vida militar consta mais minuciosamente dos seguintes assentos do *Conselho de Guerra*:

Em 1735 foi nomeado capitão de infantaria em Castelo de Vide, attendendo aos seus serviços em Mazagão⁴. Em 5 de Setembro de 1743 foi-lhe passada provisão para poder ser solto, por causa da

¹ *Memórias Paroquiais*, vol. I, fl. 355.

² *Resenha das famílias ilustres*, vol. I, p. 504.

³ *Habilitações de Cristo*, m. 12, n.º 2.

⁴ *Livro LXXV*, fl. 98.

fiança que tinha dado de 100\$000 réis, a qual iria para o hospital de Todos os Santos, no caso de se ausentar antes de julgado do crime por que tinha sido preso¹.

Em 20 de Maio de 1744 passou-se-lhe provisão de prorrogação de fiança, que elle prestara pelo crime que lhe tinha arguido o licenciado Tomé Mendes de Carvalho. (Liv. 81, fl. 237 v).

Em 6 de Novembro de 1744 novamente foi passado a António Sodré Pereira Tibáu alvará de prorrogação de fiança, por mais 4 meses, por causa do crime que lhe resultou da devassa em que foi parte o licenciado Tomé Mendes, de Aguas Belas. (Liv. 82, fl. 31 v).

Em 29 de Maio de 1745 nova prorrogação por mais 4 meses ao anterior. (Liv. 82, fl. 135).

Em 21 de Janeiro de 1746 teve António Sodré nova prorrogação por mais 4 meses. Já então se achava com sentença a seu favor, mas apelada. A sentença tinha sido do Auditor Geral. (Liv. 82, fl. 226).

Em 17 de Dezembro de 1751 foi passada a António Sodré Pereira, capitão de infantaria em Castelo de Vide, provisão para se lhe pagar o soldo do tempo em que esteve impedido por causa dum crime de que foi absolvido. (*Conselho de Guerra*, liv. 90 fl. 141 v.).

Em 26 de Março de 1757 passou-se-lhe carta patente de coronel de infantaria de Castelo de Vide. (Liv. 96, fl. 82).

A 17 de Outubro de 1759, já então reformado, foi passada provisão, a fim de se lhe tirar a nota proveniente de se não ter apresentado quando devia. (Liv. 98, fl. 206). Em 18 de Maio de 1762 foi-lhe passada carta patente de coronel, governador interino da praça de Setúbal. (Livro 102, fl. 58, v).

Em 15 de Outubro de 1777 foi-lhe finalmente passada carta patente de brigadeiro de infantaria. (Livro 111, fl. 87, v).

E aqui temos a sua longa vida militar.

No morgado de Águas Belas sucedeu-lhe sua filha, D. Maria de Meneses, casada, em 1790, com o segundo conde da Cunha, mas não lhe sucedeu no direito de apresentar as justiças de Águas Belas.

Com efeito a lei de 6 de Maio de 1769 mandou continuar as confirmações que no reinado de D. João IV ficaram incompletas²; por causa dessa lei foi entregue na secretaria da Mesa das Confirmações Gerais, por parte de António Sodré Pereira, a carta do senhorio de Águas Belas atrás referida, à semelhança da que D. João V dera a

¹ Livro LXXX, fl. 159.

² *Chancelaria*, liv. 1, de leis, fl. 206.

Duarte Sodré Pereira Tibau, acrescentando-lhe porém a jurisdição de apresentar as justiças de Águas Belas e de apurar as pautas, exceptuando a data dos ofícios.

Tendo falecido êste António Sodré o corregedor de Tomar apresentou-se a ir tomar posse da vila para a Coroa, em 29 de Dezembro de 1785¹.

De tal forma deixou Águas Belas de ter como donatário os respectivos morgados, o que, como vimos, representava um direito secular. Também o morgado passou para a posse dos condes da Cunha, sendo conforme a lei, abolido e finalmente vendido, já na segunda metade do séc. XIX, a António Raimundo Peres, em cuja família constitui actualmente uma aprazível e pitoresca quinta.

Do seu solar já nada existe, pois um incêndio o devorou por ocasião da invasão francesa e da igreja, cujo padroado tiveram, nem as paredes se conservaram pois, em local diferente, foi substituída por outra. *Sic transit gloria mundi!...*

Da burocracia de Águas Belas e Ferreira em tam largo período pouco sabemos.

José António Cotrim de Carvalho e Vasconcelos foi, em 1753, nomeado escrivão judicial em Águas Belas, sendo-lhe dado, em 1755, propriedade dêsses ofícios².

Em 1824 foi Manuel Pais Baeta nomeado escrivão do geral das vilas de Ferreira e Águas Belas³; e no mesmo ano foi António Rodrigues nomeado escrivão da câmara e almotaçaria de Ferreira⁴. Em 1825 foi Alípio Francisco Freire nomeado escrivão do judicial e notas em Águas Belas⁵ e, no mesmo ano, Gonçalo Pedro Ferreira era nomeado juiz dos órfãos de Ferreira do Zézere⁶.

Em 1828 era escrivão da câmara de Águas Belas, Henrique António Rodrigues e escrivão dos órfãos em Ferreira e Águas Belas, João da Costa Barroso, da quinta do Loureiro, termo de Ferreira.

Em 1829 foi António José Nunes Ferreira, do Castelo, nomeado partidor dos órfãos de Ferreira⁷.

¹ *Provedorias de Santarém e Tomar*, m. 27, n.º 60; consta também do n.º 78, m. 93, das *Confirmações Gerais*.

² *Chancelaria de D. José*, liv. LXV, fl. 321 v e liv. LXXXIV, fl. 216 v.

³ *Provedoria de Tomar*, liv. XXVIII, fl. 104.

⁴ *Id.*, *ibid.*, fl. 112 v.

⁵ *Id.*, *ibid.*, fl. 103.

⁶ *Id.*, *ibid.*, fl. 102.

⁷ *Id.*, liv. XXVI, fl. 92.

A decadência porém destas pequenas vilas e termos era manifesta. Para exemplo sirva o que, em 1830, contava Henrique Antônio Rodrigues, da Venda da Serra, então escrivão proprietário da câmara de Águas Belas. Nem sequer tinha livros e papel para expediente do seu cargo! Todo o rendimento do seu lugar consistia nos aferimentos e portagem que, quando muito, renderiam 4\$800 réis anuais¹!

Também, em 1765, os juizes e oficiais da câmara de Ferreira fizeram uma representação a El-Rei, dizendo que a casa da câmara, e a cadeia da vila estavam incapazes, aquela por estar quase em termos de se arruinar e esta por dela costumarem sair os presos; por isso precisavam de concertos e ao mesmo tempo desejavam mudar o pelourinho da dita vila para o sítio de Santo António. E como o concelho tinha 12 castanheiros velhos no sítio de Santo António que pela sua antiguidade poderiam servir para o lume, e juntamente tem uns paus que se podem vender; com o seu produto se faria o que precisavam. O Provedor da Comarca foi mandado informar e a mesa do Desembargo do Paço conformou-se com a informação que era favorável ao desejó dos ferreirenses.

Eram assim lotados os diferentes cargos de Ferreira, como consta do livro respectivo mandado fazer em 1740: Juiz dos órfãos é o de Vila de Rei e tem de emolumentos de todos 20\$000 réis; por despacho da junta rende o juizo dos órfãos em Ferreira 3\$000 réis.

Escrivão dos órfãos tem de emolumentos 8\$000 réis. Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 24\$000 réis.

Escrivão da Câmara e Almotaçaria tem de ordenado 4\$000 réis e de emolumentos 6\$000 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rendem estes ofícios, com o anexo de Direitos Riais, 20\$000 réis.

Escrivão das sizas nesta vila e na de Águas Belas tem de ordenado 2\$000 réis e de emolumentos 4\$800 réis; por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende nas ditas vilas 8\$000 réis.

Dois partidores dos órfãos: por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende cada um 1\$200 réis.

Escrivães do judicial e notas que serve um deles em Águas Belas tem de emolumentos cada um 9\$000 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende o que serve também em Águas Belas 46\$000 réis e outros dois iguais ofícios que servem sómente nesta vila rende cada um 30\$000 réis.

¹ *Provedoria de Tomar*, m. 105, n.º 39.

Contador, inquiridor e distribuidor nesta vila e na de Águas Belas tem de emolumentos 2\$000 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende este ofício, que também serve em Águas Belas, 14\$400 réis.

Porteiro nesta vila e na de Águas Belas tem de emolumentos 10\$000 réis.

Alcaide; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende 4\$000 réis.

Note-se que, da relação original¹, feita pelo corregedor de Tomar, em 6 de Fevereiro de 1640, constava o seguinte: «Tem esta villa e seu termo duzentos vizinhos, pouco mais ou menos; He da jurisdição real e provê nella os ofícios; Ha nela nove cujo rendimento é o seguinte: 3 escrivães das notas e do judicial e rende cada um 7\$000 reis; 1 escrivão dos orfãos, que renderá 7 cruzados; 1 escrivão das sizas renderá 2 cruzados; 1 escrivão da câmara e almotaçaria, que renderá 1\$500 reis; 1 juiz dos orfãos, que renderá 2 cruzados; 1 alcaide renderá 1\$000 reis Porteiro renderá....».

Os de Águas Belas eram assim lotados: Juiz dos órfãos, tem de emolumentos 1\$200; por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 1\$600 réis.

Escrivão dos órfãos tem de emolumentos 8\$500 réis; por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 12\$000 réis.

Escrivão da Câmara, Almotaçaria e Direitos Riais tem de emolumentos 2\$200 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende o ofício de escrivão da câmara e almotaçaria sómente 6\$000 réis.

Escrivão das sizas é o da vila Ferreira e tem de ordenado e emolumentos 6\$800 réis.

Escrivão do judicial e notas é um dos da vila de Ferreira e tem de emolumentos 9\$000 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende 16\$000 réis, pelo que respeita a esta vila e pelo que respeita à de Ferreira 30\$000 réis, que tudo faz 46\$000 réis. Há outro igual ofício que serve só nesta de Águas Belas.

Contador, inquiridor e distribuidor é o da vila de Ferreira e tem de emolumentos 2\$000 réis.

Alcaide desta vila e na de Ferreira tem de emolumentos 2\$000 réis; por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende o mesmo.

¹ Manuscrito n.º 1194 da Livraria.

Porteiro desta vila é o de Ferreira e tem de emolumentos 10\$000 réis.

Partidores dos órfãos, rende cada um por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805, 1\$600 réis.

Dos párocos conhecemos: em Águas Belas, por 1758, o já citado P.^o José da Mota Ribeiro; em Ferreira, por 1826, Filipe Néri Ferreira e por 1830, Fr. Cristóvão da Cunha Pinto do Rêgo.

Em 1814 era avaliado o pé de altar de Ferreira em 50\$000 réis e a derrama em 300\$000 réis; o de Águas Belas em 30\$000 réis, o passal em 20\$000 réis e a derrama em 130\$000 réis.

O prior de Águas Belas, José António Ribeiro, e alguns dos seus parentes, merecem-nos especial referência.

Em 28 de Novembro de 1752 foi despachado o requerimento em que José da Mota Ribeiro, presbítero do hábito de S. Pedro e prior colado em Águas Belas, pede para ser comissário do Santo Ofício. Declarou-se natural de Ferreira, filho de Tomás Ribeiro e de Isabel Dias; neto paterno de António Ribeiro e de Margarida Heitor, do Chão da Serra, neto materno de Manuel Luís e Maria Dias, de Ferreira. Não nos deteremos com os depoimentos das testemunhas e bastar-nos há transcrever uma pequena parte do parecer do relator: *He de bons procedimentos, de vida e costumes, capaz de ser encarregado de negocios de importancia e segredo; vive limpa e abastadamente e com a decencia devida a seu estado; he prior colado da igreja de N. Senhora da Graça da villa de Aguas Bellas, que lhe fruta (sic) 300\$000 reis em cada ano, além de bens patrimoniaes que possue; tem 40 anos de edade, nunca foi casado e não consta ter filhos alguns ilegitimos, nem que elle ou algum de seus ascendentes fossem presos ou penitenciados pelo Santo officio nem que incorresse em infamia alguma ou pena vil.*

Foi-lhe feita provisão de comissário em 5 de Junho de 1753⁴.

O seu sobrinho Manuel António Ribeiro, presbítero do Hábito de S. Pedro, Bacharel formado em Cânones, natural da freguesia de S. Miguel da vila de Ferreira, requereu também para exercer qualquer lugar na Inquisição de Goa. Declarava ser filho de Manuel Ribeiro e de Francisca Ferreira, neto paterno de Tomás Ribeiro e de Isabel Dias; neto materno de Manuel Gonçalves e de Catarina Ferreira; e pela parte paterna declarava ele ter um tio, José da Mota Ribeiro, prior em Águas Belas e comissário do Santo Ofício e pela materna

⁴ *Habilitações do Santo Ofício*, José, m. 70, n.^o 1059.

seu primo Manuel Marques de Azevedo, presidente da Inquisição de Goa.

A informação do comissário, Antão Mendes Manso, de 27 de Outubro de 1760, era-lhe favorável e, em 1762, tinha 27 anos de idade valendo o seu património uns 300\$000 réis. O pai e avô paterno eram carpinteiros e apesar disso os inquisidores de Coimbra eram de parecer favorável à concessão da mercê que pretendia «porque para ministros da Inquisição de Goa não é facil de achar pessoas d'outra qualidade». Foi neste sentido o parecer do conselho do Santo Ofício e, em 23 de Abril de 1762, foi ao suplicante passada provisão de Inquisidor de Goa¹.

O irmão mais novo deste, que tinha 23 anos de idade (em 1761), P.º José António Ribeiro, tesoureiro da igreja dos Casais, tendo feito *conclusões* na Universidade, habilitou-se como o irmão e a 23 de Abril de 1762 lhe foram passadas provisões para Deputado e para Promotor da Inquisição de Goa².

A respeito dos dois se lê na tradução da *Narração da Inquisição de Goa*, p. 299: «Serviam em 1774 quando foi extinto o tribunal pelo marquês de Pombal e por isso, na monção de 1775 regressaram para o reino, a seu pedido, como participou em 24 de janeiro do mesmo ano o governador e capitão general do estado, D. José Pedro da Câmara».

Passaram depois para a inquisição de Coimbra.

Em 27 de Novembro de 1770 foi despachado o requerimento em que José Antonio Ribeiro, inquisidor da Inquisição de Goa, cuja ascendência já conhecemos, pedia o hábito de Cristo, como seu irmão o havia também requerido.

«Senhor, escreviam, o justificante é morador nos Estados da Índia, aonde serve de Inquisidor da S.º Inquisição de Goa, sem defeito pessoal, e de idade competente, tratando-se com distinção no dito emprego, sem nota alguma, antes bemquisto de todos e de exemplar procedimento. Consta o referido do sumário junto de que nos não fica copia. Lisboa, 21 de Dezembro de 1770». Assim informavam os ministros respectivos e por isso, em 31 de Janeiro de 1771, mandavam-no receber o hábito de Cristo³.

Por decreto de 21 de Abril de 1762, quando já era promotor da inquisição de Goa, foi-lhe dado o título de desembargador da Relação

¹ *Habilidades do Santo Ofício*, verb. Manuel. m. 187 e diligência n.º 1985.

² *Id.*, ibid., verb. José, m. 91, Dilig. 1323.

³ *Habilidades de Cristo*, José. m. 43, n.º 1.

do Pôrto, assim como a seu irmão, Manuel António Ribeiro, ao tempo já inquisidor de Goa¹.

Manuel António Ribeiro da Mota, presbítero do hábito de S. Pedro, fidalgo capelão da casa rial, cavaleiro professo na ordem de Cristo, inquisidor e comissário geral, sub-delegado da Bula da Santa Cruzada, que foi no estado da Índia tesoureiro mor da Sé primacial da cidade de Goa no mesmo estado e actualmente inquisidor apostólico da inquisição de Coimbra e desembargador da relação do Pôrto, natural da vila de Ferreira, filho de Manuel Ribeiro e D. Francisca Ferreira, neto paterno de Tomás Ribeiro e de Isabel Dias e materno de Manuel Gonçalves e de Catarina Ferreira da Mota, teve o seguinte brasão de armas: um escudo ovado e esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Ribeiros, no 2.º as dos Dias, no 3.º as dos Gonçalves e no 4.º as dos Ferreiras, brasão passado a 12 de Agosto de 1776².

Em 1762 os inquisidores de Goa Manuel António Ribeiro e José António Ribeiro, fizeram um requerimento a El-Rei pedindo autorização para trocar um terreno baldio que o concelho da vila de Ferreira tem no sítio do Adro, arrabalde da mesma vila, que parte do norte com os suplicantes, do sul com os mesmos e com fazenda da capela da Gata, do naciente com fazenda foreira do mesmo concelho e do poente com o adro da Igreja, por um souto bravo. Foi a súplica a informar ao Provedor da Comarca e êste, depois de ouvir os oficiais da câmara, foi de opinião favorável, dizendo que «lhe consta que os supplicantes querem edificar casas no pretendido terreno que se acha contíguo á villa e ainda se fazem mais dignos de attenção em seu requerimento pela utilidade publica de se augmentarem os edifícios e estender-se a povoação da dita villa». É ofício de 20 de Junho de 1770, encontrando-se no Arquivo do Desembargo do Paço.

Manuel António Ribeiro e José António Ribeiro, inquisidores da inquisição de Coimbra, requereram mais, como possuidores dumas casas nobres com sua quinta na vila de Ferreira, o alargamento dessa mesma quinta, fazendo a troca de uma serrada chamada da Gata, pertencente à capela instituída por Fr. Fernando Marques, da qual era administradora D. Rita Vitória, por um hastim de que eles eram possuidores no campo da Golegã. Em 30 de Julho de 1779 foi despachada esta petição, mandando informar o provedor da comarca de Tomar, cuja informação não está neste processo³.

¹ Chancelaria de D. José, liv. 70, fl. 305.

² Cartório da nobreza, liv. II, fl. 108.

³ Provedorias de Tomar e Santarém, m. 1 de papéis diversos.

O orago da igreja de Águas Belas era Nossa Senhora da Graça. Tinha, por 1758, segundo informação do respectivo pároco, cinco altares: um da Senhora da Graça; outro do Espírito Santo; outro de S. Bartolomeu e Almas; o 4.^º de Nossa Senhora do Rosário e o quinto de Jesus. Não era de naves a igreja e tinha irmandade do Santíssimo Sacramento e Almas e confrades do Rosário.

No termo de Águas Belas havia por esse tempo, quatro ermidas: S. Sebastião no lugar da Varela; Santa Teresa no lugar da Besteira de Cima; Nossa Senhora da Luz no Vale e Santo António na Quinta da Alegria. As duas primeiras eram do povo; da terceira era administrador Manuel de Araújo, da Quinta da Figueira; a quarta pertencia a Manuel Godinho Gonçalves, sargento-mor e cavaleiro professo da ordem de Cristo. Em 1758 ainda se divisavam as ruínas duma sexta sítia na vila, entre olaias, da invocação de Santo António.

Em 1806 requereram a fusão das confrarias de S. Miguel, Nossa Senhora do Rosário, Espírito Santo, Jesus e S. Sebastião, de Ferreira, sendo deferido o pedido.

Pelo censo da população de 1732 publicado por Luis Caetano de Lima na sua *Geografia Histórica*, p. 670, Águas Belas tinha 167 fogos ou 600 almas, Ferreira 280 fogos ou 945 almas e, segundo a *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal* (1739) p. 121 e segg., a freguesia da vila de Águas Belas tinha 180 fogos e Ferreira 305 com 1:360 almas. O pároco, em 1758, informava que, no termo de Águas Belas, existiam trinta lugares: Carvalhal, Azenhas, Casal Novo, Varela, Boa Vista, Vales, Besteira de Cima, Penas Alvas, Casal da Varela, Casas Novas, Varelinha, Casalinho, Vale do Olival, Sobreiras, Lameiros, Garabulha, Nova Colónia, Pôrto da Romã, Camarinha, Vale, Moinho, Quintas, Venda da Serra de Cima, Venda da Serra de Baixo, Congeiaria, Cumbada.

O pároco informava ainda de que no termo de Águas Belas existiam 208 vizinhos e 730 pessoas. Referindo-se à situação especial da vila o pároco dizia que já tivera 30 fogos, mas, em 1758, tinha só três, um dos quais o já referido fidalgo, António Sodré Pereira Tibau.

Em 1771 foi extinto um vínculo instituído por António Simões, da Cerejeira, termo de Ferreira, do qual era administradora Mónica Maria⁴.

Em 16 de Dezembro de 1773 foi passada provisão a Manuel José de Sousa, da Venda da Serra, termo de Águas Belas de extinção de

⁴ Chancelaria de D. José, liv. x, fl. 27 v.

uma capela, instituída pelo Licenciado Mateus de Sousa Coelho, vigário geral no Maranhão, da qual foi primeiro administrador, em 1658, o P.^o Manuel de Sousa Salomão¹.

Em 17 de Junho de 1775 foi extinto o vínculo instituído por António Simões, da Cerejeira, termo de Ferreira, do qual era administradora D. Jacinta Maria Teresa da Rosa Tomás, viúva do Desembargador Francisco Rodrigues de Resende², que, diga-se de passagem, era natural de Aveiro como consta do seu processo de habilitação para o Desembargo do Paço.

Além dos inquisidores já apontados que de Goa passaram para Coimbra apontaremos antes dêles, tendo estado também em Goa, não só como deão da Sé, mas também como presidente dessa inquisição, o Dr. Manuel Marques de Azevedo.

Presbítero do hábito de S. Pedro, formado em cânones, e natural da Venda da Serra, freguesia de Águas Belas, filho de Clemente Marques de Azevedo, natural de Tancos e de Catarina Maria Ramos, natural de Águas Belas, neto paterno de Domingos Fernandes e de sua mulher Garcia Marques, naturais de Tancos e materno de Francisco Nunes Ramos, familiar do Santo Ofício, natural do lugar da Travanca e de sua mulher, Maria Ferreira, de Águas Belas, requereu em 1751 para ser ministro da Inquisição de Goa. Tinha então vinte e sete anos de idade. Em 23 de Novembro desse ano foi-lhe efectivamente dado parecer favorável para servir de promotor da Inquisição de Goa.

Em 1706 requereu Fr. António Rodrigues Tomás, Bacharel formado em cânones, e beneficiado na colegiada de S. Martinho de Pombal, para ser nomeado comissário do Santo Ofício em Pombal.

Declarou ser natural de Ferreira, morador em Pombal, filho de Domingos Tomás e de Maria Heitor, naturais e moradores no lugar da Cabeça do Carvalho; neto paterno de Domingos Tomás e Marta Rodrigues, naturais e moradores no sobredito lugar; neto materno de Pedro André e Margarida Heitor, naturais e moradores no lugar dos Carvalhais. Uma das testemunhas inquiridas em Ferreira, foi o capitão de Ferreira, Simão Cristóvão, dos Carvalhais³. Outro familiar do Santo Ofício, com sangue dêstes termos, foi Alexandre José Antunes, natural do Casal de Alêm, da vila de Ferreira, bispado de Coim-

¹ Chancelaria de D. José, liv. LXXVII, fl. 103 v.

² Id., ibid., liv. XXXV, fl. 221 v.

³ Habilidades incompletas, m. 2, doc. n.º 24.

bra, morador na vila de Albufeira, casado com D. Maria Vitória Rita de Paiva e Negreiros, filho de José Antunes, natural da Vareliinha e de Ana Maria natural de Águas Belas.

Neto paterno de Miguel Dias e de Maria Dias: materno de Sebastião Monteiro e de Teresa Lopes. Foi-lhe passada carta de familiar em 4 de Novembro de 1782¹.

Outro familiar foi Francisco Baptista da Silva, filho do capitão Francisco da Silva, baptisado na freguesia de Vila de Rei e de D. Feliciana Maria Baptista, baptisada na freguesia de S. João, de Tomar, moradores no lugar dos Carvalhais, termo de Ferreira. Foi-lhe passada carta de familiar em 30 de julho de 1762².

Nesse tempo era comissário do Santo Ofício, o P.^o Fr. Antão Mendes Manso, prior na igreja de S. Miguel, filho de Antão Mendes Manso e de sua mulher Maria Mendes, da freguesia do Bêco; neto de Belchior Mendes, natural da freguesia de Dornes e de Catarina Manso natural da freguesia de Paio Mendes; neto materno de Marcos João e de Catarina Mendes, da freguesia de Santo Aleixo, do Bêco³.

Em 1768 foi despachado o requerimento em que o bacharel Francisco Xavier Ribeiro, formado em leis, pretendia habilitar-se para os lugares de letras⁴. Declarou ser filho de Manuel Ribeiro Tomás e de Francisca Ferreira; neto paterno de Tomás Ribeiro e de Isabel Dias; neto materno de Manuel Gonçalves Ferreira e de Catarina Ferreira, todos moradores em Ferreira. O requerente morava em Alcântara à data do seu requerimento e tinha 26 anos de idade.

Vejamos qual o desenvolvimento da instrução nesta época.

Pela resolução de 27 de Junho de 1825 foi criada em Ferreira do Zézere uma cadeira de primeiras letras e para ela foi nomeado por 3 anos, António Joaquim Ventura, com o vencimento anual de 90:000 réis estabelecido pelo decreto de 24 de Julho de 1824, pago aos quartéis pelo Cofre do Subsídio Literário⁵.

Mas já antes disso, por 1794, havia uma escola de primeiras letras em Águas Belas, pois nela superintendia, por intermédio da *Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas destes reinos e seus senhorios*, a Universidade de Coimbra⁶.

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, m. 10, n.^o 108.

² *Id.*, *ibid.*, m. 3, n.^o 1553.

³ *Id.*, *ibid.*, m. 1, n.^o 14.

⁴ *Leitura de Bacharéis*, m. 10, F. n.^o 24.

⁵ *Provedoria de Tomar*, liv. xxvi, fl. 5.

⁶ *Revista da Universidade*, vol. 1, p. 646.

Em 1825 foi António André nomeado professor de primeiras letras para a freguesia da Igreja Nova do Espírito Santo, termo de Tomar¹.

Em 1830 foi o mesmo António André nomeado professor proprietário da cadeira de primeiras letras da freguesia da Igreja Nova².

Referências a pessoas de certa ordem dos termos de Águas Belas e Ferreira, apenas, além das já apontadas, podemos consignar as seguintes:

Em 1753 houve uma sentença em favor da Mitra episcopal de Coimbra contra o licenciado Tomé Mendes e outros da freguesia de Águas Belas sobre os dízimos das madeiras.

Em 1786, em Ferreira, havia os seguintes indivíduos, dos principaes: Inácio Xavier Ribeiro, juiz; vereadores, Joaquim de Sousa Barros e João Coelho de Sousa da Câmara; prior, fr. Jacinto de Melo da Silva e Castro; José Coelho e Sousa da Câmara, Manuel Ribeiro dos Santos, João Antunes Baptista de Abreu, P.^o Eusébio Luís Ribeiro, João Sútil de Azevedo, António Marques de Azevedo, Gregório Rodrigues, P.^o Francisco Dias Ferreira, Francisco da Costa Moreira, Luís Carneiro, Manuel José Nunes Ferreira e Manuel Gonçalves de Oliveira.

Em 1803 a 1804 frequentava o 2.^o ano da Faculdade de Teologia da Universidade, Fr. Francisco de Azevedo, monge de S. Bernardo, filho de José António de Azevedo Marques, natural de Águas Belas. Nesse ano também Fr. Francisco de Azevedo frequentou o Colégio Rial das Artes.

Em 1819 a 1820, Inácio Moreira Barroso, filho de Francisco da Costa Moreira, natural de Ferreira do Zézere, frequentou o 1.^o ano de Direito, assim como José Maria da Silva Ferreira, filho de Gregório Rodrigues Ferreira, natural de Ferreira.

O Bacharel Bernardo António Rodrigues, formado em leis, requereu, por 1820, para ser admitido a ler no Desembargo do Paço. Era filho de Manuel Rodrigues Tomás e de D. Maria Teodora, natural de Ferreira, e de 26 anos de idade³. Por causa dèle foram inquiridas as seguintes testemunhas: António José Nunes, da Quinta; Manuel Joaquim dos Santos, escrivão do judicial e notas de Ferreira; Manuel Pais de Andrade Baeta, escrivão do novo imposto do selo do papel; Francisco dos Santos Ferreira, de Ferreira; José Maria da Costa,

¹ *Provedoria de Tomar*, fl. 20 v do liv. xxvi.

² *Id.*, fl. 186 do liv. xxvi.

³ *Leitura de Bachareis*, m. 12-B, n.^o 27.

da Quinta do Loureiro; António Gonçalves, latoeiro; Luís Gonçalves, da Laranjeira.

Sabemos que, em 1822, assistia êle na Cerejeira.

Populações desta ordem não podiam evidentemente estar sem médico, assim como não estavam já sem professor de instrução primária.

Não admira por isso que, em 1786, a câmara, nobreza e povo de Ferreira pedisse autorização para estabelecer um partido médico, com o ordenado de 60\$000 réis. Foi mandado ouvir o provedor da comarca de Tomar que, por sua vez, ouviu a nobreza e povo de Ferreira.

Em 1796 a Câmara de Ferreira, não tendo médico que quisesse servir por 60\$000 réis, pedira autorização para elevar o partido a 100\$000 réis. Nem todos contudo estavam nisso concordes: os juízes ordinários eram dessa opinião, os vereadores e procurador do concelho de 1797, porém, combatiam-na. Os juízes ordinários eram então Dr. Francisco António de Rezende Ribeiro e Mota e Manuel Rodrigues Tomás. O partido de 60\$000 réis tinha sido dado ao Dr. Santos Francisco Gonçalves Bobela em 1793, mas com a condição de que se aparecesse alguém que o quisesse, rezidindo na vila, êsse seria o preferido. Em vista do parecer do provedor da comarca, parecer favorável à câmara de 1796, foi-lhe passada provisão neste sentido em 3 de Novembro de 1797, provisão que foi porém embargada.

Em 1788 também os habitantes de Águas Belas desejaram estabelecer um partido médico com o ordenado de 25\$000 réis, para o que pediram e obtiveram autorização. Era então aí juiz ordinário António Rodrigues Chaves e vereador José Luis. Existia no termo um Manuel Cotrim de Carvalho.

Em 1814 requereu a nobreza e povo da vila de Ferreira a criação duma feira franca no dia 29 de cada mês. Já tinham um mercado semanal, aos domingos. Era então escrivão da câmara Henriques António Rodrigues e capitão, Manuel Rodrigues Tomás.

Da actividade militar nesta região pouco sabemos. Em 3 de junho de 1765 foi passada carta patente a José Mendes Manso de capitão da ordenança de Ferreira, lugar vago por morte de Manuel Coelho da Silva. (liv. 105, fl. 64 v.).

Em 8 de Julho de 1794 foi passada carta patente a Nicolau Godinho, de capitão das ordenanças da Igreja Nova, lugar vago por falecimento de Rodrigo Vieira da Silva¹.

¹ *Coneelho de Guerra*, liv. 121, fl. 255.

Em 24 de Janeiro de 1799 foi passada carta patente a António Roberto Ferreira de capitão das ordenanças de Águas Belas, lugar vago pela demissão de José Nunes Cordeiro, que a pediu por causa da sua idade avançada. (liv. 126, fl. 216).

Em Julho de 1831 era capitão da 3.^a companhia do Batalhão de Voluntários Realistas de Tomar, com seu quartel em Ferreira do Zézere, André Ferreira da Cunha Mota de Almeida Cardoso.

E bem preciso élé era pois, alguns anos antes, teve de ser requisitada uma fôrça do batalhão de caçadores 2 para manter a ordem. Foi o caso, contam-no documentos do *Arquivo da Intendência geral da Polícia*, que, a 11 de Setembro de 1821, estando o Dr. António da Cunha de Figueiredo e Melo, corregedor de Tomar, em correição nas vilas de Águas Belas e Ferreira mandou prender o juiz ordinário de Ferreira, Bernardo António Rodrigues, na casa da câmara. Da janela principiou o juiz a gritar e, acudindo várias pessoas, veio, entre elas, o outro juiz António José Nunes a quem não quizeram dar a respectiva chave. Mandou por isso encostar à janela uma escada por onde subiu assim como outras pessoas que restituíram à liberdade o juiz Rodrigues. Procurou porém o corregedor manter a prisão, o que não conseguiu, já por lhe replicarem ser para isso preciso uma provisão do Desembargo do Paço, já porque o povo, em magotes tomou uma atitude ameaçadora.

!E quantos outros episódios de motins populares haveria nesta época tam agitada da política portuguesa, dos quais hoje nos não chegam notícias!...

XII

Dornes e o seu termo no século XIX

Do século passado só uma pequena parte tentaremos historiar: mas essa é a parte mais agitada, é a que abrange as lutas civis terrivelmente desenroladas no nosso país até 1833 que, contribuíram excepcionalmente para a transformação social operada no pequeno burgo que estudamos e chegou até a supressão do concelho de Dornes, ou seja à extinção sob o ponto de vista judiciário, administrativo e militar da pequena colectividade chamada termo de Dornes cuja tradição ainda hoje se conserva na linguagem popular.

Só no ponto de vista eclesiástico a pequena freguesia de Dornes se mantém e à sua igreja (fig. 15) vêm periódicamente, de longes terras, oito e nove léguas em redor, grandes ranchos de romeiros, alacres

e bulícosos, agradecer à Senhora do Pranto todos os milagres que por elas fez. Vinde, vinde lindas moças:

Dentro da vila de Dornes
 Tenho eu quem me quere bem;
 Nossa Senhora do Pranto
 Que não quere mal a ninguêm!

¡E como podia ela querer mal a alguém se todos se compadecem ao vê-la sofrer assim tanto com o coração trespassado, com o rosto inundado de lágrimas?!

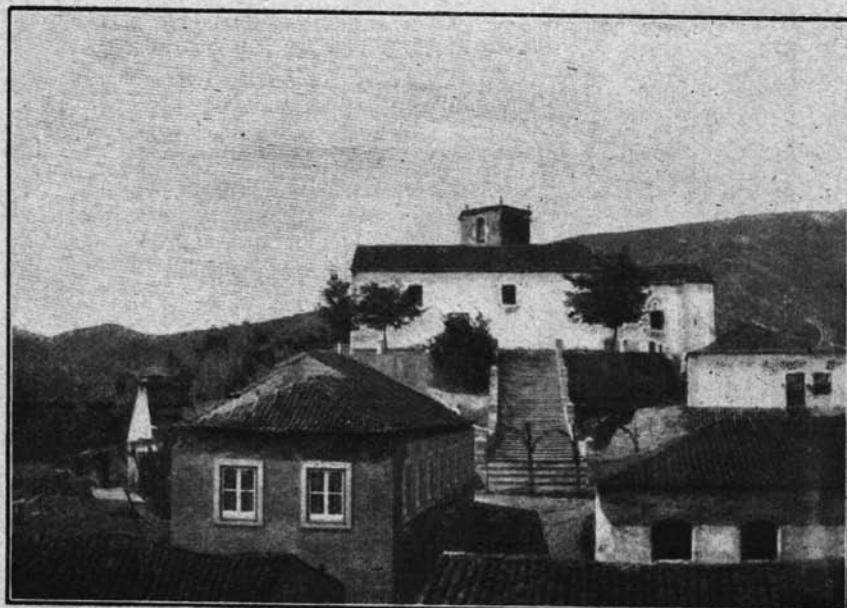


Fig. 15 — Dornes — Vê-se no alto a sua igreja

¿Romeiros, trazeis os pés feridos da aspereza do caminho, não é verdade? mas cá está a boa Senhora do Pranto com o seu sorriso divinal de torturada cheio de esperanças para vos consolar e aliviar. ¿Que lhe pedis? ¿Anda arredio o vosso namorado? oh, tende fé, a Senhora o fará voltar-se para vós novamente.

Hei-de fazer um pedido
 A nossa Senhora do Pranto
 E se ela me atender
 Hei-de dar-lhe um lindo manto.

E fazei, fazei vós todos os pedidos que quiserdes, a saúde para a vossa junta doente, a abundância para o vosso celeiro exausto, por que a boa Senhora do Pranto a todos atenderá.

Nossa Senhora do Pranto
 Tem uma meada de ouro
 Quem me fôra relva verde
 ; Seria o seu estendedouro!

E quando vós, todos, retirardes, à despedida, cantai-lhe mais essa linda trova:

Nossa Senhora do Pranto
 As costas lhe vou virando
 Minha bôca se vai rindo
 Mas meus olhos vão chorando...



Fig. 16 — Dornes — Um bareo no Zézere — Ao calhau

Não é entretanto tam grande o chôro que engrosse a corrente caudalosa do Zézere que lá em baixo corre entre serranias alpestres e bravas (figs. 16 e 17).

Até à extinção da Casa do Infantado em 1834 continuou a comendador de Dornes directamente subordinada ao almoxarife e juiz dos direitos riais, lugar que não esteve até ao fim na família Sá, como até agora o temos visto.

Teodoro de Meneses era, em 1801, procurador da comenda e, como tal, recorreu contra vários actos que ele dizia ilegais da justiça de Tomar, por não respeitarem os privilégios da Casa do Infantado.

Sobre este assunto deu parecer o almoxarife António de Sá, lançando principalmente as culpas de isso sobre os juízes ordinários.

Seja dito de passagem que, em 16 de Novembro de 1801, foi esse procurador da Comenda, Teodoro de Meneses Magalhães Lemos Coelho e Vasconcelos, morador em Paio Mendes, espancado num sítio ermo. Sobre este atentado, atribuído pelo almoxarife António de Sá a um compadre do capitão-mor João Camelo Saraiva, que por esse facto foi absolvido pelo juiz ordinário José Pedro de Sequeira, do Beco, fez-se uma devassa sendo interrogadas duas testemunhas:

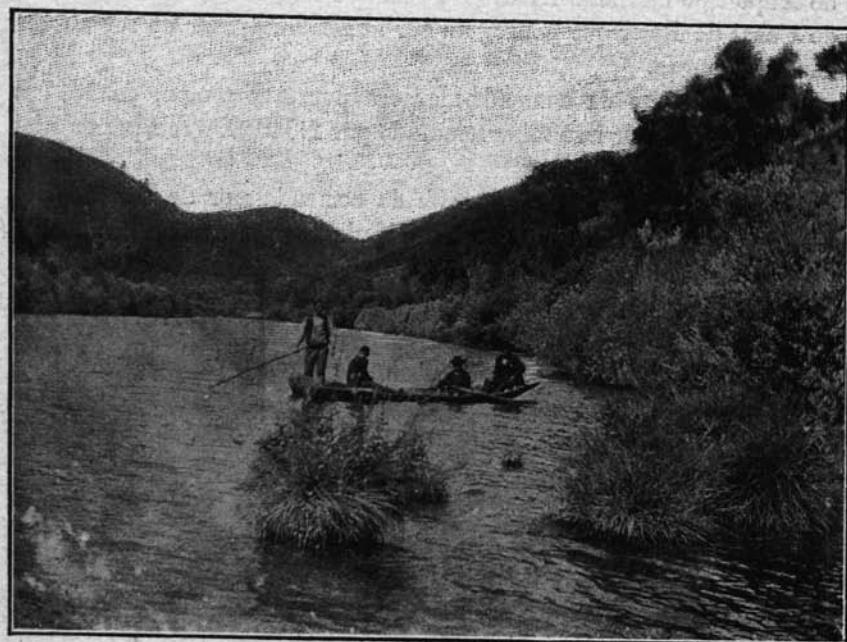


Fig. 17 — Dornes — Um barco no Zézere, defronte de Casal de Lucas

Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca e o médico D. Santos Francisco Gonçalvez Bobela.

António de Sá continuou a ser almoxarife da comenda até que, em 5 de Fevereiro de 1812, foi nomeado almoxarife interino Gregório Alexandre Caldeira, a quem, por vezes nos temos já referido.

Foi o caso que António de Sá faleceu em 1811 e como as suas dívidas à comenda fossem grandes, requereram-lhe o sequestro de bens e o lugar não continuou na família, sendo exercido em comissão, nesse mesmo ano ainda, por João Paulo Manso de Almeida e Sousa.

Da gerência de Gregório Alexandre sabemos que, em 1815, sendo escrivão Manuel Nunes Ribeiro, venderam da mata do Cerquito, por ordem de S. A. R. a Nuno Infante Correia de Sequeira da Silva de Carvalho, da cidade de Lisboa, paus no valor de 1:080\$000 réis que ele mandou receber por seu procurador, o capitão José Delgado da Silva, do lugar das Telhadas.

Pouco antes tinha sido suspenso o procurador da comenda, António Joaquim de Sousa Ribeiro, por se ausentar para banhos sem licença e eram então dois os pretendentes ao lugar: Manuel da Cruz, do Alqueidão de Santo Amaro e Francisco António Martins Ferreira, do Casal da Rica, que conseguiu ser nomeado, apesar de ser alferes das ordenanças.

O rendimento da comenda-mor era por esse tempo, de 1817 a 1820, grande e por isso foi arrematado por 2:840\$000 réis para a Rial Fazenda anualmente.

Por 1832 servia de almoxarife da comenda-mor de Dornes Manuel Rodrigues Tomás, em cuja qualidade participava que, em 1825, tinham furtado a caldeira grande do lagar da Mata, apurando que foi vendida no termo da Certã.

Manuel Rodrigues Tomás tomou posse em Setembro de 1820. Em 29 de Novembro de 1821 informava ele que o rendimento da comenda-mor de Dornes tinha sido arrendado por 2:840\$000 réis em cada ano.

«O que sabemos da burocracia desse tempo?

Vejamos primeiramente os juízes ordinarios, cuja função não viria muito tempo que não daria a alma ao Criador.

Em 1800 serviram de juízes ordinarios: Drs. André Martins Ferreira de Sousa e Joaquim António de Sousa Ribeiro que serviu no impedimento de António de Sá.

Para 1801 foram propostos: bacharel João Bento Camelo de Carvalho, de Paio Mendes, António Coelho de Sousa da Câmara, João Camelo Pereira, Heitor de Carvalho Gueifão e José Pedro de Sequeira e Fonseca.

Para 1802: Francisco Camelo Saraiva; Bernardo Carvalho, do Carril; Teotónio Camelo, de Paio Mendes, e José Antunes de Sousa, de Dornes. Para 1803 Teotónio Camelo de Carvalho, de Paio Mendes; João Camelo Heitor de Carvalho Gueifão, do Carril; António Coelho de Sousa da Câmara, das Courelas e Inácio Evaristo Caldeira, da Rebavia. Para 1804: o bacharel Eusébio Inácio Cotrim, do Alqueidão de Santo Amaro, António Coelho de Sousa da Câmara, das Courelas; o bacharel André Martins Ferreira, do Beco; José Inácio

Pereira, do Carril; e para procurador do concelho Manuel da Cruz, do Alqueidão de Santo Amaro.

Para 1805: Gregório Alexandre e Bernardino Martins Ferreira, do Outeiro do Marco assim como António Coelho de Sousa da Câmara e o capitão-mor João Camelo.

Para 1806: João Camelo Saraiva, da Frazoeira e José Antunes de Sousa, de Dornes, assim como Bernardino Martins, do Outeiro do Marco e Joaquim Álvares, do Carril.

Para 1807: bacharel Francisco Mendes, do Beco; José Inácio Pereira, do Carril; bacharel Eusébio Inácio Cotrim, do Alqueidão e o bacharel António José de Brito, da Frazoeira.

Para 1808: Dr. António José de Brito e Castro, da Frazoeira; Joaquim José Alves, do Carril; Francisco Martins Ferreira, do Casal da Rica; Teotónio Camelo de Carvalho e Vasconcelos, de Paio Mendes.

Para 1811: António Coelho de Sousa, da Câmara e Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa.

Note-se que, para 1811, foram considerados como capazes de serem juízes os seguintes indivíduos:

Gregório Alexandre Caldeira, do Beco, 60 anos, 150:000 cruzados; Inácio Evaristo, da Rebavia, 55 anos, 20:000 cruzados; José Antunes de Sousa, de Dornes, 55 anos, 12:000 cruzados; Bernardo Carvalho, do Carril, 64 anos, 40:000 cruzados, e tio por afinidade de José Antunes de Sousa; Manuel Antunes Lopes, 56 anos, 40:000 cruzados; capitão Eusébio Inácio Cotrim, do Alqueidão de Santo Amaro, 65 anos, 20:000 cruzados, cunhado de José Antunes; o capitão de ordenanças Manuel Cotrim, 66 anos, 20:000 cruzados, parente em 3.º grau do capitão Eusébio; José Alves, do Carril, 60 anos, 5:000 cruzados; José Inácio Pereira, 55 anos, 6:000 cruzados, genro do capitão Manuel Cotrim; Francisco Heitor Pereira, do Casal do Carril, 64 anos, 30:000 cruzados; o capitão-mor João Camelo Saraiva Cotrim de Vasconcelos, 55 anos, 100:000 cruzados; Francisco Camelo, irmão do anterior; João Camelo, 40 anos, 12:000 cruzados; António Coelho e Sousa da Câmara, das Courelas, 50 anos, 16:000 cruzados; António Joaquim de Sousa Ribeiro, 18 anos, 8:000 cruzados; Francisco Mendes de Carvalho, do Beco, 25 anos, 4:000 cruzados (m. 325 da *Casa do Infantado*).

Para 1812: Inácio Evaristo, Francisco Heitor Pereira; António Joaquim de Sousa Ribeiro, do Souto; e José Antunes de Sousa, de Dornes.

Para 1813: Bernardino José de Carvalho, do Guardão e José Antunes de Sousa, de Dornes.

Para 1814: Joaquim António da Cruz, do Alqueidão de Santo Amaro; Joaquim José Alves, do Carril; António Coelho de Sousa e José Inácio Pereira.

Para 1815: Bernardino Martins Ferreira e José Carlos Ferreira.

Para 1816: Manuel Joaquim da Costa e José Inácio Pereira.

Para 1817: António Vicente Sarmento e Joaquim José Alves, do Carril.

Para 1818: Francisco Camelo, da Frazoeira e Manuel Cotrim, do Carril.

Para 1819: Bernardino Martins, do Outeiro do Marco: Tomás Inácio Cotrim, de Dornes; Gregório de Melo, do Beco e Joaquim Cotrim de Carvalho, da Frazoeira.

Para 1820: António Coelho de Sousa, da Câmara, Inácio Evaristo Caldeira; Dr. José Joaquim Álvares, de Dornes; Bernardino José de Carvalho, do Guardão.

Para 1821: João Camelo Saraiva, Joaquim Cotrim de Carvalho, Francisco Autónio Martins Ferreira, do Casal do Carril; António Vicente Sarmento, da Carraminheira.

Para 1822: Manuel Cotrim, do Carril; Manuel da Cruz, do Alqueidão de Santo Amaro; Leonardo Camelo, da Rebalvia; José Inácio Pereira, do Carril.

Em 1823 eram juízes ordinários: Francisco Camelo e Francisco António Mendes Ferreira.

Para 1824: António Vicente, da Carraminheira; José Carlos Ferreira, António Coelho de Sousa e José Inácio Pereira. E para vereadores: Luís Cotrim de Vasconcelos, António Joaquim de Sousa Ribeiro e João Carvalho da Cruz, do Alqueidão.

Para 1827: Dr. José Joaquim Alves, do Beco; António Coelho de Sousa: o advogado João do Vale Correia da Silva Aranha e Inácio Evaristo Caldeira, da Rebalvia.

Para 1828: Joaquim Cotrim¹, da Frazoeira; António Vicente, da Carraminheira; Joaquim dos Santos, do Carril; o Capitão de milícias Luís Cotrim.

Para 1829: capitão-mor Francisco Camelo; Jacinto de Melo, do Beco; Leonardo Camélo, da Rebalvia; Joaquim da Cruz, do Alqueidão.

¹ Contra êle se queixou o provedor de Tomar, José Joaquim da Silva, por se opor à posse que um escrivão da provedoria de Tomar queria dar ao juiz dos órfãos de Dornes, ameaçando-o com prisão.

Para 1830: António Coelho de Sousa; capitão José Carlos Ferreira; sargento-mor Manuel Joaquim, das Quintas; ajudante Domingos José Dias, da Frazoeira.

Para 1831: Joaquim Cotrim de Carvalho, Dr. José Joaquim Alves, do Bêco; Joaquim dos Santos de Carvalho, do Carril e o capitão Tomás Inácio Cotrim, de Dornes.

Para 1833: Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva, da Frazoeira e António Joaquim Pereira, do Carril.

Para 1834: o capitão de ordenanças José Carlos Ferreira, do Alqueidão de Paio Mendes e o sargento-mor Manuel Joaquim da Costa.

Com as eleições para juízes ordinários davam-se às vezes episódios curiosos. Em 1829 mandou D. Miguel ordem para o corregedor de Chão do Couce ir a Dornes proceder à eleição, mas aí, invocando os seus antigos privilégios responderam-lhe que já a tinham feito!

Alguns anos antes, em 1823, o juiz ordinário Francisco António Martins Ferreira e mais dois vereadores queixaram-se da forma como tinham sido feitas as eleições porquanto o corregedor das cincas vilas, logo no acto eleitoral, declarou que podiam ser eleitos *milicianos*. No termo havia dois capitães que foram vereadores constitucionais e ainda agora, nas suas conversas particulares, disso se gloriavam. O corregedor deixou-se levar por António Joaquim de Carvalho, professor de primeiras letras e antigo escrivão da câmara e por isso não fez reparo em que foram os milicianos que, em Tomar, não deixaram executar as ordens de D. Miguel.

Sintomas bem evidentes da agitação da época, como o é também a queixa, feita em 1826, por Joaquim António da Cruz, do Alqueidão de Santo Amaro contra o juiz ordinário Joaquim Cotrim que o ameaçou de prisão, no caso de não fazer certa assinatura...

Para 1827 foi dos juízes mais votados Luís Cotrim, do Alqueidão; com o pretexto porém de que era capitão de milícias excluíram-no da lista contra o que protestou obtendo provimento.

Vejamos quem exerceu o lugar de juiz dos órfãos e o seu respetivo escrivão.

Em 1800 era o lugar de escrivão dos órfãos exercido por José António de Sousa.

Em 1809 era o lugar de juiz dos órfãos exercido por Bernardino Martins Ferreira e o de escrivão, pelo menos, desde 1807 por Estêvão José de Carvalho e Fonseca. Começou este a exercer o lugar por nomeação do respectivo proprietário Joaquim Anacleto Espada e, sendo natural do Bêco, era filho de António Carvalho da Fonseca e de Maria Joaquina da freguesia da Encarnação, de Lisboa, neto pa-

terno de Bernardo da Fonseca e de Marcelina Carvalho e materno de Francisco Gomes e de Apolónia Franciscas, da freguesia da Encarnação, em Lisboa. Foi casado com Bernardina Rosa da Cruz, do Beco. Por ocasião da terceira invasão francesa desencaminhou-se-lhe o provimento e grande parte do cartório, fazendo-se, por causa disso, uma inquirição de testemunhas em 16 de Janeiro de 1812.

Também ao juiz dos órfãos, Bernardino Martins Ferreira, do Outeiro do Marco, com a invasão francesa, se lhe desencaminhou o provimento respectivo.

Vagando, por morte de Joaquim Anacleto Espada, a propriedade do lugar de escrivão dos órfãos pediu-a João Carvalho da Cruz, filho de Estêvão José de Carvalho a quem me venho referindo. Era lotado em 25\$000 réis e obteve dêle provisão em 12 de Setembro de 1826.

Em 1819 requereu Leonardo de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco, o lugar de juiz dos órfãos que Bernardino Martins Ferreira tinha abandonado. Ele era alferes de uma das companhias do regimento de milícias de Tomar e não só por isso, como também por lhe atribuarem índole áspera, a câmara de Dornes representou contra ele. Sobre isso foram inquiridos: Joaquim da Mota, almoxarife da comendamor; Manuel Joaquim Nogueira, advogado nos auditórios de Dornes e Luís Manuel da Silva, escrivão dos órfãos. O juiz ordinário, Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa, suspendeu-o em 1819 e por sua vez Leonardo de Figueiredo fez amargas queixas de Tomás Inácio. Leonardo de Figueiredo em 1818 tinha 38 anos.

Para juiz dos órfãos abriu-se pela segunda vez concurso em 1824, porém ninguém concorreu. Por isso o provedor da comarca de Tomar proveu-o interinamente em Alípio António Cotrim de Sousa Fonseca Coutinho morador no Beco que declarou *não pertencer a sociedades secretas*. Os povos de Dornes protestaram acusando-o de orgulhoso, caloteiro e delapidador dos dinheiros públicos tendo por isso sido esbulhado de correio-mor de Tomar, lugar exercido por seu pai.

Em 1829 requereu Jacinto de Melo Caldeira, do Beco o lugar de juiz dos órfãos de Dornes; Joaquim Cotrim de Vasconcelos atestou que ele era... *muito afecto ao grande monarca que nos governa e oposto ao sistema constitucional*. Este Joaquim Cotrim era encarregado da paróquia do Beco, na ausência do vigário Fr. António Joaquim Pereira. Jacinto de Melo Caldeira era filho de Gregório Alexandre e de D. Isabel Cândida António de Melo; ele da Rebávia e ela do lugar do Tojal, freguesia da vila da Igreja, bispado de Viseu; neto materno de Duarte de Melo da Silva Almeida e Castro

e de D. Ângela Baloma (?) Manuel Albuquerque de Vasconcelos e Aboim, da freguesia dos Anjos de Lisboa. Nasceu Jacinto de Melo em 25 de Março de 1805 e foi seu padrinho Fr. Jacinto de Melo, prior de Ferreira. (Vi uma certidão donde tudo isto consta).

Em 1830 pretendeu também o lugar de juiz dos órfãos de Dornes o advogado Manuel Correia da Silva Frazão.

O lugar de escrivão dos órfãos continuou sendo exercido por João Carvalho da Cruz apesar de que Joaquim António de Vasconcelos e Sousa Ribeiro, do Souto pediu, em 1827, a propriedade desse lugar. Debalde alegou os seus serviços no batalhão académico *por se ter alistado no dito corpo militar no ano de 1808 para a restauração da capital do reino invadida pelo exército francês, tornando depois a alistar-se e unir-se ao dito corpo em 1809 para a restauração do Porto e províncias do norte invadidas pelo general Soult e ultimamente, em 1810, para a expulsão do exército de Massena: em cujas campanhas fez grandes serviços, assistindo a combates, sofrendo privações e fadigas... sem que recebesse sólido ou gratificação alguma.* Era então capitão do regimento de milícias de Tomar, lugar para que foi promovido em Janeiro de 1817, tendo sido promovido ao posto de alferes de milícias em Abril de 1812.

Em 1825 pretendia o lugar de monteiro-mor de Dornes Manuel Martins Ferreira, do Carril, lugar vago por morte de João Camelo Saraiva.

Em 1800 servia de escrivão do público, judicial e notas Manuel Carvalho da Silva Flores, e José António de Lora servia de escrivão da câmara e almotaçaria da vila de Dornes.

Em 1838 era presidente da Junta de Paróquia de Dornes Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa. No mesmo ano era juiz de paz no Beco Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos e escrivão do mesmo João Carvalho da Cruz.

Em 1802 Gregório Alexandre, que se dizia proprietário do ofício de inquiridor, contador e distribuidor de Dornes, passou-o a Teodoro de Meneses Magalhães Lemos Coelho e Vasconcelos e, como a este não fosse passado alvará de serventia, requereu-o Gregório Alexandre.

Quanto ao provimento dos cargos militares chegam-nos as notícias seguintes: em 18 de Abril de 1800, pedindo a demissão de alferes do Beco, António Cotrim, foram propostas 3 pessoas: Francisco António Martins Ferreira, do Casal da Rica, 34 anos e 3 para 4:000 cruzados de capital; Bernardino Martins Ferreira, do Outeiro do Marco, 40 anos, 5 para 6:000 cruzados; José António da Cruz, do

Alqueidão de Santo Amaro, 25 anos e 2:000 cruzados. Foi nomeado o primeiro.

Em 1801 pediu, por doença, Alexandre José de Brito a demissão de capitão das ordenanças e, em 1802, desistiu o Dr. Estêvão José de Carvalho, da Frazoeira, do lugar de sargento-mor de Dornes.

Foram pretendentes em virtude desta demissão ao lugar: João Camelo Pereira Heitor de Carvalho, capitão das ordenanças do Beco, filho de Francisco Heitor Pereira, capitão da mesma companhia e neto de Jerónimo Camelo de Carvalho, capitão-mor de Dornes. Outro pretendente: Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho¹ e Vasconcelos, irmão do capitão-mor João Camelo Saraiva: filho de José António Saraiva Cotrim Camelo de Carvalho e Vasconcelos, contando mais de 250 anos de nobreza conhecida. Entre outros atestados juntou um de António Rodrigues de Rezende, desembargador da Relação do Pôrto, datado de Ferreira, de 19 de Setembro de 1801 em que entre outras cousas se diz: *é legitimo descendente dos Camelos, Cotrins, Saraivas, Carvalhos e Vasconcelos que refere o P.^r Carvalho na 3.^a parte da sua Corografia Portuguesa.* Há também no processo um atestado passado por António de Sá em que se diz que este Francisco Camelo é solteiro, terá 40 anos; é neto de Manuel Camelo de Carvalho que foi capitão-mor; os seus ascendentes serviram de almoxarifes de Dornes. Outro pretendente foi o procurador da comenda de Dornes Teodoro de Meneses, etc.; no seu requerimento apontam-se todos os propostos como incapazes excepto o Dr. Eusébio, do Alqueidão, proposto em último lugar. Com efeito o Dr. Eusébio Inácio Cotrim de Vasconcelos, em 1802, protestou dizendo que *na sua geração e família tem havido homens distintos e ainda mesmo sargento-mor, qual foi José Antunes Cotrim, primo inteiro do suplicante.* O Dr. Eusébio juntou certidões provando que tinha servido os lugares de juiz ordinário e dos órfãos e de almoxarife e juiz dos direitos riais. O pai do Dr. Eusébio era tio de José Antunes Cotrim, sargento-mor anterior a Estêvão José, etc. e foi seu herdeiro por este ter morrido *ab intestato*. A certidão que sobre este assunto lhe foi passada foi em 1783. Os propostos foram em primeiro lugar José

¹ Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos, filho do capitão-mor José António Saraiva Cotrim Camelo de Carvalho e Vasconcelos e de D. Gerarda Caetana Camelo de Carvalho e Vasconcelos, da Frazoeira, casou com D. Catarina Umbelina e Castro Lemos Fonseca Mendonça, filha de João Pedro de Mendonça Ferreira Granado e de D. Teresa Rita Castro e Lemos, da Paparia, em 25 de Fevereiro de 1824.

Pedro de Sequeira, que foi capitão de milícia e depois sargento-mor; vive com seus irmãos e a casa valerá 30:000 cruzados. Em segundo lugar Francisco Camelo e em terceiro Eusébio Inácio Cotrim, capitão da ordenança, 20:000 cruzados. À eleição procedeu-se em 22 de novembro de 1801 e na pauta diz-se que Eusébio Inácio Cotrim é *inteligente e bem procedido*, 53 anos, 15:000 cruzados. O principal argumento de Eusébio Inácio Cotrim em seu favor era serem os dois primeiros propostos leigos *sem ponderarem que as armas melhor se governão com as letras que sem elas*.

Em 5 de Outubro de 1802 foram propostos para o lugar de capitão das ordenanças, de Paio Mendes, vago por morte de Alexandre José de Brito e Castro, em primeiro lugar: José Martins Ferreira, do Outeiro da Frazoeira, 42 anos, 16:000 cruzados; em segundo lugar o Dr. António José de Brito e Castro, da Frazoeira, 52 anos, 40:000 cruzados, António Coelho de Sousa da Câmara. Alexandre José de Brito e Castro morreu em 15 de Maio de 1802.

Em 1807 vagou o lugar de alferes da companhia de Dornes e para ele foram propostos: Joaquim dos Santos Carvalho, do Carril, de 40 anos e com 12:000 cruzados; José Inácio Pereira do mesmo lugar com 55 anos e 8:000 cruzados; José Antunes de Sousa, de Dornes, com 58 anos e 12:000 cruzados.

Em 1806 para o lugar de capitão das ordenanças de Paio Mendes foram propostos: António Coelho de Sousa da Câmara, José Carlos Ferreira, do Alqueidão de Paio Mendes, 20:000 cruzados e o bacharel António José de Brito e Castro, da Frazoeira. Tinha falecido em 30 de Abril, o capitão das ordenanças, de Paio Mendes, José Martins Ferreira que havia sido promovido em 1803 de alferes a capitão, de Paio Mendes, sendo nomeado alferes, em 1804, José Carlos Ferreira, de 30 anos de idade e 8:000 cruzados.

Em 19 de Outubro de 1806 fez-se eleição para o lugar de capitão da companhia de Dornes. Foram propostos: Manuel Joaquim da Costa, filho de Joaquim José Alves, de 36 anos e 7 a 8:000 cruzados; José Inácio Pereira, do Carril, 50 anos, 10:000 cruzados. O lugar tinha vagado por falecimento de João Camelo Pereira, em 30 de Abril de 1806.

Em 1807 para o lugar de alferes da ordenança de Paio Mendes foi proposto em primeiro lugar António Coelho e Sousa da Câmara, viuvo.

Em 1811 tinha morrido Eusébio Inácio Cotrim, capitão da companhia do Beco. Em 8 de Julho fez-se a eleição para o seu lugar e foi proposto primeiramente Tomás Inácio Cotrim, de 24 anos e

12:000 cruzados; depois Francisco António Martins Ferreira, do Casal da Rica, e, em terceiro lugar, Inácio Evaristo, da Rebálvia com 60 anos de idade e 30:000 cruzados.

Ao que parece Tomás Inácio Cotrim não tinha muito empenho no lugar, pois o alferes da companhia do Beco que tinha tido a segunda votação, em 1813, alegando precisamente essa pouca importância, perdiu a sua promoção.

Foi preciso o capitão-mor intimar Tomás Inácio, no prazo de quinze dias, a requerer a sua patente, o que com efeito fez, sob pena de prisão!

Como se vê Francisco António Martins Ferreira não conseguiu o que desejava, e faleceu em alferes, passando o lugar para seu filho Bernardino Martins Ferreira, do Outeiro do Marco, de 25 anos e com 6:000 cruzados.

Em 1811, para o lugar de alferes da companhia de ordenanças, de Paio Mendes, foi nomeado Manoel Camelo de Carvalho, da quinta da Eira.

As ordenanças das vilas de Dornes e Ferreira do Zézere, compunham-se de 4 companhias, em 1815, com 541 praças.

Os seus oficiais eram então, capitão-mor, João Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos; sargento-mor, Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos; ajudante, Manuel Joaquim da Costa; capitão da 1.^a companhia, Manuel Cotrim; dito da 2.^a, Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa; dito da 3.^a, José Carlos Ferreira; dito da 4.^a, Manuel Rodrigues Tomás; alferes da 1.^a, Joaquim dos Santos de Carvalho; dito da 2.^a, Francisco António Martins Ferreira; dito da 3.^a,; dito da 4.^a, Joaquim Paulino Ferreira.

Em 1823 exerciam os postos das ordenanças os seguintes indivíduos: capitão-mor João Camelo, sargento-mor Francisco Camelo, ajudante Manuel Joaquim da Costa; primeira companhia (Dornes) Manuel Cotrim, capitão e Joaquim dos Santos de Carvalho, alferes; segunda companhia (Beco) Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa, capitão, e Francisco António Martins Ferreira, alferes; terceira companhia (Paio Mendes) José Carlos Ferreira, capitão e Domingos José Dias, alferes; quarta companhia (Ferreira) Manuel Rodrigues Tomás e Joaquim Paulino Ferreira, alferes.

Em 6 de Julho de 1824 morreu o capitão-mor de Dornes e Ferreira do Zézere, João Camelo e foi participada a sua morte pelo sargento-mor comandante Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos. Para tal vaga foram propostos: primeiro, Francisco

Camelo, irmão de João Camelo e sargento-mor, de 50 anos e 200:000 cruzados; em segundo, André Ferreira da Cunha Mota e Almeida, mōço fidalgo da casa de El-rei, bacharel formado em leis, de 28 anos e 50:000 cruzados; em terceiro, Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva, de 47 anos e de 100:000 cruzados. A eleição tinha sido em 30 de Setembro de 1824.

Em 22 de Julho de 1825 procederam à eleição de sargento-mor de Dornes e foram propostos: primeiro, Leonardo de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco, 30:000 cruzados, 44 anos e tenente do regimento de milícias; em segundo, Manuel Joaquim da Costa, das Quintas, ajudante das ordenanças, 30:000 cruzados, 45 anos; em terceiro, Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa, capitão das ordenanças de Dornes, 10:000 cruzados e 40 anos. Contra Leonardo de Figueiredo fizeram uma representação que foi assinada por Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva, juiz ordinário; José Joaquim Alves, médico do partido; Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos, capitão da 1.^a companhia de Milícias de Tomar; Joaquim António de Vasconcelos e Sousa Ribeiro, capitão da 2.^a companhia de Milícias de Tomar; António Joaquim Ribeiro, tenente da 2.^a companhia de Milícias; Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa, capitão da 2.^a companhia de ordenanças de Dornes; Manuel Rodrigues Tomás, almoxarife da comenda-mor e capitão de ordenanças de Ferreira.—Por sua vez Leonardo de Figueiredo atirava-se a Joaquim Cotrim de Carvalho, filho de Manuel Bernardino, do Beco, que foi demitido do serviço, como tenente de milícias, em 13 de Abril de 1818 por haver sido julgado incapaz de serviço pela junta médica. Também se atirava a Tomás Cotrim por se achar culpado e com culpa aberta na correcção de Tomar. O capitão-mor estava a favor de Leonardo de Figueiredo acoimando os outros de liberais; aqueles a quem Leonardo de Figueiredo se opunha foram os eleitos da segunda vez a que se procedeu à eleição. A câmara constitucional foi composta de Joaquim Cotrim, Luís Cotrim de Vasconcelos e Joaquim António de Vasconcelos, os quais se não tratavam com Leonardo de Figueiredo.—Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva era filho do capitão Manuel Bernardino Cotrim e de D. Josefa Rosa Angélica, moradores no Beco, él natural de Lisboa e ela do Outeiro de Paio Mendes; neto paterno de Bernardo de Carvalho e de Potenciana Teresa, él natural do Guardão e ela da Rebalvia, e materno de José Ferreira e Silva e de Maria Madalena, ela natural do Outeiro e él do Beco. (Vi a certidão, assim como as seguintes). Manuel Joaquim da Costa era filho de Joaquim Álvares e de sua mulher Maria Joaquina, él do Carril e ela dos Mourelinhos; neto paterno de João Álva-

res e de Maria Josefa, ele da Ereira e ela do Carril; neto materno de Manuel Rodrigues e Francisca Ribeiro, ele de Azenha e ela dos Mourelinhos.

Tomás Inácio Cotrim (*vi a certidão*) era filho do capitão Eusébio Inácio Cotrim e de D. Maria Teresa de Sousa, moradores no Alqueidão de Santo Amaro de onde ela é natural e ele da Martimbrás; neto paterno de Manuel Cotrim dos Santos e de Maria Cotrim, moradores que foram na Martimbrás de onde ela era natural e ele da Corujeira; neto materno de Manuel Antunes Santana e de Mariana Mendes, moradores no Alqueidão de onde ela era natural e ele do Casilinho de Santana; nasceu Tomás Inácio em 1 de Junho de 1788 e foram seus padrinhos Tomás Álvares Cotrim, da Corujeira e Felizarda Maria dos Santos, do Outeiro da Frazoeira e foram testemunhas Joaquim José de Almeida, do Beco e José Cotrim, da Rebalvia; os seus bens (de Tomás Inácio) foram avaliados em 1825 em 8:130\$000 réis. Este lugar de sargento-mor estava vago pela promoção de Francisco Camelo de Saraiva a capitão-mor. Quem baptizou Tomás Inácio foi Fr. Manuel Antunes de Sousa, vigário de Dornes e que suponho seria tio d'ele.

Abramos um parêntesis para dizer quem foi o padrinho de Tomás Inácio Cotrim. Para isso recorremos ao seu processo de habilitação para o Santo Ofício (m. 6, n.º 85) do qual consta que lhe foi feita carta de familiar em 29 de Maio de 1761.

No requerimento, despachado em 26 de Agosto de 1760, diz ser *piceleiro*, natural da freguesia do Beco, morador na rua do Telhal, em Lisboa, e filho de Lourenço Álvares Neto e de sua mulher Teresa Cotrim; neto paterno de João Álvares e de Maria Mendes; neto materno de Manuel Cotrim e de Maria Francisca.

O comissário do Santo Ofício em Ferreira, Fr. Antão Mendes Manso, declarou ter-se informado com o capitão António Martins, do Souto, e com o capitão Lourenço Mendes Pimenta, familiar do Santo Ofício, da Rebalvia, etc.

Da informação de Lisboa constava que o habilitando era de facto mestre picheleiro, tendo a sua loja na rua do Telhal, vivendo abastadamente, sabendo ler e escrever e sendo então solteiro.

No Beco, foram interregados entre outros: José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, de 72 anos em 1760, que declarou ser o habilitando natural da Corujeira, onde habitaram os pais, tendo a mãe vindo do Alqueidão de Santo Amaro; que João Álvares veio da Várzea de Pedro Mouro, vivia do ofício de alfaiate e casou para o Alqueidão de Santo Amaro; que Manuel Cotrim era natural da Martimbrás e sua

mulher do casal da Horta, junto ao casal de Janalvo; o habilitando era seu parente por *sangüinidade* em 4.º grau.

No processo aparecem as seguintes certidões:

Em 16 de Maio de 1728 foi baptizado o habilitando, sendo padrinhos António Frazão e sua irmã Francisca, da Frazoeira.

Em 20 de Maio de 1710 casou Lourenço Álvares Neto, já viúvo de Isabel Cotrim, filha de Afonso Antunes e de Maria Cotrim, da Corujeira; testemunhas, Gregório Martins da Fonseca, do Beco; o P.º José Vaz, da Carraminheira; Manuel da Fonseca, do Outeiro, e outros.

Em 16 de Agosto de 1674 foi baptizado Lourenço Álvares Neto, sendo padrinhos Manuel Fernandes e sua mulher Maria Francisca, do Outeiro.

Em 28 de Março de 1688 foi baptizada Teresa Cotrim, sendo padrinhos Manuel, solteiro e sua irmã Maria Vaz, da Carraminheira.

Em 18 de Janeiro de 1660 casou João Álvares com Maria Mendes, filha de Francisco Dias Neto e de Catarina Mendes, da Rebalvia; testemunhas Luís Fernandes e José Silveiro, da Rebalvia.

Em 28 de Julho de 1682 casou Manuel Cotrim, filho de António Mendes, já defunto e de Francisca Cotrim, da Martimbrás, com Maria Francisca, sendo testemunhas Baltasar Cotrim, morador no Beco e Manuel Fernandes, do Outeiro do Marco.

Em 18 de Junho de 1665 foi baptizado Manuel, filho de António Mendes e de Francisca Cotrim; sendo padrinhos Manuel Mendes e sua mulher Isabel Caldeira, da quinta da Eira.

Em 11 de Junho de 1674 foi baptizada Maria, filha de Manuel Fernandes e de Maria Francisca, do Outeiro do Marco, sendo padrinho Francisco Camelo Gueifão, da freguesia de S. Pedro do Rêgo da Murta.

A este processo está intimamente ligado o de habilitação para o Santo Ofício, de Lourenço Mendes Pimenta (m. 8, n.º 124) atrás referido.

Em 27 de Agosto de 1754 foi despachado o seu requerimento. Nele se declara morador na Rebalvia e filho de Manuel Mendes Neto e de Maria Mendes Pimenta; neto paterno de Domingos Fernandes e de Ana Mendes; neto materno de Manuel Gaspar Pimenta e de Luisa Mendes, todos baptizados na freguesia do Beco.

Do interrogatório das testemunhas se conclui que o habilitando era proprietário e homem de negócio; seu pai foi sapateiro, seu avô paterno almoocreve e o avô materno contratador de panos de linho.

Dos assentos extractaremos o seguinte: em 18 de Agosto de 1693, casou Manuel Mendes com Maria Mendes e foram testemunhas Afonso Mendes de Vasconcelos, da Rebalvia e Manuel Jorge, do Casal.

Em 20 de Dezembro de 1757 apresentou ele, já então intitulando-se capitão, um requerimento em que pedia para se fazerem inquições *de genere* quanto a sua noiva Bernarda Jacinta da Costa e Faria, filha do Dr. Simão Martins da Costa, de Folque, termo de Arganil.

Em 1828 procedeu-se à eleição de ajudante de ordenanças da capitania-mor de Dornes. Presidiu o capitão-mor Francisco Camelo Saraiva e foram propostos: Domingos José Dias, alferes da 3.^a companhia, 35 anos, 30 mil cruzados; José Gonçalves Bobela, do Carril, 18 anos e 50:000 cruzados; Miguel Inácio Pereira, do Carril, 27 anos, 5:000 cruzados. O lugar estava vago pelo acesso de Manuel Joaquim da Costa, nomeado sargento-mor.

Em 1829, sendo presidente do senado de Dornes Jacinto de Melo Caldeira, procedeu-se à eleição de pessoas propostas para capitão das ordenanças de Dornes ficando em 1.^º lugar: Joaquim dos Santos de Carvalho, alferes da Companhia, de 55 anos e com 10:000 cruzados; Domingos José Dias, ajudante das ordenanças de 37 anos e com 30:000 cruzados; em 3.^º lugar Jacinto de Melo, solteiro, do Beco, com 23:000 cruzados, o lugar estava vago por morte de Manuel Cotrim.

Em 1831 eram: capitão-mor, Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos; sargento-mor, Manuel Joaquim da Costa; ajudante, Domingos José Dias; capitão da primeira companhia, Joaquim dos Santos de Carvalho; alferes da 2.^a, Bernardino Martins Ferreira; capitão da 3.^a, José Carlos Ferreira; alferes da 3.^a, José Gonçalves Bobela; capitão da 4.^a, Manuel Rodrigues Tomás; alferes da 4.^a, Joaquim Paulino Ferreira.

Em 1838, sendo tenente comandante interino da Companhia da Guarda Nacional do extinto concelho de Dornes Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos e alferes da mesma José Gonzales Bobela Júnior, juraram guardar a Constituição.

Um dos factos que mais agitou a sociedade portuguesa do princípio do século que estamos estudando foram as invasões francesas. Os franceses entraram no termo de Dornes em 19 de Novembro de 1810 e saíram em princípios de Março de 1811.

Que atrocidades não praticaram nesse ano que para os respectivos habitantes devia parecer bem longo! E que prejuízos como o de cortarem as oliveiras, dois palmos acima do solo, em olivais inteiros...

Em 1809 já o terror era tam grande que Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos e Manuel Joaquim da Costa,

nomeados juízes ordinários, não aceitaram porque, pertencendo ambos ao corpo das ordenanças, estavam *nas guardas do destacamento do Zézere*, pelas ordens do general.

João Manuel de Campos, rendeiro do Almoxarifado de Dornes de 1807 até 1810, alegava em seu requerimento para lhe ser perdoada a renda desse ano (1810) o seguinte: «quando os Franceses entraram em Dornes e no seu termo impediram os lavradores de recolherem os seus frutos que ficaram pelas terras e o resto do mosto, milho, azeite e madeiras e o trigo e cevada que havia em casa dos lavradores, pertencente à Casa do Infantado o mandaram os Juízes ordinários receber por ordem que tiveram do general Miranda, para sustentação da tropa portuguesa; os habitantes de Dornes e seu termo receberam ordem superior para se retirarem para as margens do Tejo levando os seus gados». Sobre estes factos foram interrogadas diferentes testemunhas e entre elas, o Dr. Manuel Antunes de Freitas e Silva do lugar de Ral que confirmou todo o alegado; Joaquim Cotrim, alferes de milícias, da Frazoeira.

Não admira por isso que o almoxarife Gregório Alexandre preguntasse, em 18 de Fevereiro de 1812, como havia de fazer a cobrança dos foros se os lavradores não semearam por se retirarem pela invasão inimiga do distrito de Dornes. E o procurador da comenda, António Joaquim de Sousa Ribeiro, nesse mesmo ano, dizia num ofício igualmente para a Casa do Infantado *que os lavradores ficaram totalmente destituídos de sementes e gados com a passagem, demora e assolação do exército inimigo*.

Em 1813, quando já se fazia o balanço aos estragos causados pelos franceses, o P.^o José Amado, então pároco encomendado de Paio Mendes, pedia paramentos para a sua igreja, pois os franceses tinham roubado tudo! Idêntico pedido fazia, para o Beco, Fr. José Henriques, que aliás os tinha já pedido em 1806 (m. 325, da *Casa do Infantado*).

Em 1813 Alípio António Cotrim de Sousa da Fonseca Coutinho, filho do Dr. Aurélio António Cotrim de Sousa, já falecido, administrador da capela ou morgado instituído por sua bisavó Ana Maria Pessoa de Andrade, viúva então de Custódio de Sousa Cotrim, do Beco, requereu a posse dum souto, ao Quarteiro, do qual se achava de posse a viúva do Dr. Teotónio Mendes de Carvalho; quando vieram os franceses o requerente retirou para Lisboa e, no seu regresso, encontrou falecida a viúva do Dr. Teotónio, assim como seu filho Dr. Francisco Mendes e como cabeca de casal uma filha com irmãos menores. Uma destas filhas do Dr. Teotónio, Ana, casou com Faus-

tino de Figueiredo e este veio perturbar o requerente na sua posse do souto do Quarteiro, pertencente ao sobredito vínculo. Daí o seu requerimento.

Com efeito, em 27 de Outubro de 1813, foi dada ao requerente a posse judicial do referido souto que pegava com Gregório Alexandre, do Beco, herdeiros do Dr. Estevão da Frazoeira e herdeiros do Dr. André, do Beco.

O avô do requerente era João Pessoa de Andrade e era seu tio Fr. António Cardoso Cotrim, assim como o B.^º Joaquim José Pessoa d'Almeida.

Deste processo consta que, por ocasião da invasão francesa, foi desencaminhado o livro da Provedoria de Tomar do registo dos provimentos e instituições de capelas. Note-se que a instituição desta capela ou morgado foi feita em 1720, no Beco e a ela pertenciam propriedades confinantes com D. Maria Antónia de Alvelos e Vicente Carvalho de Sousa. A instituidora foi Ana Maria Pessoa de Andrade de quem era filho o P.^º António Cardoso Cotrim¹.

Também o foral de Dornes devia ter desaparecido por esta época pois, ainda em 1784, João Mendes Delgado, escrivão do almoxarifado da comenda mor, dêle passava uma certidão.

Em 1814 D. Violante Inácia de Sousa e Mendonça, das Pias D. Maria Efigénia de Sá e Mendonça, sua irmã e mais irmãos pediam que lhes não sequestrassem os bens ainda juntos aos de seu irmão António de Sá Godolfin e Mendonça que fôra almoxarife da comenda-mor de Dornes enquanto se não realizasse o inventário, alegando entre outros motivos *o dessarranjo em que as deixou a bárbara invasão do inimigo!*

Outro caso: falecido o capitão José Martins, da Quinta da Mata, ficaram-lhe 6 filhos que foram entregues aos cuidados de seu tio P.^º Joaquim Martins, de Pedrógão do Crato. Foi tutor dêles João Mendes de Carvalho, da Quinta da Mata. Em 1822 Francisco Martins Ferreira Serrano requereu a entrega de dois pares de fivelas de prata de sapatos e um par de calção e outro par de esporas de prata com suas fivelas, tudo pertencente à sua legítima. O tutor declarou então que, fugindo do termo de Dornes quando vieram os franceses, escondeu alguns livros dos menores que os franceses acharam e por isso queimaram, assim como roupas, móveis, etc. Fizeram exame a êsses estragos e notaram que na adega foram queimadas todas as vasilhas,

¹ *Provedoria de Tomar, livro xxvii do Registo, fl. 29.*

excepto um tonel sem fundo; furtaram um alambique; quebraram as cadeiras; roubaram os santos do oratório; arrancaram as fechaduras dos baús; levaram um espelho, deixando-lhe a moldura, etc. Uma *razia* completa! Também, em 1818, requereu João António Delgado, do Beco, a confirmação dum aforamento feito pelo morgado Manuel de Sá Godofim Garcez e Mendonça, como administrador do vínculo instituído por D. Maria Antónia de Alvelos, pois a casa e bens de que êles constavam no Val da Cruz tinham sido arruinados pelos franceses.

Terríveis também foram as lutas civis desenroladas no nosso país, entre os partidários de D. Pedro e D. Miguel e que por toda a parte tiveram os seus reflexos.

Em 1826 juraram cumprir e guardar a Carta Constitucional, em Dornes, as seguintes autoridades, constantes da certidão do auto respectivo depositado na Torre do Tombo: capitão-mor d'este distrito e do de Ferreira, anexo, Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos, seu ajudante Manuel Joaquim da Costa; capitão da primeira companhia d'este distrito, Manuel Cotrim; capitão da segunda companhia, Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa; capitão da terceira companhia José Carlos Ferreira; capitão da quarta companhia, Manuel Rodrigues Tomás; alferes da primeira companhia, Joaquim dos Santos; da segunda, Francisco António Martins Ferreira; da terceira, Domingos José Dias, e da quarta, Joaquim Paulino Ferreira.

Então o capitão-mor Francisco Camelo acumulava o seu lugar com o de presidente da câmara, sendo escrivão da mesma Manuel Ciríaco Freire de Andrade.

¡Cousa porém singular! Em Junho de 1828 o juiz ordinário de Dornes, Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva, oficiava ao Intendente Geral da Polícia dizendo-lhe que toda a sua jurisdição se conservava fiel a *S. A. o Sereníssimo Senhor infante Dom Miguel*. Um ano depois, em idêntica orientação política, o juiz ordinário de Arega, Domingos Jorge, oficiava em Junho de 1829, dizendo para o Intendente que por aqueles sítios transitava um José Martins Teixeira, tenente que foi da primeira companhia do regimento de Milícias da Lousã, reconhecidamente rebelde (isto é, constitucional), contava protecções em diferentes pontos e em Dornes, a de Leonardo de Figueiredo, ex-tenente de milícias de Tomar.

Mais tarde, em 27 de Novembro de 1830, outro juiz ordinário de Arega, Filipe Francisco, oficiava para o corregedor de Tomar, participando-lhe que o ex-tenente de milícias da Lousã, José Martins

Teixeira, tem estado refugiado pelo termo de Dornes, em casa de Leonardo de Figueiredo, do Beco, e de Luis Cotrim, do Alqueidão, aquele ex-tenente, este ex-capitão, do Regimento de Milicias de Tomar, os quais foram seus companheiros na rebelião e um deles o acompanhou até a Galiza e o tornou a acompanhar na volta da Galiza, porém esta qualidade de gente naquele termo de Dornes não é criminada, mas sim elogiada e protegida, principalmente o facinoroso José Martins Teixeira... por diferentes pessoas e entre elas por seu irmão António Martins Teixeira e seu cunhado Francisco Simões Baião que o tem tido escondido nas suas casas. Termina dizendo ser urgente prender o dito Teixeira.

Curiosíssima e típica é a seguinte correspondência respeitante a dois perseguidos pelos miguelistas: Leonardo de Figueiredo e Vasconcelos e Luís Cotrim de Vasconcelos:

Ofício de Agostinho José de Sousa, tenente-coronel comandante interino de Milicias de Tomar para o Dr. Jerónimo Moreira Vaz corregedor de Tomar.

«Ill.^{mo} Sr. Tendo o ex-Tenente da antiga 5.^a Companhia do Regimento de Milicias de Thomar do meu interino commando Leonardo de Figueiredo e Vasconcelos acompanhado o partido dos rebeldes até à Galliza em 1828, e deixando-os quando os outros que por neguaes crimes se achão presos, e que com partes falsas pôde obter ser sómente demittido do Real Serviço; e sendo este homem muito suspeito contra El-Rey Nossa Senhor, parece-me que devia haver com elle toda a cautella, pondo-o em segurança; por isso o comunico a V. Senhoria p.^a tomar as medidas que julgar convenientes a este respeito. 12 de Set. 1831».

Ofício do Corregedor de Tomar Jerónimo Moreira Vaz para o Intendente Geral da Polícia e Reino.

«Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Levo ao conhecimento de V. Ex.^{cia} a parte que me dá o Tenente Coronel Commandante do Regimento de Milicias d'esta villa de Thomar em data de 12 do corrente contra Luiz Cotrim de Vasconcelos do lugar do Alqueidão de Santo Amaro termo da villa de Dornes capitão que foi do dito regimento. Já o fiz prender; abri sumario sobre o conteúdo na mesma participação e do resultado darei conta a V. Ex.^{cia} Ds. G.^{de} V. Ex.^{cia} 16 de Set. 1831. »J. Moreira Vaz».

Ofício do tenente-coronel para o Corregedor.

«Ill.^{mo} Sr. Tendo o ex-capitão da 1.^a Companhia do Regimento de Milicias de Thomar do meu interino commando, Luiz Cotrim de Vasconcelos, morador no Alqueidão de Santo Amaro, acompanhado

»o partido rebelde em maio de 1828, e sendo este um dos que mais influiram para a fuga do Regimento, aconteceu vir de Coimbra a sua casa e parece que mandado pelos rebeldes para observar os movimentos da Divisão do Ex.^{mo} Sr. General Visconde de S. João da Pesqueira, e havendo neste meio tempo a acção da Cruz de Marouços em 24 de Junho do dito anno, e vendo elle que os seus ficaram mal se apresentou ao Capitão-Mór de Dornes, gozando assim do Regio indulto; porém este homem é muito perigozo e muito suspeito contra El-Rey Nossa Senhor porque é de pessimos sentimentos e até me consta q̄ elle dissera em um bilhar d'esta villa que se não considerava demittido em quanto o Sr. D. Pedro 4.^º o não determinasse e por isso julgo se deve pôr em segurança, o que a V. S.^a comunico para tomar as medidas que lhe parecer a bem do Real Serviço. Ds. G.^{de} a V. S.^a 12 de Set. 1831».

Em Novembro de 1831 oficiaava o Juiz ordinário de Dornes Leonardo Camelo de Carvalho e Vasconcelos, participando que na sua Jurisdição sómente se fizeram sequestros a dois ausentes fora do reino, os quais são Joaquim António de Vasconcelos do lugar do Souto e António Joaquim de Sousa Ribeiro do Casal da Laranjeira; o primeiro Capitão e o segundo Tenente do Regimento de Milícias de Tomar.

Em Dezembro de 1831 o Juiz ordinário das Pias José Baptista Ribeiro da Silva oficiaava, participando que na sua jurisdição só houve um único pronunciado pelo crime de rebelião, Joaquim de Melo Campos Pinto da Fonseca, do lugar das Valadas, sendo seus bens sequestrados.

Em 25 de Janeiro de 1832 oficiaava o Juiz ordinário de Dornes Leonardo Camelo de Carvalho e Vasconcelos (morador na Rebávia) repetindo que os dois indivíduos que se acham fora do reino e pronunciados pelo crime de rebelião são Joaquim António de Vasconcelos, etc. e «só mais alem d'estes agora se acha preso na Correição d'esta comarca o ex-capitão do Regimento de Milícias, Luiz Cotrim de Sousa e Vasconcelos, do lugar do Alqueidão de S.^º Amaro, que consta achar-se pronunciado pelo crime de rebellião, acrescentando q̄ os bens de todos os supradictos foram sequestrados á ordem do Corregedor de Tomar».

Em 3 de Setembro de 1832 oficiaava o Corregedor de Tomar, Francisco de Magalhães Mascarenhas, dizendo que Manuel Mendes Feio, natural da Lagarteira, pronunciado pelo crime de rebelião, se tinha refugiado no termo de Dornes, aparecendo o seu capote quando o dito corregedor foi fazer uma diligência às matas do Beco; dizendo mais

que o juiz de Arega lhe participara em Agosto ter passado o Zézere próximo de Valbom, o dito Feio e seu filho, «encaminhando-se p.^a a Serra de S. Paulo»; termina o dito corregedor dizendo que não é possível prende-lo sem que se dê ordem de se lhe atirar.

Em 5 de Setembro de 1832 oficiava o juiz de Fora de Tomar dizendo que fôra procurar Leonardo de Figueiredo, do têrmo de Dornes a casa do P.^o José António Coupertino da Louriceira, têrmo de Tomar, a fim de o prender, por êle estar pronunciado pelo crime de rebelião, porém não o encontrou.

Note-se que, por êste tempo, se fez a seguinte interessante subscrição:

Da vila de Dornes e seu têrmo deram para os capotes dos Voluntários Realistas:

	Metal	Papel	Total
O capitão-mor Francisco Saraiva Cotrim de Carvalho	1\$200	1\$200	2\$400
O sargento-mor Manuel Joaquim da Costa	1\$200	1\$200	2\$400
Joaquim Cotrim de Carvalho, José Joaquim Alves, D. Josefa e D. Quitéria	—\$—	12\$200	12\$200
António Joaquim de Carvalho.....	3\$600	3\$600	7\$200

Mudando entretanto os ventos, restabelecido o regime liberal, fizeram o seguinte

Auto de aclamação da Carta Constitucional em Dornes

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oito centos e trinta e quatro, aos dezassete dias do mês de Maio do dito ano, no lugar do Carril, têrmo da vila de Dornes, e casas da residência do actual juiz ordinário, João Manuel Sarmento, que servem para as sessões da Câmara, na falta de Paços do concelho, aí, sendo presente o sobredito juiz presidente e seu companheiro Manuel da Cruz, com os actuais vereadores Bernardino Lopes, Bernardino da Cruz, António Pimenta, e o procurador do concelho, António José Coimbra, onde com êles se achavam reunidas as três classes, clero, nobreza e povo, com todos os mais empregados públicos do distrito; por todos uniformemente foi dito que, por ser chegada esta primeira e sempre por êles desejada ocasião, em que se viam livres da fôrça opressiva que os obrigava a conter sufocados seus puros e fiéis sentimentos:

«acordaram e declararam que, por êste auto público e solene, aclamam, reconhecem e juram, na devida forma, a Augusta Senhora

»D. Maria II, rainha fidelíssima constitucional d'estes reinos de Portugal, Algarves e seus domínios, legítima, pela abdicação que desta corôa lhe fez S. M.^{de} Imperial, seu Augusto pai, o imortal senhor »D. Pedro IV, duque de Bragança, a quem também reconhecem, »aclamam e juram natural e legítimo regente, na menoridade de sua »Augusta filha, a Rainha Fidelíssima, a dita senhora D. M.^a II, cuja »declaração fizeram no meio das maiores demonstrações de alegria, »entre vivas à religião santa e apostólica romana, à senhora D. Maria II, ao Sr. Duque regente, à Carta, aos beneméritos chefes »e valorosos soldados libertadores e a todos os bons cidadãos. E para »firmeza do que se assinam, Dornes, em Câmara extraordinária, »de dezassete de Maio de mil oito centos e trinta e quatro. E eu, »Anacleto de Sousa Leitão, secretário da Câmara, o escrevi¹. (Seguem-se as assinaturas).

Não admira por isso que, em 1836, jurassem no Beco a Constituição de 22 as seguintes autoridades: Presidente da Câmara, Leonardo de Figueiredo e Vasconcelos; o fiscal, Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa; vereador, Joaquim Cotrim de Carvalho e Silva; administrador, Joaquim António de Vasconcelos e Sousa Ribeiro; José Heitor Pereira, juiz eleito de Dornes, e Paio Mendes; António Joaquim de Carvalho, juiz eleito do Beco; comissário de paróquia da freguesia do Beco, João Carvalho da Cruz; escrivão dos juízes eleitos, Geraldo Carvalho da Mota e Vasconcelos; vigário do Beco, José Pais de Andrade.

É bastante elucidativa e curiosa a freqüência de alunos do termo de Dornes na Universidade de Coimbra, deduzida ano a ano das respectivas *Relações de estudantes*.

Em 1802 a 1803 freqüentava o 1.^º ano de Matemática e Filosofia, José Alves, filho de Joaquim José Alves, natural do Carril, termo de Dornes. No mesmo ano freqüentava a Filosofia Racional e Moral no Colégio Rial das Artes, José de Brito e Castro, filho de António José de Brito, natural da Frazoeira.

Em 1803 a 1804 freqüentava o Colégio Rial das Artes, António Cotrim, filho de José Cotrim, natural do termo de Dornes.

Em 1804 a 1805 freqüentava José Alves o 1.^º ano de Matemática. Morava na Rua das Cozinhas, 23, e é o mesmo acima.

Em 1804 a 1805 freqüentava a 2.^a aula de Latim, António Cotrim, filho de José Cotrim, natural do Ral, termo de Dornes (Rua das Cozinhas, 16).

¹ *Autos de aclamação*, m. 3, n.^o 591.

Em 1805 a 1806 José Alves continuou freqüentando o 1.º ano de Matemática e morava na Rua das Cozinhas, 16.

Em 1805 a 1806 freqüentava Tomás Inácio Cotrim de Vasconcelos e Sousa, natural do Alqueidão de Santo Amaro, Filosofia Racional e Moral. (Morava na Rua das Cozinhas).

Em 1806 a 1807 freqüentou Luís Cotrim como voluntário o 1.º ano de Matemática e José Alves (do Carril) o 2.º ano, e morava de frente do Hospital; Luís Cotrim morava na Rua das Cozinhas. Tomás Inácio freqüentava a aula de Retórica e Luís Cotrim a Filosofia Racional e Moral.

Em 1807 a 1808 freqüentou José Alves (do Carril) o 3.º ano de Matemática, o 3.º de Botânica e o 3.º de Filosofia; Luís Cotrim a Filosofia Racional e Moral no Colégio Rial das Artes.

Em 1808 para 1809 freqüentava José Alves (do Carril) o 1.º ano de Medicina.

Em 1809 para 1810 freqüentava José Joaquim Alves (do Carril) o 2.º ano de Medicina, que continuou freqüentando no ano lectivo de 1811 a 1812.

Em 1807 para 1808 achava-se matriculado na Universidade, no Rial Colégio das Artes, — *Filosofia Racional e Moral* —, Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos, filho de Eusébio Inácio Cotrim de Vasconcelos, natural de Dornes, comarca de Tomar; morava na Couraça dos Apóstolos, 112 (Vide *Relação respectiva*, p. 45).

No ano anterior, dizendo natural do termo de Dornes, freqüentou Filosofia Racional e Moral e o 1.º ano de Matemática, e morava na Rua das Cozinhas, n.º 15.

No ano anterior, também dizendo natural do termo de Dornes, freqüentou a aula de Retórica, e morava na Rua das Cozinhas.

Em 1826 para 1827 freqüentou o 1.º ano de Matemática, Aniceto Gonzales Bobela, filho de Santos Francisco Gonzales, natural de Dornes; também freqüentou o 1.º ano de Filosofia.

Em 1827 a 1828 freqüentou o 1.º ano jurídico, Augusto Gonzales Bobela, filho de Santos Francisco Gonzales Bobela, natural de Dornes.

Em 1830 a 1831 freqüentou o 3.º ano de Filosofia, Aniceto Gonzales Bobela.

Em 1834 a 1835 freqüentou o 4.º ano de Canones, Augusto Gonzales Bobela; o primeiro ano de Medicina, Aniceto Gonzales Bobela.

Em 1835 a 1836 freqüentou o 1.º ano jurídico Nicolau Nunes Cotrim, filho de António Nunes Cotrim, natural de Dornes.

Em 1836 para 1837 freqüentou o 1.º ano Jurídico, João Ca-

melo de Carvalho Caldeira da Mota e Vasconcelos, filho de Manuel Joaquim da Costa, natural de Dornes, e Aniceto Bobela o 3.^º ano de Medicina.

Em 1837 a 1838 continuou João Camelo de Carvalho, filho de Manuel Joaquim da Costa, freqüentando o 1.^º ano de Direito.

Em 1845 a 1846 freqüentou o 1.^º ano de Teologia, Francisco José Pereira, filho de João José Pereira, natural da Frazoeira.

Um século depois não freqüentavam a Universidade de Coimbra nem metade destes alunos!

Ainda nada dissemos quanto às igrejas e capelas do termo de Dornes e seus respectivos párocos. Vamos agora dizê-lo, apesar de pouco sabermos a tal respeito.

Em 1814 era avaliado o pé do altar do Beco em 40\$000 réis e a derrama do povo em 160\$000 réis. O pé do altar de Dornes era avaliado em 105\$000 réis e a derrama em 95\$000 réis. O de Paio Mendes avaliado em 24\$000 réis e a derrama em 120\$000 réis.

A igreja de Dornes estava então, segundo parece, quase arruinada e por isso, em 1824, o vigário, P.^º Manuel Antunes de Sousa, pediu reparos nela. Parece porém que o não conseguiu pois sabemos que, em 1828, a pedido do P.^º Jacinto Nunes Cotrim, foi restaurada.

Em 1827 (Abril), sendo juiz ordinário de Dornes, José Joaquim Alves, a 2 de Abril, se perpetrou um arrombamento seguido de roubo na igreja de Paio Mendes; d'ela era então pároco Fr. Manuel Correia da Silva Frazão e, como consta do auto do exame e corpo de delito, e do seu depoimento, se vê que roubaram o vaso sacramental, o cálix e patena, uma coroa que havia na cabeça de Nossa Senhora do Rosário e uma cruz de ouro que a mesma Senhora tinha ao pescoço, um sceptro de prata na imagem de S. Sebastião, assim como uma bolsa, sobrepeliz e murça pertencentes ao vigário de Dornes, Fr. Jacinto Nunes Cotrim.

Este Fr. Jacinto Nunes Cotrim havia sido vigário encomendado da igreja de Santa Maria Madalena, da prelazia de Tomar.

Em 1829 pedia Fr. Manuel Correia da Silva Frazão, vigário em Paio Mendes, o aumento da sua côngrua. Ao vigário de Dornes, consta por certidão, davam de côngrua antiga: 90 alqueires de trigo, 52 almudes de vinho já cozido e 34\$400 réis. De aumento concedido em 1827, mais 30 alqueires de trigo, 60 de milho, um cântaro de azeite e 10 arráteis de cera. Tinha além disso em Dornes o pé do altar, 50\$000 réis anuais, pouco mais ou menos.

Finalmente, em Novembro de 1836, era extinto o concelho de Dornes e, de então para cá, como tudo se tem transformado!

De um mapa anexo ao Decreto de 18 de Julho de 1835 que procedeu à divisão do território português, consta que o concelho de Dornes tinha 555 fogos, o de Águas Belas 220, o de Ferreira 430 e o das Pias 781.

O aniquilamento do concelho seguia assim de perto a extinção da comenda-mor da qual, além dos documentos, sómente hoje falam os marcos divisórios perdidos pelas serras, com a sua cruz de Cristo entre a abreviatura de *Infantado*.

(Continua).

ANTÓNIO BAIÃO.

Torre de Gandufe

Esta torre, de aspecto mais ou menos feudal, como muitas outras que há em Portugal, principalmente no Norte, e no Centro, ou Beira, fica num extremo do lugarejo de Gandufe, concelho de Mangualde, ao pé de um bom *lameiro*¹, e ao lado de um caminho. Restam d'ela dois pedaços de pano de muralha, e os alicerces de outra. A largura interna da muralha melhor conservada é de 6^m,60.

Dou na figura junta uma gravura da torre no seu estado actual (desenho de Saavedra Machado, feito por uma fotografia do falecido Fulgêncio Pereira, que foi Preparador do Museu).

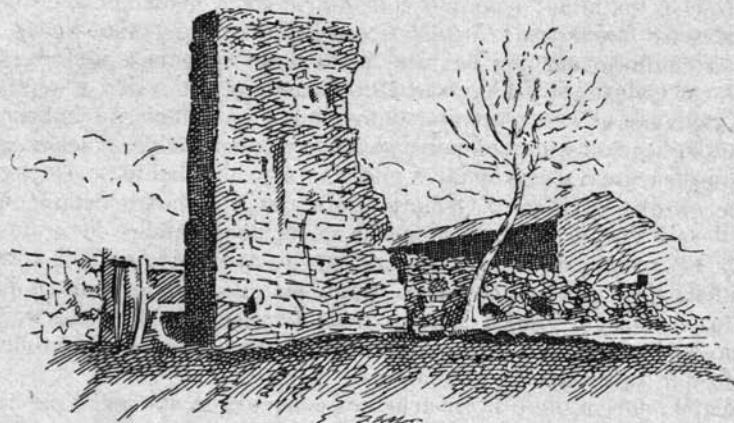
*

A lenda popular conta que a «Torre» (é como se diz por antonomásia) fôra construída pelos Moiros, e que vivia nela um indivíduo chamado *Gandufão*, que era quem mandava na localidade, ao passo que em Mangualde mandava o *Azurão*².

¹ Chama-se *lameiro* a um campo de semeadura que produz milho no verão e herva no inverno (Beira).

² O concelho de Mangualde chamava-se outr'ora *Azurara* (i. é, *Azurara da Beira*), e d'aqui se formou *Azurão*. Ainda em 1805 se dizia *Azurara da Beira*, como consta de documentos que consultei no arquivo da camara de Mangualde. A mudança deu-se, porque, se o concelho se chamava *Azurara*, a vila chamava-se *Mangualde*: cf. *Felgueiras*, capital Margaride; *Baião*, capital Campelo. O nome da vila propagou-se ao concelho todo, e suplantou o d'este. O mesmo ha-de acontecer um dia à vizinha *Castendo*, capital de Penalva do Castelo, e a outras vilas. O que digo confirma-se com os documentos de 1810 a 1819, onde se lê *Azurara da Beira* (concelho) e *Mangualde de Azurara* (vila). O nome *Azurara* desapareceu completamente.

Atéqui a lenda. Agora a Filologia. A pronúncia e ortografia oficiais adoptam *Gandufe*. O povo porém pronuncia *Gundufe* e *Gondufe*, como lá ouvi. Deve uma destas últimas formas ser a primitiva, e corresponder a um genetivo medieval, *Gondufi* ou **Gundufi*, do nome *Gondufo* ou *Gundufu*: vid. o *Onomástico* do D.^{or} Cortesão, s. vv. Tanto *Gondufo* como *Gundufu* provém de *Gundulfus*, nome próprio de origem germânica, formado de *Gunthis* «batalhas» e *Wulfs* «lôbo»¹, e que por isso significava «lôbo da batalha». No local da Tôrre e da povoação contigua houve pois na idade-média um indivíduo chamado *Gundulfus* ou *Gundulfo*, que tinha ali uma propriedade, *vila, fundus* ou outra, a qual do nome d'ele se denominava naturalmente *vila*



Tôrre de Gundufe

Gundulfi, fundus Gundulfi, etc. O nome do dono passou ao terreno, como ainda hoje acontece a cada passo, e veio com o tempo a dizer-se apenas *Gundulfi*, d'onde *Gundufi*, *Gundufe* ou *Gondufe*. As fórmas com o aparecem, como vimos, já também na idade-média, e até aparece, com a, *Gandufi* nas *Inquirições de D. Denis* (vid. *Port. Mon. Hist.*, vol. I das *Inquisitiones*, p. 24). — Como ilustração do assunto acrescentarei que há no país outras terras chamadas *Gondufe* (no Entre-Douro-e-Minho e na Beira), e, com a fórmula do acusativo, *Gondufo* (na Beira). A esta família de palavras pertencem outras que começam por *Gond-* ou acabam por *-ufe*, como *Gondesende*, *Gondomar* e *Guilhufe, Brufe*.

J. L. DE V.

¹ Cf. Meyer-Lübke, *Die altportug. Personennam.*, Viena 1904. pp. 32 e 83.

Estudos arqueológicos do major Celestino Beça

A estrada militar romana de Braga a Astorga por Bragança com várias notícias de antiguidades referentes a esta região

O nosso amigo major Celestino Jacinto de Madureira Beça, nascido em Outeiro, concelho de Bragança, em 1848, e falecido nesta cidade a 20 de Abril de 1910, estava ultimamente muito entusiasmado com assuntos arqueológicos, respeitantes principalmente às estações e trajectória da estrada militar romana de Braga a Astorga, ainda não localizadas adiante de *Pinetum* (Vale Telhas)¹. Neste intuito fez várias investigações sobre o campo, recolhendo documentação, notícias, informações; descrevendo ruínas, castros, locais assinalados por civilizações extintas; medindo com fita métrica a distância entre as mansões de *Roboretum*, *Compleutica* e *Veniatia*. Destas medições, devido à confusão em que ficaram, nada pude apurar, a não ser que do Pôrto Calgado a Vinhas são 12:000 metros.

Infelizmente esses apontamentos, onde há notícias e indicações de valor, ficaram esparsos por dezenas e dezenas de papeluchos avulsos que tencionava coordenar e publicar, não lhe dando porém tempo a doença que o vitimou. O muito amor que votamos a estas causas e o desejo de perpetuar a memória deste nosso amigo levaram-nos a pôr em ordem os seus papéis de mérito arqueológico com que os seus herdeiros nos presentearam, gentileza que agradecemos, e depositá-los hemos no Museu Municipal de Bragança, a fim de a todo o tempo se verificar a veracidade do seu conteúdo depois de publicado aquilo que julgamos de utilidade.

Antes, porém, de o fazer achámos conveniente apurar o que havia líquido sobre a parte respectiva do *Itinerário de Antonino*, ao tempo que Celestino Beça encetou os seus trabalhos, e anda disperso muito confusamente por vários autores, aditando-lhe as notas elucidativas e correcções que julgarmos convenientes.

Foi Argote² o primeiro que seriamente, com grande cópia de documentação, estudou as três estradas militares romanas que de Braga seguiam para Astorga. Na mais meridional dessas vias, e que passava pelo distrito de Bragança, apenas pôde determinar as estações do *Itinerário* até *Pinetum* (Vale Telhas), por lhe faltarem dali para diante os bons informadores que o haviam auxiliado.

Os escritores posteriores até Pinheiro³, cingindo-se únicamente a trabalhos de gabinete, não disseram cousa de jeito relativamente

¹ [O Museu Etnológico Português deve ao falecido major Beça a posse de alguns objectos muito valiosos. Aproveito esta ocasião para prestar homenagem à memória do benemérito arqueólogo.—J. L. de V.].

² *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, 1732-1747.*

³ José Henriques Pinheiro, *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga, Pôrto 1895.*

às mansões que deviam cair no distrito de Bragança. Para melhor elucidação damos a parte respectiva do *Itinerário*¹.

Iter a Bracara Asturicam	mpm	CCXLVII
A Áquas
Pinetum (pineto-XXVIII)	mpm	XX
Roboretum (XXXIII)	mpm	XXXVI
Compleutica (Compleutica, Completica-XVIII-XXV XXVI-XXXIII)	mpm	XXVIII
Veniatia (ueniacia, uemacia)	mpm	XXV
Petavonium	mpm	XXVIII
Argentiolum	mpm	XV
Asturica	mpm	XIII

Ainda para, em simples lance de olhos, se poderem comparar as divergências dos diversos autores que se guiaram por estudos de gabinete e não pelos de campo, como era indispensável, pois aqui o documento, o miliário, é que fala e não as conjecturas, as ruínas mais ou menos romanizadas, as distâncias achadas a compasso sobre cartas geográficas, a aproximação dos nomes actuais dos sítios com os antigos do *Itinerário*, damos em mapa a seguinte:

¹ Hübner, *Notícias Arqueológicas de Portugal*, p. 98. As partes entre parênteses indicam diversa grafia e distância noutros códices.

Localização das estações do Itinerário de Anto

Estações	Argote ¹	Cornide ²	Sibelo	Reichardt e Uckert ³	Cortez ⁴	Lapie ⁵
Ad Aquas	Chaves	—	Chaves	Fonte Arcada na Lusitânia	Chaves	Trindade
Pinetum	Vale Telhas	Pinheiro Velho	Vale Telhas	Pinhel na Lusitânia	Pinheiro ou Viana	Mirandela
Roboretum	—	Robledo (Espanha)	Robledo (Espanha)	Roboredo junto a Moncorvo	Robledo (Espanha)	Bragança
Compleutica	Lubian (Espanha)	—	Gondesende	Gebelim	Compluto	Villa Vieja (Espanha)
Veniatia	—	—	Veceana de Sanabria (Espanha)	Vinhaes	Varzana	Requejo (Espanha)
Petavonium	Em Espanha	—	—	Em Espanha	Poybueno	Poybueno
Argentiolum	Em Espanha	—	—	Em Espanha	Andriñuela	Andriñuela
Asturice ⁶	—	—	—	—	—	—

¹ *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, t. I, pp. 359, 369, 407, 412 e t. II, p. 592.

² José Cornide in *Revista Archeologica*, 1888, vol. II, citado por Aureliano Guerra y Orbe.

³ Cristóvão Aires, *Historia do Exército Português*, vol. II, Documento A, p. 476.

⁴ Aureliano Fernandes Guerra y Orbe, *Revista Archeologica*, vol. II.

⁵ José Henriques Pinheiro, *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, 1895, pp. 50, 52, 104, 112, 118.

⁶ Todos concordam em Astorga.

nino (parte respectiva) segundo diversos autores

Bellarman ²	Saavedra	Guerra y Orbe ⁴	Pinheiro ⁵	Dellamarche	Charles
Anciões	Chaves	Chaves	Chaves	-	-
-	Pentes	Pinheiro Velho	Vale Telhas	-	-
Rebordãos	Vale Telhas	Robledo (Espanha)	Rebordãos	Moncorvo	Rebordãos
-	Castrello (Espanha)	Ao oriente de Bragança	Sacoias	Izeda	-
-	Birne (Espanha)	Despovoado de Peña de Castillo, termo de Boia, Zamora	Vinhaes	Vinhaes	Em Espanha
Em Espanha	--	Despovoado de Sansueña entre Villageriz e Rossinos	Poebla de Sanabria	-	-
Em Espanha	-	Despovoado entre Villamontan e Tabuyello	Em Espanha	-	Puebla de Sanabria
-	-	-	-	-	-

Uma tal diversidade de opiniões em assunto de tanta monta poderia levar espíritos menos avisados a julgar irrisórios os processos arqueológicos de investigação científica e consequentemente a recusar-lhe esta qualidade, quando afinal a culpa está apenas na pressa daqueles investigadores de gabinete, que, dando largas à imaginação conjectural, não tiveram paciência para ir coligindo todos os elementos indispensáveis fornecidos dia a dia pelas pesquisas no campo, antes de emitirem opinião definitiva.

De maneira que desde Argote (1732-1738) que escreveu sobre conscientiosas investigações feitas no terreno, embora nem sempre bem estudadas, até Pinheiro (1888-1895), nenhum trabalho a valer apareceu sobre o particular da região bragançana, servindo apenas os que a ela se referem antes de confusão que de guia.

Cabe ao nosso antigo professor José Henriques Pinheiro¹, falecido no Pôrto a 7 de Outubro de 1904, a honra de descobrir em 1888 os dois primeiros miliários da estrada militar romana por terras de Bragança, e a de despertar entre nós o gôsto d'estes estudos.

Um desses miliários é de Augusto e tem importância especial, porque mostra como esta foi uma das primeiras vias construídas, e porque, do mesmo imperador, só perdura outro ao norte do Douro. É pena que, sendo o documento mais genuíno e antigo da importância desta região, permaneça exposto às influências meteorológicas que pouco a pouco o vão delindo, na cérca da Escola de Habilitação, ao Magistério Primário em Bragança, sem mão piedosa que se amercie de tam valioso padrão, recolhendo-o no Museu com honras de primacial reliquia.

Em 1898 encontrava Albino Lopo em Babe o miliário de Adriano².

Em 1899 descubrimos nós o miliário do imperador Caro em Gimonde³.

Em 1900 acha Celestino Beça o miliário de Maximiano em Formil⁴, o de Soeira e o de S. Viteiro em Hespanha, adiante publicados pela primeira vez.

Em 1907 aparecem dois miliários em Lamalonga, sendo um deles do imperador Constâncio Cloro⁵.

São estes, no momento presente, resenhados por ordem cronológica do seu aparecimento, os factores que há para a solução do problema geográfico da via militar romana por terras bragançanas. E na verdade, tendo presente o miliário de Vinhais, apontado por Grutero, hoje desaparecido, mas ainda há pouco, como veremos adiante, existente, é forçoso reconhecer que o problema está quase resolvido, e, pelo menos sem dúvidas, no espaço compreendido entre Vinhais e Vinhas, ou seja em mais de 50 quilómetros, pois os miliários de Vinhais, Soeira, Formil, Castro de Avelãs, Gimonde, Babe e S. Vi-

¹ *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, Pôrto 1895.

² *O Arch. Port.*, iv, 342.

³ *Idem*, v, 136.

⁴ *Idem*, vi, 148.

⁵ *Idem*, xii, 163.

teiro permitem marcar no terreno, quase passo a passo, o traçado da via.

Vê-se pois que foram prematuros todos os traçados constantes do mapa anterior na parte referente ao nosso objectivo e também os de Pinheiro¹ e Albino Lopo², pois lhe faltam em grande parte documentos autênticos que confirmem a sua veracidade.

A aproximação dos nomes Vinhais e Rebordões com a Veniátia e Roboretum do *Itinerário* certamente entrou por muito no prurido de se abalançarem ao problema; mas, por este teor e mais seguramente, como mostram os documentos, Vinhas a confinar com S. Viteiro, em Espanha, onde se encontrou o miliário, não se aproxima menos além de ficar mais em harmonia com as distâncias apontadas no *Itinerário*, e o onomástico regional mostra-nos Revoredo de Vacas em Ervedosa³, Fonte de Revoredo no termo de Vimioso⁴, Reboredos nos termos de Milhão e Moncorvo. De mais Rebordões significa propriamente «mata dos castanheiros» e Roboredos «mata de carvalhos». A castanha rebordã, variedade assim designada pelo nosso povo, é bem caracteristicamente distinta da outra, e muito mais saborosa.

Donde se vê que Roboredo permaneceu na toponímia com o nome de carvalhal, a que também se daria o de *carva* e *carvas*, como eu ouvi em Rio Frio de Outeiro, quando formado de carvalhos de pequena altura, rasteiros, *carvalheiras*, como aqui se diz. Daqui trará origem o nome da *ponte das Carvas*, perto de Bragança.

O defeito de Pinheiro esteve em se aventurar a dar-nos o traçado da estrada, guiado apenas pelos miliários de Castro de Avelãs, e, persuadido de que Roboretum devia ser em Rebordões, para lhe ajustar as 54 milhas do *Itinerário* ou sejam 13 e meia léguas, segundo Argote, que medeiam entre essa estação e a de Viniatia, sendo que de Rebordões a Vinhais haverá quatro, levou a estrada por Alfaiaõ, Babe, Sacóias (onde situou *Compleutica*), Rabal, Meixedo a dar no Castro de Avelãs, descrevendo assim quase uma circunferência para vir instalar em Castro de Avelãs com Rebordões, donde partira a menos de uma léguia, rodeio inverosímil e injustificável, cheio de caboucos, despenhadeiros, côrregos, ribeiros, rios e montes, de mais de 35 quilómetros, quando de Rebordões a Sacóias, em linha recta, caminho plano e facilímo, são 15, cortando apenas dois rios, ao passo que por aquele traçado atravessava oito, muito caudalosos de inverno.

Estranhável é ainda como de Castro de Avelãs a Vinhais a fez seguir em linha recta, e fazendo aí ponto ou vértice de ângulo extremamente agudo veio dar com ela no Portelo, a duas léguas de Sacóias, depois de a arrastar por mais de catorze no percurso desse ângulo.

¹ *Estudo da Estrada Militar, etc.*

² *O Arch. Port.*, v, 136 e xii, 164.

³ Ver as nossas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, III, 67.

⁴ *Idem*, iv, 267, 381 e 384.

É certo que Pinheiro em quase todos estes pontos encontrou ruínas romanas; mas isso só não basta: são necessários miliários que não fossem deslocados ou pelo menos que o não fossem notavelmente.

Realmente os miliários de Babe e Soeira, mostrando que a estrada passava por êsses sítios, deram razão a Pinheiro e a Sibelo, que coloca Compleutica em Gondesende, muito perto de Soeira, mas a trajectória inculcada pelos padrões é muito outra, se bem que aqueles pontos a cortam por acaso; e ao tempo faltavam-lhe documentos precisos para tais afirmações, só muitos anos depois encontrados, que por isso ficaram reduzidas a simples palpites. Que consciência teria Sibelo do seu traçado, visto localizar a estação de Compleutica antes da de Roboretum?

Albino Lopo foi mais feliz, porque calculava já sobre elementos trazidos pela descoberta de novos miliários; no entanto o seu traçado de Lamalonga a Gimonde por Rebordões não passa de mera conjectura despida de bases científicas.

Ora é de saber mais que Guerra y Orbe¹ quere que as dez cidades mencionadas na inscrição da ponte de Chaves tivessem concorrido, imperando Vespasiano, para a construção de uma estrada entre os Lucenses e os Vettones, desde o Padron (Iria Flavia) por Caldas de Reis (Aquae Celena), Cusanca, Carbalino, Irene (Aobriga), S. Pedro, Verim, Chaves (Aquae Flaviae) e daqui à margem do Douro entre a desembocadura do Sabor e Tuela naquele rio, e que foi para comemorar este facto que a inscrição se gravou.

Seja o que fôr, esta estrada, hipótese nova não despida de engenho, mas sem documentos que a justifiquem, não vem ao nosso caso. É mui provável que o sistema viário romano, como o nosso, ligasse numa espécie de rede, cruzando-se em vários sentidos, os povoados importantes, porém aqui tratamos simplesmente da mencionada pelo *Itinerário*, única que deixou documentos da sua passagem; das outras nada consta.

Ajudando à conjectura dêste traçado, diz Guerra y Orbe, e também Bellermann, que o nome da nossa antiga vila de Anciões significa «vila velha, antiga» daí a razão de a ligar pela estrada; mas o bom é que o foral dado a esta vila por el-rei D. Fernando Magno² escreve *Ansilianes*, donde se vê que não é de velhos que provém o étimo, mas sim do genitivo *Ansilanis* (*Ansilianes*), para indicar propriedade (*fundus*) do tal primeiro morador que legou o nome à terra: e a boa ortografia é *Ansiões*, e não *Anciões*, como geralmente se escreve.

Antes de terminar desejamos advertir o seguinte:

Celestino Beça, segundo se vê por este trabalho, e Albino Lopo (*O Arch. Port.*, XII, 164), dão como romanas a ponte de Ariões, a velha sobre o Sabor (ponte das Carvas) e a velha de Gimonde. Não conheço as pontes de Val Telhas, de Arquinho e da Pedra, que o segundo aponta igualmente como romanas.

¹ *Las diez ciudades Bracarenses nonbradas en la inscripción de Chaves*, in *Revista Arqueologica*, 1888, vol. II.

² *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, p. 343.

Pelo que toca às três primeiras digo: a de Ariões é toda de alvenaria ligada por argamassa, incluindo as aduelas dos arcos. Consta de três olhais, de ogiva de lanceta os dois primeiros para o lado da povoação de Castro de Avelãs, e de volta redonda o terceiro. Cortamares, em ângulo agudo a montante e de secção circular a jusante, reforçam os pegões. O tabuleiro de trânsito é levantado no meio em ângulo a fim de facilitar o despejo das águas para as extremitades da ponte. As guardas são muito altas, talvez 1^m,50. Na base das abóbadas dos olhais vêem-se ainda os agulheiros destinados a segurar os barrotes das cambotas, ou seja uns buracos como os que os pedreiros deixam nas paredes vasados de lado a lado para formar as estadas e tapam depois de concluída a obra. Ora êsses agulheiros são característicos das pontes medievais. Conquanto a ogiva, dominante desde o séc. XIII ao XV e pouco mais, devido às zonas retardatárias, não caracterize, só por si, o estilo gótico, mostrando-se até o seu início três ou quatro séculos antes, ainda assim dista muito dos Romanos para lhe adscrevermos a ponte de Ariões. Por outro lado sabe-se que as almofadas rústicas são características das pontes romanas, e a de Ariões não tem uma única. Por estas almofadas, de óptimo efeito estético nas cambiantes do claro-escuro, aligeiravam os arquitectos a monotonia das superfícies lisas. Outra característica das pontes romanas são os vincos do *forfex*, espécie de guindaste para levantar as pedras segurando-as por esses vincos ou pequenos buracos, redondos e afunilados uns, de secção triangular outros; mas na ponte de Ariões não há tais vincos. Comprovando o supradito hajam vista as pontes caracteristicamente romanas que ainda restam; a magistral descrição feita por Alves Pereira (*Arch. Port.*, XVII, 211) e entre nós a notável ponte de Chaves, onde tam garbosas se apresentam as almofadas e à vista saltam logo as marcas do *forfex*. Do exposto parece-nos poder concluir-se que a ponte de Ariões é medieval e não romana.

A ponte velha sobre o Sabor, perto de Bragança, conhecida por ponte das Carvas, formada sobre três arcos em ogiva de lanceta, é igualmente toda de alvenaria argamassada; guardas mais baixas do que as da antecedente, se bem que o aspecto geral da ponte é de notável solidez, ancas fortes e robustas, agora muito mais aumentada pela hera que a reveste quase toda e pende em vistosos festões e grinaldas de verdura sobre a corrente. Tabuleiro de trânsito horizontal: agulheiros na base da abóbada do olhal do centro; os dos outros dois desapareceram por subseqüente, reconstrução bem evidente. Nem almofadas rusticadas; nem vincos do *forfex*; portanto, como a antecedente, deve ser medieval, talvez do séc. XIII-XIV.

A ponte velha de Gimonde sobre os rios Igrejas e Contense, também dito *Malara* (mas só pela gente de Gimonde), já unidos e formando um só, é igualmente de alvenaria e argamassa. Consta de seis arcos de volta redonda; não tem agulheiros e o tabuleiro levanta ligeiramente no centro da ponte, mas não tam pronunciadamente como a de Ariões. As guardas, mais altas do que a da das Carvas, tem de espaço a espaço, metidas na grossura da parede, grandes pedras postas de pé à laia de pilares ou balaústres. Nem almofadas rústicas, nem marcas

do *forfex*. Do lado de Gimonde, distante dos olhais, tem um óculo em arco destinado a dar passagem à água de um açude, hoje arruinado mas ainda bem cognoscível, que fica pouco acima e vinha ser utilizado para o moinho a jusante da ponte nova, na estrada a macadame, que para o mesmo fim apresenta um pequeno arco. Ainda mesmo que toda a gente em Gimonde não indicasse, como indica, o fim destes arcos — passagem de água para o moinho — a sua distância dos outros e da corrente do rio mostra que logo se deixaram com este destino. A vista do exposto preguntamos: É romana, é medieval esta ponte? Não encontramos sinais característicos que nos autorizem a afirmar uma ou outra cousa.

Ao seu lado parece faltar-lhe o conspecto de vetustez, a patina dos séculos que imprime no espírito a nota cronológica. Não sei porque, mas sugeriu-me a visão de relativamente moderna.

Cem metros pouco mais ou menos abaixo desta ponte entra nos dois rios — Igrejas e Contense — já unidos o Rio Frio, dominado junto à foz por outra ponte, agora em ruínas, mas ainda visíveis os encontros, que vão entestar com a ponte nova na estrada de macadame, a qual tornou dispensável a reconstrução daquela; não assim antes, visto ser uma o complemento da outra.

Como é crível que os Romanos, tam hábeis arquitectos, exímios cultores utilitaristas, pôdendo com uma só ponte dominar os três rios, segundo agora a da estrada nova mostra, não vissem isso e fôssem despender em duas mais do que gastariam numa que assim, pela feição monumental de obra limpa e completa a que se prestava, tanto devia sorrir ao seu espírito de grandeza?

Não ver isso, quando diante dos olhos, no pêrgão da segunda ponte, quâsi podia ficar, como agora, na da estrada a macadame, o da ponte única? Acho que não devemos fazer essa injustiça aos seus arquitectos. Nem se argumente com haver exemplos de quererem subjugar mais facilmente os três rios procurando a sua divisão, porque, desconhecidos nas corografias, vadeáveis a pé enxuto no verão, só juntos e por favor merecerão tal nome, além de que a ponte nova lá está mostrando a inanidade de tal argumento.

A nosso ver foi uma questão de economia rural a determinante das duas pontes. A povoação de Gimonde não podia utilizar nem valorizar a parte mais importante e fértil do seu termo — as encostas vinhateiras do rio Igrejas, nem as pingues leiras de Malara —, acrescendo ainda como robora a utilidade dos pequenos povoados de Labiados e Guadramil, muito distantes é verdade, mas, para o efeito de carregar a pretensão ante as estações superiores, não despicienda.

Tudo isto inculca época construtiva de bonança, já infiltrada por assuntos de fomento agrário, sempre os últimos na mente dos dirigentes e conseguintemente chegada aos tempos modernos. É de ver que os romanos não se estariam a prender com essas cousas numa estrada militar; quando muito lá ficaria isso para as vicinais (*viae vicinales*) ou para as agrárias (*viae agrariae*).

Demais, o pequeno arco deixado no pano da ponte para dar passagem à água do moinho, mostra que este é mais antigo ou pelo

menos coevo daquela: ora os moinhos de água (hydroletes) só se generalizaram em Roma no séc. IV da nossa era¹ quando as vias militares estavam concluídas, além de que a de que tratamos começou no tempo de Augusto, como mostram os miliários.

Parece, pois, que a ponte velha de Gimonde não é romana, nem medieval, antes relativamente moderna.

P.º FRANCISCO MANUEL ALVES.

Roboretum

A dois e meio quilómetros para O. da pitoresca vila de Vinhais, no distrito de Bragança, província de Trás-os-Montes, encontra-se um monte em que está situado um *castro* em ruínas.

Subindo a encosta a uns 800 metros, chega-se à pequena povoação do Castro de Soutelo, que toma o nome do castro que está acima no monte e da povoação de Soutelo, que dista 930 metros para N. Aquela povoação é composta de 15 casas (9 fogos) e da capela de Santa Bárbara, da qual ulteriormente falaremos.

Subindo mais 200 metros, chega-se ao planalto do monte aonde existe parte das ruínas duma cidade fortificada, que seria *Roboretum*, estação romana aonde se fazia uma etape da estrada militar de Braga a Astorga, derivando o seu nome da extensa mata de carvalhos que a circundava e seguia até o bairro do Carvalhal da vila de Vinhais, donde o dito bairro tomou o nome².

A fortaleza é alcantilada por E., S., O. e E. em parte; a natureza empenhou-se em a circundar de rochedos, e alguns de disformes dimensões. A Cidadelha é cercada por um muro de espessura de 2 metros, que se acha quase todo demolido.

O lado N., onde eram as portas da Lagoa, era a parte fraca da fortaleza, sendo preciso protegê-lo com duplo fôsso, medindo o primeiro de O. para E. 50 metros chegando só a uma torre da fortaleza. O segundo media 60 metros de O. para E. passando pela frente dessa torre até a rampa no caminho das partes mencionadas, que o intercepta, continuando depois mais 30 metros.

¹ Cagnat, *Lexique des Antiquités Romaines*, artigo «Mola»; Rich, *Dictionnaire*, etc., artigo «Hydroletes».

² *Robur*, *is*, «o carvalho». ¿Roboretum corresponderá à palavra portuguesa carvalhal? Parece que sim supondo *tum* como sufixo. [Entre os papéis de Celestino Beça aparece uma carta de Emílio Hübner, de 4 de Março de 1900, em que diz: «Roboretum significa carvalhal, mas como há muitos locais dêste nome em sítios diferentes, não serve para fixar a estação dêste nome»].

É à saída destas portas, do lado esquerdo, que se vêem os restos da citada tórra, que tinha a forma circular com um raio de 7 metros, ficando fora da muralha mas contígua a ela. No seu subterrâneo havia uma cisterna que recebia as águas que vinham encanadas de Vale Pereiro, lameiros sitos além de Soutelo a uns 1200 metros de distância.

Esta tórra deveria ser destinada para vigias e emprêgo de alme-naras, conjugando-se sem dúvida com as tórras dos Castrelinhos a SO. com a de Sobreiró de Baixo, com a do Monte da Forca a NO., com a de Rio de Fornos, no sítio das Lamas, a E.NE. e com a tórra do Carvalhal, no sítio chamado Rogidouro.

[Em outro papel avulso encontro o seguinte]: Apontamentos da estrada romana nas proximidades de Rio de Fornos, até Soutelo ou Roboretum.

Terra onde há vestígios de edificação romana chama-se *Torre*, Bronceda é ao lado da Tórra aonde apareceu a sepultura romana, estendem-se até Frades aonde havia uma igreja (ainda hoje está demarcado esse sítio da Tórra à igreja).

O caminho da igreja seguia depois pelo sítio de Capeludo em direcção a Moade que era uma pequena povoação aonde existia uma família que tinha sete senhoras que vinham à missa de manto. A povoação era no sítio do Lombeiro. Caminho feito a pico, que era a estrada romana. Da igreja seguia pelo Capeludo aonde havia calçada, que foi desfeita pelo José Vicente Gonçalves de Rio de Fornos. O terreno da igreja possui-o João de Lomba.

No sítio de Moade, quinta do Morais, havia uma família de que vinham à missa sete senhoras de manto.

Próximo existe a propriedade de Agrelos que é grande.

De Moade segue a estrada próximo de Lama Susana até o ribeiro de Soutelo e daí ao Roboretum passando próximo dos pombais e por detrás da capela de S. Lourenço.

[Noutro papel avulso encontra-se esboçado um croquis que a julgar pela descrição parece ser o da Tórra, Bronceda «aonde apareceu a sepultura romana». Ao lado desse croquis há a seguinte inscrição]:

O IMM
CLAVDOR
M
M M I M E
A O

Próximo do Bairro do Carvalhal, no sítio do Rogidouro, encontra-se os restos de outra de atalaia, já citada, que vigiava diversos

caminhos e principalmente o da Ermida. É evidente que esta torre, estando fora das vistas da de Roboretum, não deixava contudo de conjugar-se com as outras torres para fora dêle e se corresponderiam por sinais com qualquer outro ponto fortificado, talvez com o da Cidadelha (vulgo Ciradelha) de Vinhais, que foi sem dúvida fortaleza pre-romana e mais tarde ocupada pelos romanos por ser um ponto militar importantíssimo.

Presume-se por vestígios encontrados que um ramal da estrada romana, partindo de Vila Verde por Prada, tocava na Cidadelha indo depois entroncar-se novamente em Vinhais.

Em 1872 encontraram-se ali cento e tantas moedas de prata de diversos imperadores.

Próximo desta fortaleza há uma extensa campina que o povo denomina Arrabalde dos Mouros, contando-se a respeito dêle várias lendas de mouras encantadas e leões de ouro.

Outros grandes castros se avistam do Roboretum, como o de Ouzilhão, o de Cabrões, denominado pelo vulgo Circa, próximo de Vila Verde.

A Cidadelha tem a forma elíptica; o planalto mede de Sul a Norte 119 metros e de Este a Oeste 85, tem duas saídas: a das portas do Sol a Este, cujo caminho, cortado na rocha, vai descendo por entre os penedos formando algumas curvas até encontrar a parte da cidade situada na planície passando pelo sítio do Ramalhedo se dirige aos pontões do rio de Trutas; e as portas da Lagoa que já citámos e que toma o nome de uma lagoa que se vê a 200 metros a descer para o outro bairro já mencionado e de que adiante falamos.

A quinze metros para o interior destas portas encontra-se um largo com um raio de 8 metros, que deveria ser a praça de armas, cruzada por duas ruas as mais espaçosas da Cidadelha que se estendem em sentido longitudinal e transversal. Outra rua da mesma largura vai em direcção oblíqua duma a outra porta.

Circunvaga a acrópole, cingindo-se com toda a muralha, outra rua mais estreita; no restante do terreno estavam edificadas dezenas de pequenas casas formando ruas muito estreitas, que se ligavam às ruas principais em diferentes direcções.

Medimos as ruínas de dois desses prédios. Um tinha 6 metros de largura por 7 de comprimento, e outro 4 de largura por 6 de comprimento; os restantes regulavam por este tipo. As paredes tinham 1 metro de espessura, sendo construídas de pedra e barro. Ali encontrámos fragmentos de cerâmica, de telha de rebordo, posto que o terreno não deixe ver tudo por estar coberto de erva e mato.

O segundo bairro

O Sr. Francisco José da Silva, irmão do falecido major Aurélio da Silva e Castro, morador na pequena povoação [Castro de Soutelo] que nos acompanhou dando-nos muitos esclarecimentos, disse-nos ter em seu poder uma pequena mó de moinho manual encontrada na fortaleza, e informou-nos também que numa terra sua tinham encontrado ao lavrar muitos fragmentos de canos de barro, que deviam ser do encanamento que vinha de Vale do Pereiro de que já falámos.

Descendo da fortaleza, a uns 400 metros dela, ensinou-nos, próximo da Lagoa, um sítio onde à superfície do terreno se encontram muitos fragmentos de telha de rebordo que poderiam encher alguns carros, e muito escumalho de ferro.

Presume-se que, como o recinto da fortaleza estava já tam aproveitado com a edificação e a carência de comodidades obrigasse os Romanos a construir edifícios para oficinas e outras acomodações. Mas não vendo no sítio pedra sólta que tivesse servido para essas obras respondeu-nos que tinha sido removida para tapagem duns lameiros próximos e edificações das duas povoações vizinhas.

No mesmo sítio onde se encontram os pedaços de tejolo e telha romana ainda se vê um montão de pedras que dizem ter sido de uma capela da invocação de Santa Bárbara, que estando quase em ruínas, passando por ali o brigadeiro Domingos Augusto Gil de Figueiredo Sarmento¹ em 1820, nessa ocasião desencadeando-se uma grande tempestade de vento e chuva sobre ele o cavalo lhe estacara, não lhe sendo possível fazê-lo seguir; os raios fuzilavam derrubando frondosos castanheiros, e o intrépido brigadeiro, que não tinha vacilado diante do ribombar do canhão e da fusilaria dos exércitos naquelas épocas

¹ [O nome exacto é Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, proprietário da importante quinta da Rica Fé, subúrbios de Bragança, nascido na Mofreita, deste concelho, a 2 de Março de 1772, bisavô paterno do actual delegado da República na comarca de Moncorvo, Dr. José Hipólito de Moraes Carmona. Domingos António Gil, o Bravo Gil das canções populares e literárias do tempo, tenente-coronel comandante de infantaria n.º 6 do Pôrto, foi, com Sepúlveda, a alma militar do movimento revolucionário de 1820.

Fez toda a campanha da Guerra Peninsular; ferido algumas vezes, estava em Almeida quando do pavoroso desastre desta praça. Soriano e Chaby referem-se ao Bravo Gil em vários lugares das suas obras, e *História Popular Ilustrada de Portugal*, de Pinheiro Chagas a p. 61 do vol. VIII, insere o seu retrato. Sobre uma singularidade no brasão de armas de sua família ver o que escrevemos em o *Notícias de Bragança*, de 2 de Junho de 1913. — P.º Alves].

calamitosas, tremeu e julgou-se perdido: recorreu a Santa Bárbara que o ouviu e livrou do perigo.

O brigadeiro mandou erigir a capela que está na pequena povoação de Castro do Soutelo, mudando para ela processionalmente a milagrosa santa em cumprimento da promessa que fizera a Santa Bárbara pelo haver livrado do perigo.

Segundo do *Roboretum* pela estrada romana passa-se o ribeiro de Trutas, e a poucos metros de distância entra-se na estrada nova, que está construída em parte sobre a romana e que nos conduz a Vinhais.

Nesta vila diligenciamos encontrar o marco miliário que Grutero diz ter aí aparecido; não nos foi possível descobrir o seu paradeiro. O escrivão Lemos, de Bragança, afirmou-nos tê-lo visto em Vinhais em casa do Sr. Emiliano de Sousa. Pedi aos moradores da casa onde este habitou, mas nada descobri¹.

Dêste ponto se avistam restos duma torre próximo do rio, no sítio do Modorro, construída de pedra e cal. Sem dúvida vigiava os caminhos que vinham do Castro do Ouzilhão ter à ponte romana, de que ainda hoje se vêem os encontros no rio Tuela próximo do açude do moinho do Sr. Machado, de Vilar de Ossos.

Da ponte irradiavam caminhos para o lado desta torre e para Vinhais. É crível que outra estrada romana viesse entroncar à via militar de que estamos tratando, pelo cabeço de Castelares e Cabrões de que já falámos, seguindo a via militar até Soeira ao bairro de Cimo de Vila, aí apartava-se novamente na direcção da ponte de Ma-

¹ [Igualmente resultaram infrutíferas as diligências que a nosso pedido fizeram os bons amigos P.^o José Firmino da Silva, Dr. Raúl Manuel Teixeira e Dr. Gilberto Beça de Aragão, respectivamente professor complementar, delegado do procurador da República e advogado em Vinhais. «Todos examinámos quantas cantarias há nas paredes ou dispersas na casa que foi de Emiliano de Sousa; nada achámos que se parecesse com um marco miliário.»]

O miliário já pelos anos de 1721 se não encontrava; no entanto, o que resta do seu letreiro e demos no tomo I das nossas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, p. 356, diz:

CONLAPSOS RESTITUERVNT
... Q DECIO LEG. AVG. PR. PR.
CV. VIA AVG.
M. P. C.

quieiros, perto da qual fica o Castro do Lombeiro de Maquieiros¹. Dessa ponte segue-se para Espinhosela e Gondesende.

Seguindo nós a direcção da via militar romana chega-se à ponte velha de Soeira, ponte com três arcos, que era romana e que na Guerra Francesa foi cortada bem como a de Ouzilhão e a de Castrelos. A de Soeira foi reedificada por 1815 a 1820, segundo informações colhidas.

Esta ponte entesta com um outeiro inacessível excepto pelo lado norte, no cume do qual está um castro com defesa natural tendo pelo lado norte dois fossos e por outros lados muros em sítios.

A mencionada ponte dista da nova estrada rial 1 quilómetro para norte. Seguindo 450 metros encontra-se a povoação de Soeira, partindo pelo caminho velho vai ter-se à estrada nova no sítio da Estalagem do Diabo, termo de Castrelos. A uns 50 metros ao lado de cima da estrada no sítio de Carrizo (?) vê-se uma vinha com um pequeno casebre; quando se andava surribando o terreno para a plantação, o dono dela Francisco Rodrigues, de Castrelos, e os operários encontraram ao cavar uma faixa de terreno muito duro com a largura de 5 metros, arrancando blocos compostos de pedra e areia ligadas com uma substância que não era cal, mas muito dura (provavelmente cimento pelos romanos usado na construção das estradas).

Estas declarações vem comprovar que ali corria a via militar de que tratamos.

A uns 100 metros da vinha para o rio Baceiro encontram-se as ruínas (os encontros e um pêrgão) da ponte de Castrelos, a que já aludimos, a uns 30 metros por cima do moinho.

Feita a passagem para a outra margem do rio, defrontando-se com a ponte em ruínas, há outro castro do Cabeço de Castelos Velhos. Dizem na povoação dos Castrelos que é dêste sítio que deriva o nome da povoação. Neste Castro havia uma igreja dedicada a S. João e aí se encontrou nas ruínas em 1591 a sepultura do proconsul Caio Semprónio Tuditano, que tinha dentro uma pia de granito com 9:000 moedas de ouro do tempo de Antonino. Na povoação quando falam dêste proconsul dizem — o general romano².

¹ [Sobre este castro ver *O Arch. Port.* v. 14. — P.º Alves].

² [A inscrição da sepultura diz: SEMPRON. TUDIT. | MVMMORVM IX. M. Frei Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal*, 1626, p. 91 e sucessivamente transcrita no *Agiologio Lusitano*, ao dia 4 de Março; nas *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, de Argote, p. 169, onde mostra que não diz respeito ao proconsul Caio Semprónio Tuditano memorado na 4.º Decada, livro 3.º de Tito Lívio, como querem os precedentes, mas sim a um rico de nome Semprónio Tuditano. — P.º ALVES].

Neste castro encontram-se muitas ossadas humanas e moedas romanas de diferentes imperadores, fragmentos de telhas de rebordo, mós marmórias, fibulas e moedas romanas de bronze¹.

Este ponto dominava a ponte.

Seguia depois a estrada pelo sítio do Carriço do Ervedal em direcção à povoação, caminho que está desfeito desde há pouco tempo.

Segue-se pela povoação e nas proximidades da igreja ao lagar do concelho, toma-se à direita e vai-se passar um ribeiro e segue-se pela Chousa, próximo da Fonte do Velho, daí ao Paulo de Fontes (terrás), a Vale de Centiares (terrás), a Vale do Roupeiro, à ribeira de Prado Redondo, ao Castelo de Formil ou Foural dos Mouros, que fica a 200 metros para a direita e mede de diâmetro 80 metros, mas está quase perdendo a configuração.

Seguindo entra-se na povoação Formil, fora da povoação encontra-se a capela de S. Cláudio e no adro dela um cipo com a seguinte inscrição dedicada ao imperador Cláudio:

TI.CLAUDIO | C'AESARI | AUGGERMA | NICO.IMP². |

[Esta inscrição vem num papel avulso; o que porém tem interesse é a seguinte notação no mesmo exarada]:

«O padrão que eu achei DN IMP

Está outro debaixo do altar também funerário».

É evidente a importância desta notícia visto referir-se a uma lápide, ao parecer existente na capela de S. Cláudio, debaixo do altar, ainda não conhecida.

Sei, pelo ouvir ao próprio Celestino, que o padrão é o miliário descoberto por ele e publicado por Albino Lopo (n-O *Arch. Port.*, vi, 148), que diz:]

D. X. IM. | CAE. AVG | M. VAL. | MAXIMI | ANO |]

Continuando em direcção à ponte de Ariões que é romana na encruzilhada do caminho que seguimos e o que vai de Gostei para a povoação do Castro de Avelãs, a estrada romana seguia nessa encruzilhada para as ruínas da antiga povoação aonde estava a igreja de S. Sebastião e uma torre. Estes terrenos são hoje propriedade da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, que neles mandou fazer algumas explorações.

A via militar passava muito perto destas ruínas seguindo pelo sítio onde há pouco fizeram uns lameiros que tem tapagem de pedra. Daí chega-se breve a uma ponte romana de três arcos situada próximo do Castro de Avelãs sobre o rio Fervença, conhecida por Ponte

¹ [José Henrques Pinheiro, *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, 1895, p. 110. — P.º ALVES].

² [Foi publicada por Pinheiro, no *Estudo, etc.*, pp. 4, 98 e 102, passando daquela ao *Supplementum*, de Hübner].

de Ariães. Nos campos próximos dela ganhou uma grande batalha o conde Ariães ou Aries Anes.

O túmulo dêste conde está meio metido na parede da igreja do antigo mosteiro de Castro de Avelãs, e tem a era de 1300.

Da aludida ponte, andando 300 metros, está-se no cume do monte do Castro, aonde se encontra outro Castro medindo na direcção Sul-Norte 230 metros, e de E. a OE. 220. Do lado OE. tem duas trincheiras, a distância da primeira ao Castro é de 10 metros e a da segunda de 20. Do lado E. tem uma trincheira de 10 metros. Este grande Castro parece ter sido destinado a acampamento de grandes forças.

[Há num papel à parte um croquis sem indicação do terreno a que pertence, mas como concorda com esta descrição aqui a damos, fig. 1].

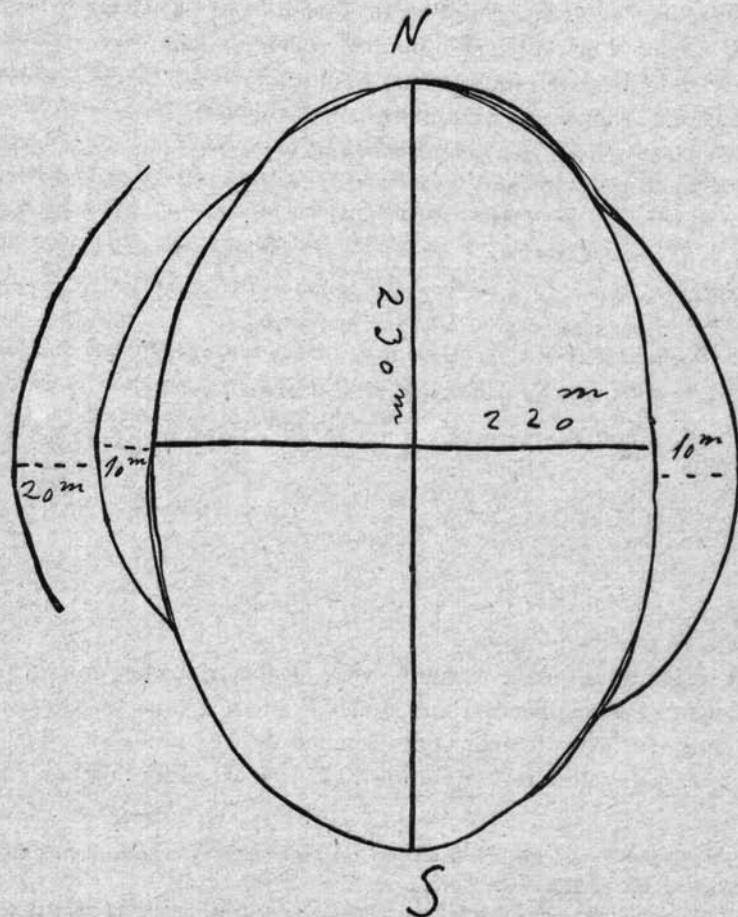


Fig. 1

Daqui continuando na direcção do Campo de Santo António, caminho do Sapato, Estacada, seguindo a estrada nova até apartar para a ponte velha sobre o Sabor que é romana e tem arcos¹.

Continuava a via romana pelo antigo caminho, que é cortado de onde em onde pela estrada nova até chegar ao caminho velho de Gimonde; são 2:450 metros; e seguindo-se esse caminho velho está-se em Gimonde, que era a *Compleutica* onde apareceu o miliário de Caro.

[Há nos papéis de Celestino Beça uns apontamentos descriptivos da fortaleza romana contígua a Gimonde (*Compleutica*), mas de tal maneira confusos que nada acerto a tirar dêles; algo porém se pode ajuizar vendo *O Arch. Port.*, v, 136].

O miliário de Soeira, no concelho de Vinhais

Foi achado por mim [Celestino Beça] nas ruínas da capela de S. Sebastião de Soeira, concelho de Vinhais; está cavado de um lado para servir de sepultura. Tem um orifício a meio dessa cavidade, iguais a outros que se encontram e serviram para o mesmo, tais como os que se acham às esquinas da casa da Escola Distrital de Bragança².

Próximo destas ruínas existem as de uma povoação romana no sítio chamado Vilar, onde se encontra telha de rebordo fragmentada, etc., mós de moinho manuais. É próximo do Castro da ponte de Soeira.

Acima desta ponte, 1 quilómetro, também dão o mesmo nome, porque ali havia uma ponte romana por onde passava a via militar romana. Isto próximo do Castro de Arnado.

Mandei pôr de pé o miliário, e o local em que ficou é ao fundo e perto da povoação da Soeira. O sítio provável aonde devia estar presume-se que fosse dali a 40 passos, onde o caminho chamado das Cortelhas seguia para os Castros de Arnado e Castreljão. Entre estes dois castros existe uma grande área onde se encontram muitas telhas de rebordo, algumas inteiras, e tejolos.

O miliário de Soeira tem a seguinte legenda:

TRIB. POT. XXI

O resto da legenda tinha sido inutilizada pelo selvagem que o mandou cavar para sepultura. Informou-me um amigo que, com as chuvas, as letras se vão tornando imperceptíveis³.

¹ [Não aponta os arcos desta ponte. São três em ogiva de lanceta e toda de alvenaria sólidamente ligada por argamassa. Da sua romanicidade dissemos atrás.—P.^o Alves].

² [Como estes miliários foram depois apropriados a sepulturas, os orifícios serviam de escoamento das fezes cadavéricas.—P.^o Alves].

³ [Como só há nove imperadores que exercessem 21 ou mais anos o poder tribúlio —Augusto, Tibério, Adriano, António o Pio, Marco Aurélio, Diocleciano,

Seguindo de Compleutica (Gimonde) para Veniatia (Vinhos, Espanha).

Seguindo de Gimonde (Compleutica) ao desembocar da ponte nova, onde existem os encontros de um pontão da época romana¹ e a capelinha de S. Sebastião, cortando pelo Marrão, que era por onde marchava a estrada romana, como nos esclarece o marco miliário que ali apareceu² e a que o povo chamava outrora marrão (marra grande); chegando ao alto (3,5 quilómetros) onde bifurca o caminho das Falgueiras, vê-se a 500 metros para o norte, no cume dum outeiro, uma fortaleza antiga conhecida pelo Castro de Babe. A povoação fica a nordeste 2,5 quilómetros. O castro mede de sul a norte 150 metros, de este a oeste 320 metros; a nordeste tem defesa natural inacessível.

A parte restante é cercada de muro de pedra sólta. Do lado nordeste tem a cavaleiro três muros e seus fossos que ainda são bastante visíveis. O espaço compreendido entre eles é de 54 metros o primeiro, 124 o segundo e 92 o terceiro; o circuito superior tem 50 metros. Tem a sul uma porta e a SO. outra.

Seguia a estrada romana até a cruz das almas de Magide e adiante desta uns 125 metros tomava à direita pelo caminho da Réfega. Andados uns 400 metros, à esquerda da estrada, num pequeno cabeço onde existiu a igreja de S. Pedro, termo de Babe, onde convergiam a ouvir missa as povoações de Compleutica, Babe, Milhão e Palácios, por não haver outra³.

Nesta igreja foi sepultado Reburrino, porta-bandeira da segunda legião romana. A lápide funerária da sua sepultura e o mar-

Maximiano e Constantino o Grande — a alguns dêstes deveu pertencer o monumento. A grafia, por obliterada, nada diz; no entanto, atendendo a que antes dessas palavras poucas mais cabiam, segundo informações do nosso amigo P.^o José Miguel Machado, talvez seja de Augusto como o de Castro de Avelãs ou do seu século, em que a sobriedade dos títulos imperiais deixava logo muito em cima nestes monumentos as palavras em questão, ao contrário da época decadente onde a fiada dos avoengos e os epítetos — germânico, pártico, dácico, tudo o máximo — as relegavam para mais em baixo. O monumento ainda se conserva de pé no lugar onde Celestino o mandou levantar. — P.^o Alves].

¹ [Dissemos atrás da sua romanicidade. — P.^o Alves].

² [O Arch. Port., v, 136. — P.^o Alves].

³ [A lenda de concorrerem muitas povoações à missa a uma igreja central geralmente em despovoado, por não haver outra, é mui freqüente. Segundo essa lenda à igreja do Babão perto de Aveleda, concelho de Bragança, de que hoje restam poucos vestígios, concorriam cinco povoações circunvizinhas. Idênticas tenho ouvido referentes a outros pontos. — P.^o Alves].

BR. LEITE DE

BIBLIOT CA

LISBONA

SELOS

lário que esteve colocado por aquelas imediações, mais tarde aproveitado para sepultura que existiu na mesma igreja, indicam a directriz da estrada¹.

Estas pedras, documentos históricos (lápide e miliário) foram, há cerca de 60 anos, conjuntamente com mais pedras de granito, arrancadas nas ruínas da dita igreja de S. Pedro e levadas para a povoação de Babe, distante 4 quilómetros, pelos irmãos Sanches, para edificarem uma capela na sua casa de morada, e como um dos irmãos era padre e comprehendesse que aquelas duas pedras pertenciam a sarcófagos, respeitou-as e mandou-as colocar no adro da actual igreja de Babe, de construção moderna, donde foram transportadas para o Museu Municipal de Bragança, graças à profícuia interferência do actual reitor Francisco Manuel Pires.

Continuando pela via romana a poucos minutos chega-se à canada da Igreja que atravessa os lameiros de Babe e dessa canada a um quilómetro para SE. vê-se a fortaleza da Castragosa em posição elevada e como que coroando o majestoso outeiro em que assenta. É um soberbo castro onde as coortes romanas assentavam os seus arraiais, e talvez no de Castragosa ou no Castro de Babe, a pequena distância da igreja de S. Pedro, morresse o citado Reburrino, ou talvez na cidade de Compleutica que apenas dista da igreja três milhas e não em Babe, que a esse tempo seria uma pequena aldeia e nem ali se encontram edificações ou vestígios de ser habitada pelos romanos e jamais tendo de deixar qualquer dos dois arraiais citados principalmente Compleutica onde teria todos os confortos.

A fortaleza da Castragosa mede de norte a sul 90 metros e de E. a OE. 101 metros. De norte para OE. até sul cerca-a um fôsso, pelo resto é inacessível. Encontrámos aí um bronze.

Atravessando a canada da Igreja deixa-se o caminho que vai para Babe, seguindo à direita vai-se ter à canada dos Babões. Ao sair dela, encontram-se uns caminhos que se dirigem para Babe, Milhão e Réfega, seguindo o desta povoação, um pouco adiante dela, segue-se para o caminho de Caulelha que vai ter ao rio Maçãs. Um pouco antes de terminar o caminho, ao lado esquerdo do caminho da Petada, há um conjunto de fragas dispostas em círculo e os pontos onde eram cortadas foram ligados por paredes, formando assim a pequena fortaleza da Petada.

¹ [O Arch. Port., III, 223 e IV, 342.—P.º Alves].

Encontram-se ali muitas pedras esféricas trazidas do rio com intuito de serem lançadas rolando como meio defensivo. Ao chegar ao rio seguindo a margem direita, encontra-se, um pouco abaixo, o pôrto ou vau da Madalena por onde dava entrada em Espanha, que haverá uns 30 anos que foi inutilizado por terem construído ali o açude de um moinho.

Fronteiro a êsse vau há as ruínas de um castro, denominando-se aqueles terrenos hoje Vinhais do Castro.

Abaixo da povoação de Quintanilha, no sitio do Barrocal, defendendo o vau das Nogueiras (?) coexiste um outro castro isolado do cabeço do Barrocal por uma trincheira.

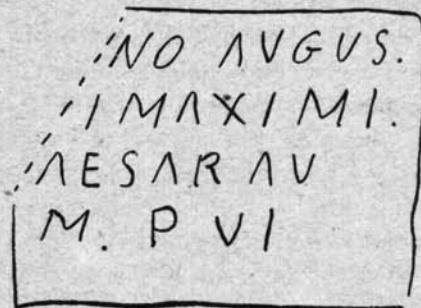


Fig. 2—Marco miliário de S. Viteiro, já fragmentado



Fig. 3—Lápide de Galegos

Defronta-se do lado da Espanha com os três castros da Petada, das Vinhas e do Barrocal — o cabeço do Pedroso, assim dito pelo conjunto de enormes pedras e fragas de granito. É um majestoso acampamento pre-romano, mais tarde aproveitado pelos romanos. Mede de noroeste a sueste 230 metros e de sueste a nordeste 181 metros. Do lado SE. tinha uma torre circular destinada a almenaras.

(Dos apontamentos deixados por Celestino Beça não pode colher-se mais nada seguido relativamente ao seu traçado da via militar romana, apenas o seguinte em papéis avulsos).

Em S. Viteiro (Espanha) há o Castro das Vinhas a nascente da povoação e ainda antes, chamado só Castro que é muito grande (fig. 2).

Altura 2^m,10; grossura 1^m,53.

Em Galegos, campo de Aliste (Espanha) há o castro de S. Jorge. Adiante da mata de Galegos, no termo de Figueirolas, cerca de 2 quilómetros de Maide e de Galegos passa próximo a via militar romana e ao pé de Maide há o castro da Paixão.

[¿Será lápide da fig. 3 o que vem noutro papel avulso indicada pela seguinte nota: «Em campo de Aliste entre Gallegos e Maide há um marco antigo com letras». Ou haverá outra?]

De Quintanilha [Portugal] vai-se a Vinhas [Espanha] por Nuez ou por Trabaços, S. Brás e Seixas.

De Vinhas a Manbuey vai-se a Codeçal, Peique e são 7 léguas.

De Manbuey vai-se a Penilha, Castro Contrigo, Quintana, Astorga.

Veniata — Vinhas [Espanha].

Petavonium — Manbuey [Espanha].

Argentiola — Quintana del Marco.

Astúrica — Astorga.

Antes de Quintana adiante de Castro Contrigo fica Muelas e um quarto de légua antes de chegar a Muelas há um marco miliário ao pé de uma fraga.

Miliário de Nuez

Em casa de Inocêncio Domingos, 500 metros antes de chegar à encruzilhada da Malha de Nuez estava o marco miliário.

[Esta notícia em papel avulso. Noutro papel há, cosida por Celestino Beça, uma carta de Ambrósio Tôrres, datada de Nuez aos 22 de Setembro de 1901, em que lhe diz: que lhe manda «el cloquis de una piedra que descubrimos em S. Vitero»; que «la rraya de la direita piquena que pasa por lo E., le falta»; que embaixo tem «um becerro» com as «pernas rotas».

[Ainda cosido com este mesmo papel e carta há um croquis, evidentemente o mencionado na carta e é a fig. 4. É evidente que se não trata de um miliário mas sim de uma lápide funerária; certamente que o engano foi devido à ignorância de quem lhe forneceu a notícia].

Estrada de Mourisco, de La Reina ou das Domnas

No n.º 1, primeiro ano do *O Archeólogo Português*, a p. 11, o Sr. José Leite de Vasconcelos faz um apêlo aos leitores daquela publicação para o elucidarem no que lhe for possível acerca de umas antigualhas do séc. XVIII em terra de Miranda, entre elas a estrada chamada *O Mourisco*, que passa pela povoação de Malhadas e que é tradição que se pode transitar por ela sem entrar em povoação alguma da corte dos Católicos Reis para a do nosso Fidelíssimo Monarca.

Quando estive em Mogadouro foi a primeira vez que ouvi falar na estrada *O Mourisco* dizendo-me que ela saia de Madrid e discorria até Lisboa, e afirmam pessoas idóneas que efectivamente é esta a verdade.

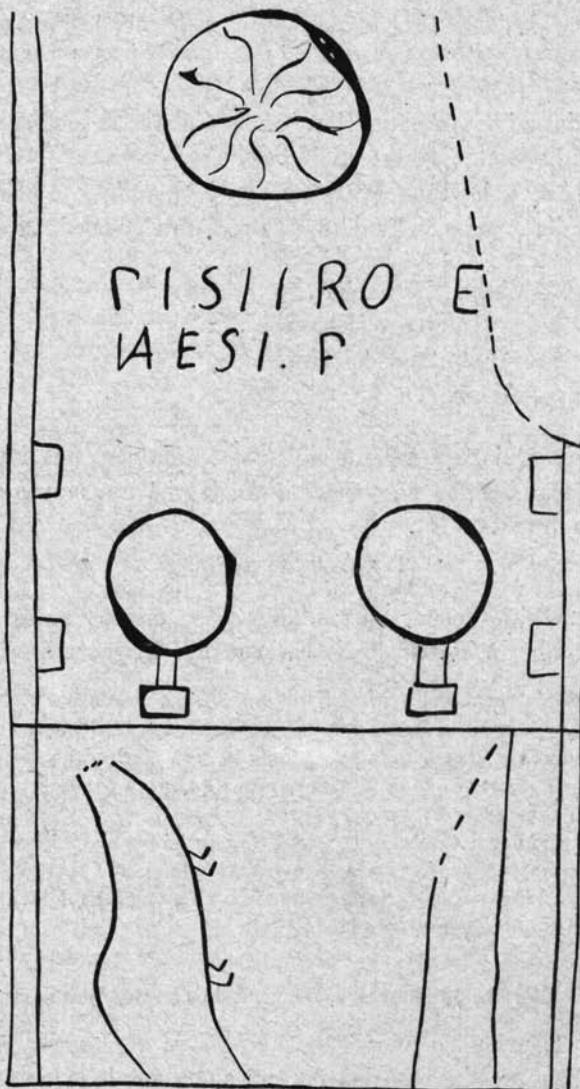


Fig. 4

É provável que algumas das povoações por onde ela passava a sua população tenha aumentado, e por consequência a edificação de prédios urbanos tenha ocupado os lados da tal estrada.

Lendo *O Archeologo* e vendo o pedido do erudito mestre e amigo, consultei cavalheiros, que se dignaram corresponder à minha velha amizade, e com os valiosos subsídios de suas informações concernentes ao assunto e com o que observei quando jornadeei por parte dela pude coligir os nomes dós sítios por onde ela passava e bem assim das povoações próximas que servia, que passo a mencionar.

Partia de Braga por Guimarães, Vizela, Amarante donde por Cidadelha nas faldas do Marão se dividia em dois braços, um dos quais ia para Panóias de Vila Rial e outro para terras de Caria e dali para toda a Beira, Riba-Coa e depois descendo a Foz-Coa vinha ao Pocinho pelas Bandeiras, à Capela de S. António de Moncorvo, Roboredo, Quinta de Mindelo, Quinta de Lauzelas, Cabeço da Mua, Castinheiral de Carviçais, próximo de Carviçais, hoje em consequência de edificações modernas passa na povoação. Costa do Barro Branco, Quinta da Macieirinha, Lameiras de Vale de Ladrões (termo de Fornos), Carvalhal da Lagoaça, Ponte dos Almoereves, Atalaia, termo de Bruçó, * Serra de Gajope, Prado dos Reis, Calçada de Vilar do Rei, Urreta Mourisca, Ponte do Mourisco, (pequeno pontão), Eiras de Paçô, Lastras de Vila de Alla, Pontão de Thó (novo), Fornos de Telha, Lagoa de Thó, Pinhal de Brinholzinho, * Pena Mosqueira, termo de Sanhoane, a 3 quilómetros do povo. Da Pena Mosqueira vai um ramal por Vale de Unfiz, Valdrugueira, Brenha do Cazarelhos no sítio da Devesa, dali a S. Tiago e termina no Mogadouro.

Eiras da Canada de Brinholzinho, Vale de Sendim, Cruz da Bandeira. Deixa o termo de Brinholzinho e entra no de Urrós no sítio das Penas Turvas, Vale de Mourisco, Cabeço Obreiro. Entra no termo de Sendim de Miranda, perto da capela de S. Sebastião, junto à cortinha de Vale de S. Pedro, pelo meio das Eiras ou prado de Sendim, baixando pelas proximidades da presa, deixando a propriedade do Valentim [Guerra?], Ponte de Vale de Carrasco (pontão pequeno) à Marra de Prado Gatão, depois a meio quilómetro da capela da Senhora da Trindade, termo de Fonte Aldeia. Entra depois no termo de Duas Igrejas na tapada de Piçoulos, Fonte dos Asnos, segue próximo da Quinta da Urreta da Silva, Lagoas de Malhadas, passa pela retaguarda da Senhora do Nazo e ao fundo da povoação de Constantim, deixando o lugar à direita, vai passar ao cimo do povo de Cicouro, passa a raia de Espanha encontrando a cazeta de carabineiros, entra na estrada rial que utilizou o terreno do Mourisco, segue até Bebineira, povoação espanhola e segue até perto da vila de Alcanices, Cruz da Canda, Malhada do Marco, limite de Fornilhos, Venta de los Guevos, Laguna de los tres muertos, Monte de

Vila Campo, Ponte de Ricobaio, Monte de Concego, Era del Puerto, Fuente de la Salud, Alto de Guimarem, Moralles, Sanciones, Legos, Moralles de Toro, Tordesillas, Roeda, Medina del Campo.

[Este sinal * indica informações, apontamentos, notas colhidas de momento, certamente fornecidas por pessoas da localidade, que se encontram espalhadas por vários papéis avulsos sobre a passagem da Estrada Mourisco por esse sítio e por isso lhe dão mais autenticidade. — P.^o ALVES].

**Da mesma estrada de Mourisco dá Celestino Beça
o traçado por esta forma a partir de Lisboa**

De Lisboa	Espinhal
À Portela	Venda do Corvo
Sacavém	Foz de Arouca
Póvoa	S. Miguel de Poiares
Alverca	Ponte da Murcela
Alhandra	Cortiça
Vilá Franca de Xira	Moita
Povós	Venda do Vale
Castanheira	Venda do Porco
Vila Nova da Rainha	Galizes
Azambuja	Chamusca
Muro do Conde de Aveiro	Saragoça
Cartaxo	Forroselo
Ponte Sêca	Macieira
Santarém	Pinhanços
Às Barrocas	Vinhó
Ponte de Alviela	Sampaio
Ponte de Almendra	Vila Cortês
Golegã	Carrapichana
Ponte de Pedra	Cortiçó
Vale de Tancos	Celorico da Beira
Guerreira	Forno Tilheiro
Tomar	Fiães
Venda Nova	Trancoso
Ceras	S. Martinho
Pereiros	Rabaçal
Cabaços	Quinta de Marvão
Bargueiro	Vila Nova de Foz Coa
Vendas de Maria	Pocinho ¹ .

¹ Segue-se agora como fica atrás apontado.

[Tradição da passagem da Estrada Mourisco noutros pontos]

Escolhi esta epígrafe para reunir aqui alguns apontamentos que Celestino Beça deixou a êsme em papéis avulsos sobre a Estrada das Donas ou Mourisco. Seguem êsses apontamentos:

De Gimonde a Estrada das Donas ia às Salgueiras ou Lama da Velha, a Juncedelo, à Castrigosa (já no termo de Babe) aos montes da Réfega, Senhora da Ribeira.

Freixedelo Castro de Freixedelo... [ilegível].

da Estrada dos Mouros ou das Donas conhecem-se vestígios.

Sanhoane. Há o Castro Gel que fica ao nascente da povoação, a 100 metros da Estrada Mourisco.

Pôrto Calçado [S. Julião?] ao Castro de Vinhais 12:000 metros, indo pelo caminho de la Reina ou das Donas¹.

Apontamentos diversos

[Sob esta epígrafe reunimos vários apontamentos esparsos pelos papéis de Celestino Beça; notas de momento dadas por informadores locais, sítios do termo com nomes de carácter arqueológico. É de advertir que se trata de povoações do distrito de Bragança e de poucas do de Vila Real pertencentes ao concelho de Valpaços].

CAPELA DE S. TIAGO.—Justino Vitorino Guide, cabo reformado, foi quem me indicou aonde era a capela de S. Tiago na vila ou cidadela de Bragança. Era na actual alameda ao sul do pelourinho 6 metros².

COVA DE LUA—Castro da Devesa, conhecido também pelo Castro dos Cazarelhos. Houve uma capela próximo do Castro, ainda existe o portal, era da Senhora da Edra. A uns 800 metros dêste sítio há

¹ [Não há dúvida que existe a tradição desta estrada dita de Mourisco, de la Reina ou das Domnas, Donnas e Duenhas, como variadamente ouço dizer. Em S. João e Gimonde, concelho de Bragança, e no Mogadouro, ouvi eu falar nela indicando-me até *in loco* os sítios por onde passava, que na verdade são evidentes em parte. Mas sendo tam viva a tradição em Gimonde e S. Julião, como muitas vezes tenho notado, devemos concluir, visto afastar-se da directriz atrás apontada, que se trata dum ramal.]

—Terá a Estrada de Mourisco ramais e muitos? —Andará ligada a ela a lenda doutras estradas, como por exemplo as romanas? Justifica esta suposição a tradição de Gimonde e S. Julião onde, evidentemente, mais ou menos próximo passou a via romana. —P.^o Alves].

² [A determinação do local preciso onde ficava esta capela tem sido objecto de não pequenas averiguações. Vide as nossas *Memórias Archeológico-Históricas do Distrito de Bragança*, I, 316 e 340 e II, 307. —P.^o ALVES].

uma planície a que dão o nome de Campo das Guerras. No cunhal da porta da igreja de Cova de Lua há esta inscrição⁴:

J h
110
b ee

FREIXO DE ESPADA-À-CINTA.—Na casa de Cipriano Chiote a seguinte inscrição:

REGNANTE DIVO JOHANE CONS
TRUCTA FUIT HOC PRAETORIA DOMUS
IDUS TRIA L^{TI} DIDACI L^{CI} HUJUS
OPPIDI JUDICIS DE FORA

ANNO XPI 1529

AZINHOSO.—A inscrição do altar de S. Miguel desta vila do Azinhoso diz:

AQUI JAZ LUIZ ENNES
DA MADUREIRA.
VIGARIO GERAL DO SNR. DOM
FERNANDO, ARCEBISPO DE BRAGA.

LAMA DE OURIÇO, concelho de Vale Passos.—Capela de Santa Cristina, há grandes vestígios de fortaleza romana.

VILA NOVA DO MONTE.—Por cima de Lama de Ouriço, fortaleza muito grande, muito grande (*sic*).

FRADIZELA, concelho de Valpaços.—Facho da Frazidela. O facho é além do rio Tuela. Ciradelha [local ou sitio do termo com este nome?]

LAMPAÇA, concelho de Valpaços.—Senhora da Ribeirinha, castro ao pé de Picões.

RIO FRIO, [de Outeiro, concelho de Bragança?], Medorro, Medorros.

VEIGAS, concelho de Bragança.—Acima das Veigas há um facho.

⁴ [Pelo que toca ao Castro dos Cazarelhos, ver José Henriques Pinheiro, *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, p. 113. Pelo que respeita à lápide da deusa Bandua e mais encontradas perto da capela da Senhora da Era, vid. José Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia*, II, 337, onde se cita a larga bibliografia a este propósito. Ver também o vol. II das nossas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, pp. 351 e 353, que aponta monumentos não divulgados. — P.º ALVES].



PARADA, [concelho de Bragança?].—Castelo dos Mouros no sítio de Vale do Sio com 350 metros de circunferência. Praça no sítio de Arraiz com 500 metros de circunferência. Castelo de Avelino na fortaleza de Parada. Ciradelha. Castro Mau, é defronte do Outeiro, Castrilhão, Castro dos Cunqueiros, próximo da quinta da Avelaira, Castro do Estrepelgo, Castrelinho (à fraga do Cavaleiro).

FREIXEDELO.—Castro de Freixedelo (ilegível) da estrada dos mouros ou das donas conhecem-se vestígios.

GRIJÓ, concelho de Bragança.—Castro perdigoto, defronte do Rio Frio. Penedo da Ciragata.

PINELAS, concelho de Bragança.—Castelo de Alfenim.

ARGOSELO.—Castro de S. Bartolomeu.

VALE PRADOS DAS MURIAS (próximo), castro de Mismil ou Santa Jusenda¹.

QUINTELA DE LAMPAÇA, concelho de Bragança.—Cidade da Terronha. [Ao pé de Pinhovelo, concelho de Macedo de Cavaleiros, também há um alto chamado Terronha onde tem aparecido abundantes vestígios da civilização romana]².

VALE TELHAS.—Castro de Vale Telhas, Cabeço dos Mouros.

CASTRO DA MONCHICURA ou Quintas da Freixeda [?].—Tinha dois muros.

BOUÇA.—Castro dos Cazarelhos, castro da Bireira.

LAGOAÇA.—Castro da Lagoaça no sítio do Salgueiral a 1 quilómetro a sul da povoação da parte do Douro; é uma altura a pique com muitos calhaus postos a pique para defesa da cavalaria e infantaria.

TINHELA, concelho de Valpaços.—O Castro de Tinhela é grande³.

VALE DE SALGUEIRO.—Muradelha.

VALPAÇOS, concelho de Vinhais.—Ao pé do rio Rabaçal tem Castrijão e em correspondência com él tem o Facho indo para as Palas.

REBORDELO.—Ao pé da Senhora da França um castro conhecido pelo Muro onde há a fraga da Vela, assim dita porque serviu de atalaia.

AGUIEIRAS.—No cabeço da Senhora do Monte encontra-se a fortaleza dos mouros que foi ocupada pelos romanos.

SANHOANE.—Castro Gel, fica ao nascente da povoação, a 100 metros da Estrada Mourisca e tem próximo uma anta. Há nesse

¹ [Vid. *O Arch. Port.*, v, 114.—P.^o ALVES].

² [Vid. as nossas *Memórias Archeológico-Históricas do Distrito de Bragança*, I, 356.—P.^o ALVES].

³ [Idem, p. 355.—P.^o ALVES].

cástro vestígios de edificações e encontram-se nele mós manuárias e telha de rebordo.

SALDANHA.—Cabeço do Ouro onde há ruínas de povoação antiga que foi constituída mais abaixo no sitio do Castelo, onde tem aparecido moedas antigas.

MILHÃO.—Tem a poente Castro.

VILAR.—Entre as Quintas de Vale de Prados e do Vilar há um castro.

CALVELHE.—Castelo dos Mouros, fica a nascente de Calvelhe. Pelo sul e nascente tem uma encosta por onde a defesa é natural.

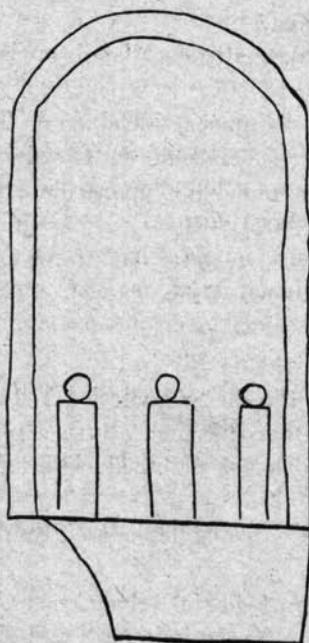


Fig. 5



Fig. 6

Fica-lhe em frente uma série de morros. As muralhas encontram-se desmoronadas e tem um morro junto do qual, pela parte do norte, se descobre um fôsso que parece ser um poço. Pela parte sul tem um pequeno declive. 280 metros de circunferência.

BEMPOSTA.—Castro de Oleiros, uma necrópole aonde se encontraram 11 lápides funerárias, uma está na varanda do abade, Buraco dos Mouros. Nas Solheiras, termo da Bemposta, há uma fraga com degraus lavrados na fraga, há uma gruta conhecida pelo Buraco do Padre António que poderá ter 3 metros quadrados.

Lápide em casa do abade da Bemposta colocada ao lado direito da escada da varanda. Apareceu no Castelo de Oleiros com mais dez. Vestígios de casas com telhas de rebordo¹.

CELESTINO BEÇA.

**Correspondência epistolar. Extracto essencial
das cartas encontradas no espólio de Celestino Beça
que lhe foram dirigidas por indivíduos a quem pediu informações**

De *Emilio Hübner*. Berlim 4 de Março de 1900. Diz: que *Roboretum* significa «carvalhal», mas como há muitos locais deste nome em sítios diferentes, não serve para fixar a estação deste nome; *Compleutica* vem de *Complutum* que significa «local exposto à chuva», mas que não tem relação nenhuma com confluentes ou locais onde duas ribeiras se juntam; que *Petaroniun* é nome de origem céltica e que muitos colocam a cidade deste nome em *Sansueña*, entre *Resinos y Santibañez de Vidriales*, mas não sabe com que fundamento; que há um único meio para fixar as estações das vias romanas, e é seguir seus vestígios no terreno, medir as distâncias e compará-las com os miliários que restam descritos pelo padre Capela «dans son bel ouvrage de 1895»²; que as combinações sobre as cartas geográficas tem apenas valor limitado.

Outra do mesmo, datada de Berlim a 22 de Março de 1900. Diz: que é provável que tivesse havido uma estrada romana directa entre *Zamora (Oculum Duri)* até *Braga*, se bem que não vem indicada nos itinerários antigos; que de *Zamora* a *Astorga* havia via romana passando por *Benavente*; que dos miliários é necessário tirar fotografias ou calcos pois que as cópias à mão não tem valor.

De *José Maria Machado*. Barreiros, concelho de Valpaços, 5 de Março de 1900. «Respondendo à tua estimada carta direi o que a tradição me transmitiu. A via romana de Chaves a Bragança que era ou seguia como vou expor.

Passava o rio Mendo (hoje Rabaçal) e pela Quinta do Barco, que é aquela em ruínas junto da ponte do Vale Telhas, e que ali havia uma barca, talvez derive daí o nome da quinta, seguiu direita à Cidade de Pineto (V. Telhas) depois à Bouça ou próximo; Fradizela e

¹ [Sobre o Castelo de Oleiros ver *O Arch. Port.*, III, 73.—P.º ALVES].

² [Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal, por Martins Capela, Pôrto 1895.—P.º ALVES].

desta virava às proximidades da Ribeirinha, depois ao pequeno pontão, até à Ponte da Pedra, daqui a Vila Nova, Argana e desta, dando uma grande curva até próximo das Falgueiras, marchando ou antes costeando o sérro de Penhas Juntas, ia passar ao portal do mesmo nome.

A ponte do Vale Telhas ou do rio Mendo parece não ser obra dos Romanos, mas sim dos Árabes, pois a construção parece muito àquém desse tempo. Não tem um sinal pelo qual se conheça a antiguidade, apenas tem uma cruz com semelhança às dos antigos pintos (moeda).

A demolida Quinta do Barco também não dá notícia, isto é, não tem sinal que possa orientar de cousa alguma.

A da pedra, parece, pela sua construção mais antiga, isto quase que, além que não tem inscrição, dá a entender que seria dos Romanos, além que tem uma era de 1026, que tanto podia ser da construção como de algum reparo.

Na distância da ponte do Vale Telhas e da Pedra ainda há vestígios dessa via militar, hoje intransitável, mas aqui e ali deixam ainda conhecer que foram transitáveis.

Castros nada digo porque não tenho certeza, só encontro na margem esquerda do rio Mendo uma colina com alguns indícios mas não me parece ser de Romanos, antes dos Árabes. Há na vertente noroeste e norte um monte de pedras em linha que podia ser muro, e, em algumas fragas, cavidades feitas à mão que serviriam para pastores, outra mais plana com cinco mais separadas que indico ser a tenda do chefe, ou rial; não encontrei inscrições ali. Na margem esquerda do Tua há outro próximo do termo do Vale de Prados, este dá indícios mais dos Romanos em consequência dos seus muros serem mais extensos e dobrados.

Padrões só tenho visto por aqui o de Vale Telhas, nem me consta que houvesse mais. A-pesar-de ter percorrido toda esta área como caçador não encontrei inscrição alguma; apenas no alto do ladeiro de Bouça uma era ou duas mas que é talvez a data em que foi feita a calçada que desce para o rio Mendo.

Em Vale Telhas há numa casa pedras com feitos que foram do tempo romano».

De *Manuel Joaquim de Campos*. Lisboa. Várias cartas entre 1902 e 1904. Dá informações sobre assuntos de Arqueologia e Numismática e agradece, em nome do Dr. José Leite de Vasconcelos, os objectos oferecidos ao Museu Etnológico Português.

De *Domingos Gonçalves Xavier*. Vila da Ponte, 17 de Fevereiro de 1902. Diz: que a estrada de Braga a Chaves passa nas povoações seguintes: Venda Nova, Codeçoso, Pondras e Vila da Ponte; que no termo de Vila da Ponte há um sítio denominado Barrageiro e nele um marco da estrada dos romanos e «onde ela passa outro chamado Cruz de Laranque também dos romanos»¹.

De *Mariano Vega Gonzales*. Astorga, 23 de Março de 1902. «Respecto á la via militar no lo puedo dicir mas que partia de aqui [Astorga], á Santiago millas y á Palacios junto á la Puebla de Sanabria ó á la misma Puebla y atraviesa la ribera junto á la qual esta Oternelo y Castrillo de los moros y en Castro contrigo atraviesa un pinar de más de doce quilómetros de longitud: nada mas datos se pueden dar de esa via tan antigua que continua hoy todavia como un simple sendero para venir de la Puebla á Astorga respectivamente.

Los pueblos mas principales que pasa la via militar antigua partiendo desde Astorga son: Piedralva, Oternelo, Castrillo de los nabos, Santiago millas (pinar), Carbajalinos, Doney e á la Puebla de Sanabria donde aquí hay unas catorze leguas».

De *António Manuel dos Santos Seca*. Vilarandelo, 3 de Fevereiro de 1903. Diz: que remete cópia do padrão; que o Castelo dos Mouros porque pregunta é a dois quilómetros de Vilarandelo; que tem aproximadamente 600 metros e os muros 3 de espessura: que nada tem que prenda a atenção — montes de pedra e nada mais; que ao sítio do Castelo chamam a Muradelha; que o caminho do Vale de Casas ao Castelo é Paraganha, Lama do Vale. De Vilarandelo ao Castelo é o Rebentão pelo norte e do sul a Cividade; que há outro Castelo ou Muradelha entre Agurdela e Tinhela nas mesmas condições a que chamam Castra e o caminho é Almaçor e Montravesso; que há outro entre Sá e Lama de Ouriço, ao qual parece que lhe chamam Facho; que logo que termine a faina do azeite lhe mandará *Contos dos Mouros*².

De *Francisco Atienza y Cobos*, tenente-noronel de infantaria, empregado no ministério da Guerra. Madrid, Fevereiro de 1903. Indica o modo como se há-de dirigir ao ministro da guerra a fim de obter licença para fazer investigações de Zamora a Astorga sobre a tra-

¹ [Argote, *Memórias do Arcebispado de Braga*, II, 576, n.º 942].

² [Idem, 301, II, 494, 607. Martins Capela, *Miliários*, p. 154. Em Vilarandelo há dois miliários, vi-os em 1909, estão, para vergonha nacional, a defender os carros nas esquinas de duas casas!!! Aqui del-rei a quem competir pôr olhos de ver nestas cousas].

jectória da via romana. Noutra de Março de 1901 fala-lhe dum *Mapa Balnear* que projecta publicar¹.

Sobre este particular das águas há uma carta de Alfredo Luís Lopes, Lisboa, Setembro de 1890. Diz: que só conhece a análise sumária feita por Ferreira da Silva [químico do Pôrto] das águas do Alfaião [concelho de Bragança]; pede mais elementos sobre essas águas e seus efeitos terapêuticos para os incluir na segunda edição que projecta do seu livro².

De José Leite de Vasconcelos. Várias cartas entre 1903 e 1904. Agradece o artigo que lhe mandou para *O Archeólogo* e os objectos que lhe enviou para o Museu Etnológico, pelo que será considerado benemérito do mesmo. Numa, de 30 de Outubro de 1903, pede-lhe os objectos arqueológicos de prata, que lhe mostrou em Bragança, para o dito Museu. Noutra, sem data, diz: que recebeu a pedra de Vale Telhas com que ficou muito contente; que «agora com a mudança da política seria possível obtermos as duas porcas. [¿Dónde serão estas duas porcas?] Os de Coelhoso estão a sonhar. ¿Como hei-de eu dar 25.000 réis por um mostrengos? e o transporte ainda em cima!».

Além destas há muitas outras cartas dos seguintes indivíduos escritas entre 1900 e 1905: Martins Capela, de Braga, arqueólogo distinto e professor liceal; Luís Maria da Silva, do Azinhoso; Albino Augusto Alves, de Soeira; João Maria Romano, de S. Pedro Velho; António Manuel Vaz Fernandes, de Vale Telhas; António Ferreira Sarmento, de Mirandela; Albano de Jesus Dias, de Boticas; Domingos Afonso Fernandes, de Alturas; Narciso Augusto de Moraes, empregado das obras públicas; Ambrósio Torres, de Nuez; Alfonzo Rodrigues Aguilar, pároco de Manboey; Pedro Carro, catedrático do Seminário de Astorga; Francisco Serra, catedrático do mesmo e António Luís Vidueira, reitor e canônigo de Astorga.

Todas estas cartas versam assuntos ou notícias arqueológicas, e deixam supor o empenho que Celestino Beça punha no caso; mas como não contêm espécie particular que faça ao nosso propósito e julguemos necessário arquivar para esclarecimento de futuras investigações, abstemo-nos de as extratar.

CELESTINO BEÇA.

¹ [O mapa, a que se refere, foi depois publicado em Madrid em 1903, e tem por título: *Mapa y Consultor Estadístico idro-minero-medicinal de la península Ibérica*. = P.^o ALVES].

² [Este livro tem por título *As águas minero-medicinais de Portugal*. Lisboa 1892. = P.^o ALVES].

Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)

(Continuação d' *O Arch. Port.*, xix, 135)

IV

Depois de ter escrito as páginas, em que relatei as pesquisas por mim feitas no Outeiro da Assenta (*Arch. Port.*, vol. xix, 135 a 146), incumbe-me lógicamente apresentar e descrever todo o espólio relacionado. As condições de jazida dos restos da antiguidade soterrados são um factor importantíssimo da sua apreciação; mas a iconografia acurada dêsses mesmos restos constitui um trabalho complementar, absolutamente indispensável.

É a esse que vou agora proceder.

Uma das circunstâncias que acentuei na minha narração, foi que apareciam objectos de épocas várias em completa mistura, mas havia também outros, em certo ponto do Outeiro, que ocupavam, na superposição das camadas arqueológicas, uma zona intacta e homogénea.

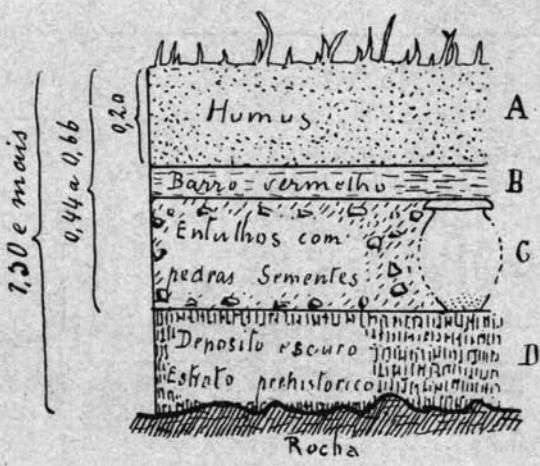


Fig. 1

Essa zona era a mais profunda de todas, e, embora o seu limite superior escapasse a uma nítida e rigorosa determinação, o inferior era constituído pela rocha natural da colina, de maneira que, na sua espessura, fornecia indicações cronológicas muito seguras.

A idade, a que esse depósito pertencia, podia bem determinar-se pelos objectos que continha; mas, na sua parte superior, tendo sido revolvido em épocas mais recentes, parte do espólio, que lhe devia pertencer, achava-se misturada com despojos estranhos em diferen-

tes níveis. (*Arch. Port.* IX, 142 e 143). De acordo com o que expus a p. 144 do referido vol. do *Arch. Port.* junto a fig. 1, representativa de um corte das camadas nos pontos em que elas melhor permitiam a sua observação.

Esta minha rememoração vem a seu propósito, porque preciso de dizer ao leitor que, na descrição dos achados, vou seguir a sua classificação cronológica, que só coincidiu com o nível dessas colheitas, enquanto não era ultrapassada a zona profunda das escavações na extremidade NO. do Outeiro. (*Arch. Port.* IX, 143 e 144).

Outro método que eu adoptasse, na apresentação destes antigos resíduos, daria lugar a um mistério de aspecto muito pouco lógico e muito pouco útil à etnografia dos povos desaparecidos.

Começarei pois pelos objectos característicos dos tempos pre-históricos, seguindo-se depois os dos tempos proto-históricos e terminarei pelos deminutos vestígios da época romana. Por simplificação na presente hipótese, chamarei pre-históricos aos dos tempos anteriores ao emprêgo do ferro e, nesta indústria, farei incluir os segundos.

Disporei num quadro o sistema por que me guiei nesta exposição.

Épocas	Indústria	Alimentação ¹
Prehistórica...	<p>A) Armas e utensílios de pedra</p> <p>B) Utensílios metálicos</p> <p>C) Artefactos de barro</p> <ul style="list-style-type: none"> olaria doméstica pesos de fiação tear rêde barro de revestimento <p>D) Utensílios de osso</p> <p>E) Enfeite de valva</p>	<p>Fauna malaeológica.</p> <p>Fauna terrestre.</p> <p>Frutos trituráveis.</p>
Protohistórica	Artefacto metálico	Cereais.
Romana.....	<p>Cerâmica</p> <p>Cerâmica</p> <p>Ferro de lança (?)</p>	

¹ Na epígrafe *Indústria* também há referências à alimentação.

*

ÉPOCA PRE-HISTÓRICA. INDÚSTRIA. — Enumero, debaixo deste título, objectos tanto de metal, provavelmente cobre, como de pedra. No caso ocorrente, devem considerar-se coevos, porque assim o demonstram os espólios da estação calcolítica de S. Mamede (Óbidos)

e das necrópoles de S. Martinho (Sintra) e da Quinta do Anjo (Palmeira), espólios guardados no Museu Etnológico e outrossim os trabalhos do Sr. A. J. Marques da Costa (*Estações pre-históricas dos arredores de Setúbal*, in *Arch. Port.*, XII, 320, e XIII, 270) e os escritos de Santos Rocha, especialmente os *Materiais para o estudo da idade de cobre em Portugal* (Figueira da Foz, 1911). Além disto, é preciso recordar o que já escrevi neste mesmo artigo, a p. 144 do vol. XIX do *Archeologo Português*.

Mas não é pessoal esta ilação. Escreveu o malogrado J. Déchelette que, em toda a Europa meridional, o neolítico e o eneolítico (melhor diremos, o calcolítico) dificultosamente se diferenciam; em algumas estações, a ausência do metal é talvez o resultado de circunstâncias puramente acidentais (*Essai sur la chronol. préhist. de la Penins. Ibérique* par J. Déchelette, Paris 1909, p. 14). No estrato mais profundo da minha escavação, achei-me em presença de um espólio mixto de pedra polida e pequenos utensílios de cobre.

É por isso que, de harmonia com a hipótese da Assenta e com a doutrina arqueológica, abranjo estas duas indústrias no mesmo parágrafo.

A) ARMAS E UTENSÍLIOS DE PEDRA. — Três machados de pedra polida e de diverso tipo. Tem manchas calcáreas de incrustações, da mesma forma que outros objectos de pedra e de barro.

O primeiro, que parece ter acabado por servir de instrumento contundente (cf. p. 139) foi quebrado longitudinalmente e tem as extremidades muito deterioradas. Mede de comprimento 0^m,114 e de espessura 0^m,033. Peso: 350 gramas.

O segundo seria naviforme, se não fôsse inteiramente rombo e espesso na ponta; tem secção quadrangular; é polido apenas nos dois planos, os que se encontram no gume; as outras duas faces conservam a superfície irregular do desengrossamento do calhau; o gume está obtuso; a forma geral é assimétrica. Fig. 2, a. Tem de comprimento: 0^m,111; de largura: 0^m,040; de espessura: 0^m,038. Pesa 313 gramas.

O terceiro seria uma peça irrepreensível, se não fôssem umas leves lascaduras na região mediana de um dos bordos. A sua forma

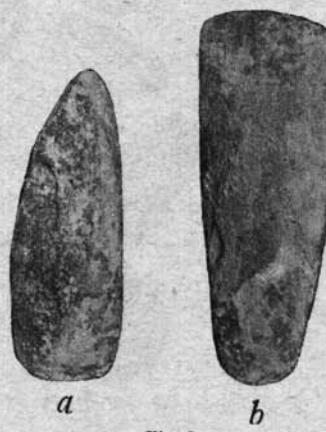


Fig. 2

geral é trapezoidal, com os bordos desiguais mas levemente convexos e arestas vivas; tem nítidas facetas ao longo daqueles; planos do gume assimétricos, conhecendo-se em um deles um segundo plano de reamoladura; gume um pouco oblíquo; rocha negra; sonoridade metálica. Fig. 2, b. Na superfície da pedra descobrem-se os finíssimos riscos do trabalho de polidura; no gume, nem ésses se divisam. O seu comprimento é de 0^m.134; largura 0^m.047; espessura 0^m.021; peso: 203 gramas. A obliquidade do gume, relativamente ao eixo do machado, inclina-se para o lado do bordo mais convexo, e suposto que, no encabamento, este bordo fosse o superior, a faceta de reamoladura

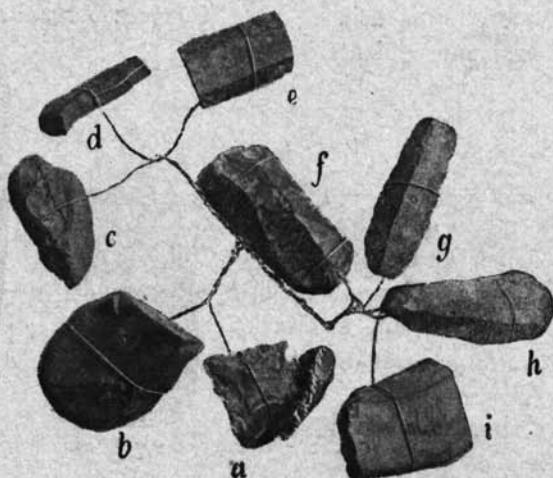


Fig. 3

ficava à direita. Esta posição parece, neste utensílio, mais adequada ao seu uso que a de enxó, apesar da assimetria das faces maiores; ainda hoje as foices minhotas tem o gume assimétrico, de secção plano-convexa, de forma que a faceta convexa fica à direita do detentor, se este é direito, à esquerda, se é... canhoto.

O fragmento, a que me refiro na p. 137, parecia ser também de machado naviforme.

Depois destes instrumentos de pedra polida, passo a referir-me aos de silex lascado ou retocado, de indústria neolítica. Assim como, passado o paleolítico ou pleistoceno, subsistiram alguns tipos de utensílios através do neolítico ou holoceno, assim em pleno emprêgo do cobre, vemos ainda adoptados sílices vários e armas ou utensílios polidos.

Nos meus achados, o que recolhi em maior quantidade, depois

de seleccionados das simples lascas de desbaste, foram fragmentos de facas, de secção trapezoidal. Figs. 3 e 4.

Exemplar inteiro, apenas um ou dois e acaso por serem deminutos (cf. pp. 141, 143 e 144). É claro que mais breves ainda são os sílices chamados pigmeus, tais como se encontram nos nossos kjökkenmöddinger; não obstante, nem êsses todos apareceram inteiros¹.

Cinco dêstes sílices mostram as figs. 3, d e g, figs. 4 d, e, g, e a êslos me referi a pp. 141 e 143.



Fig. 4

Depois desta variedade, merecem menção as três pontas de seta, que relacionei a pp. 140, 143 e 144.

Uma é de um tipo bastante diverso do das outras duas, pelas dimensões relativas dos seus bordos, mas todas são triangulares e de base recta ou pouco curva.

A que se conserva inteira mede nos bordos 0^m,038 e na base 0^m,007. Fig. 6.

A segunda seria idêntica, se não tivesse a extremidade fragmentada. Assim como está, mede de altura 0^m,025 e na base, que é levemente côncava, 0^m,007. Fig. 5, c.

A terceira é um triângulo quase equilátero, que tem de altura 0^m,028 e na base 0^m,022; esta peça porém, não se acha tipicamente caracterizada. Fig. 4, b².

¹ Estes sílices parecem coincidir com a alimentação peculiar ao selvagem da borda de água. Pelo menos é nos kjökkenmöddinger que se vêem inúmeros, e, em mais recentes estações, de que nos restam detritos malacológicos da alimentação, embora de maneira não exclusiva, aparecem também.

S. Mamede de Óbidos e Pragança forneceram alguns também dêstes sílices, que se vêem no Museu Etnológico Português. Das pesquisas de Santos Rocha, citarei o Forno de Cal em Soure, onde a mesma coincidência se dá (*Arch. Port.*, XIII, 195).

² Não faça o leitor reparo na disposição algo arbitrária dos sílices das figs. 3 e 5. A fotografia foi feita antes dêles estarem montados no seu suporte de madeira e o preparador adoptava a disposição arbórea do arame de montagem. Questão de gôsto...

Sílex definido é o da fig. 5, *a*. É um raspador obtido em uma lámina de secção triangular. A face visível é composta de dois planos longitudinais, incrustados de calcáreo, como quase todo o espólio da Assenta; o plano, cujo bordo é o gume, tem um perfil convexo como convém a um raspador; o outro, isto é, aquele, cujo bordo é o dorso do utensílio, conserva o córtex do calhau; as extremidades estão retocadas quase como num sílex *caréné*. Primitivamente foi uma faca este raspador; no bordo dorsal há vestígios de uso. O seu comprimento é de 0^m,063 e largura 0^m,031. Semelha o de Cartailhac. (*Les âges préhistoriques*, etc., p. 44, fig. 50).

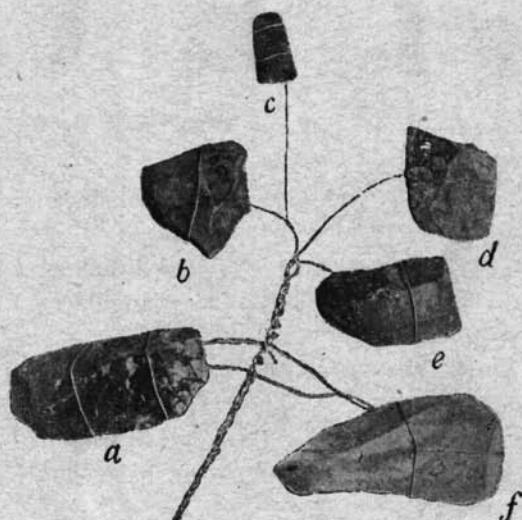


Fig. 5

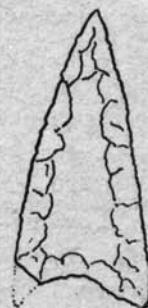


Fig. 6

Merece ainda duas palavras o sílex da fig. 5, *d*. É a base trapezoidal de um instrumento, às vezes de ponta em arco de círculo, como muitos artefactos análogos que os espólios de S. Mamede e Pragança exibem e que tem um contorno aproximadamente pentagonal. A sua classificação é dubitativa. Todos os bordos são retocados¹. Apesar de ser um fragmento, o seu trabalho de retoque é assaz diverso do

¹ Estes sílices tem a extremidade activa quasi sempre de perfil em arco de círculo. Hesito em os classificar. Por esta circunstância, não me parecem às vezes de arremesso, mas, ao contrário, mais adequados a um pequeno cabo. O que é certo, é que participam de raspadeira e de lança, e até lembram certos utensílios paleolíticos bem acabados.

das facas, obtidas com longas lascas. Falta-lhe decerto a mó parte. Na linha da base mede 0^m,024.

O utensílio fig. 5, e, aliás fragmentado, de secção trapezoidal, tem um bordo retocado para serra. Comprimento: 0^m,040; largura: 0^m,025. Os outros dois sílices, fig. 5, b e f, são lascas de trabalho. Na fig. 3 vêem-se nove sílices, que vou percorrer da esquerda para a direita, subindo.

O 1.^º a parece antes um rebotalho.

O 2.^º b é um utensílio de sílex retocado nitidamente em arco de círculo; pode classificar-se como *raspadeira* (*Arch. Port.*, xix, 179) incompleta, porque a parte preensil foi decerto mais longa. Segundo Déchelette, este utensílio é extremamente abundante no neolítico, em geral. O comprimento deste sílex é de 0^m,040. É do tipo do de Cartailhac (*op. laud.*, p. 44, fig. 49).

O 3.^º c parece ser um *outil de hasard*, que em todo o caso teve algum retoque no bordo recto.

O 4.^º d é uma faquinha com a ponta quebrada, de secção triangular; tal como está, mede de comprimento 0^m,036.

O 5.^º e representa o fragmento mediano de uma faca-serra de secção trapezoidal; com retoques nos bordos constituídos por finas arestas serrilhadas; a espessura mede 0^m,006.

O 6.^º f corresponde também a uma faca-serra completa, de comprimento de 0^m,053, secção trapezoidal e retocada em todo o contorno, até nas extremidades.

O 7.^º g é uma faquinha a que apenas faltam as duas extremidades; é de secção trapezoidal; está retocada nas arestas e nas pontas; mede de comprimento 0^m,05. Ainda assim, é um gracioso utensílio, mas que já mal poderá chamar-se sílex pigmeu.

O 8.^º h sílex parece ser a extremidade de uma faca trapezoidal e seus retoques.

O 9.^º i é outro fragmento de faca de sílex preto, correspondente ao talão; a secção é triangular e mostra retoques.

Não abrangem as estampas todos os sílices recolhidos: além de vários, que nada representam, senão que no cabeço da Assenta também se obrava o sílex, colhi mais de 4 retalhos de facas, um, de secção trapezoidal, tem a largura de 0^m,013; outro, de secção triangular, com a ponta perdida, mede a largura de 0^m,015, e dois, francamente pigmeus, com a largura de 0^m,005 e 0^m,008.

Seleccionei também um fragmento longitudinal de utensílio de secção triangular equilátera, no qual uma das arestas apenas é retocada e foi utilizada.

Não deixarei de registar uma ponta do comprimento de 0^m,043, mas desprovida da extremidade útil. A parte existente é de secção trapezoidal; não tem retoque algum.

—Ha ainda outros objectos de pedra, provenientes do estrato pre-histórico; são as mãos de gral ou de triturador; verdade seja que de trituradores dormentes não encontrei nenhum fragmento.

Recolhi três exemplares de grés; mas de um destes utensílios não subsistia mais que a quarta parte, o quadrante de um disco e esse fragmento não apresentava vestígios de trabalho. A sua identificação fez-se apenas por analogia com as outras duas mãos.

Estas, que são também discóides, caracterizam-se por uma das faces, a plana, encontrar-se poída e desgastada do seu uso; a face oposta é convexa. O exemplar, que está completo, mede em dois diâmetros perpendiculares 0^m,113 e 0^m,081, e de espessura 0^m,037; tem de peso 503 gramas. O aspecto destes objectos assemelha-se aos representados na estampa II do artigo sobre o *Castro de Chibanes* do Sr. A. I. Marques da Costa, no *Arch. Port.*, xi, 40, excepto as depressões centrais.

—Os raros seixos rolados de quartzite, que surgiam, merecem menção, porque, embora não se defina bem a sua utilização, êles foram levados para o alto do Outeiro pelo seu primitivo ocupante. (Cf. p. 143). É certo que não apresentam vestígio algum de desgaste.

As suas medições dão o seguinte resultado: 1.^o, diâmetros: 0^m,080 e 0^m,072; espessura: 0^m,026; 2.^o, diâmetros: 0^m,041 e 0^m,037; espessura: 0^m,013; 3.^o, comprimento 0^m,060; largura 0^m,035 e espessura 0^m,008. Este, porém, é reniforme.

Tais pedras são ás vezes consideradas como armas de arremesso, quando o peso e o aspecto se conjugam para êste fim; contudo, a forma deprimida e a exigüidade destas três não permitem dar-lhes, neste caso, semelhante interpretação.

B) UTENSÍLIOS METÁLICOS.—Três hastes aparentemente de cobre, sendo duas de secção mediana quadrada e a outra quâsi lamenlar, todas delgadas nas suas extremidades.

As duas primeiras medem de comprimento 0^m,14 e 0^m,048, e de lado, na maior espessura, 0^m,005 e 0^m,004. Fig. 7, c e h.

A terceira tem de comprido 0^m,065 e de largo 0^m,004; na espessura mede 0^m,002. Fig. 7, e.

A primeira e a segunda teriam servido respectivamente de punção ou furador de substâncias mais ou menos resistentes, mas destas a menor tem diferentes os seus extremos, porque, se de um lado é sensivelmente ponteaguda, do outro apresenta um gume pequeníssimo,

como um escopro; deviam empregar-se encabadas, como o *poinçon* que se vê na fig. 298, p. 220, de *Cartailhac (op. laud.)*.

Não precisamos porém, ir à paleoetnologia estrangeira, para encontrar símiles dêstes pequenos utensílios. Das interessantíssimas *Estações pre-históricas dos arredores de Setúbal*, temos um punção encabado, que seria como o maior da *Assenta* na est. 1, fig. 399, do vol. XIII desta revista, p. 282. E um pedaço curvo de chifre de veado, que Santos Rocha publicou no *Boletim da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz*, n.º 3.º, fig. 9, da camada neolítica (?) de Santa Olaia, não teria provavelmente outro destino.

A terceira haste teria servido de furador de tecidos e não de peles, atendendo à sua maior flexibilidade (cf. p. 143), ou de lanceta de tatuagem, que se acha mencionada na bibliografia francesa (*alène de tatouage*).

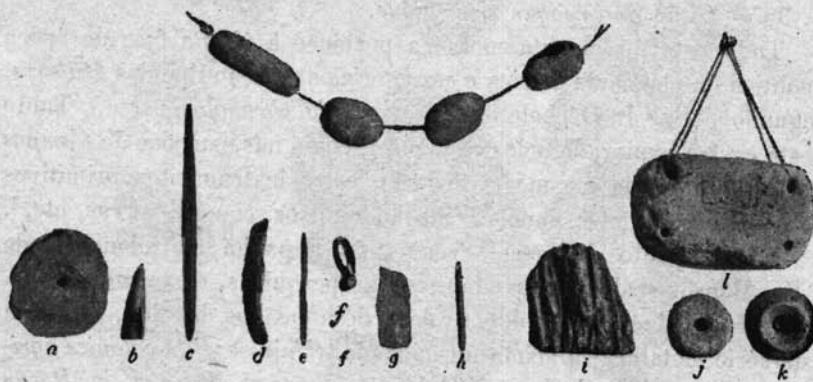


Fig. 7

—Uma lâmina em forma de segmento de círculo e de delgada secção triangular; corresponde ao gume de um machado de cobre (ou bronze) e mede de extensão 0^m,070 por 0^m,010 de largo. A segmentação tam regular desta parte de um utensílio metálico talvez possa relacionar-se com algum processo de fabrico, em que a zona viva daquela arma adquirisse propriedades de menos elasticidade do que as zonas mortas. (Veja-se J. Déchelette, *Manuel d'Archéologie, etc.*, II, 180). Fig. 7, d.

—Pequeníssimo fragmento terminal de furador, agulha ou sovela, de secção circular, e comprimento de 0^m,020 com o diâmetro de 0^m,002; uma extremidade é a da fractura, a outra é muito ponteada.

—Delgada lâmina de cobre (ou de bronze?) com incrustações terrosas. Os lados menores do quadrângulo são os das fracturas. Os

maiores são os primitivos; e, enquanto um é liso e levemente curvo, o outro é grosseiramente denteado e o seu perfil desenha uma curva de pouca convexidade. Fig. 7, g.

Trata-se de um serrote muito primitivo da fase calcolítica (cf. p. 143), preparado à imagem das serras de silex ou de uma foice com serrilha. Tem de comprimento 0^m,045 e na máxima largura mede 0^m,020.

Do castro da Rotura, reproduz o Sr. Marques da Costa um utensílio cíprico, em que a serrilha é convexa e não recta ou côncava, como nos instrumentos de serrar, e a que por isso prefere denominar foice denteada (*Arch. Port.*, XIII, 276, e est. 1, fig. 401).

Efectivamente, nas colecções estrangeiras, as serras neolíticas são quase sempre côncavas. (Cf. Déchelette, Siret, Bonsor, etc.). Vejo uma convexa num estudo do Sr. L. Siret em *L'Anthropologie*, 1892, p. 385: *La fin de l'époque néolithique*.

Toda esta ferramenta metálica pertence à última fase da época neolítica da península ibérica e caracteriza a estação-tipo dos *Millares*, segundo o Sr. J. Déchelette (*Essai sur la chronologie*, etc.). Tanto neste castro explorado pelos Srs. Siret, como nas estações de *Campos* e *Almizaraque* da mesma civilização, estes instrumentos primitivos de cobre não faltam: punções, machados lisos, cinzéis, serras, etc.¹.

Noutro ponto da mesma região da Espanha meridional, onde o Sr. Bonsor realizou importantíssimas pesquisas, o mesmo sucede. Refiro-me a *Acébucal*, onde, ao lado de utensílios de silex, se colhia esta série metalúrgica acima mencionada. (Veja-se: *Les colonies agricoles pré-romaines de la vallée du Bétis*, par J. Bonsor, in *Revue Archéologique*, 1899, I, p. 285 e 372, fig. 141 a 157)².

As lâminas de cobre, a que se atribui a utilização especial de *alenes de tatouage*, tem alguma analogia com a da fig. 7, e. Veja-se por exemplo o *Manuel d'Archéologie*, etc., II, p. 39, fig. 39, n.º 25, e diz o seu autor, J. Déchelette, que estes pequenos utensílios já aparecem nas *palafite* suíças da fase do cobre (*id.*, p. 114, mas vejam-se ainda pp. 100, 101, 105, 116 e 273)³.

São estes e outros factos que levam o autor do opúsculo — *Esparata* da *Revue Archéologique: Essai sur la chronologie préhistorique*, etc., a afirmar que raro será o jazigo pre-histórico da segunda idade

¹ Aduzem-se aqui achados da mesma natureza em *Ciempozuelos*, onde foram 30 só os punções ou furadores com secção quadrada de 0^m,003.

² *Les premiers âges du métal dans le sud-est de l'Espagne*, par L. Siret, pl. 11, etc.

³ Este mesmo autor cita das grutas de Palmela *pointes losangées en cuivre*.

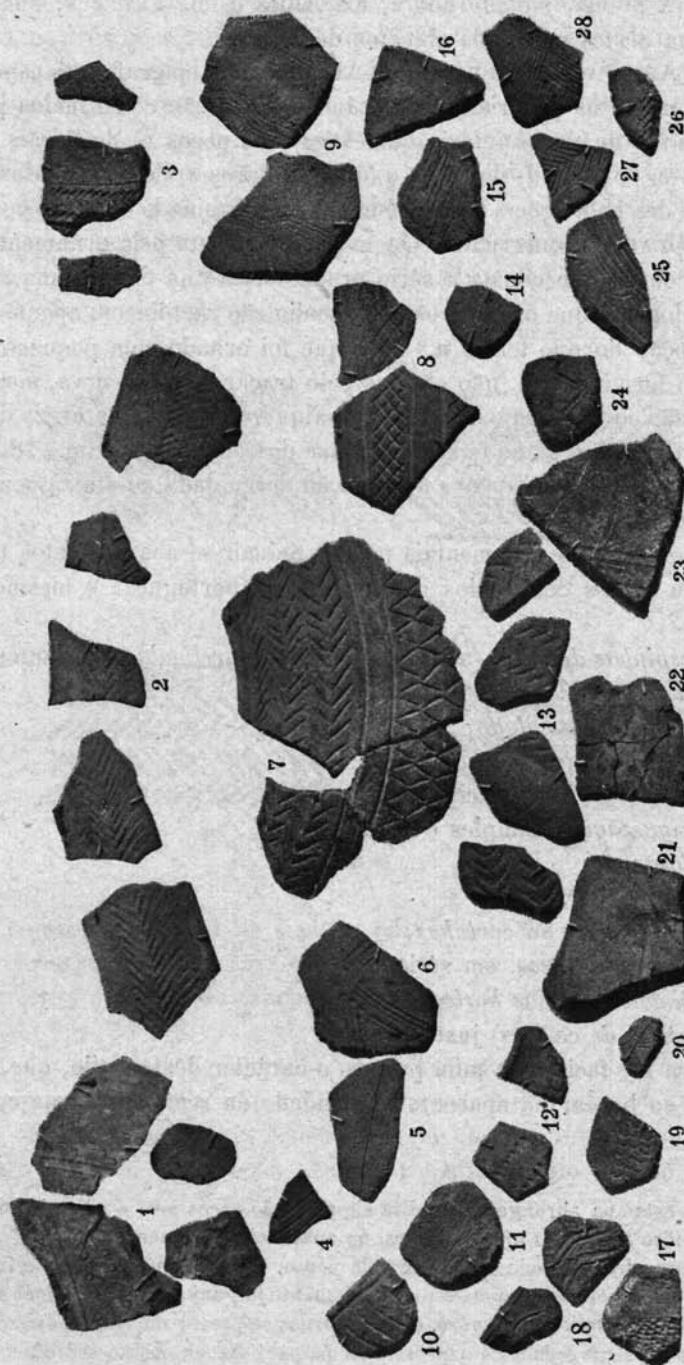


Fig. 8

da pedra polida, situado ao S. dos Alpes e dos Pirenéus, que não contenha dêstes pequenos objectos de cobre.

C) ARTEFACTOS DE BARRO.—Abrange esta epígrafe três espécies de restos: a) os propriamente cerâmicos, que são constituídos pelos fragmentos de vasos (olaria doméstica); os pesos b) de fiação (cossoiros), c) de tear, d) de rête; e os exemplares e) de argila de revestimento das habitações, acrescendo um indeterminado de barro cozido.

a) OLARIA DOMÉSTICA.—Quem passar a vista pela ornamentação dos cacos de que consta a série pre-histórica¹ na fig. 8, uma cousa notará logo; é que os motivos do desenho são rectilíneos, apenas com a excepção do que tem o n.º 19 e que foi ornado com pequenos arcos, em forma de C C, não obtidos pelo traçar de uma curva, mas por impressão com marca ou carimbo, qualquer que seja a natureza dêste.

Parecem curvas as faixas paralelas dos dois cacos do n.º 18, mas reconhece-se que há apenas a execução descuidada de um ziguezague anguloso².

Estes motivos ornamentais podem reduzir-se aos seguintes tipos, mais ou menos conhecidos na pre-história portuguesa e mesmo europeia:

- *espinhas-de-peixe* (acaso as *fôlhas emparelhadas*, de Santos Rocha, ou *fôlhas de feto*);
- *desenho reticulado*;
- *desenho encanastrado*;
- *dentes-de-lôbo*, tracejados;
- *ziguezagues*, simples e agrupados;
- *losangos*;
- *chaveirões*;
- *pontuações* ou *covinhas*;
- *traços oblíquos*, em série;
- *linhas ou raias horizontais*;
- *séries de cc (cês) justapostos*.

Para me facilitar a mim próprio o carácter dêste estilo, que, apesar de se basear na aparente esterilidade da recta, produzia combi-

¹ A estampa abrange na predita significação cacos pre- e proto-históricos; só me refiro agora aos pre-históricos, na aparência pelo menos.

² Esta circunstância pode, segundo penso, dar-se algumas vezes e induzir em erro o paleoetnólogo, que desprevenidamente julgará ornato curvilíneo aquele que, visto na totalidade do vaso, de que apenas se possua um fragmento, ou considerado no seu verdadeiro aspecto, não passará de um ornato rectilíneo, executado com certa negligência.

nações a que não falta graça nem beleza, reduzi a esquemas os diferentes motivos geométricos dos exemplares encontrados. Este sistema poderá talvez permitir algum método nas observações d'este género.

Temos, por exemplo, em primeiro lugar, o ornato de *espinha*, que pode produzir quatro combinações e tem sempre uma orientação horizontal, isto é, corre paralelamente ao fundo e bordo do recipiente. Figs. 9 e 10. É bom de ver que os desenhos *c* e *d* não são mais do que desenvolvimentos do tipo *b*, que só difere de *a* pela técnica, como veremos; em *c* e *d* multiplicaram-se os eixos das *espinhas*, e diminuíram as dimensões dos traços.

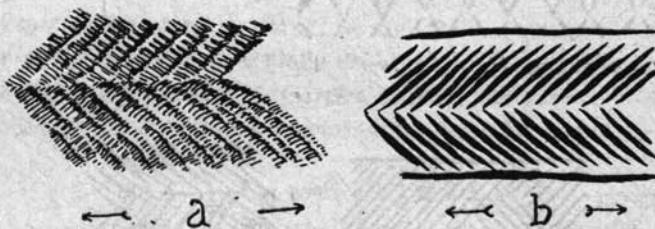


Fig. 9

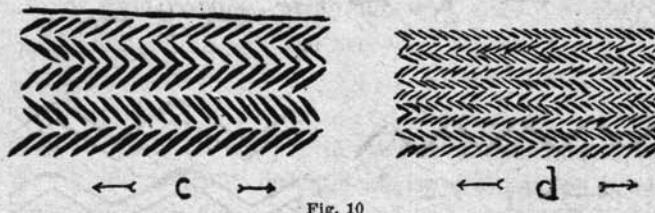


Fig. 10

O próprio desenho de *espinha* não é mais do que o motivo dos *chaveirões*, executados em série unida, como se concluirá comparando o elemento superior do desenho n.º 20 com o n.º 27 da fig. 8¹ ou *k* e *b* das figs. 14 e 9.

O *losango*, que igualmente tem orientação horizontal, ou é feito traço por traço ou é o resultado do cruzamento de rectas, dando neste caso origem a um ornato reticulado; que em boa verdade o primeiro género também se poderia chamar reticulado, isto é, com aspecto de rête (fig. 8, n.ºs 7 e 8; fig. 11, *e* e *f*).

¹ O atribuir orientação a estes motivos ornamentais não é uma nota que não tenha já sido feita, a propósito desta cerâmica. É o mesmo que o Sr. Marques da Costa diz a respeito dos ângulos formados pelos dois traços = com as bissecatrizes na mesma direcção. (*Arch. Port.*, VIII, 146).

O encanastrado (*g* da fig. 12, e 28 da fig. 8) também é em rigor um produto do losango ou rête; bastou tracejar os intervalos ou claros para obter um novo efeito. O desenho *h* é derivado do *g*, fig. 12, mas enquanto um é rigoroso, o outro é descuidado ou grosseiro (n.ºs 15 e 28 da fig. 8).

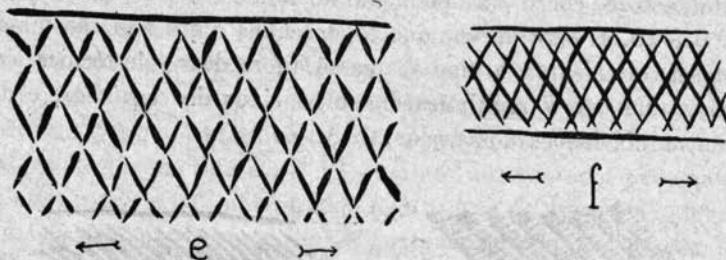


Fig. 11

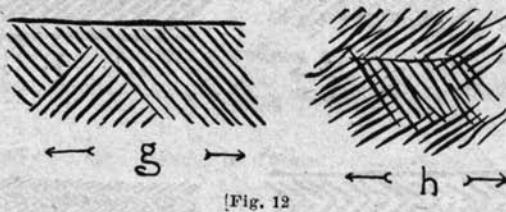


Fig. 12



Fig. 13

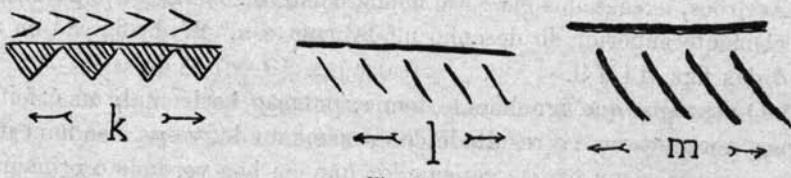


Fig. 14

O ziguezague (*i*) pode ser simples e composto ou agrupado (*j*). Fig. 13. Mas se correr apoiado a uma horizontal, e fôr tracejado, dá origem aos dentes de lobo (*k*), fig. 14. (Fig. 8, n.ºs 24 e 18).

Há um motivo constituído por *pontuações* muito juntas, e obtidas pela extremidade aguçada de uma haste ou ponteiro (n.º 17 da fig. 8 e fig. 15, *p*), e outro há que parece obtido pela pressão de um ângulo

de lasca de madeira, e que é também orientado em séries horizontais (n.º 12 da fig. 8 e fig. 15, o).

O desenho, a que julgo poder dar o nome de CC (cês), tem também orientação vertical ou horizontal. A corda destes arcos tem 0^m.005. Adiante me referirei ainda a este motivo. Fig. 15, n.

Não quero deixar este assunto sem mais uma observação.

Descobre-se nos esquemas das figs. 9 a 15, os quais não são mais do que a reprodução dos ornatos da cerâmica, que há motivos que só se apresentam *em faixa*, incluídos entre linhas horizontais ou apoiados nelas, e outros *abertos*, isto é, como que autónomos, independentes.

A *espinha* é motivo de faixa, porque ou se encontra incluso em duas raias horizontais, ou apoiado em uma; tem a excepção de a, fig. 9 porque a sua técnica, obtida por uma concha, não podia conseguir um traço contínuo; em todo o caso, tem orientação horizontal.



Fig. 15

Os *losangos* ou rêsdes sempre se encontram com raias horizontais. O *ziguezague* pode ser um desenho aberto e autónomo, mas, transformado em *dentes de lobo*, necessita de uma horizontal para apoio (i, j, k das figs. 13 e 14).

O simples traço oblíquo em série também não se encontra isolado, mas igualmente se encosta a uma raias horizontais, embora não seja de preceito tocar-lhe. Fig. 14, l e m.

Um dos fragmentos, de que trato, pode pertencer a uma época mais recente, mas obedece ainda tradicionalmente ao estilo pre-histórico (n.ºs 10 e 5 da fig. 8).

O *encanastrado* também é desenho de faixa, e hoje mesmo, com a nossa cultura e a nossa estética, ninguém conceberia um motivo desta natureza, sem o incluir em rectas paralelas, formando o conjunto uma faixa ornamental. Parece que o belo rudimentar daquelas épocas pre-históricas se pautava por princípios de arte, que ainda hoje vigoram na nossa intelectualidade!

Creio estar no mesmo caso o ornato de *pontuações*, embora o fragmento cerâmico que recolhi, pouco ou nada elucidasse a este respeito.

Estas pontuações encontram-se às vezes na cerâmica pre-histórica em séries paralelas (Cf. *Reconhecimento científico dos jazigos de mármore e alabastro de Santo Adrião*, etc., por J. F. Nery Delgado, in *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*, vol. II, 1888 a 1892, p. 45)¹.

Este estilo de embelezamento cerâmico encontra-se generalizado em Portugal no período calcolítico.

Nas estações portuguesas, em que o machado cuneiforme de cobre parecia tam útil ao homem como a arma ou utensílio de diorite polida ou a fina ponta de seta de silex, pois que todos estes materiais se encontram associados nos mesmos depósitos, a ornamentação rectilínea dominava na baixela doméstica de barro, sem penetração alguma do estilo curvilíneo, que foi mais tarde introduzido.

As colecções expostas nos armários do pavimento II do Museu Etnológico falam por si; S. Mamede de Óbidos, na cabeça do rol, e depois S. Martinho de Sintra, Palmela, Pragança e outros pontos não tem senão cerâmica influenciada por essa corrente artística, e omito citações, que para o caso poderia aduzir, do *Archeologo Português*, de Santos Rocha (póstumo), do *Boletim da Figueira, da Portugalia*.

Bastar-me há acrescentar que não é só nos produtos cerâmicos que dois estilos se acham diferenciados, consoante as épocas; se puzermos em confronto a ornamentação da joalharia de ouro desses períodos, a mesma observação se nos impõrá. Relembro para este efeito o diadema da sepultura da Quinta de Água-Branca e a armila de Lebução (*Portugalia* II, 1 e 241), aquele com estilo rectilíneo, esta com o curvilíneo.

Na paleoetnologia estrangeira, se estrangeiro podemos chamar ao que tem sido recolhido nas estações de épocas pre-históricas da Espanha, encontro exarada uma observação concordante com a minha. Do Sr. J. Bonsor, escrevendo acerca da cerâmica ornada, esparsa em redor das sepulturas de Acébuchal, são as seguintes palavras: *On y voit aucun cercle, aucune ligne ondulée, rien que des ornements rectilignes et triangulaires, dont l'ordonnance est variée à l'infini*. Esta

¹ Na tecnologia adoptada procurei cingir-me à empregada por J. Déchelette (*op. laud.*, II, 373 e sgs.), onde se encontram os termos: *dents-de-loup*, *dents-de-loup hachurés*, *arêtes de poissons incisées*, *losanges*, *raies horizontales*, *sillons horizontaux*, *bandes horizontales*, *champ hachuré*, *quadrillé*, *pointillé*, *zig-zag*; e outro tema: *anse de préhension*, *anse de suspension*; *vases caliciformes*; *chevrons*, etc.

ornamentação é, para o mesmo arqueólogo, análoga à de Ciempozuelas, cujo estilo nós bem avaliamos pela nossa de Palmela¹.

O sr. M. Vieira Natividade, escrevendo acerca da louça ornamentada da gruta do Cabeço da Ministra, que aliás este infatigável arqueólogo considera tipicamente neolítica, consigna a raridade da linha curva na ornamentação. (*As grutas de Alcobaça, in Portugalia*, I, 443).

A curva incisa na pasta fresca com intenção ornamental é uma raridade, um caso esporádico, nesta fase da indústria pre-histórica² e por isso não corresponde a um estilo ou a uma escola artística.

Uma observação que não pode desprezar-se, é a de que, dos fragmentos captados, enquanto são inúmeros os de bordos direitos ou quase reintrantes, apenas uma dúzia deveria ser caliciforme, isto é, o seu perfil descrevia uma leve curvatura em forma de cálix ou de campainha (*a campana*). (J. Déchelette, *op. laud.*, I, 545).

Em um destes vasos, o referido perfil é muito acentuado, graças a uma inflexão mais funda na base externa do bordo, como na fig. 461, est. II, do *Arch. Port.*, XV, 82 (*Estações pre-históricas dos arredores de Setúbal*, pelo Sr. Marques da Costa).

Quanto à técnica desta ornamentação, parece que os utensílios empregados eram a espátula lisa ou dentada, o ponteiro, talvez a ponta de silex e o bordo de concha. O mesmo utensílio era capaz de produzir efeitos vários, consoante a maneira de o empregar; assim com o ponteiro ou estilete tanto podiam obter-se as pontuações do n.º 17 (da fig. 8) como o ziguezague do n.º 18, o encanastrado do n.º 28 ou o quadriculado do n.º 8; da espátula tanto podia resultar a espinha-de-peixe do n.º 7 como os losangos do mesmo fragmento. Algumas incisões são tão finas que talvez só uma ponta aguda de silex, para não dizer uma lâmina metálica, é que poderá explicá-las; refiro-me em especial ao ornato do n.º 8.

¹ *Revue Archéologique*, 1899, p. 313, no artigo já citado do Sr. J. Bonsor: *Les colonies pré-romaines, etc.*

² Sem embargo, não parece que o estilo curvilíneo seja, na nossa arqueologia, uma evolução do rectilíneo.

O desenho, que orna um fragmento de vaso e que Santos Rocha chama no *Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha*, p. 54, de linhas onduladas, averigua-se nos *Materiais para o estudo da idade de cobre*, do mesmo A., p. 16, ser feito com bordo de concha. Pela fig. 21, estampa II, do *Boletim*, II, vê-se também que melhor lhe caberia a designação de linha tremida, do que a de ondulada, que pertence ao estilo curvilíneo.

Não é fácil dizer com que espécie de concha o oleiro da Assenta conseguia o seu efeito. O que se vê nos fragmentos é a impressão de uma parte de concha, caracterizada por uma serrilha, que talvez representasse uma crista de valva de molusco.

Qual este fosse não pude averiguar. Pareceu-me adaptarem-se ali algumas conchas do género *Cardium*, não certamente o pequeno berbigão (*Cardium edule*) que toda a gente conhece, mas alguma variedade de maiores dimensões.

A impressão deixada indica ter-se executado, sobre a argila mole do vaso, um movimento oscilatório com o trecho apropriado da valva, para cada um dos ramos da espinha.

Também é possível que se tivesse utilizado, para este efeito, uma concha fóssil ao alcance do habitante da Assenta¹.

O bordo de concha, como utensílio de oleiro pre-histórico foi já assinalado por Santos Rocha nas *Estações neolíticas da Junqueira e da Várzea do Lírio*, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, n.º 2, e nas *Estações pre-romanas da idade de ferro nas vizinhanças da Figueira*, p. 77².

Finalmente, escusado será dizer que toda a cerâmica até agora descrita é fabricada sem roda; a pasta é mal cozida na sua maior parte, e pouco resistente; a cor geral é amarela, vermelha e escura.

Fragmentos há, mas poucos, que representam as asas da cerâmica manufacturada sem roda. Em um, o sistema reduz-se a um mero orifício aberto na parede do vaso, com a forma de um cone.

Em outro, a asa é mamilar com perfuração vertical para o fio. São asas de suspensão.

Em um terceiro, a asa é o simples mamilo saliente; é já de preensão este género de asa.

b) Pesos de fiação ou *cossoiros*. São três os exemplares que descrevo.

1.º É, como todos os objectos desta categoria, um disco de barro cozido, de secção elíptica, perfurado ao centro por um canaléculo cilíndrico, o que denota ter este sido praticado na argila em verde ou talvez moldado. Se a perfuração fosse feita no disco depois de seco e cozido, cónica seria a sua forma, em resultado do método adoptado.

¹ Esta hipótese foi sugerida pelo ilustre professor da Faculdade de Ciências, o Sr. Dr. Baltasar Osório.

² Entre a cerâmica de Pragança há exemplares perfeitamente idênticos neste género de ornamentação.

De um lado êste orificio tem um pequeno rebordo saliente, alias deteriorado. O diâmetro total mede 0^m,057, altura 0^m,022 e o peso 29,5 gramas (n.^o de entrada 3:914).

2.^o Este é mais interessante na forma; vai representado na fig. 7, *k*. É igualmente discoíde, mas bicónico, sendo porém arredondada a aresta que limita a base dos dois cones invertidos. O orifício é sensivelmente cilíndrico, mas em uma das suas bôcas alarga-se intencionalmente em forma de cone regular, o que lhe dá aspecto muito característico nestes utensílios. O seu diâmetro é de 0^m,042 e altura 0^m,019 (n.^o 3:915).

O 3.^o tem secção elíptica simples com seu orifício cilíndrico. A superficie de barro não é lisa, mas muito rugosa. O diâmetro mede 0^m,036 e a altura 0^m,015. Fig. 7, *j*.

As perfurações eram feitas antes da cozedura. Assim o denunciam a superficie do barro e o rebordo saliente no extremo do orifício, rebordo produzido pela tracção de uma haste de madeira sobre o barro mole. Tal como em Déchelette (*op. laud.*, I, p. 581 e fig. 224, *b*).

c) *Pêso de tear*.—O peso de tear préhistórico está representado por três exemplares de barro grosseiro, mas fortemente cozido. São do mesmo tipo de paralelipípedos rectos e deprimidos, mas com variantes.

1.^o Tipo quadrado de quatro orifícios. É um paralelipípedo, em que as faces maiores são aproximadamente quadradas e nos seus ângulos existem quatro perfurações transversais, das quais as duas do mesmo lado maior estão gastas e alargadas, enquanto estão novas as outras duas. Comprimento: 0^m,105; largura 0^m,081 e espessura 0^m,029 (n.^o de entrada 3:917).

2.^o Tipo quadrado de dois orifícios. A diferença do anterior é apenas na quantidade de perfurações e desde já deixo notado que tem alguma importância êste distintivo¹. Este mede de comprimento 0^m,093; de largura 0^m,089 e de espessura 0^m,027 (n.^o 3:918).

3.^o Tipo oblongo de quatro orifícios. As suas dimensões cifram-se para o comprimento em 0^m,105; para a largura em 0^m,064 e para a espessura 0^m,038 (n.^o 3:919).

É o que está representado na fig. 7, *l* e aí se vê como os dois orifícios de cima estão muito gastos pelo atrito na sua parte supe-

¹ Poderá ser-me observado que estes exemplares não são exactamente quadrados; é certo, mas a impressão geral de quem os observa, por efeito do redondo das arestas, é da quadratura, embora a medição com craveira revele alguma diferença de lado para lado.

rior, tendo-se até alargado; os dois de baixo conservam o seu primitivo calibre e a sua forma originária.

Este exemplar apresenta concreções calcáreas, como algumas das peças arqueológicas que tenho descrito e que permaneceram séculos nas mais fundas camadas dos entulhos.

Além disto tem uma fractura; nela se pode observar a natureza heterogénea do barro e o grau de cozedura. Contrariamente à cerâmica de recipientes, a pasta é vermelha e consistente. No exemplar 2.º o barro ficou negro, sem perder o seu aspecto consistente. Não contém partículas de mica¹.

Estes pesos não são novidade alguma nas estações prehistóricas portuguesas do sul. Da estação de S. Mamede recolheram-se numerosos, que se guardam nos armários do Pavimento II do Museu Etnológico Português.

Do castro da Rotura também o Sr. Marques da Costa exibe pesos desta espécie, isto é, de quatro orifícios, cujo desgaste se operava para o lado das arestas mais próximas. O alto de Chibanes também proporcionou esta categoria de pesos (Veja-se *Arch. Port.*, VIII, est. IX, 270 e 274-275, est. III; XI, 50).

O exame atento destes artefactos levou-me à convicção de que estes pesos para teares verticais, como os primitivos, ficavam suspensos por dois dos seus orifícios e não pelos quatro ao mesmo tempo. E a razão é que não só aparecem pesos desta forma com duas perfurações apenas, mas nos de quatro, em grande parte deles, apenas dois orifícios de um dos lados maiores manifestam os vestígios de uso, encontrando-se novos em fólia e em contraste com os outros, os dois orifícios do outro lado maior. Deviam ser utilizados da forma com que eu apresento um na fig. 7, l.

Esta curiosa precaução dos fabricantes calcolíticos é digna de nota, porque atesta que no seu espírito rude já se abrigava previdência e método de trabalho². Parece-me ficar assente de um modo

¹ Os Srs. Siret encontraram os restos da disposição adoptada pelos oleiros do sudeste espanhol para a cozedura destes pesos. Colocavam-nos em forma de abóbada sem fecho sobre um tronco de árvore, provavelmente destinado a arder e estendido no solo.

Outras vezes dispunham-nos em camadas horizontais em redor de um recipiente grande de barro que enchiham de carvões (*Les premiers âges, etc.*, pl. XVII e 23).

² Esta observação tem para mim valor particular, porque, ao estudar os machados de bronze de duplo anel, eu também aventurei a hipótese de que um fosse apenas sobresalente, enquanto o outro resistia ao uso. (*Arch. Port.*, VIII, 136).

claro que, nos pesos quadrangulares d'este período arqueológico com dois pares de perfurações, um dos pares era sobresalente.

Na obra monumental dos Srs. Siret sobre *Les premiers âges du métal, etc.*, encontram-se referências numerosas a esta família de pesos. Em todas as estações, que os forneceram, existia o cobre, excepto em uma (Três Cabezos, pl. 3, fig. 24-28), que o não continha por qualquer circunstância accidental, mas que os próprios Srs. Siret subordinaram ao título da sua obra (*Les premiers âges du métal...*). Além disto, em *L'Anthropologie* (1892, p. 385), o Sr. L. Siret, dividindo o neolítico espanhol em três períodos, coloca o aparecimento dos pesos prismáticos dos teares primitivos no terceiro período, caracterizado pela metalurgia rudimentar de cobre. Os pesos da Espanha não diferiam dos nossos. Em Três Cabezos apresentavam quatro orifícios simétricamente dispostos, e notam também os AA. que dois estavam alargados pelo uso do mesmo lado; outros tinham só dois orifícios. São as seguintes as estações que os continham: *Fuente vermeja* (pl. 14); *Lugarico viejo* (pl. 16); *Zapata*, neste ponto os pesos tinham forma redonda (pl. 20); *El Argar*; também eram redondos e oblongos com quatro e dois orifícios (pl. 23 do álbum e pl. xvii do texto)¹; *Cabezo del Oficio* (pl. 62, a propósito d'estes os Srs. Siret concluem, pelos sinais do uso, que eram suspensos por dois dos orifícios, e os pesos redondos por um só); *Fuente Alamo* (pl. 65); *Ifre* (p. 18). Acrescentarei ainda a necrópole prehistórica de *Acébuchal*, cujo espólio deu pesos de tear e onde não faltavam os instrumentos de cobre ao lado do silex e da cerâmica com desenhos geométricos (*Les colonies agricoles pré-romaines de la Vallée du Bétis*, por J. Bonsor, in *Revue Archéologique*, 1899, p. 126). A estes pesos generalizados no fim do neolítico ibérico, isto é, na fase calcolítica, sucederam na época de ferro (pelo menos é então que vemos outros) os de um só orifício e em forma de pirâmide truncada; assim os encontrou Santos Rocha em Santa Olaia (*op. laud.*, p. 51)².)

d) *Pesos de rête*. Passo à descrição dos artefactos de barro, aos quais atribuo a serventia de pesos para rêsdes de pescar.

Estes rudes objectos apresentaram-se-me com a forma ovóide, mais ou menos alongada, sendo alguns até cilindróides. Na parte superior da fig. 7 represento quatro.

¹ Na classificação de J. Déchelette, esta estação é típica para o início da idade do bronze ibérica (*Essai sur la chronologie, etc.*).

² No *Arch. Port.* xix, 307, fig. 14 vêem-se também pesos da época romana com dois furos.

No sentido longitudinal atravessa-os um canalículo, cujas extremidades se encontram em geral deterioradas, com os vestígios de uso. A superfície do barro é rugosa, por vezes concrecionada de calcáreo, e as suas dimensões variam de exemplar para exemplar.

O primeiro da esquerda tem de comprimento 0^m,058 e de diâmetro 0^m,020. Do orifício o diâmetro é 0^m,008 (n.^º de entrada 3:923). O outro, com o n.^º do Museu Etnológico Português, 3:922, é ovóide e mede nos dois diâmetros 0^m,034 e 0^m,027, sendo de 0^m,005 o do canal. Um terceiro, também ovóide, está gasto nos bordos do orifício e mede 0^m,044 e 0^m,026 nos dois diâmetros opostos e 0^m,008 no canalículo (n.^º de entrada 3:921).

De forma ovóide também há um quarto peso (n.^º de entrada 3:924), cujo comprimento e espessura se exprimem pelos n.^ºs 0^m,037 e 0^m,025; o diâmetro do orifício é de 0^m,005.

Além destes, colhi um fragmento de peso da mesma espécie, mas com a perfuração excessivamente larga.

Todos estes pesos se encontraram mais ou menos cobertos por uma delgada capa de depósito calcáreo.

A atribuição destes objectos dá lugar a uma pequena, mas interessante discussão, porque Santos Rocha, explorando uma estação pre-romana, encontrou artefactos análogos, que capitulou de *contas de colar*. É certo que se trata de épocas muito diferentes, porque Santa Olaia é da época do ferro e pre-romana⁴, mas a identidade dos objectos é perfeita e portanto a sua utilização não deve diferir, sem embargo da evolução dos tempos, como sucede com os cossoiros ou volantes de fuso.

A primeira cousa, que me ocorreu no acto da minha exploração, é que artefactos iguais não apareceram em S. Mamede de Óbidos, estação da mesma época e próxima do Outeiro da Assenta, onde existem, como acolá, os pesos de tear e os cossoiros. Ha porém um carácter comum às duas estações de Santa Olaia e da Assenta; é que Santa Olaia foi na antiguidade um verdadeiro ilhéu, banhado regularmente de todos os lados pelas águas do mar (*op. laud.*, p. 12), apa-

⁴ Em um armário do Pavimento II do Museu Etnológico Português, há artefactos iguais de barro vermelho, procedentes de Alcácer e que são talvez já da época romana. *Conta de colar* vê-se no espólio do Castelo de S. Miguel-o-Anjo de Azere, armário n.^º 26 do Pavimento II do Museu Etnológico Português. Essa conta, da época do ferro, é esférica e ornamentada. Outro esferoide de barro procede de castros de Trás-os-Montes (Museu Etnológico Português, armário n.^º 27 do Pavimento II).

recendo na vasa marinha, a 1^m,50 e 2 metros de profundidade, valvas de moluscos.

A estação da Assenta foi também estação marítima, que igualmente abunda em restos de conchas alimentares. Dada a situação dêste outeiro, o que primeiro pensei foi que aquelas glandes de argila perfuradas eram pesos de rête. S. Mamede tem tudo quanto tem a Assenta menos estes objectos, porque a água do mar não a atingia e os seus habitantes não procuravam na fauna marinha ou malacológica a sua alimentação. Objectos idênticos das estações estrangeiras, que Santos Rocha alega para demonstrar a analogia, procedem de palafitas e terramares. É certo que o uso das contas de colar de barro cozido é velho e muito espalhado (Santos Rocha, *op. laud.*, p. 49 e est. XII e XIX), e no próprio outeiro de S. Mamede se encontraram pelos entulhos as 3 expostas no Museu Etnológico. Estas são esféricas do diâmetro pl. m. 0^m,030 e perfurados por estreito canaliculo¹.

Mas creio bastar o exame atento dos próprios artefactos e do seu estado de conservação para afastar a interpretação daquele, aliás muito ilustre, paleoetnólogo. Em primeiro lugar, o canal que os atravessa longitudinalmente tem um diâmetro relativo grande, como se tivessem de ficar suspensos por grosso fio; assim o n.º 1.º tem no diâmetro da perfuração 0^m,008 e do cilindro 0^m,020; o 2.º tem 0^m,005 e 0^m,027; o 3.º 0^m,008 para 0^m,026; o 4.º 0^m,005 para 0^m,025. Em segundo lugar, os extremos do orifício estão muito deteriorados, o que indica que o artefacto era sacudido com mais ou menos violência e não poupado a grandes tracções, como sucederia se fosse conta de colar. Acresce que, em uma estação como a Assenta, aparecerem às primeiras cavadelas estes curiosos objectos, o que denuncia abundância mesmo após os remeximentos, e o serem enfeites, repetindo-se o achado sem que, tirante este, nenhum outro objecto de adorno aparecesse, torna muito pouco aceitável a opinião de Santos Rocha. Se, pelo contrário, supusermos estes artefactos pesos de rête, temos explicadas as deteriorações que elas apresentam, sobretudo nos extremos; a largura do canal grosseiro; a razão por que aparecem em estações da borda de agua e faltam nas do interior, e o meio que utilizavam populações, que eram ictiófagas, para captarem o seu alimento favorito. Com tudo estes pesos deveriam ser mais adequados a aguas pouco profundas e quietas, em consequência da sua diminuta densidade. Assim se explica que não aparecessem no Castro da Rotura (*Arch.*

¹ Alguns cochoiros são já modernamente interpretados também como contas de colar.

Port., VIII, 47) onde, além dos despojos malacológicos, a fauna ictiológica era representada por espécies do alto (ibid. 147), colhidas ao anzol (*Arch. Port.*, X, 191)¹.

Segundo H. e L. Siret, que se ocupam dos primeiros tempos da época dos metais, as contas de colar de cerâmica são muito raras e, quanto à forma, são esféricas (*Les premiers âges du métal dans le sud-est de l'Espagne* (pl. II, p. 151). Seriam oblongas as portuguesas e não seriam raras, mas comuns. Déchelette também não menciona contas de colar desta espécie. As três de S. Mamede são esféricas, de diâmetro pl. m. 0^m,03 e perfuradas por um canal, que é quase capilar em duas. Há ainda um derradeiro argumento: é que, em estações muito mais recentes, se encontram artefactos perfeitamente idênticos, apenas mais avantajados, e também de barro cozido, com grosso canal, e ninguém ousaria dizer que não sejam pesos de rête. No Museu Etnológico Português há amostras destes pesos, no armário 67 do Pavimento II, em espólio de Alcácer do Sal.

e) *Argila de revestimento das habitações.* Esta espécie é constituída por fragmentos de barro cozido, informes, mas com nítidas impressões de varedo, sobre o qual a argila era aplicada em verde (cf. p. 144).

Estas impressões vêm-se, por vezes, em mais do que em um lado destes fragmentos, mas afectam, em regra, uma só orientação. A pasta é irregularmente cozida, grosseira e muito porosa, o que a torna extremamente leve.

É inútil dar dimensões destes fragmentos; a sua espessura é muito variável e só essa é que representaria uma dimensão de valor arqueológico. Na fig. 7, i represento um dos pedaços mais completos.

O que é conveniente notar é que, nos mostradores dos kjökenmöddinger da Cova da Onça e de outros, por exemplo no da Moita do Sebastião, se vê um taboleiro com grande porção de barros análogos a estes; nalguns fragmentos é muito nítida a impressão de finas hastes vegetais como as das agulhas das coníferas, outros de lascas planas de madeira; do lado oposto, a superfície é grosseiramente alisada.

No resto, o mesmo aspecto de imperfeita e desigual cozedura, a mesma leveza, etc. (Vid. *Nouvelles fouilles faites dans les kjökenmöddinger de la vallée du Tage*, por. F. de Paula e Oliveira, in *Comu-*

¹ O sr. A. I. Marques da Costa possue um artefacto análogo, de barro, trazido de Numância. É cilindroide e mede no diâmetro 0^m,023 a 0^m,026, o que se casa bem com os pesos pre-históricos da Assenta. Supõe o ilustre arqueólogo que é um peso de rête utilizado na pesca do Douro.

nicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal, 1888 a 1892, p. 57).

Inclui este parágrafo na secção da pre-história em virtude das condições do descobrimento (vid. p. 144), porque ainda na época do ferro aparecem estes pedaços de argila cozida (vid., por exemplo, *Estações pre-romanas da idade de ferro nas vizinhanças da Figueira da Foz*, por Santos Rocha, pp. 65 e 70). Na Lapa da Rotura também os encontrou o Sr. Marques da Costa (*Arch. Port.*, VIII, 270).

Pretende Paula Oliveira que estes «pedaços de argila¹ cozida ao fogo com impressões de ramos ou raízes» denunciam a prática de barrar a superfície de recipientes de ramos para irem ao fogo, como usam povos selvagens; afigura-se-me porém que, aparecendo os mesmos restos de argila calcinada em estações arqueológicas, em que há já verdadeira cerâmica, tal explicação é pelo menos desnecessária. (*Nouvelles fouilles faites dans les kjökkenmöddinger de la vallée du Tage*, por F. de Paula Oliveira, p. 57).

A calcinação destes estratos de barro pode ter a sua explicação ou em incêndios, que freqüentes deviam ser em cabanas de caniçada com teto de faxina ou na acção do lume interior nas zona do revestimento argiloso mais próximos do lar ou do orifício para a saída do fumo.

São interessantes os esclarecimentos que a este respeito trazem H. e L. Siret (*Les premiers âges du métal dans le sud-est de l'Espagne*), referindo-se às estações espanholas de Ifre, Campos e Fuente Alamo (estampas 20, 22, 65, etc.), porque nos fragmentos de barro ficaram estampadas as nodosidades dos caules, as suas folhas, e até as cordas ou liames de esparto, que tudo ligavam. Poder-se-ia fazer uma boa lista de citações referentes a achados desta espécie, quer de cabanas neolíticas da Europa, quer nas mais antigas civilizações da Grécia e da Itália, mas cinto-me apenas à citação clássica de Déchelette (*op. laud.* I, pp. 384 e 450)².

¹ Pode ver-se nos mostradores do Museu da Comissão Geológica o espólio dos kjökkenmöddinger e entre este os supraditos pedaços de argila.

² É curioso o seguinte conto sobre a origem da telha, e, se o traslado para aqui, é porque o ouvi a um dos meus trabalhadores no próprio outeiro da Assenta. Primeiro, o homem, para se defender do vento, viu-se obrigado a construir uma parede; mas, daí a poucos dias, o vento rondou para rumo diferente e o homem lembrou-se de construir outra parede, que fazia recanto com a primeira; indo sempre no intuito de se abrigar atrás do vento, encontrou-se dentro de quatro paredes, construídas umas após outras. Mas depois do vento, que percorreu sucessivamente os quatro rumos, sobreveio a chuva, e o homem viu que, para a

D) UTENSÍLIOS DE OSSO.—A indústria do osso, que costuma estar bastante representada nas estações calcolíticas, tem na minha pesquisa do Outeiro de Assenta apenas três artefactos.

São três furadores ou punções de osso, cujos comprimentos se representam pelos algarismos: 0,043; 0,041 e 0,028; respectivamente os números de entrada no Museu Etnológico Português são 3:946, 3:945 e 3:944. O segundo parece estar calcinado. São de forma cónica; apenas um represento na fig. 7, b.

E) ENFEITES DE VALVAS.—É o género *Pectunculus* que fornece,

em regra, um ornamento pessoal destas eras bem antigas. Apenas um exemplar colhi perfurado no umbão; dele apresento uma reprodução gráfica, fig. 16. Nas grutas, são quase comuns estes enfeites. Na dos Carrascos, que o Museu Etnológico Português explorou em Monsanto (Tôrres Novas), gruta sepulcral que não deu cobre, também apareceram perfuradas as valvas daquele molusco.

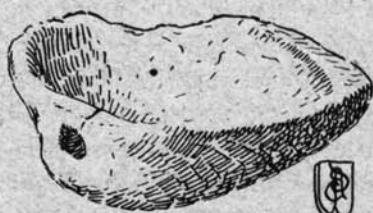


Fig. 16

Fig. 16

ALIMENTAÇÃO, FAUNA MALACOLÓGICA.—Incluo estes restos alimentares na parte prehistórica, porque a esta época pertenciam os que exumei; embora eu encontrasse conchas nas camadas remexidas e nas de entulho, é certo que as continha também o estrato prehistórico (pp. 140, 141 e 144).

Além de exemplares dos géneros *Pectunculus*, *Tapes*, *Patella*, *Cardium*, a concha, que predominava, era a da ostra chamada francesa: *Ostrea edulis*¹.

água, é que não tinha ainda abrigo. Lembrou-se então de lançar sobre as suas quatro paredes feixes de ramos, sobre os quais dispôs fôlhas de piteira, colo-cando-as de maneira que a chuva corria pela concavidade da fôlha para o lado de fora das paredes. Com o tempo e o sol que se seguiu, as fôlhas da piteira engelharam e o abrigo tornava-se ilusorio. Lembrou-se então de estender barro amassado sobre novas fôlhas; estas continuaram a engelhar, ficando porém o barro com a forma correspondente. Tornou a chuva e o barro foi arrastado em pouco tempo. Foi então que lhe ocorreu a ideia de cozer o barro ao lume e viu que ele resistia assim à chuva. As telhas, pois, representam a forma das fôlhas de piteira com a sua concavidade.

¹ Sciente da minha incompetência, mas por amor da verdade, direi que, nos exemplares que apareciam, se notavam diferenças na face exterior das valvas. Enquanto umas eram constituídas por folíolos simples e irregularmente ondea-

Esta circunstância, conjugada com os factos a que o Sr. Choffat se refere nas *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal* (1888 a 1892, p. 158), demonstra a existência da *Ostrea edulis* ao alcance dos habitadores destas estâncias pre-históricas.

Em um reconhecimento que este ilustre geólogo realizou em 1890, no flanco ocidental do *Outeiro de Santo Antão*, que próximo fica do *da Assenta*, colheram-se valvas de *Ostrea edulis* e de outros moluscos, juntamente com alguns restos de indústria pre-histórica, como foram um martelo de grés e ainda, bem definida, uma moleta ou mão discóide de triturador, de quartzite, bem como fragmentos cerâmicos grosseiros e sem ornamentação.

Na própria colina, onde se ergue a vila de Óbidos, encontrou também o mesmo homem de ciência conchas de ostras e locais são estes, onde hoje a água salgada não chega.

Foi pois o homém destas paragens que deste molusco constituiu parte importante da sua fagia, como outrossim o sedentário dos *kjökkenmöddinger* de Mugem, actualmente a 70 quilómetros da foz do Tejo¹.

Na gruta da Ervideira, o Sr. Vieira Natividade menciona o aparecimento da ostra (*Portugalia*, I, 456).

Em Santa Olaia, também as ostráceas faziam parte dos restos de cozinha e aí chegavam as águas do mar (*Portugalia*, II, 354).

O mesmo notável explorador de Santa Olaia estudou em Soure uma estação eneolítica (Forno de Cal), onde colheu, além de instrumentos de pedra polida, slices pigmeus, cerâmica ornamentada, uma seta de cobre e exemplares de *Cardium*, *Tapes* e *Ostrea edulis* (*Arch. Port.*, XIII, 195). Soure, que fica na margem esquerda do Mondego, dista hoje da foz deste rio cerca de 8 quilómetros².

dos, outras apresentavam as suas ondulações em forma de cristas, mais ou menos uniformes e salientes. Parece porém que esta diversidade de aspecto, notada pelos próprios trabalhadores, não tem importância morfológica. As mesmas diferenças se podem ver nos exemplares ostráceos de *kjökkenmöddinger*, expostos no Museu de Geologia.

¹ No Museu da referida Comissão, existem os exemplares das ostras e dos instrumentos líticos, a que o Sr. Choffat se refere no seu estudo, e que tanto são os que no texto menciono, como outros de que não me ocupo neste momento.

Visitei também no Outeiro de Santo Antão, a que algumas linhas de apêndice dedico.

² Nas pilhas da ponte do rio Soure também apareceu a *Ostrea edulis* (*Comunicações*, etc. II, artigo do Sr. P. Choffat: *Ostrea Edulis*).

O que é certo, é que as valvas, que o Sr. Choffat encontrou nos *éboulis* de Santo Antão e eu nas camadas préhistóricas da Assenta, pertencentes à *Ostrea edulis, var. lamelosa*, deviam provir da água salgada que, nessa era afastada, atingia o sopé destes outeiros habitados, como o Sr. Choffat afirma em presença das aluviões dos braços actuais da Lagoa de Óbidos¹.

Efectivamente não se pode duvidar da antiga existência daquela mesma espécie de ostra na Lagoa de Óbidos, em prodigiosa abundância.

No verão de 1914 tive ocasião de examinar depósitos da vasa da Lagoa, que tinham sido dragados a braço na margem em que finda a Várzea da Rainha, com o intuito de profundar um canal.

Colhi aí alguns exemplares ao acaso, e era de admirar a grande quantidade de ostras muito adultas que a Lagoa produziu, absolutamente idênticas aos exemplares pré-históricos, que se encontravam nos restos de cozinha hoje soterrados nos outeiros a seco, distanciados da própria Lagoa e nos kjökkenmöddinger do Ribatejo².

¹ Num documento de 1351 lê-se «*Soveral, a par da Lagoa*». Soveral ou Sobral fica hoje a 5:000 metros da lagoa de Óbidos, (Arch. Port., xviii, 121). Mas a base do outeiro, em que está situada aquela aldeia, ainda dista 3:000 metros da margem da lagoa. Eu poderia reunir mais provas, se destas cuidasse agora.

² Apresentei também ao Sr. Dr. Baltasar Osório, cujos conhecimentos neste assunto são profundos, os exemplares da Assenta e da Lagoa, e o ilustre professor não teve dúvida em reconhecer em todos o mesmo molusco. Para confronto, mostrei também uma ostra recente da Lagoa, exemplar muito adulto, e S. Ex. manifestou alguma admiração pela sua proveniência, o que aliás também sucedeu ao Sr. P. Choffat. O que é facto, é que a referida ostra foi comprada por 60 réis, no mercado das Caldas da Rainha, em 1907, pelo Sr. Dr. Joaquim M. Correia, que se certificou logo da sua autenticidade, afirmindo-lhe a vendedora, a Sr.ª Maria da Nazaré, da Foz, que a ostra fôra colhida na Lagoa pelo marido. O Sr. Dr. Joaquim M. Correia, depois de aproveitar o molusco, guardou a concha, não sem reparar na singularidade do opérculo ser ultrapassado nos bordos cerca de 0,02 pela valva, em vez da interposição perfeita, como é o caso geral. Depois disso, em Setembro de 1914, percorreu a Lagoa em bateira e o barqueiro afirmou-lhe ter vendido, havia alguns meses, duas ou três ostras da Lagoa a um tal Araújo, da Foz do Arelho. Inquirindo de outros pescadores a freqüência da ostra na Lagoa, ele soube que de facto as tem apanhado ali, mas que são raras até as pequenas; em todo o caso havia a tradição de ter havido antigamente abundância delas.

Em um bilhete postal, com data de 14 de Janeiro de 1915, informou-me o referido meu amigo que o Sr. Costa, antigo farmacêutico nas Caldas, lhe afirmara que a Lagoa, há 30 ou 35 anos, ainda produzia muitas ostras, e que estas são hoje raras por efeito do abuso dos pescadores. O que ainda a Lagoa dá, é o

Além da *Ostrea edulis*, na vasa da Lagoa colhi: *Cardium edule*, *Cardium spec.* e *lucina*, mas há certamente mais variedades de moluscos¹.

FAUNA TERRESTRE.—A alimentação destes selvagens não se cingira à fauna malacológica. Recolhi também uma tal ou qual quantidade de ossos de animais que, em verdade, mereciam um exame inteligente, mas só um zoólogo o poderá fazer.

FRUTOS TRITURÁVEIS.—O achado de pequenas mãos de gral, a que já me referi, pressupõe a trituração de frutos ou cereais, mas nos estratos pre-históricos nenhuns vestígios directos encontrei.

EPOCA PROTO-HISTÓRICA.—Segundo o plano exposto, segue-se o estudo dos restos arqueológicos do Outeiro da Assenta, que se devem atribuir a tempos em que o ferro já dominava.

Esta época é compreendida geralmente na proto-história; o que, no caso presente, não significa que eu afirme que o emprêgo deste metal marque o seu início. Por simplificação do meu método, convém-me adoptar nesta parte aquela expressão, que aliás não representa anacronismo flagrante².

berbigão, amêijoas, mexilhão, chôco, lula, polvo, linguado, tainha, etc. Nos depósitos da Assenta existem o *berbigão* e a *amêijoas*; não o *mexilhão*.

Eu mesmo procurei conversar na Lagoa com tripulantes das bateiras que se ocupavam na apanha do limo; alguns disseram-me que não apareciam ostras; outros, porém, que ainda apareciam, mas mais para o lado do mar. Esta informação tem verdadeiro fundamento: é que estando a Lagoa quase sempre aberta, a água deve ser mais salgada nas proximidades da sua foz. Isto mesmo consta dum interessante minuta póstuma do malogrado A. Girard, sobre a *A Lagoa de Óbidos*, p. 3. Este notável naturalista fez minuciosas observações sobre a salinidade das águas interiores da Lagoa, conforme a distância da Foz. É interessante notar a conformidade dos resultados científicos de um técnico com as informações de rudes pescadores. A apanha do limo é considerada a causa da destruição dos bancos naturais de ostra. Este despovoamento da Lagoa de Óbidos já era notado em 1892 pelo falecido Rocha Peixoto nas suas *Estações de Aquicultura* (Lisboa 1892) e lá era apontada uma causa igual à que se verifica em Óbidos: a apanha do molho (*Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. iv, p. 165). No *Cosmos* (1914, i, 192) lê-se que a ostra portuguesa (*Gryphaea angulata*) tende a substituir-se à indígena — francesa — (*Ostrea edulis*) nos locais onde estão em concorrência; parecendo que devia ser o contrário, em virtude da forma de reprodução desta.

¹ Ao Sr. P. Choffat, geólogo consagrado, devo esta classificação e aqui exaro o meu agradecimento.

² Segundo Déchelette, os tempos proto-históricos na Europa Ocidental começam na idade do bronze, porque só então se torna possível introduzir a cronologia absoluta na história da nossa civilização, em consequência de sincronismos

Se para a primeira parte deste capítulo, os elementos da estratigrafia algo me aproveitaram, pois que encontrei uma camada exclusivamente da indústria da pedra e do cobre, para esta segunda parte o resultado da observação dos depósitos arqueológicos é mediocre, atendendo a que se notavam remeximentos.

Artefactos metálicos. — Relato a p. 143 o aparecimento de uma fibula, aliás incompleta.

Infelizmente não foi possível verificar com rigor a profundidade em que este objecto estava depositado, mas é provável que viesse de camada próxima da superfície, visto como surgiu na terra (ou *chão*, segundo a expressão local) derribada em primeiro lugar, que é sempre, no método queigo nas escavações, constituída pelas camadas superiores.

Por outro lado, também este exemplar perde bastante do seu valor em arqueologia, onde a fibula é chamada um fóssil dirigente, atendendo a que é mau o seu estado de conservação.

Com efeito, a parte que mais seguramente caracteriza na fibula a sua tipologia especial é o pé, isto é, a extremidade da haste do arco, e é essa a que falta no exemplar da Assenta.

Pela gravura (fig. 7, f) se reconhece que existem apenas a cabeça da fibula e o arco amachucado.

O arco é lameliforme com vestígios de nervuras. Junto da mola, essa lamela transforma-se em arame para constituir a mola, que é bilateral. Esta, fazendo duas espiras completas de um lado, passa de baixo do arco da fibula, descrevendo a corda exterior e, do outro lado, forma espira e meia na mesma direcção da outra parte da mola e, a meio desta, toma a direcção rectilínea para formar o alfinete que já não existe.

que a ciência estabelece com acontecimentos datáveis das civilizações orientais. (*Man. d'Archéologie Préhist. celtique et gallo-rom.*, I, p. 2). Para o Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos, que se ocupa da Lusitânia, a época proto-histórica é a delimitada inicialmente pelo termo da prehistória e ulteriormente pela conquista romana (séc. III a. C.) e a última fase daquela é ainda para o mesmo autor a época do ferro. Segundo o exposto critério de J. Déchelette, creio que na época siderúrgica na Península Ibérica já é lícito aplicar o termo *proto-história* e é esse o que adoptei por comodidade na minha exposição (*Religiões da Lusitânia*, pelo Sr. Dr. J. L. de Vasconcelos, I, p. xxxii, e II, p. 1.) O falecido Dr. Santos Rocha escreveu um interessante artigo sobre este assunto em o *Arch. Port.* xiv, 257, intitulado *Proto-história em Portugal*. Para este investigador, a proto-história da Lusitânia vai até o séc. I a. C. e só poderá abranger inicialmente uma parte da época do ferro. Estas denominações tem por força carácter convencional,

A lâmina do arco não apresenta, no seu dorso, vestígio pelo qual se possa filiar esta fibula nos tipos de *La Tène II* ou *La Tène III*, em que o apêndice caudal se ligava ao arco ou constituía a sua própria continuação.

Portanto, na ignorância de qual fosse a forma desse apêndice, ereto, como o da maior parte das fibulas hallstacianas dos nossos castros, ou apoiado ao arco, como o da fibula de Santa Olaia, a tipologia da fibula da Assenta fica hesitante entre os artefactos da última fase da idade I de ferro e os da primeira da II. (Vid. J. Déchelette, *op. laud.*, II, 685 e 1248; do mesmo, *Essai sur la chronologie pré-historique de la péninsule ibérique*, pp. 54 e 73; *As fibulas do Noroeste da Península*, pelo Sr. J. T. Ribeiro Fortes, in *Portugalia*, II, 15 e sgs.). Mas não posso deixar de fazer notar a completa analogia do que resta da fibula da Assenta com a que J. Déchelette representa no seu *Manuel*, II, 1045, fig. 430, 11, e que pertence à época de *La Tène I*, provindo das sepulturas de *Diou* (França). Confronte-se também a fibula do túmulo de Acebuchal, no artigo de J. Bonsor, citado atrás (*Rev. Archéol.*, 1899, pág. 151, fig. 6).

Cerâmica. — Seria muito instrutivo o exame da cerâmica atribuível a este período, se não fosse o estado de fragmentação em que se encontra. Nele filio a cerâmica fabricada mecânicamente e alguma ainda trabalhada sem o auxílio da roda, exceptuando a caracteristicamente romana.

Pertencem à primeira espécie os vasos, que estavam em fragmentos e que continham cereais carbonizados (ou alterados).

A esperança que, no acto da exhumação destes restos, tive de que, recolhidos todos os fragmentos contíguos, seria depois possível reconstituir as urnas correspondentes, esvaiu-se mais tarde. Os remeximentos tinham atingido estas curiosas antigualhas, de que apenas deixaram fragmentos desconexos, que impossível foi combinar.

O que posso apenas determinar, é que este barro era perfeitamente cozido, compacto, espesso e de cor amarelada.

A forma podia mentalmente supor-se, com o exame das bôcas, dos fundos e de algumas asas avulsas; que nem todos estes vasos teriam asas. Os bordos, salientes e fortes, dispensavam freqüentemente as vantagens da asa, como meio de preensão. Vejam-se figs. 17 e 18.

As asas robustas e curtas, que recolhi dispersas, são umas bifendidas, outras apresentam um sulco do lado interno e externo. Implantadas em plano vertical, deviam aderir pelo bôjo do vaso, talvez próximo do bocal. Em algumas o vinco é tam acentuado, que mais parece uma asa dupla de dois elementos cilíndricos justapostos. Outros exem-

lares constam de um único toro, mas sempre vigorosamente arqueados, como na cerâmica púnica. (Fig. 18, *b* e *c*).

A ornamentação destes recipientes é pouco variada, mas, excepto pelo que respeita a um elemento ornamental, único, difere da dos vasos prehistóricos fundamentalmente, porque estamos agora na presença de motivos de desenho curvilíneo.

Fazendo referência às estampas, a cerâmica que a intervenção da roda e, solidáriamente, a natureza e cozedura da pasta caracterizam e destacam, vê-se na fig. 8 n.^{os} 1 (4 fragmentos), 21 e 23; e nas figs. 17 e 18.



Fig. 17



Fig. 18

Outro género de olaria, em que a pasta é ainda grosseira, a manipulação da argila não acusa a roda mecânica, mas a ornamentação já é do novo estilo curvilíneo, representa-se na fig. 8, n.^{os} 9, 11 e 14. Isto corresponde a uma coexistência de processos, primitivo e aperfeiçoado, que se dá em todos os períodos de transição.

Em alguns fragmentos, não é fácil definir a espécie de fabrico a que pertencem.

Na fig. 17, no fragmento da direita, (b) logo por baixo do bordo forte correm sulcos superficiais, horizontais e paralelos, em cujos intervalos uma linha sinuosa, largamente traçada pelo mesmo processo, desenrola as suas curvas.

Em alguns fragmentos, porém, subjacentemente ao último traço horizontal, vêem-se alinhamentos de pequenos círculos incisos, que deviam ocupar o bôjo das urnas ou parte dele. (Fig. 8 n.º 1, e fig. 17)¹.

É muito curiosa esta ornamentação, que parece impressa pela extremidade de finas hastes tubuliformes. Nos fragmentos captados, reconhece-se que ela era disposta, ou em alinhamentos rectos e paralelos, ou em séries de arcos convergentes pelos seus extremos. (Figs. 17 e 8).

Estes o o o apresentam-se como circulozinhos completos, sem solução de continuidade; isto é, o cilindro que os produzisse, não poderia, se fosse um tubo metálico, deixar de ser soldado e inteiriço. Efectivamente em Chantre (*L'âge de bronze*, pl. xx) vêem-se tubozinhos de bronze, que faziam parte de colares, medianam no diâmetro 0^m,004 a 0^m,006, e provêm do chamado *tesouro de Réalon*. Ora este depósito dos Alpes franceses é da idade de bronze IV (Déchelette, *op. laud.*, II, p. 1058, nota 4)².

Cronológicamente, e com um pouco de boa vontade, esta explicação seria aceitável, em geral, se não aparecesse também em cerâmica anterior ao conhecimento do bronze e da soldadura e, em especial, se uma particularidade da impressão não denunciasse o emprego de matéria mais elástica e flexível que o metal.

Por isso parece-me preferível a explicação que vou expor.

As finas impressões circulares seriam obtidas por um septo do colmo rijo de uma gramínea ou da cânula das penas de alguma ave; há uma circunstância que se ageita a esta explicação e não a outra qualquer; é que algumas destas impressões não são perfeitamente circulares, mas na mesma série, algo deprimidas ou elípticas, por traduzirem a compressibilidade do colmo ou da pena debaixo da pressão dos dedos do ceramista. Um cilindro metálico não seria de tão dócil elasticidade.

¹ Na fotografia ficou invertido o fragmento.

² Segundo Déchelette (*op. laud.*, II, p. 187) a arte de soldar o bronze não foi conhecida ou pelo menos não se generalizou, durante todo o tempo da época respectiva.

Assim os circulozinhos medem 0^m,004 de diâmetro; as elipses, isto é, os mesmos círculos deprimidos e alongados, tem 0^m,0045 e 0^m,0035.

O que é digno de nota, é que a mesma ornamentação vai encontrar-se em cerâmica arcaica da estação calcolítica de Pragança, quer



Fig. 19

em pesos de tear, quer em fragmentos de vasos (fig. 19). Estes são claramente porções de baixela preparada sem o auxílio de torno e portanto de carácter primitivo¹. O diâmetro destes discos é de 0^m,0035.

Estes o o o (ós), assim os podemos designar, obtidos por impressão, exactamente como os c c c (cês) que atrás referi, parecem pois compatíveis com o estilo rectilíneo da cerâmica do estrato prehistórico da Assenta ou de qualquer outra análoga².

Na fig. 8, em volta do n.^o 1 e na fig. 17 vê-se um certo número de fragmentos de vasos trabalhados à roda e alguns com a referida ornamentação. A sua pasta e cozedura são muito diferentes das de toda a outra cerâmica. Dura e homogénea, era sintomática de uma revolução profunda operada na arte da olaria, debaixo de influências exóticas.

Na fig. 8 n.^os 21 e 23, e na fig. 17, linhas de francas e largas ondulações, inclusas em sulcos horizontais, ornam exemplares, em que a pasta e a cozedura são do novo fabrico. Espessos e de notável rijeza, deviam pertencer a grandes recipientes.

Apesar da técnica ser diferente, o que apenas significa processos diferentes de obtemperar à mesma corrente artística, o desenho do fragmento cerâmico, publicado por P. Paris (*op. laud.*, II, fig. 22), desenho de linha sinuosa, é perfeitamente idêntico ao supradito motivo ornamental.

¹ Quanto àqueles, pode ver-se o opúsculo do Sr. Dr. Vergílio Correia: os *Pesos de tear* (Pôrto 1914).

² Da estação calcolítica da Junqueira, publica Santos Rocha, no *Boletim* da Sociedade do seu onomástico (II, est. II, fig. 21), uma porção de um vaso, na qual se vêem séries de figurazinhas ovalares. Ignoro se são gravadas ou impressas; em todo o caso, pertencem à espécie ornamental de que me ocupo (Vid. p. 53 a 55 do referido *Boletim*). De uma sepultura ibérica de Caldero de Mojácar, publicam os Srs. Siret um vaso ornado com circulozinhos; esta sepultura é, segundo os AA., contemporânea das estações eneolíticas de Campos e Parazuelos (*Les premiers âges, etc.*, pl. XII).

Nas louças castrejas indígenas, o sulco ondeante (fig. 8 n.º 21 e 23) é vulgar motivo de ornamentação.

No *Crasto*, explorado pelo Sr. Dr. Santos Rocha, dava-se um fenômeno idêntico (*op. laud.*, p. 66). A cerâmica era mais modesta que a de Santa Olaia.

Na fig. 18, *a*, representei um fundo plano da mesma cerâmica. Pelo seu estado, pode afirmar-se que teve longo uso.

À que influência industrial obtemperam os artefactos desta ola-ria?

Não me parece que se possa pôr em dúvida a sua ascendência púnica, embora o fabrico possa ser considerado indígena¹.

Um confronto, realizado entre os pedaços dos *pithoi* da Assenta e os que existem no Museu Etnológico Português, representativos do espólio de Santa Olaia, é inteiramente favorável a esta atribuição. Pelo contrário, a cerâmica romana, que está exposta nos mostradores daquele estabelecimento, não apresenta analogia alguma com esta da Assenta. Isto pelo que respeito à pasta.

Mas o mais concludente é o exame das formas, e as louças púnicas são assaz características.

Assim, nos dois fragmentos que exibem os bordos nas figs. 17, *b* e 18, *d*, conhece-se que, nestas duas vasilhas, à boca ampla se seguia o bójo sem a transição de um colo, tal como na ânfora n.º 114, est. VII, das *Estações pre-romanas da idade de ferro nas vizinhanças da Figueira*, pelo Dr. Santos Rocha. Confrontem-se ainda as figs. 426 e 428 da est. XIX, que são louças do *Crasto*.

Esta louça é púnica, pelo tipo (Dr. Santos Rocha, *op. laud.*, pp. 37 e 39).

Acresce que a ânfora de *Santa Olaia* tem também o fundo plano, como o que vai figurado na nossa estampa.

As asas da louça desta espécie, bi- e tripartidas, duas das quais represento na minha estampa, são evidentemente da mesma família das ânforas n.ºs 134, 138 e 139 da estampa VIII, parecendo ser até um fragmento de bordo o engrossamento que se vê em uma delas; vejam-se figs. 430 e 433 da estampa XIX.

Supondo mesmo que, nos fragmentos reproduzidos nas figs. 17, *b*

¹ No *Bulletin Hispanique*, vol. x de 1908, p. 347, vem uma apreciação do livro de Santos Rocha sobre Santa Olaia, dizendo o seu autor, o Sr. Pierre Paris, que a cerâmica se liga à série que ele chama ibérica, devendo porém aceitar-se a influência púnica.

e 18, d, não havia sinais de asa ou que a forma daquele bordo excluía a existência da asa, a semelhança dos tipos destas louças não deixa de ficar comprovada.

E se fôsse necessário reforçar o confronto, para fundamentar as minhas conclusões, ainda poderia insistir na semelhança, que se advinha entre esta família da cerâmica da Assenta e a que os Srs. H. e L. Siret exumaram no sudeste de Espanha. As urnas encontradas no grupo III das sepulturas lembram os fragmentos da minha exploração; há-as lá sem asas e com o barro de cor clara. Nas sepulturas púnicas, em forma de poços, os vasos são destituídos de asas e a boca recorda notavelmente as portuguesas (*Vilaricos y Herrerias*, por L. Siret, in *Boletín de la R. Academia de la Historia de Madrid* [1907] pp. 432 e 433).

Em J. Bonsor (*Revue Archeologique*, 1899, II, p. 126: *Les colonies agricoles pré-rom. de la vallée du Bétis*) encontro também grande analogia com os produtos da Assenta no colo e boca do vaso greco-púnico da fig. 178, p. 323, e no fundo que é plano; o barro é de tom amarelado, o que é mais um ponto de semelhança. Esta cerâmica procede dos sítios das povoações pre-romanas dos Alcores; o vaso, que acima refiro, é de um túmulo em silo (veja-se ainda a fig. 386).

Compete aqui dizer que, nesta louça de tipo africano, o estilo ornamental da Assenta tem pontos de contacto; por exemplo, as zonas de linhas paralelas *tremidas* (vid. fig. 175) são aqui pintadas e na Assenta incisas; pintura são também as que reproduz P. Paris (*Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, II) nas figs. 37 e 41. (Cf. *Essai sur la chronologie préhistorique de la Península Ibérica*, por J. Déchelette, pag. 77). Os fragmentos da Assenta com tal desenho vêem-se na fig. 8 n.^os 9 e 14.

Um elemento decorativo, a que me refiro na descrição da cerâmica pre-histórica, é o que se vê na fig. 8 n.^o 19. Estes CCC (cês), apesar de ornarem algum vaso da época calcolítica, reaparecem na cerâmica ibérica de P. Paris, muito embora a técnica empregada no sec. IV a. C. seja a pintura e a do arcaico exemplar seja a incisão, ou cunhagem.

Podrá dissociar-se esta ornamentação, cujos elementos só se fazem valer quando agrupados, da que exibem os fragmentos reproduzidos no *Essai sur l'art, etc.*, vol. II, figs. 58, 151 a 156, 158 a 160? Aí estão os mesmos CCC em zonas, reunidos em grupo como no exemplar da Assenta, onde os recursos do miserável oleiro, preso à sua rotina, quiçá em épocas mais próximas do que julgamos, não lhe

permitiam lançar mão de um pincel e de tinta, como na Espanha oriental¹.

Uma dissonância noto entre esta louça do Outeiro da Assenta e a que o Dr. Santos Rocha estudou em Santa Olaia. É o processo de ornamentação.

Nesta estação, a quâsi generalidade dos desenhos era feita por pintura, como na cerâmica ibérica estudada pelo Sr. P. Paris; a incisa era rara (*op. laud.*, p. 44). Contudo eu creio que se repete aqui um facto, que se dá com alguma louça de Santa Olaia; uma grande parte, senão toda a da Assenta, é de fabrico peninsular, embora debaixo da influência imediata da olaria cartáginesa.

A ornamentação pobre da Assenta não é decerto executada por oleiros africanos. A técnica dos ceramistas púnicos fôra já decerto aprendida pelos fornecedores das tribus, que circundavam a Lagoa de Óbidos; as formas eram-lhe conhecidas e úteis, mas o humilde artifice ibérico enfeitava, segundo os seus recursos ou os do seu consumidor, os produtos da sua indústria.

Portanto, talvez menor antiguidade no produto e maiores exigências do mercado explicam a diversidade de processos a que me estava referindo.

Não percorri ainda completamente a colecção de cerâmica trabalhada ao torno, da qual as tribus pre-romanas da Assenta deixaram fragmentos.

Alguns destes são análogos aos de Santa Olaia, de baixos recipientes, de pasta vermelha, bem cozida, lisa e fina com 0^m,004 e 0^m,006 de espessura e ainda a outros de maior espessura (0^m,008) e ornados com estrias horizontais.

Apareceram também exemplares de cerâmica fumigada, como a daquela estação com 0^m,003 de espessura².

Sem ornamentação, há uma pequena série de cacos de côn vermelha, cuja pasta contêm arenitos muito brancos, como o espato calcáreo de que fala Santos Rocha; a analogia é completa.

¹ Num artigo do Sr. L. Siret, que já citei e foi publicado em *L'Anthropologie* (1892, p. 385) com o título: *La fin de l'époque néolithique*, vejo um vaso oculado, com uma ou duas zonas verticais de ccc, na posição dos cabelos pendentes duma face. Seriam os ccc uma estilização generalizada?

Para o confronto vid. *Rev. de Guimarães*, xxi, 119; xii, 7, 103, 118 e xxiii, 49.

² No Museu Etnológico Português, há uma abundante colecção de fragmentos cerâmicos de Santa Olaia e a essa circunstância devo a facilidade do confronto.

Semelhantemente ao que sucedia em Santa Olaia, os processos primitivos de fazer a louça de barro não foram de golpe abandonados pelo íncola da Assenta.

Ao lado da nova cerâmica, foram encontrados grosseiros fragmentos, cuja ornamentação só posso atribuir à idade do ferro.

Na fig. 8, alguns exemplares são atribuíveis a esta época. O fragmento (n.º 6), em que se vê parte de uma faixa circundante de sulcos desiguais mas paralelos, donde descem divergentemente dois feixes iguais de riscos, que formariam largos chaveirões ou zigue-zague, é pertencente a um vaso trabalhado sem roda. Ao lado deste, há outro, em que uma incisão recta e firme, como difficilmente sem o auxílio da roda podia ser obtida, rodeava o bójo do vaso e inferiormente vêem-se as extremidades de traços oblíquos, paralelos e distanciados; este exemplar é decerto mais recente que outro com ornamentação análoga, mas muito mais tóscas, de um vaso de dimensões muito menores e que me parece ser verdadeiramente prehistórico e fabricado sem roda, como os do estilo rectilíneo, a que acima fiz referência (fig. 8 n.º 5 e 10).

Dois fragmentos ornados (n.º 9) com faixas ondeantes de sulcos superficiais tem aparência de serem de vasos mais modernos, sem embargo de serem confeccionados sem roda.

Desta época é muito interessante a parte da boca de um vaso de pasta semi-fina, de pouca espessura, e ornado com três ordens de delicadas pontuações rigorosamente alinhadas. O estilo e a forma do vaso eram tradicionais, mas o fabrico era já da nova arte de olaria mecânica. Um banho de aguada amarela conseguiu uniformizar o tom do vaso; vê-se na base da fig. 8 n.º 22.

Na fig. 7, o primeiro objecto figurado é um grosseiro disco perfurado a seco num fragmento cerâmico. É duvidosa a capitulação destes objectos, de que se vêem réplicas em castros do Minho e de Trás-os-Montes. Déchelette (*op. laud.*, II, 1398) refere dos opidos de La Téne III *nombreux disques en poterie découpés dans les tessons de vases et qui servaient peut-être au même usage* (jetons). Teríamos pois, aqui um elemento para a história dos *contos de contar*, se porventura não pudessem ser também considerados, como utensílios de um jogo. Este disco da Assenta também não me parece ser a *fusaiola económica* de M. Sarmento (*Arch. Port.*, VI, 178), como as da Citania, Sabroso e até S. Miguel-o-Anjo (*Arch. Port.*, I, 170).

Cereais.—A p. 142 do *Arch. Port.*, XIX, mencionei o achado de sementes carbonizadas de cereais; umas dentro das urnas, outras espalhadas nos entulhos.

A que época pertencem êsas *pithoi* fica já dito; é legítimo afirmar que são contemporâneas as sementes. Mas não são iguais entre si os grãos, que tam cuidadosamente escondeu, sem dúvida no subsolo da sua habitação, o ameaçado íncola das margens da antiga enseada, enquanto, no conceito do distinto professor, Sr. Pereira Coutinho, a quem agradeço a generosa atenção com que ouviu as minhas preguntas, eles pareçam todos de trigo¹.

Veem-se dois tipos: um de semente oblonga, acuminada e estreita; outro de semente mais curta, mas mais cheia e ovóide. Como esta, mostrou-me aquele ilustre catedrático do Instituto de Agronomia um tipo de trigo procedente da Ásia Meridional e guardado nas coleções do Museu de História Natural.

Em um armário do Pavimento II do Museu Etnológico Português, existe um tubo de vidro, com trigo procedente de algum estrato romano do subsolo de Lisboa, junto à igreja de S. Domingos; a variedade parece ser a mesma que, no Outeiro da Assenta, a de sementes mais curtas e ovalares. Tendo eu procurado o sábio director da Estação Agronómica de Belém, o Sr. engenheiro-agrônomo José Joaquim dos Santos, S. Ex.^a hesitou em ver só trigo nas sementes da Assenta. Só um demorado exame microscópico lhe permitiria fixar o seu juízo a este respeito. Confesso que este caso é bem próprio para aguçar a curiosidade².

Na estação de *Lugarico Viejo*, explorada pelos Srs. H. e L. Siret no sul da Espanha, apareceram também sementes de cereais. Conquanto não possa ser inteiramente seguro o confronto, por inter-

¹ O Sr. Vieira Natividade encontrou trigo carbonizado na gruta das Redondas, que classifica da época do cobre (*Grutas de Alcobaça, in Portugalia*, I, 456), e, no Museu Etnológico Português, no mostrador da secção estrangeira, há umas aglomerações de cereais carbonizados, provenientes do lago de Constança (*palafite*), nas quais parecem divisar-se as duas variedades de sementes. A ser exacta tal observação, isto demonstraria a larga difusão, no tempo e no espaço, destes cereais. Na Lapa da Rotura, também o Sr. A. J. Marques da Costa encontrou sementes carbonizadas com a forma do actual trigo rijo (*Arch. Port.*, VIII, 271).

² No *Cosmos* de 1909 (II) há um artigo intitulado *Les Céréales, leur origine, etc.* onde se lê que as pesquisas feitas na Palestina fizeram encontrar um trigo selvagem sempre em companhia de uma cevada selvagem e isto explicaria o facto, que se averiguava, de aparecerem sempre associados o trigo e a cevada em todas as explorações do antigo Egito e nas *palafitte*; é porque era assim que estes cereais se encontravam na natureza. Aquelas mesmas pesquisas descobriram o centeio, que se julgava não existir no Oriente. Os nomes científicos do trigo e da cevada, encontrados na Palestina são: *Triticum vulgare Vill.*, var. *diococcoides* e *Hordeum spontaneum*.

médio de uma representação gráfica, não quero ocultar que parece verem-se na estampa XVI os dois tipos de cereal, encontrados na Assenta; o grão redondo é classificado de cevada e o oblongo de trigo. *Lugarico Viejo* é uma estação calcolítica (*Les premiers âges du métal, etc.*).

É preciso não esquecer que o cereal do Outeiro da Assenta estava armazenado em *ollaes* da época do ferro, já adiantada.

EPOCA ROMANA. — Foi muito mesquinha a coleita de restos desta época; nem uma só moeda ou vestígio dela.

Alguns insignificantes fragmentos de cerâmica arretina, sem ornato algum, nem marca figulina, foram os meus achados.

A pp. 145 e 146 refiro o aparecimento de um pedaço de vaso com inscrição grosseiramente gravada na pasta seca. Infelizmente o que resta é incompreensível; quatro letras e apenas uma de leitura mais certa: [...]ACIX[...]. A palavra pode estar incompleta no princípio e no fim.

Colhi também um pedaço de barro cozido com a aparência de pequeno tejolo de forma triangular isósceles, mas de pasta muito grosseira. Esta circunstância faz hesitar na sua atribuição, mas por ter uma forma geométrica não o quis incluir na cerâmica pre-histórica. São estas as suas dimensões; altura: 0^m,067; base: 0^m,050; espessura: 0^m,020.

No mesmo grau de incerteza cronológica, outro objecto em mau estado de conservação devo mencionar. É o figurado na fig. 20.

Parece ser parte de uma arma de arremesso de ferro, munida de fôlha de lança e espião. O total comprimento é 0^m,074 e a maior largura 0^m,030.

Hesito em o considerar pre-romano, romano, ou mesmo medieval. Além de incompleto, o seu estado de corrosão é grande. Não tinha alvado.

V

As conclusões, a que serei levado, vem esboçadas mais ou menos desde a Parte IV deste pequeno estudo; falta porém concretizá-las e desenvolvê-las melhor ou pior.

Na Parte I, eu disse que à minha exploração do Outeiro da Assenta sucedera a que ali realizou, também por missão do Museu



Fig. 20

Etnológico Português, o Sr. Luís Chaves, distinto preparador desta instituição. Seria preciso confrontar os meus resultados com os dêste estudioso, mas, fiado em que êles não serão contraditórios, deixo ao cuidado do leitor essa delicada tarefa.

Poderei talvez, sem cair em exageros de metodologia, distinguir entre conclusões etnográficas e científicas, referindo-se as primeiras às condições de vida e indústria dos povos, que estacionaram no Outeiro da Assenta e as segundas aos problemas de cronologia relativa, que os achados arqueológicos desta pesquisa permitem propor.

*

Em primeiro lugar, o Outeiro da Assenta foi uma aldeia prehistórica, em que as habitações eram construídas com ramos e faxina, protegidas por barro aplicado em verde. Não tinha circuito muralhado, nem qualquer outra obra de defesa; os flancos naturais do cabeço ofereciam pendor bastante para dificultar uma investida de surpresa.

A existência dêste povoado parece que foi sobretudo intensa e duradoura na época calcolítica, se se atender a que o estrato pré-histórico, que se conservou até hoje intacto na sua parte mais profunda, tinha uma espessura de mais de 0^m,50; mas devera ter sido ainda mais possante, porque as suas camadas superiores foram remexidas e mescladas com os resíduos dos habitantes proto-históricos, que se fixaram no mesmo cabeço. Estes melhoraram talvez as suas moradias, construindo-as, pelo menos nos envasamentos, com paredes, de que apareceram os materiais no estrato C da fig. 1.

Em presença do espólio pré-histórico reunido nos trabalhos a meu cargo, torna-se possível reconstituir a etnografia do povo, que ali se tornou sedentário em todo o longo período calcolítico, e assim temos:

Os cossoíros e pesos de tear denotam a existência do mester de fiar e tecer e, portanto, demonstram que êste povo se vestia com tecidos, embora não tivesse abandonado as peles dos animais, a cujo preparo se adaptariam alguns dos utensílios de silex, de osso, e de cobre, que descrevi na Parte IV.

A sua alimentação está variadamente documentada. A caça do animal selvagem, da ave e aproveitamento da sua carne exigiam o agudo e ponderoso machado polido e os sílices multiformes.

A pesca era talvez o passatempo preferido pelos aborígenes desta costa marítima interior. A abundância de valvas de ostras, sem exclusão das de outros moluscos e mariscos, revela, por um lado, uma preferência alimentar da fauna malacológica e também provavelmente ictiológica dêstes povos, tam distanciados cronologicamente, segundo

as ideias correntes, dos que nos deixaram os *hjökkemöddinger* e tam semelhantes a êles nesta parte até pelos silices pigmeus, e, por outro lado, a piscosidade da antiga lagoa muito mais extensa que actualmente.

Os pesos de rête correspondem a uma absorvente ocupação da vida dêstes povos ribeirinhos, que, sem esfôrço, adivinhamos tripulando jangadas ou batéis monóxilos, para captarem nas suas rês os exemplares da fauna marítima.

Foram, pois, pescadores e caçadores.

Mas, se na minha pesquisa não surgiram mós de feição primitiva, encontrei as suas peças complementares, como foram algumas pequenas mãos ou moletas, que se destinavam à Trituração de frutos ou farinização de sementes¹.

Era, pois, bastante variada a alimentação dêstes povos, embora predominasse a que lhes proporcionava com exuberância a extensa enseada salina, que a atual Lagoa agora incompletamente representa.

Também não ficamos sem saber que estes paradisíacos selvagens se ornavam sem grande trabalho, nem muito luxuosas exigências sociais; o simples *Pecten* furado servia de enfeitar os tisnados colos ou os ágeis membros dêstes nossos antepassados. Em estações coevas, a joalharia da época calcolítica já ostentava gemas preciosas e puro ouro.

E, se bem interpretei uma das pequenas peças metálicas descritas, a tatuagem faria realçar as epidermes mais aristocráticas, o que nesta época era já antiga moda.

*

Dos povos, que deixaram nós destroços das suas habitações os fragmentos de uma cerâmica já fabricada com a roda de oleiro, poder-se há dizer que a influência céltica neles exercida se documenta com a fibula de bronze, que na devida altura descrevi e que classifiquei como sendo da segunda idade de ferro ibérica (J. Déchelette), e a púnica se encontra testemunhada pelos *pithoi* ou grandes recipientes, onde foram, nalgum êxodo precipitado, enceleiradas as sementes dos cereais panificáveis, sem embargo dos artefactos destas duas espécies provirem de oficinas e artifícies ibéricos.

¹ Na estação de S. Mamede, que pertence à mesma civilização do Outeiro da Assenta, existiam mós completas. Algumas diferenças, que se notam nestes utensílios, deviam corresponder a especializações, que hoje talvez não se possam coordenar. Para ver as categorias em que podem ser abrangidos, confronte-se o *Arch. Port.*, VIII, 274, fig. 149 e XI, 50, figs. 222 a 224.

Estas tribus praticavam pois francamente a agricultura, com a diligênciia de quem comprehende quam preciosos são os frutos da terra.

No meio delas, viviam respeitáveis personagens, que podiam colgar as suas vestiduras de espessa lã com esse pequeno utensílio de fulvos reflexos, que lhes recordava sem dúvida uma cultura descida do Norte, através dos Pirenéus, no séc. v—a fibula.

Operada a conquista romana, para a qual os povos desta parte da Lusitânia parece que não se armaram, a civilização d'estes novos senhores também atingiu este isolado ousieiro, para lhe iniciar a sua decadênciia histórica.

Estas são as conclusões da natureza etnográfica, que o espólio da Assenta autoriza.

*

As ilações de carácter scientíffico dificultoso seria abrangê-las todas, porque dependem de problemas para que se procurem aqui elementos de estudo, e arriscado seria considerar isoladamente uma estação arqueolórgica para tirar consequências, que às vezes necessitam de factos múltiplos a servir-lhes de apoio.

Em primeiro lugar, convém estabelecer um ponto de referência na paleoetnológia ibérica, sem embargo da modéstia destas pesquisas.

Parece que a estação fortificada de *Millares* (Espanha) é a que corresponde cronológiamente à do Outeiro da Assenta¹. O espólio aqui é muito mais pobre e deficiente, mas o aparecimento dos pequenos utensílios de cobre associados à pedra polida dos machados, à retocada dos sílices e à cerâmica ornamentada é suficiente para estabelecer o paralelismo das duas estações.

Para J. Déchelette, esta civilização, estreitamente ligada à das mais antigas ocupações de Hissarlik, corresponde ao expirar do milénio III antes de Cristo.

*

Ha porém algumas considerações, que julgo merecerem uns tantos minutos de atenção.

As tribus selvagens, que nos deixaram os miseráveis restos da sua existênciia nos *kjökkenmöddinger* da bacia do Tejo, são capituladas de estabelecer a transição dos últimos degraus do paleolítico para o neolítico; ainda não possuíam a pedra polida, nem a cerâmica e a

¹ *Essai sur la chronologie préhistorique de la Péninsule ibérique*, par J. Déchelette; 1909.

sua indústria lítica cifrava-se em sílices de minúsculo corpo, chamados por isso *pigmeus*, extraídos de exíguos núcleos e, além daqueles, em outros artefactos rudimentares, que não vem agora para o caso.

Contudo povos tam afastados na ordem dos tempos, como são os de Mugem e os de Óbidos, aproximam-se e assemelham-se por aquele grupo dos produtos da sua indústria que, como vimos, parecem relacionar-se com o género da sua alimentação predominante, e que são os já referidos sílices, encontrados nos estratos arqueológicos do Outeiro da Assenta.

Quando não se prove, com este facto, que estes dois graus da civilização, o miolítico e o calcolítico¹ não andam porventura muito consideravelmente afastados um do outro nalgumas estações; pelo menos, tem de se reconhecer a dilatada sobrevivência de tipos industriais através de uma evolução, que geralmente se reputa muito lenta.

Não se limitam porém a isto as sobrevivências observadas na estação da Assenta.

No estudo da cerâmica proto-histórica (no sentido que convencionei) d'este lugar, tive ocasião de verificar um facto, a que já me referi e que não deixou de me causar alguma surpresa. Santos Rocha tinha já demonstrado a coexistência, na época de ferro, dos produtos cerâmicos de manipulação primitiva e de fabrico mecânico².

A cerâmica arcaica da estação de Santa Olaia, encontrada conjuntamente com a dos povoados da época de ferro, tem perfis mais ou menos caliciformes, com tendência para o bójo saliente e parca ornamentação digital ou incisa. Mas a exumada em um estrato mais profundo daquelas notáveis escavações, subjacente ainda a uma casa do primeiro povoado, apresenta um estilo ornamental, que o próprio autor compara com o da Rotura e de algumas grutas de Alcobaça (*Boletim, etc.*, p. 86) e que julgo deverem referir-se à fase mais recente do neolítico ibérico, isto é, à calcolítica ou eneolítica³.

¹ *Miolítico*: termo proposto por Artur Issel para designar o período de transição que precede o neolítico (*L'anthropologie*, 1892, p. 540). *Calcolítico*: palavra sugerida pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos para substituir a híbrida *cuprolítico*.

² *Estações pre-romanas da idade de ferro nas vizinhanças da Figueira*, pelos Dr. A. dos Santos Rocha, Pôrto 1908, pp. 34 e 35.

³ J. Déchelette (*Manuel, etc.*, I, 621) considera a calaite cronologicamente, de modo seguro, na Península Ibérica e na Gália do Sul, como de «l'extrême début de l'âge du bronze», que é, como quem diz, da fase calcolítica. Ora as grutas de Alcobaça, a que se reporta Santos Rocha, são as do Cabeço da Ministra e Calatravas Alta, que deram ambas a ribeirite, embora não fornecessem metal, (*Portugalia*, I, 443 e 448: *As grutas de Alcobaça*, pelo Sr. M. Vieira Natividade).

Pela forma dos vasos e pela parcimónia ornamental, a olaria primitiva, associada à dos povos protolíticos, parece-me menos antiga que a subjacente aos vestígios das habitações do primeiro povoado, até mesmo pelas indicações da estratigrafia.

Foi todavia aquela que a Santos Rocha fez escrever: «até no tempo dos nossos povoados, em plena idade do ferro, a indústria cerâmica se mantinha quase no seu estado primitivo, entre as populações do vale inferior do Mondego».

Santos Rocha acha esta louça precisamente com os caracteres da louça neolítica da mesma região, mas já vimos como, segundo o autorizado pensar de J. Déchelette, tem de se entender este neolítico.

Mesmo assim, é saltar por cima de uma época inteira, a do bronze, o consignar a coexistência de cerâmica, pelo menos eneolítica, com cerâmica da idade do ferro já avançada.

Mas, no outeiro da Assenta, o facto aludido tem um aspecto ainda mais singularizado.

Um motivo de ornamentação, que adorna a louça do sec. IV a. C., encontra-se em produtos cerâmicos do fim do milénio III, como são os calcolíticos de Pragança¹.

Deve notar-se que Santos Rocha pôde seguramente verificar o uso simultâneo das duas espécies de cerâmica nos três povoados sobrepostos; na Assenta as condições de jazida não me poderiam fazer chegar a uma conclusão tam firme, porque nas camadas superiores a existência de fragmentos pre-históricos pode ser devida a remeximentos.

No meu caso trata-se de ornamentação, e esta pode sempre explicar-se teóricamente por uma sobrevivência... Mas a louça da primeira camada do Outeiro da Assenta é, sem sombra de dúvida, análoga à de Palmela, de Pragança, de S. Mamede, etc., pelo seu estilo ornamental, e cronologicamente pertence ao período de transição para a idade de bronze².

É por tal motivo que, apesar de se tratar aparentemente de motivos ornamentais, eu considero mais surpreendente o facto de aparente sobrevivência, denunciado no espólio da Assenta.

¹ E poderei dizer da estação da Junqueira, de que acima me ocupei.

² Este estilo corresponde ao que caracteriza a cerâmica neolítica do norte da França (*Manuel, etc.*, par J. Déchelette, I, 56). É por este e outros fundamentos, que este autor diz que o eneolítico ibérico é contemporâneo do neolítico francês (*Essai sur la chronologie, etc.*, p. 14).

Em suma, não procurarei descobrir a explicação d'este fenómeno, que se me figura seriamente averiguado: na II idade do ferro (Déchelette) da Península Ibérica e em povoados da costa ocidental, onde a influência púnica se pode já presumir, encontram-se empregados na cerâmica indígena de feição ibérico-púnica alguns motivos ornamentais que já adornavam alguma olaria da época calcolítica; ou estes são mera sobrevivência ou implicam uma aproximação cronológica, que os conhecimentos adquiridos dificultam grandemente.

Bastará notar que os tempos, aos quais o estado actual da ciência permite atribuir a civilização de *Millares*, a que comparei o estrato inferior do Outeiro da Assenta, orçam pelo fim do milénio III a. C., e a influência púnica na cerâmica do sul e do centro da Espanha, juntamente com a fibula encontrada, colocam a cerâmica de fabrico mecânico das *ollae* ou *pithoi* da Assenta em volta do sec. IV a. C. ou seja a segunda idade do ferro ibérica, segundo Déchelette (*Essai sur la chronologie, etc.*).

Entre estas duas datas, que são, por assim dizer, irrecusáveis, porque elas se filiam na segura cronologia de civilizações do Mediterrâneo oriental, decorre nada menos que toda a época do bronze e parte da do ferro.

O facto assinalado por Santos Rocha é igualmente irrecusável; em plena idade do ferro, ainda os povos da embocadura do Mondego manipulavam a sua louça sem o emprêgo do torno, e todavia ela apresenta os mesmos caracteres da olaria neo- ou eneolítica proveniente da mesma região¹.

¹ J. Déchelette, no seu *Manuel d'Archéologie pré-historique, etc.* (tomo II, parte III), ocupando-se da cerâmica dos ópidos gauleses de *La Tène III* (séc. I a. C.) diz que os vasos de barro fino já eram trabalhados à roda, mas a louça comum, de textura mais ou menos grosseira, era manipulada sem roda. E quanto à ornamentação dos que não eram pintados, vê-se também reviver uma ornamentação que me parece primitiva e que, em todo o caso, tem analogia com a do Outeiro da Assenta. Faixas onduladas, executadas a pente, filetes em relevo, traços em quadrículado, ziguezagues e chaveirões, espinhas de peixe e losangos, finas pontuações... não sei de que mais eu careceria para demonstrar uma palpável semelhança com a ornamentação, que me prendeu no Outeiro da Assenta. E além daqueles desenhos, um há que vejo em castros de Trás-os-Montes: glóbulos em relevo, estampados a punção, que derivam da Itália do norte, onde se datam do séc. III-II (*Manuel, etc.*, pp. 1485 a 1487).

Este estilo, que era certamente uma tradição, porque não se podia considerar o dominante em uma época tam baixa, conservava-se nas estações gaulesas do séc. I a. C., que já conheciam o ferro havia bastantes séculos. Em Portugal ve-

O fenómeno idêntico, que na Assenta vejo realizado, de se encontrarem na cerâmica eneo- ou calcolítica dois motivos de ornamentação, que se reproduzem na segunda idade do ferro e um deles no mesmo local, depende da minha interpretação pessoal, mas parece-me bem documentado e creio até que, em paralelo com o outro, pôsto em destaque pelo falecido arqueólogo figueirense, ganha em significação.

Esta sobrevivência exclui qualquer hipótese de solução de continuidade nas populações e atesta que, em certas regiões ou em certos povoados, as condições de um estado embrionário de civilização, revelado nos artefactos da indústria contemporânea, perduraram imutáveis através de séculos quase incontáveis, através de épocas clássicas inteiras, enquanto, noutros pontos mais afortunados, a civilização evoluía ininterruptamente, descobrindo o bronze, forjando o ferro e esquecendo gradualmente o silex, o cobre, a cerâmica primitiva.

De uma base tam estreita, como aquela que deixo comentada, poderá julgar-se que esta conclusão de carácter cronológico não deve erguer-se; mas a essência do fenómeno não se podia já contestar em presença dos resultados expostos por Santos Rocha com grande precisão, e, pelo que observei no Outeiro da Assenta, as sobrevivências podem atingir lapsos de tempo, que verdadeiramente escapam a uma medição rigorosa, em virtude do afastamento que os caracteriza.

A outros etnologistas compete apreciar a exactidão das minhas ilações e decidir, no seu alto critério, se elas podem alcançar os furos de verdade assente.

mos esta cerâmica primitiva em populações, que apenas manejavam ainda o machado de pedra e o punção de cobre, mas que, como as célticas, se não conheciam o ferro, era porque as suas condições locais e a sua miséria as conservavam retrrogadas da evolução industrial, que populações mais felizes já gozavam. Isto demonstra, quanto a mim, que o estudo das grandes épocas prehistóricas se deve fazer em conjunto, sem nunca deixar de reconhecer que, se examinássemos estação por estação, generalizando as conclusões parciais que o espólio de uma ou outra apenas autorizasse, não faríamos senão introduzir a desordem na ciência arqueológica. Várias circunstâncias accidentais intervêm sempre para produzirem, num ou noutro ponto, aparente desequilíbrio na sucessão regular das fases industriais, mas essas circunstâncias só podem modificar o conjunto, quando a sua persistência e difusão são tais, que correspondem a um verdadeiro facto de geral alcance arqueológico.

Assim, se o que vimos na Assenta se pudesse generalizar, quase podíamos suprimir em Portugal a época de bronze.

APÊNDICE

Outeiro de Santo Antão

Depois da exploração do Outeiro da Assenta, fui visitar o de Santo Antão, que lhe fica por O., a distância de 3 ou 4 quilómetros. As suas condições topográficas actuais são idênticas às do cabeço que eu explorara, e, embora um pouco mais afastado da *Várzea*, que nos tempos prehistóricos deve ter sido um braço de enseada, era provável que a água salgada lhe humedecesse também o sopé, na mesma época.

Os Srs. Paulo Choffat e Alberto Girard tinham ali feito em 1890 um pequeno, mas interessante reconhecimento.

Depois de percorrer os flancos setentrionais desta áspera colina, tanto os da elevação principal, coroada pela capela de Santo Antão, como os de outro morro subordinado, coberto de rochas dolomíticas, nenhum vestígio de antiga estação humana recolhi. No cume há uma esplanada estreita, que constitui o rocio da ermida; ai também não se viam mais que numerosos cacos de telha moderna¹.

No declive S. ou SO., começam a encontrar-se no solo valvas antigas de ostras, logo acima da casa que margina a estrada, no caminho que conduz ao alto e que nesse ponto é de areia, onde vegetam alguns pinheiros mansos. Mais acima, já próximo das rochas aprumadas, que sustentam a esplanada superior, encontram-se no chão, como que mal enterradas na areia, aglomerações de conchas de ostras, que parecem corresponder a lares ou restos de cozinha. Ao mesmo tempo deparam-se, emergindo do solo, afloramentos duma rocha de brecha. É pelo lado debaixo da ermida e um pouco para o lado da rocha firme, que estas particularidades se observam. Nalguns pontos pode ver-se a constituição do terreno deste lado da encosta; são entulhos, em que entram areia ou terra e abundantes conchas sem carvões; entre aquêles encontrei um caco antigo. Em uma das aglomerações de conchas a que me referi, colhi um fragmento de machado naviforme de diorite polida. A rocha no estado actual não oferece ali cavidades ou abrigos, mas o local, que tenho descrito, constitui uma espécie de patamar no flanco da montanha, onde a areia e as valvas de ostras formam

¹ O exterior do pequeno edifício tem todo o seu encanto na alegre alvura das paredes, que, destacando-se a quem as observe de grande distância, balizam o horizonte, como uma bandeira de paz. Um contraforte de cantaria, decerto anterior ao séc. xv, arrima-se à capela-mor, do lado N. Não pude ver o interior da graciosa ermidinha.

o solo e recordam a antiga origem desta estação humana, situada em praia marítima. Fora dêste local e desta altitude, não se encontram mais ostras, nem mesmo para SO., o lado da várzea, o antigo leito da enseada, o que é um seguro elemento de localização.

Noutro ponto mais distante, recolhi um fragmento terminal de utensílio de quartzite polida, talvez brunidor, de secção elíptica; a extremidade é de relêvo lenticular.

Além de ostras, outras conchas também havia.

Lisboa, Março de 1915.

F. ALVES PEREIRA.

P. S. Quando puder tirar separata dêste artigo completo (vol. XIX, pp. 135 a 146 e vol. XX, pp. 107 a 155), o lugar que lhe compete é na Série 2.^a (*Páginas arqueológicas*), o IX. O estudo anterior, de que também não extraí separata e se intitulava *Por caminhos da Ericeira*, pertence à mesma Série 2.^a, VIII; foi publicado nesta mesma revista, vol. XIX, pp. 324-362 e 362-363.

Arqueologia medieval

Chapa de metal com figuras e esmaltes

O Museu Etnológico tem, na sua colecção medieval portuguesa, uma chapa de cobre adornada de esmaltes com policromia brilhante, que lhe enchem de lés a lés o campo, onde se soerguem de relêvo figuras da iconografia cristã. Não lhe sei ao certo a proveniência; consante o afirmou o indivíduo, que ao Museu trouxe e vendeu este curioso exemplar de uma esplêndida arte de tempos há tanto idos, teria sido encontrada a chapa, em 1912, numa escavação de 12 metros de fundura, que se fez entre Leiria e Batalha, no lugarejo de S. Sebastião; nenhum pormenor acudiu a esta informação vaga, nem novas ou mandados houve que a precisassem, como também nada consta de outros achados, semelhantes ou não, no mesmo lugar, o qual, ao que parece, não foi escavado na mira de pesquisas arqueológicas, que porventura se conheceriam já; nem deixaria escapar a chapa quem a elas presidissem, tam notória pela sua beleza e conservação ela é.

Tem forma rectangular, a largura de 0^m,145, e a altura de 0^m,250. Na face posterior, encoberta pela sua adaptação directa na montagem da chapa, não há o mínimo ornato, como era de esperar. A face anterior, porém, essa conserva cinco figuras, quatro das quais simbó-

licas, que deviam de concordar idealmente com o destino e uso do móvel litúrgico, onde a chapa se encorporava como elemento distintivo, de sugestiva e luxuosa decoração. As figuras envolvem-se de exuberantes ornatos esmaltados, de cōres vermelha e azul, finas e vibrantes, que, mercê dos dourados vivos, bem distribuídos, sobressaem de um fundo difuso de cobalto.

A decoração reparte-se em três partes, correspondentes a outras tantas parcelas em que a chapa se divide, na obediência ao dispositivo estético e tradicional das personagens figuradas. A primeira¹ parcela é um nimbo vertical, elíptico, de 0^m,200 de eixo maior, ogivado em cima e em baixo; forma-a uma faixa de 0^m,110 de largura. A segunda corresponde ao espaço fechado pelo nimbo. A terceira é todo o campo exterior ao nimbo.

O motivo decorativo, constante em todas as três partes, repete-se com pequenas variantes de pormenor: a rosácea. A faixa que constitui o nimbo é uma dupla série, uniforme e regular, de meias-rosáceas; ligam-se de seguida os elementos das duas séries, que são inversas, os elementos de uma alternados com os da segunda, cada uma de cōr diferente, privativa, lilás ou verde: as meias-rosáceas tem pistilo rubro, aureolado de amarelo nas de cōr verde, e de azul ferrete nas de cōr lilás; a linha sinuosa e contínua, formada pelos contornos recortados das meias-rosáceas, que se adaptam entre si, é negra; e, assim como nas linhas extremes da faixa, reconhece-se ter sido iluminada a ouro, que ainda nela divaga, aqui e ali. Na segunda parcela, o REINO DA GLÓRIA, ou, muito simplesmente, a GLÓRIA, que é dentro do nimbo, a decoração consta de rosáceas grandes, ora hexapétalas ora quadripétalas, nestas muito irregular o desenho; o colorido é estilizado em concordância com o das meias-rosáceas; aumentam a constelação de rosáceas círculos ondeados, preenchidos como aquelas, círculozinhos e losangos miúdos, coloridos de branco; entre as rosetas vê-se uma dupla, de conjugação da hexa- e da quadripétala; os lineamentos estão retocados a ouro; estes elementos decorativos diseminam-se sem simetria, apenas mantida em um par de rosáceas hexapétalas e em outro de quadripétalas, pares que rodeiam um trono (*cathedra*) cujos ornatos concordam em género e estilo com os anteriores, e tem uma faixa em cima, um escabélio em baixo, ao fundo. A derradeira parcela, fóra do nimbo, evidencia igual sentimento de

¹ Esta chapa esmaltada foi adquirida pelo Sr. Director do Museu em Janeiro de 1913, e recebeu o n.º 4:625 no respectivo Inventário.

decoração: uma faixa mais estreita que a do nimbo, com as mesmas séries de meias-rosáceas, árqueia de convexo para cima, passa por detrás do nimbo e da GLÓRIA, de maneira que se lhe não vêem mais que os topos; esta faixa está na metade superior da chapa e sobrepõe-se a outra, horizontal, a meio dela; apenas se vêem desta os extremos, ocupados por um losango dourado em que se dissimula um prego da montagem.

A chapa foi orlada de uma lista coberta de ouro que em parte se conserva; tem à borda, nos lados menores, uma sucessão de semi-círculos irregulares, miúdos, cavados; são únicamente decorativos. Todos os motivos de enfeite foram obtidos pelo processo mixto da arte do esmalte; em alguns, despejados do esmalte, vê-se-lhes o recavo do buril, e o debrum de encaixe que deborda o desenho (mixto de *champlévé* e *cloisonné*).

*

As figuras são em número de cinco. A central, a meio da GLÓRIA é a imagem de Cristo, sentado no trono paradiásmico, ladeado de estrelas. Tem a expressão hierática dos Santos Cristos em majestade, ou Cristos soberanos, dos tímpanos dos pórticos das igrejas românicas, como os das abadias de Conques¹ e de Moissac², da igreja de S. Gilles de Arles³, etc., tam célebres, no Meio-dia de França. Veste de toga e *pallium*, com os pés nus. Na mão esquerda segura o Evangelho, com a direita abençoa no rito romano, anelar e mímino dobrados, os outros dedos estendidos; é a forma ideográfica e tradicional de os Cristãos representarem o Salvador, que, com pequenas variantes (como a cruz em vez do Evangelho, e o apontar o céu em vez de abençoar), se vê desde o mosaico do arco e altar da basílica de S. Paulo de Roma (séc. V), e do fresco de um cubículo das catacumbas de Nápoles. Sobre os cabelos assenta uma coroa lisa, dourada, com quatro florões nos afloramentos dos diâmetros profundo e transverso, ao uso dos sécs. XI e XII, que o séc. XIII substituiu pelos de oito lis. A cabeça de Cristo cinge-se de um nimbo circular, crucífero, formado por três circunferências concêntricas, douradas, das quais a interna é ondeante; a cruz, de ramos triangulares, com o vértice comum no centro do nimbo, é esmaltada de

¹ Vid. Münz in *Musée de l'Art*, o pórtico da igreja de Conques, no Aveyron (fim do séc. XII), II, 607.

² Id., ibid., pórtico de S¹ Pierre de Moissac (séc. XII), II, 619.

³ Id., ibid., pórtico de S¹ Gilles (fins do séc. XII), II, 474.

vermelho e branco em partes iguais e no sentido da altura, em cada ramo. Ladeiam o nimbo o Λ e o Ω dos versículos do *Apocalipse* (xxii, 13)¹. A imagem, do estilo monumental românico, de tradição vinda dos últimos períodos bizantinos, animados de um pseudo-clasicismo, tem a barba curta da iconografia cristã do séc. XI; os olhos são de vidro azul opaco; a técnica é maciça, rude, de desenho lento e anguloso; o pregueado da veste não é concêntrico, ondeante, como no românico primevo, as pregas caem pesadas, paralelas, quebradas, a denotarem período avançado já; foi talhada de meio vulto, à parte, e aplicada em seguida na chapa, onde ficou segura por duas presas disfarçadas na toga. Todo o corpo tem vestígio de douradura, como era das boas normas na esmaltaria da sua época².

As quatro figuras restantes estão fora da *glória*. Representam os quatro evangelistas, na tipologia simbólica do *Apocalipse* (iv, 7)³. São cantoriais. Na distribuição das figuras nem sempre assim acontece; por exemplo, no mosaico do oratório de S. Venâncio, em Roma, séc. XI, o Salvador e os evangelistas enchem tabelas diferentes, e estão as dos evangelistas, que são duas, sobrepostas à de Cristo. No canto superior esquerdo, sobre a faixa arqueada, de meias-rosáceas, pousa o anjo alegórico de S. Mateus⁴, braços cruzados no peito, asas despregadas, cabeça em um nimbo dourado e colorido. No canto direito, está sobre um ramo a águia de S. João⁵. Em baixo, à esquerda, o leão alígero de S. Marcos⁶, e à direita, em atitude de marcha, como o leão, vê-se o touro de S. Lucas⁷, asas altas, cauda em arco.

A disposição destas figuras é harmónica e elegante; enquanto as de cima, paradas, se voltam para o Salvador em majestade, as de baixo caminham para fora, mas voltam para trás a cabeça e olham ao alto para o trono celeste; e nestas, as caudas e as asas, uma baixa, outra alta, armam curiosa simetria. Esta disposição e a mesma colocação dos elementos figurados, aparecem em igual atitude no pórtico de Saint-Loup de Naud.

¹ *Ego sum α , & ω , primus, & novissimus, principium, & finis. APOCALIPSIS BEATI JOANIS APOSTOLI*, xxii, 13, e cf. i, 8; ii, 8; xxi, 6.

² André Michel, *Histoire de l'Art*; vid. art. «L'orfèvrerie et l'émaillerie aux XIII^o et XIV^o siècles», por J. J. Marquet Vasselot, II, 2, cap. x, p. 943.

³ Uma das primeiras obras onde aparece Jesus Cristo cercado pelos Evangelistas é do séc. IX, devida ao mestre Volvinus.

⁴ *Tertium animal habens faciem quasi hominis (Apocalipse, iv, 7).*

⁵ *Quartum animal simile aquilae volanti*, idem.

⁶ *Animal primum simile leoni*, idem.

⁷ *Secundum animal simile vitulo*, idem.

As cabeças dos animais apocalípticos foram, à semelhança da imagem de Cristo, feitas de fora, e aplicadas na chapa, a meio de um resplendor liso. O corpo é obtido por cinzeladura especial, de desenho correcto, em cujos sulcos o esmalte correu; depois, cabeças, corpos, asas, foi tudo dourado, como se usava no séc. XIII; os olhos são também duas contas de vidro azul opaco¹.

*

Ainda no séc. XVI se representaram os evangelistas à volta de Cristo. No Museu de Arte Antiga, nas salas dos pintores portugueses, encontra-se exposto o grande retábulo da TRINDADE de Cristóvão de Figueiredo (n.º 358); os evangelistas aparecem de busto, a escreverem os seus evangelhos, pousando-os cada um na cabeça das figuras dos símbolos apocalípticos, única parte anatómica que as indica. Rodeiam a Trindade, que está em trono gótico, de belo baldaquino.

*

Pela técnica, pelo género decorativo com faixas e rosetas, bem como pelos círculos tam idênticos aos do cofre relicário do Museu de Limoges, que pode ver-se em reprodução na Parte II do vol. II, da *Histoire de l'Art*, de André Michel (p. 947, fig. 566), o trabalho d'este esmalte deve de ser colocado na primeira metade do séc. XIII; e tudo indica que tenha saído das oficinas de Limoges. Na Espanha parece estar averiguado que não se fez obra de esmalte, anteriormente ao séc. XIV². E não se estranhe haver-se encontrado a chapa em terras de Portugal, onde preciosos exemplares de esmaltes limogenses há espalhados. Limoges, mercê do largo patrocínio dos reis de Inglaterra, suseranos da Aquitânia, foi o centro, por assim dizer, exclusivo e monopolista da ourivesaria e esmaltação na Europa inteira, com detrimento do artefacto bizantino³. A chapa, de trabalho de Limoges, enfileira naquele tipo que Marquet de Vasselot classifica em segundo grupo⁴.

No séc. XIII já a escultura românica tem adquirido um período de renascimento artístico importante; não deve porém estranhar-se

¹ *Histoire de l'Art*, op. cit., p. 943.

² Id., *ibid.*, p. 953.

³ Id., *ibid.*, p. 942.

⁴ Id., *ibid.*, *L'orfévrerie*, já cit., pp. 942, 945 e sgs.

o que há de arcaico em a figura metálica de Cristo, tanto pela própria qualidade da matéria, como por sabido que é o recuo escultórico das oficinas de Limoges, no séc. XIII; isto, muito embora a escola medieval de França haver tido por principal assento a Aquitânia, com ramificação no Poitou e no Languedoc, célebre pelos temas apocalípticos, figuras de Cristo soberano, com arcaísmos de atitudes e pregueados¹.

Que aplicação teria tido a chapa? Talvez fôsse um dos retábulos ou tabelas de face de um cofre-relicário, preso e amparado por pregos cuja entrada se nota em oito orifícios à volta da chapa; há um na Sé de Viseu, fabricado em Limoges, que tem ao meio da face anterior da cobertura uma composição idêntica, únicamente mais simples, com figuras comparáveis. Talvez fôsse a tabela central de um frontal de altar, ou *antependium*, como o do altar de Santo Ambrósio em Milão². Ou seria fronte, portada, de uma capa de livro litúrgico, que acaso devera ser um evangeliário; se a natureza do metal não dissuade e a iconografia não destoa, há a notar que se os livros eram grandes, de longe vinha a arte da capa dos livros litúrgicos: do séc. XII até fim do séc. XIV, usou-se para cobertura de livros litúrgicos o metal sem o marfim; este era na forma de díptico a cobertura preciosa preferida até o séc. IX, e de metal com gemas até o séc. XII³.

Na exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola, celebrada em Lisboa no ano de 1882, esteve o relicário da Sé de Viseu, atrás citado: teve o n.º 14 na sala A, e no atlas do catálogo vem reprodução dêle na fig. 81. Na mesma exposição esteve uma capa de evangeliário, de prata, sem esmaltes, mas de bom exemplo de aplicação: tinha o número 48 na sala A, e foi reproduzido no atlas, na fig. 84, onde as figuras são as mesmas, em estilo diferente.

A chapa tem boa conservação; apenas o esmalte falta em alguns bocados, mas está brillante na maior parte da chapa. A cinzeladura dos elementos decorativos descobertos, e dos corpos dos Evangelistas, está intacta. À imagem de Cristo só falta o dourado, que deixou, no entanto, vestígios. Tem na coleção do Museu o n.º 4:625, e vê-se no armário n.º 50 do 2.º pavimento (*Época medieval*).

Luís CHAVES.

¹ *Historia General del Arte*, IV, Fontanals del Castillo, «Historia de la Pintura y Escultura», Barcelona, vol. I, 1895, p. 719.

² Münz, op. cit., II, p. 841.

³ Dibron Ainé, *Manuel des œuvres de bronze et d'orfèvrerie du Moyen-Age*, MDCCCLIX, p. 133.



CHAPA DE METAL COM FIGURAS E ESMALTES

Analecta arqueológica

1. A ara do deus Tueraeus

Consta-me que, por esforços do ilustre médico da Vila da Feira, Dr. Aguiar Cardoso, a ara do deus lusitânico *Tueraeus*, cuja inscrição publiquei nas *Religiões*, vol. III, p. 612, foi colocada ao abrigo do tempo em um nicho aberto na parede da torre-de-menagem do castelo d'aquela vila, com uma chapa de ferro esmaltado em que um letreiro declara a significação da pedra.

Este facto merece os maiores elogios, e oxalá tenha imitadores.

2. Pax in nummis¹

Tenho aqui à mão um elegante catálogo de 1:313 medalhas (isto é, medalhas propriamente ditas, *jetons* ou *tésseras*, e moedas), respeitantes aos séc. XV-XX, intitulado *Pax in nummis* (Amsterdão 1913), que foi elaborado pelo conhecido, e há pouco falecido, negociante holandês J. Schulman².

Todas as medalhas se referem, como o título dá a entender, a tratados e negociações de paz, trégoas, alianças,—e aí figura Portugal por vezes. O catálogo é em parte reimpressão de uma obra publicada com idêntico título pelo mesmo autor; e contém numerosas gravuras.

Em tão abundante galeria histórico-artística, onde perpassam diante de nós imagens de príncipes, de princesas, de cardeais, figuras alegóricas, e emblemas de varia espécie, há uma medalha, n.º 375, em que se lê: **YUSTITIA AC PACE EUROPAE REDDITA**. É do séc. XVII, e re-

¹ (Este artigo publiquei-o primeiro n.º 4 *Guerra*, número único, Pôrto 1914, p. 2).

² J. Schulman faleceu este ano em Amsterdão. Negociava em Numismática e Medalhistica. Sabia muito do seu assunto, e tinha grande actividade. Pelo que toca a Portugal, arrebatou-lhe, por compra, importantes colecções, de que publicou catálogos especiais, entre os quais avulta o da colecção de Júdice dos Santos, em 3 volumes (1906). Fora de Portugal comprou as colecções portuguesas de Meili (Suíça) e Grogan (Inglaterra). Além dos catálogos que publicou das colecções portuguesas, faz referência em muitos outros a moedas e medalhas nossas. Mantive com él relações epistolares durante alguns anos, e comprei-lhe moedas e medalhas para o Museu Etnológico. Ao seu obséquio devo a posse de um exemplar do catálogo de que falo no texto.

laciona-se com a paz de Ryswick, que se seguiu à guerra que a liga de Augsburgo moveu à França durante nove anos.

Esta medalha mais que todas me impressionou, porque também agora é de *paz e justiça* que nós necessitamos. Mas quando virão elas pôr termo às brutalidades, únicas na História, que no actual momento ensanguentam a Europa, aviltando a humanidade, e desmentindo a civilização?

3. Sêlo antigo

Um amigo enviou-me um decalque do sêlo ou sinete cuja cópia dou na figura adjunta (desenho de Saavedra Machado).



Ao centro há um círculo, e aí, ladeado de fitas onduladas, um escudo de base curva, com um ramo de oliveira dentro. Na orla: *S(elo) (de) Frei Fernando*. Foi por estar em português o nome do possuidor, que interpretei o *S* como inicial de *s(elo)* e não de *s(igillum)*.

Da fórmula da letra poderá concluir-se que o sêlo é do sec. xv ou xiv.

J. L. DE V.

Azulejos datados

Este trabalho sobre «Azulejos datados» foi-me sugerido pela leitura do capítulo que tem este mesmo título na *Cerâmica Portuguesa* de José Queiroz.

Foi José Queiroz — meu muito prezado mestre de Cerâmica —, um dos primeiros que tiveram ideia de aplicar em grande ao estudo dos azulejos, as informações que os próprios azulejos forneciam. À primeira vista, nada mais fácil; mas que de tempo decorrido antes de se compreender a lição valiosa que dos mesmos painéis vidrados advinha, e de se tentar a sua ordenação!

Antes de tudo era necessário estabelecer uma cronologia, e essa aparecia difícil, dada a nossa proverbial e secular incúria e a falta de monografias parcelares. Foram-se, porém, a pouco e pouco recolhendo datas; de ora em vez os azulejos falavam, contavam o ano em que haviam sido fabricados, acrescentavam às vezes à ordem de quem, por exceção apareciam assinados pelo pintor ou pelo dono da olaria. De tudo se foi tomando nota, e a *Cerâmica Portuguesa*

laciona-se com a paz de Ryswick, que se seguiu à guerra que a liga de Augsburgo moveu à França durante nove anos.

Esta medalha mais que todas me impressionou, porque também agora é de *paz e justiça* que nós necessitamos. Mas quando virão elas pôr termo às brutalidades, únicas na História, que no actual momento ensanguentam a Europa, aviltando a humanidade, e desmentindo a civilização?

3. Sêlo antigo

Um amigo enviou-me um decalque do sêlo ou sinete cuja cópia dou na figura adjunta (desenho de Saavedra Machado).



Ao centro há um círculo, e aí, ladeado de fitas onduladas, um escudo de base curva, com um ramo de oliveira dentro. Na orla: *S(elo) (de) Frei Fernando*. Foi por estar em português o nome do possuidor, que interpretei o *S* como inicial de *s(elo)* e não de *s(igillum)*.

Da fórmula da letra poderá concluir-se que o sêlo é do sec. xv ou xiv.

J. L. DE V.

Azulejos datados

Este trabalho sobre «Azulejos datados» foi-me sugerido pela leitura do capítulo que tem este mesmo título na *Cerâmica Portuguesa* de José Queiroz.

Foi José Queiroz — meu muito prezado mestre de Cerâmica —, um dos primeiros que tiveram ideia de aplicar em grande ao estudo dos azulejos, as informações que os próprios azulejos forneciam. À primeira vista, nada mais fácil; mas que de tempo decorrido antes de se compreender a lição valiosa que dos mesmos painéis vidrados advinha, e de se tentar a sua ordenação!

Antes de tudo era necessário estabelecer uma cronologia, e essa aparecia difícil, dada a nossa proverbial e secular incúria e a falta de monografias parcelares. Foram-se, porém, a pouco e pouco recolhendo datas; de ora em vez os azulejos falavam, contavam o ano em que haviam sido fabricados, acrescentavam às vezes à ordem de quem, por exceção apareciam assinados pelo pintor ou pelo dono da olaria. De tudo se foi tomando nota, e a *Cerâmica Portuguesa*

em 1907 pôde apresentar já uma série de 80 datas que vão desde 1520 a 1807, e documentam preciosamente o trabalho contínuo, persistente, progressivo, das nossas fábricas de faianças de revestimentos. E nessa série quase que não entravam as datas dos *registos*, vulgaríssimos em Lisboa, mas apenas as das grandes composições que apareciam em capelas, igrejas e solares. Avalie-se por isto da sua importância.

José Queiroz deve possuir hoje uma coleção muitíssimo maior de datas, e decerto virá a publicar um dia o *Corpus* de todos os nossos azulejos datados. O meu trabalho tem por fim apresentar alguns elementos que possam servir na elaboração desse futuro *Corpus*, e ao mesmo tempo aproveitar as rápidas notas que se tomam em visitas incidentais ou propositadas a monumentos, para que não fiquem inúteis, esperando uma hipotética publicidade. A data dos azulejos é o fio que encarreira e liga estas difusas notícias, colhidas de 1912 a 1914 em pontos diversos de Portugal, aos acaos do serviço oficial e das digressões arqueológicas e etnográficas particulares a que é obrigado o conservador de um museu de Etnologia.

As datas que a seguir deixo apontadas, aparecem escritas ora sobre os próprios azulejos, ora em partes das construções onde eles foram empregados. Deve a propósito notar-se porém, que as indicações cronológicas recolhidas fóra dos próprios ladrilhos podem algumas vezes induzir em erro; mas desde que o estilo dos azulejos se combine com o do edifício em que os cimentaram, podemos revelá-las sem temor de engano de maior.

(1.ª série)

1612

**A capela tumular de António Trancoso Correia,
no Convento do Carmo, de Colares**

O antigo convento do Carmo, hoje moradia particular, ergue-se à esquerda de Colares, sobre um infesto contraforte da Serra de Sintra, senhoreando pomares de laranjeiras e limoeiros.

Das suas edificações primitivas só a igreja se conserva quase intacta, com túmulos de gente graúda na capela-mor, o chão do corpo principal coberto de campas rasas inscritas, as paredes com *lambris* de azulejo *barocco*, de tipo que o Sr. José Queiroz aponta como

pertencendo à segunda metade do séc. XVII¹, formado por uma série de *cartões* perfeitamente iguais, onde as clássicas albarreadas com asas de sereias nos aparecem emolduradas de torcidos, golfinhos, e plantas, separados uns dos outros por pilares que começam e terminam em graciosas cabecinhas de anjo.

Encostada à parede direita da capela-mor, sem comunicação com ela, abre-se uma capela funerária, pequena e soturna, que mais parece um trôco de corredor de carneiro que um santuário. É toda forrada de azulejo, do chão à abóbada, no próprio solo até, em volta de uma grande pedra nua que ocupa o centro.

Até a altura de três palmos do chão, o azulejo é do tipo de *cai-xilho* singelo, de côr branca e azul. Daí até a cornija o revestimento passa a ser de azulejo de *jóias*, como o que cobre grande parte das paredes da igreja de S. Roque de Lisboa, com as côres amarela e azul sobre fundo branco, emoldurado numa cercadura de volutas e óvulos da mesma côr. O desenho principal lembra uma série de pirâmides quadrangulares, truncadas, metade azuis, metade brancas, tingidas no quadrado superior com flôres de pétalas amarelas.

Este azulejo tem em S. Roque, nos tímpanos de faiança de duas portas falsas, sób o côro, logo à entrada da igreja, as datas de 1598. Já se verá como quatorze anos depois as mesmas terras esmaltadas continuavam a empregar-se nos revestimentos.

Na parede esquerda da capelinha em questão, rigorosamente a meio, abre-se em belo mármore da região de Sintra uma inscrição bastante comprida que nos revela o nome do fundador do minúsculo santuário tumular, e a data da sua construção. Reza assim:

ESTA CAPELLA HE DE ANTONIO TRANCO
 SO CORREIA E DE SVA MOLHER MARIA
 IACOME A QVAL ELLES FIZERAÔ
 A SVA CVSTA E A DOTARAO DE RENDA
 E FABRICA CÔ OBRIGACAO DESTE CÔ
 VENTO LHE DIZER TODAS AS SOMANAS
 DO ANNO HÂ MISSA DAS CHAGAS E HÂ
 CANTADA PELOS SANTOS PERA SENPRE
 ERA DE 1612

Cousa alguma na disposição da capelinha nos autoriza a julgar que ela fôsse modificada posteriormente à sua construção. A data,

¹ *Cerâmica Portuguesa*, p. 240.

embora não esteja inscrita sobre o próprio azulejo, constitui portanto uma prova suficiente nesta aquisição de dados para o estudo da cronologia das nossas faianças de revestimento.

Com a saída dos frades em 1834 deixou de cumprir-se a disposição da inscrição. Valeu assim o *pera sempre* de Trancoso, só 222 anos! Mais durará o azulejo que, apesar dos seus 302 anos, se conserva maravilhosamente puro na substância e na cor.

1626

A capela da Senhora da Saúde de Montemor

Nas três léguas mais chegadas dos subúrbios de Lisboa, a elevação de maior cota é Montemor, um cabeço abaulado e alto, sobranceiro a Loures, donde se avista larguíssima extensão de ambas as margens do Tejo.

Na vertente sul dessa elevação aconchegou-se nas dobras do terreno, alegada de arvoredo bosto, uma povoação que tomou o nome do monte, e que a sua capela da Senhora da Saúde, no ponto mais sobranceiro da terra, torna notável em muitas léguas ao redor. Segundo Pinho Lial¹ e o *Santuário Mariano*², a capela teve origem nos principios do séc. XVII, por devocão de algumas pessoas fugidas de Lisboa quando da grande peste que começou em 15 de Outubro de 1598 na capital e se propagou depois por todo o país, durando cinco anos e vitimando milhares de pessoas.

Salubres como são os altos dos arredores, Montemor, Cabeço de Montachique, Belas, Caneças, etc., todos quantos puderam correram a refugiar-se neles, fazendo promessas várias se do flagelo escapassesem. Os que fizeram suas promessas em Montemor não se esqueceram delas acabada a pestilência, e logo no primeiro decénio do séc. XVII mandaram edificar, em ponto escolhido adrede, a capela da Senhora da Saúde, que ao diante foi aumentada e enriquecida de novas obras e dons.

Esta capela visitei em Outubro de 1912, e a interessantíssima série de azulejos que lá vi, obriga-me a chamar para ela a atenção dos estudiosos da especialidade, porquanto nos apresenta com dados cer-

¹ Pinho Lial. *Portugal antigo e moderno*, vol. v, p. 485.

² Fr. Agostinho de Santa Maria. *Santuário Mariano*, t. I (Lisboa 1707), liv. II, título LXIX, sob a epígrafe «*Da Imagem de Nossa Senhora da Saúde do lugar de Montemor, em a Freguezia de Loures*»; de p. 459 a 461.

tos e irrefutáveis a idade de muitas das faianças que lhe ornamentam as paredes.

O Santuário é simples de forma, rectangular, com um belo e largo alpendre à frente, em cuja arquitrave se pode ler, em letras ainda clássicas, em três linhas:

ESTE ALPENDRE MANDOV FAZER
MIGVELTOSTADO MAIA A SVA
CVSTA EM O ANO DE 1621

o que difere um tudo nada da leitura apresentada pelo *Santuário Mariano*¹ e Pinho Lial, e atrás dêles pelo *Portugal Contemporâneo*²,

pois todos acrescentam DA atrás do MAIA. Este último nome pelo modo como está escrito mais parece MALA.

Sob o alpendre, que é aguentado na frente em duas colunas, e em dois pilares de secção quadrada nos ângulos, vê-se o portal de entrada, ladeado de postigos, tudo de cantaria muito simples; na frontaria, o telhado do alpendre descansa em cachorros do mesmo gosto dos que tam freqüentemente aparecem nos monumentos românicos e góticos (fig. 1).

Toda a parte da fachada protegida pelo alpendre é coberta de azulejos de *caixilhos*

—se é que posso assim denominar o azulejo em que aparecem combinações de régulas, fechando rectângulos ou quadrados— azuis e

¹ *Obra citada*, p. 461.

² Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. *Portugal* (Dicionário), vol. iv, L-M, p. 1258.

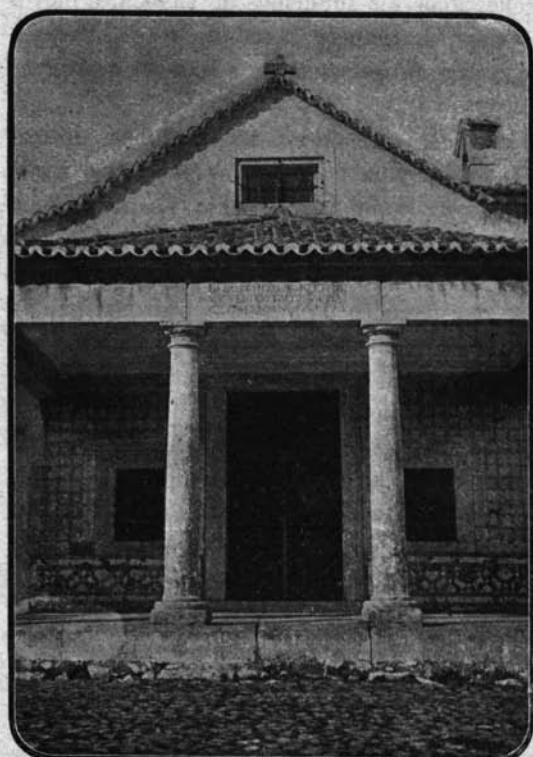


Fig. 1

brancos, até a altura do peitoril dos postigos; e daí para cima de outros da mesma cor, mas de padrão totalmente diferente, com combinações de grupos de quatro folhas espalmadas, saídas dum quadrado e um octógono concéntricos. Pelas extremidades superiores dessas folhas passa um anel branco, onde elas se enrolam levemente e por meio do qual se faz a ligação com outros grupos. A ornamentação é muito unida.

As esquinas da frontaria são avivadas por um revestimento de azulejos de *cantos* que acompanham com pouca largura os dois planos convergentes da parede, pintados de fitas brancas entrançadas, que deixam entre cada aselha ou *olho*, uma oval amarela pontuada de azul no centro. Há azulejo perfeitamente igual nas capelas de Penha Verde (Sintra).

Deixando a frontaria e metendo à direita, porque da esquerda há apenas um telheiro que dá entrada para os anexos da capela, encontramos a porta lateral, sobre cuja vêrga se destaca um admirável quadro de azulejo, encaixilhado numa tira de faiança pintada de fitas brancas entrançadas, com *olhos* amarelos pontuados de azul. Por dentro desta corre uma moldura de torcidos, colorida de azul e amarelo sobre fundo branco. No campo lê-se ordenadamente:

LOWADO SEIA OSANTISSIMO
SACRAMENTO
A PVREZA DA VÍRGEN MARÍA
COMSEBIDA SEN PECADO
ORÍGINAL
SENDO IVIS MANOEL DA C
OSTA DESA CONFRARIA DE
N. S. DA SAVD MANDOV FAZER
AS DVAS PAREDES GRANDES
DASVL^{HO} A SVA CVSTA E DEVA
SA^O E A DEMAÍSOBRA EBAXO
DO CORO MANDARA^O FAZER OS
MORDOMOS Q ENÃO SERVIAM
ANO DE 1626

inserção esta verdadeiramente extraordinária pela raridade com que tam grandes discursos e informações aparecem nos revestimentos de azulejo.

Pinho Lial refere-se a ela nos seguintes termos¹: «As paredes da capela-mor foram desde o seu princípio revestidas de bonitos azulejos,

¹ Segundo a informação do *Santuário Mariano*, vol. I, liv. II, tit. xix, p. 461.

e em 1626 os irmãos da Confraria da Senhora mandaram forrar de azulejos o corpo da capela, o que consta duma inscrição dos mesmos; mas não transcreve o letreiro nem indica onde ele fica (fig. 2).

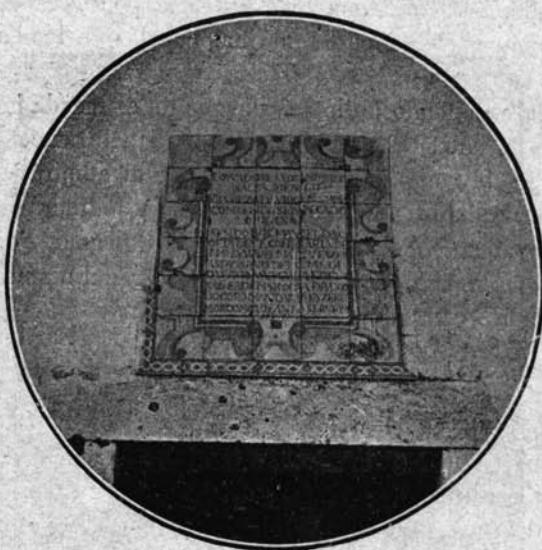
Temos portanto que o santuário, levantado com simplicidade no primeiro decénio do séc. XVII, foi em 1621 enriquecido com um adro coberto e em 1626 com um revestimento rico das paredes grandes, mandado executar à custa de Manuel da Costa. Entremos na capela e vejamos como se encontra hoje.

No corpo principal, revestindo-o de alto a baixo, em padrão de tapete, dentro duma larga cercadura protegida por uma dupla tira de

rectângulos de fitas entrançadas, com as cores azul e amarelo sobre fundo branco, lá estão os azulejos que o Costa mandou colocar, e representam portanto autênticamente fabrico do primeiro quarto do séc. XVII. São interessantes, com as suas cruzes de braços pouco desenvolvidos, que albergam alternadamente rosetas e folhas espalmadas, separadas por réguas

Fig. 2
brancas que a cada canto abrem em quadrado para receber dentro um outro quadradinho colorido (fig. 3).

Sob o côro, que é tam grande como o alpendre lá fora, estende-se outro tipo de decoração; uma larga moldura de corda florida, muito freqüente no séc. XVII e que lembra na disposição um ornato românico, encerra uma outra moldura mais estreita, de volutas, dentro da qual se mostram em cada parede três quadros iguais, separados por pilastres. Tais pilastres são formadas por um pedestal sobre que assenta um vaso de flores e aparecem coroadas por uma cabeça de anjo. Os *cartões* assim separados tem ainda unha outra moldura interna de golfinhos e *torcidos*, que alberga no centro uma albarrada, cujas asas são recurvos corpos de sereias aladas, e de cujo bocal se alteia um ramo de flores. O conjunto é magnífico, de renascença tardia.



A decoração é azul sobre fundo branco, e os quadros formam um retábulo admirávelmente ordenado para o local onde os colocaram.

Antes de chegar a Montemor eu tinha parado em Loures e aí visitado e fotografado os azulejos da capela de Sant'Ana, que se ergue num cabeço sobre a povoação; pareceram-me da mesma época que estes. A cercadura de folhagem é a mesma, as separações entre os quadrados idênticas. Nas molduras interiores porém, não aparecem os golfinhos; entre os *torcidos* vários, dois meninos nus, cavalgando uma voluta e aguentando o resto da armação sobre os braços gordinhos, constituem o principal ornato; e em vez das jarras com as curvas graciosas das sereias, encontra-se no centro de cada *cartão* um grande açafate cheio das mesmas flores.

Por cima do côro as paredes são forradas com perto de 600 azulejos de figuras avulsas —barcos, casas, flores, animais, etc.—, com os cantos sobre carregados de cinco pontos nos espaços duma cruz riscada, semelhantes aos

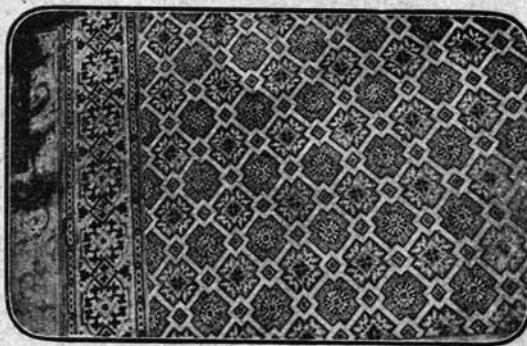


Fig. 3

que descreveram Manuel Monteiro nos *Serões*¹ e Rocha Peixoto na *Portugalia*², e a muitíssimos outros que se encontram ainda nas casas e igrejas de Lisboa e terras vizinhas e de que me lembra agora, pela abundância em que aí estão representados os barcos, um trôco existente no corredor que leva do claustro do convento de Jesus (Setúbal) para a horta do mesmo. Tem um esmalte brilhante, pintura azul viva e diferem bastante dos de figura avulsa, sem pintas nos cantos, que considero anteriores, ou pelo menos de outras fábricas.

Nos *ombros*, junto à capela-mor, de cada lado do arco de passagem, estão dois quadros pintados a azul sobre fundo branco, onde há duas figuras de mulher de tamanho natural, sustentando nas mãos, a da esquerda a lua, e a da direita o sol.

A capela-mor, até altura de homem, está revestida de azulejo de *caixilhos*, azul e branco, e daí para cima de outro, de padrão igual ao do que cobre a fachada sob o alpendre.

¹ *Azulejos de figura avulsa*, no n.º de 13, de Julho de 1906.

² *Uma iconografia popular em azulejos*, in *Portugalia*, t. 1, de pp. 585 a 590.

Numa parede que fica por trás da tribuna e altar da mesma capela há ainda, argamassado em rectângulo numa parede, uma porção de azulejo com um desenho azul de flores, sobre fundo branco.

Como se depreende desta descrição, existem na capela da Senhora da Saúde nada menos de cinco tipos diferentes de azulejo.

Creio portanto que valerá a pena uma caminhada até lá, que, a menos de qualquer outra razão será amplamente justificada pelo esplêndido panorama que do seu adro descoberto se disfruta sobre Lisboa, o Tejo, as lezírias, a serra da Arrábida, e o mar.

1627

A igreja matriz de Alcanena¹

A igreja matriz de Alcanena é um templo de aparência modesta, com um portal de cantaria trabalhada à maneira do séc. XVII, e acha-se isolada no meio de uma praça acanhada da vilória sertaneja que na Alta Estremadura monopolizou todo o trabalho de preparação e comércio de coiros.

A data 1627, que se lê sobre a porta, indica-nos a época exacta do seu acabamento e consequentemente aquela a que aproximadamente se podem atribuir os materiais que a compõem.

É de uma só nave, sendo esta revestida até 1^m,70 de alto por um rodapé de azulejo, de padrão de fitas entrançadas, com as cores azul e amarela sobre fundo branco, de um tipo vulgar do século de seiscentos. Nas cercaduras notam-se os característicos meios ladrilhos rectangulares com os dentes de serra cruzados, em que alternam as duas referidas cores. A espaços encontram-se remendos de azulejos de tipo diverso.

E nada mais de curioso se encontra na igreja, a não ser uma imagem da Senhora da Soledade, de aparência gótica, e o relógio.

Na base da torre, o velho relógio cujo maquinismo trabalha a descoberto, apresenta escrito em cursivo no seu reluzente mostrador amarelo, o nome dum fabricante português. Diz a inscrição:

An.^{to} Jozé Fer.^a
O fez em Santarem
Naera
de 1792

¹ A igreja de Alcanena foi destruída por um incêndio no corrente ano de 1915.

Mais um nome e uma data para juntar aos que Sousa Viterbo devotadamente colecionou e cuja relação se está publicando na revista do *Instituto*, sob o título de «Artes e Indústrias metálicas em Portugal—Relojoaria».

1647

A capela do Penedo (Serra de Sintra)

Quem vai subindo os ingremes pendores da Serra de Sintra, pelo lado de mais fácil e normal acesso ao cômorro da Peninha, encontra a um terço do caminho, sobranceira à Várzea de Colares, a povoação do Penedo, vizinha de Almoçageme, notável entre as terras *do fim do mundo* pelas suas tradicionais festas do *Império* e pela sua posição pitoresca.

É lá que pelo Espírito Santo se realizavam ainda há pouco as antigas e evocadoras festas pagãs que apenas sobrevivem hoje nas Ilhas, e que em séculos passados celebrizaram os *imperadores* de Eiras, junto a Coimbra, os de Leiria e de tantas terras mais.

Domina-se dali um pedaço desse último rincão de solo português e europeu que no Cabo da Roca tem o seu derradeiro prolongamento de rochas convulsionadas; e se para a direita os olhos ainda se espriadam sobre os contrafortes arborizados da serra que lord Byron e Nobre cantaram como a mais bela do mundo, em frente, para o poente, eles galgam directamente dos plainos areentos do vinho de Colares para as águas glaucas do Atlântico.

Envolve a terra e o seu casario espalhado, humilde e caiadinho, uma selva rumorejante e tremente de limoeiros, onde os pomos de ouro pálido destacam estranhamente no verde sujo da folhagem, levando o espírito para muito longe, para as costas encantadas de Sorrento sobre outro mar de mais suave clima e tradições mais vivas.

Dominando o povoado de sobre um terraço, ao fundo duma pequena praça rectangular por sobre cujas casas baixas os olhos seguem



Fig. 4

deliciados os contornos século XVIII das chaminés, está o santuário da terra, uma capela de boas proporções mas de ruim aspecto. Para quem entra, porém, todas as más impressões se desfazem ante o maravilhoso revestimento das paredes, de alto a baixo forradas de azulejos policrómicos, em que o padrão geral do tecido é regularmente cortado de quadros da própria faiança.

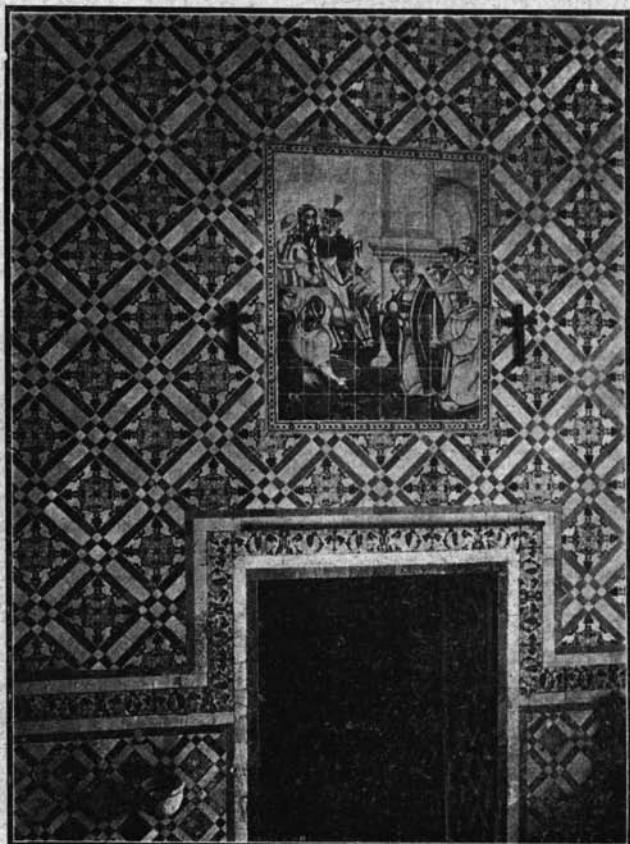


Fig. 5

Passam ali em painéis de colorido incomparável as principais scenas da vida do grande taumaturgo português, Santo António de Lisboa, o mesmo que Pádua designava simplesmente pelo *Santo* e cujo culto na Itália se desenvolveu tanto ou mais do que entre nós; o mesmo cuja história se repete em muitos quadros de mestre e cujo corpo se verifica ter-se multiplicado assombrosamente *post-mortem*,

pois no dizer dum conhecido escritor francês «o seu corpo está em Pádua, a cabeça e um braço em Veneza, um outro braço em Roma e mais alguns em Viena, Paris e Lisboa».

É em azulejo policrómico a mais completa representação iconográfica da vida do Santo; decerto pouco existirá em Portugal de comparável, em colorido e quantidade.

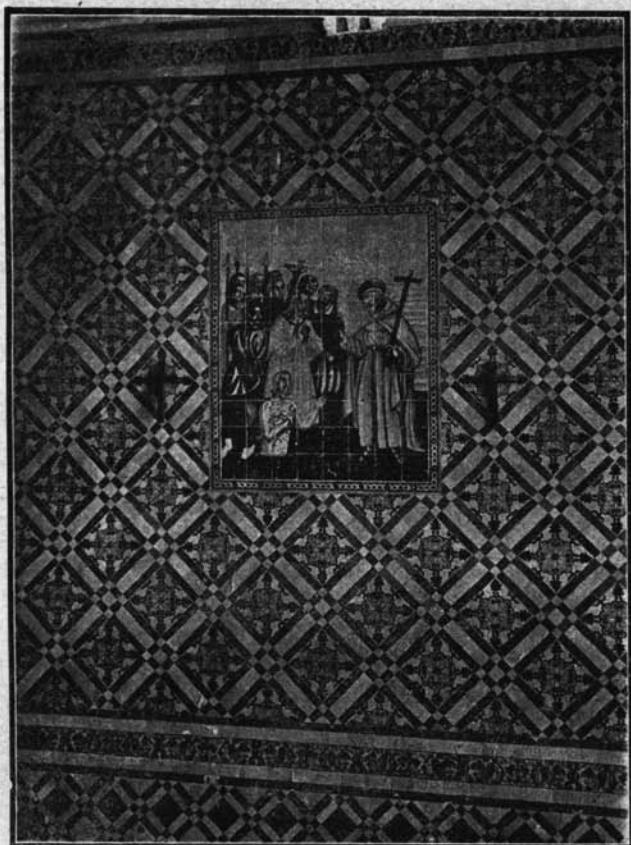


Fig. 6

O santuário é de uma só nave e tem a capela mais estreita que o restante do edifício. Uma e outra parte são forradas do mesmo azulejo, cujo padrão é de *caixilhos* azuis e brancos simples, no alisar e dêste para cima de *caixilhos* também, mas envolvendo cada losango do xadrez um desenho fitomórfico miúdo, de tipo antiquado, sobre quatro ladrilhos. Tal como se vê nas ilustrações que acompanham

este trabalho, é do mesmo género que um citado e representado a p. 486 (fig. 4) da *Portugalia*, vol. II, e que pertence à capela do Corpo Santo da matriz de Vila do Conde, datado de 1622¹.

O revestimento da capela é total, do solo à abóbada. O rodapé alto ou *lambris* é separado do resto por uma faxa de desenhos, onde

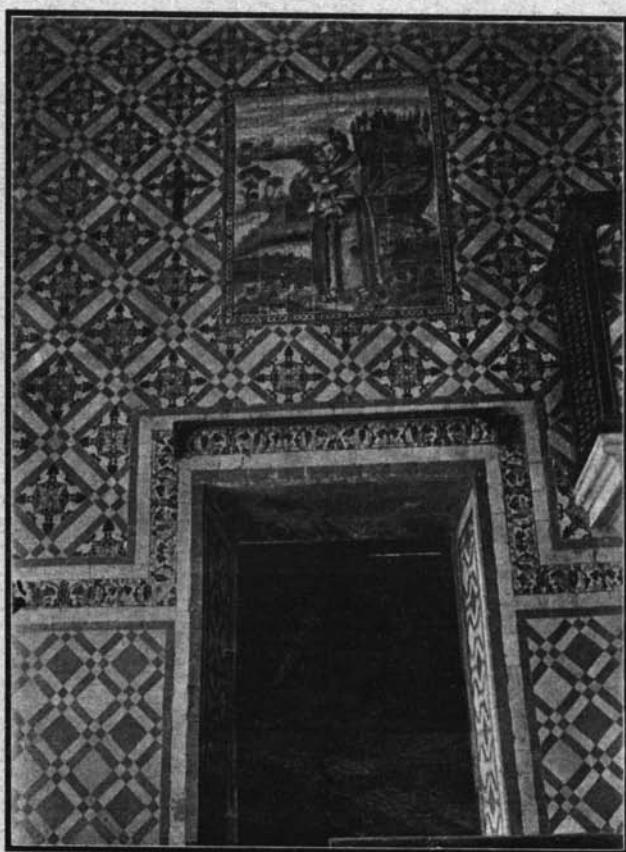


Fig. 7

dragões de caudas fabulosas se enfrentam dois a dois de línguas dardejantes. No restante das paredes, sobre o padrão uniforme já

¹ Por amavel informação do Sr. Luis Keil, distinto conservador do Museu de Arte Antiga, que está trabalhando numa volumosa e interessante monografia sobre Colares, sei que os azulejos da capela do Penedo foram comprados em 1628, o que está plenamente de acordo com o seu tipo e com a data da matriz de Vila do Conde.

descrito, abrem-se três painéis com figurações da vida de Santo António, e sobre o arco da capela-mor um sétimo quadro apresenta em tons violentos a scena da Cruxificação. As cōres empregadas são, nos quadros, a amarela, cōr de vinho, cōr de café com leite, azul e verde, e na restante composição a amarela e azul sobre fundo branco.

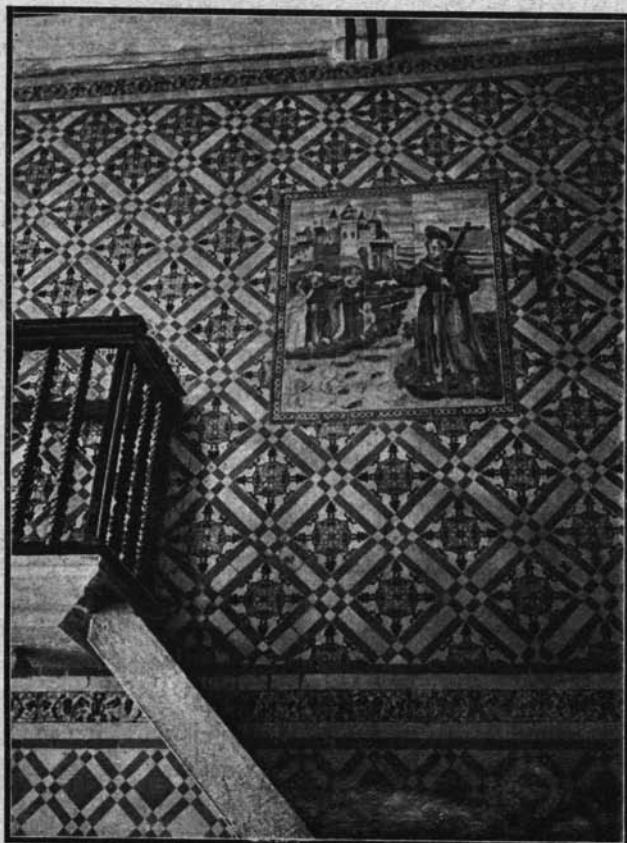


Fig. 8

Na parede direita, junto da balaustrada do cōro, Santo António, seguido de um outro frade, abençoa uma criança que a mãe afilita lhe apresenta (fig. 4); é o primeiro milagre contado. Logo a seguir, sobre a porta lateral há outro, aquele em que o Santo faz ajoelhar o burro de um incrédulo pagão que, à passagem da Hóstia, afirmava alto só dobrar os joelhos quando a sua alimaria o fizesse (fig. 5). O Santo, revestido em grande pompa, leva a custódia, seguido de uma porção de frades, tonsurados a preceito e de hábitos magnificamente lança-

dos e coloridos. No terceiro painel, o taumaturgo livra o pai da morte. Uma figura surge de um túmulo entre homens da justiça, vestidos como ao comêço do séc. XVII, e declara, ante o Santo e seu pai, coberto com a túnica dos condenados, o nome do assassino (fig. 6).

Na parede fronteira, junto das grades do côro, o taumaturgo prega ante numerosa assemblea. No centro, sobre um fundo que representa um castelo cercado de árvores alçado junto a um rio, o Santo chega a si o menino Jesus que pousou sobre o livro de orações aberto (fig. 7). No outro quadro é o milagre da prègação aos peixes. Sobre um pedaço de terra que as águas de um rio separam de outro pedaço de terreno onde uma cidade mostra as muralhas ameadas e os altos tetos cónicos das tórras senhoriais dos palácios, sobrêcando uma grande cruz de madeira, Santo António deixa cair sobre os peixes, que mostram as cabeças afiladas e os lombos escuros ao cima de água, as palavras conscientes que hão-de converter os incrédulos que do outro lado pasmam ante a maravilha (fig. 8).

Sobre o arco da capela-mor num soberbo painel, de subido efeito scenográfico, representa-se o Descimento da Cruz. Por um delicioso anacronismo Santo António, do lado esquerdo da cruz, com o menino nos braços, olha comovido e atento; a cruz, a cõr de vinho sobre um fundo violentamente amarelo, domina um alto donde ao longe se avistam as tórras de Jerusalém.

A cercadura de todos os quadros consta de ladrilhos rectangulares estreitos, pintados com um entrâncado de fitas brancas que deixam nos intervalos dos cruzamentos *olhos* amarelos pontuados de azul; na junção dos azulejos o desenho dêsses olhos é substituído por botões de sete pintas amarelas.

Passando do corpo do templo para a capela-mor logo se nota como esta é igualmente revestida de azulejos, mas sem painéis. Sob o postigo que a alumia da esquerda, há porém um quadrozinho de mármore claro, encaixilhado em mármore negro, onde se pode ler a curiosa inscrição que segue:

ESTA CAPELA HE DE FRAMYSIS
CO NVNES DIAS E DE SVA MOLH
ER MARIA DOS ANIOS GONCALV
ES PERPETVA Á QUAL CAPELA D
OTARÃO TRINTA ML RÉS DE FO
ROS NA FORMA QVE DECLAR
A A ESCRITVRA EN TRINTA DE I
ANEIRO DE 1647 ANNOS

1660

Nossa Senhora de Brotas

Entre colinas brandas, cobertas de montados de sobreiros e azinheiras, interrompidos aqui e ali de algumas matas escassas de pinhal, em pleno coração do Alentejo, pouco afastada da ribeira do Divor de prehistóricas e arábicas evocações, acouta-se num recôvo dos montes, quase alapada, a pequena povoação de Brotas.

Nasceu miraculosamente a aldeia das festas e romarias dos *vizinhos* das vilas alentejanas de muitas léguas em redor, que todos os anos pelas colheitas acorriam a agradecer à Virgem, aparecida no lugar, os seus benefícios e milagres.

Perto da ermida primitiva, tornada igreja e sede de paróquia em detrimento da vizinha vila das Águias, foram-se elevando edifícios e moradias, e, porque o terreno fundo da quebrada aberta pelas torrentes não permitia a expansão em largura, foi-se o povo desenvolvendo ao correr do *talweg* numa disposição estirada e escondida, que ninguém pode descobrir, a menos que entre de enfiada pelo fundo do vale.

Era deserto o lugar em tempo antigo. Rezam as tradições que foi no começar do séc. XVI que a Senhora apareceu a um vaqueiro das Águias, que andava sobre os cabeços guardando uma manada. Aconteceu cair ao barranco, cheio de mato, quase impenetrável, uma das vacas. Aterrado, o pastor desceu como pôde ao fundo do covão, e topou o animal morto. Começou a esfolá-lo, e tinha-lhe cortado já uma das mãos quando a Virgem apareceu, ressuscitou a vaca e pediu, como é seu velho e inveterado costume nestas aparições, um santuário.

Vem a história relatada pormenorizadamente no *Dicionário Geográfico*, do P.º Cardoso, t. I, p. 98 sgs., e no *Santuário Mariano*¹.

Para aí remeteria o leitor amigo destes contos antigos, se não tivesse para servir-lhe em primeira mão uma outra narrativa, até hoje manuscrita, devida ao célebre polígrafo eborense, Severim de Faria. No recente trabalho com que o Dr. Leite de Vasconcelos enriqueceu a literatura portuguesa — *Severim de Faria. Notas Biográfico-Literárias* — encontra-se, a p. 18, indicação duma descrição de *Nossa*

¹ Vid. Tomo VI, publicado em Lisboa em 1718, no liv. I. tit. xxxv, de pp. 125 a 133. O capítulo em que se narra o prodigioso aparecimento da Senhora, tem por título: «Da milagrosa e Angelical Imagem de Nossa Senhora das Brotas ou das Abroteas».

Senhora de Brotas, encontrada entre os papéis do Chantre da Sé de Evora¹. Aí se narra a história do milagre, e se referem impressões do senhor Chantre sobre a venerada imagem da Senhora.

Transcrevo na íntegra, por interessante, a parte do manuscrito que se lhe refere.

Nossa Srā de Brotas².

Na comarca de Alentejo seis legoas da cidade de Evora esta húa Heremida onde se venera húa Imagem de Nossa Srā q̄ alli appareceo, com grande solemnidade e concurso, foi este apparecimento segundo dizem os moradores daquelle território pelos annos de 1520. Posto q̄ seg.^{do} a pouca lembrança q̄ de tudo dão deve de ser mais antiga. O sitio onde a Casa está he húa grande quebrada q̄ naquelle logar fazem as Campinas q̄ o Rodeão. de modo q̄ p.^a nenhúa parte lhe fica vista nem saída algúna senão por defronte da Igreija onde as agoas fizerão algú modo de abertura por entre as barrocas e por isso tem nome este sitio de Grotas—ou das abrotas de q̄ aquelle sitio estava coberto. No cabo desta abertura, encostada ao mesmo monte, esta a casa, servindo-lhe de terreiro todo o mais sitio, q̄ por estar plano e cõ húa Corrente q̄ lhe passa ao lôgo da terra da banda direita, fas saudosa presença.

Aqui nestas Campinas guardando hū pastor vacas lhe veo a caso cair húa nesta barroqueira, a qual depois de m.¹⁰ buscada achando-a o Pastor morta, no lugar onde hora esta a Ermida, começou de a Esfolar, e tendo ja cortada húa mão como de custume, lhe apareceo a Srā e lhe disse q̄ lhe fizesse húa casa naquele mesmo lugar e venerasse nella aquela image, a qual fes milagrosam.^{te} de osso da Canella da vacca q̄ o Pastor tinha cortado, e subitam.^{te} desapareceo ficando a vacca viva e sem lezão em algú membro do q̄ espantado o pastor foi dar logo recado aos v.^{os} da Aldea ou Vila das Agueas. donde ele era. os quaes vendo o milagre levantarão logo húa pequena Hermida à Srā em q̄ poserão a Imagē da Nossa Summa Veneração. Cresceo logo a fama desta maravilha per toda a Comárca e começarão a vir cõ grande devoção diversos Enfermos, a vesitarem, esta Sancta casa, pedindo remedio, a suas miserias, donde m.^{tos} forão sãos e livres de mal, como bem parece nos tropheos milagrosos q̄ no cruseiro estão pendurados. de moletas, mortalhas, e outras semelhantes insignias. Particularmente tomou devoção a Esta Srā a Cidade de Evora onde

¹ *Codice 7642* da Biblioteca Nacional, p. 146 sgs.

² Estava escrito *Grotas* mas emendaram o *G* por *B*.

unidos todos em Confraria fizerão a Caza do Cruseiro maior do q̄ estava de antes, e o pintarão ornando o Altar de ricas vestim.^{tas} e frontaes, e todo o mais aparelho p.^a o culto divino e edificarão hūas casas contiguas com a Igreja p.^a quando lá vão se agasalharem assi os peregrinos de Evora como de qualquer outra parte.

Consertarão juntam^{te} duas fontes hūa q̄ corre junto da Igreja, e outra defronte, fazendo-lhe canos, e vasos de pedra em q̄ se a agoa recolha e hūa ponte sobre a torrente q̄ pello baxo corre. Tambem a V.^a de Montemór fes sua confraria e outras casas p.^a quando vem visitar o santuario da Sra, allem das quaes as V.^{as} de Setuval, Palmella, Sarilhos, Lavra e Arraiolos, em Confrarias Particulares a vem festejar todos os annos, com grande concurso e festa.

Setuval o Pr.^o D.^o de Maio.

Montemór o 2.^o

Palmella dia do Spiritu Sancto.

Evora a primeira oitava da mesma festa.

Sarilhos a 2.^a oitava.

Lavra dia de Nossa Sra das Neves.

Arraiolos o pr.^o Domingo de Setembro.

Allem da solemnidade destes dias em q̄ concorre grande numero de gente a esta casa, ordinariamente depois das searas recolhidas vem per todo o mes de Setembro e Outubro quasi todos os lavradóres daquelles contornos oferecer-se cō dōns e ofertas, á Sra per particulares beneficios q̄ della tem recebido no discurso do anno e principalm.^{te} pellas Searas. Outros por votos particulares q̄ fizerão em tanta abundancia q̄ tendo som.^{te} o Parrocho hū moio de trigo de parsão q̄ lhe dá o Arcebispo. o pé de Altar destes meses lhe rende 200 crusados e se o anno foi de novidade mais.

No ano de 99 veo ter a esta Santa Casa, q̄ o trouxerão certos Lavradóres, hū homem, doudo e depois q̄ nella entrou, cobrou sentido e perfeito juizo, per virtude da Sra de mr.^a q̄ ficou por Hermitão da Hermida, e fes hūa cela ou choupana no meo da quebrada da terra q̄ dece p.^a Igreja tão pequena e pobre q̄ se pode comparar às daquelles Anacoretas da Thebaida, e assi em serviço da Casa ha 6 annos q̄ vive nela.

A igreja de Hermida foi feita parrochia pello Cardeal Infante D. A.^o quando tinha encommenda este Arcebispado. e São Pedro q̄ era a Parrochia das Gaveas¹, ficou Hermida.

¹ Por Agueas, hoje Aguias.

Esta¹ he a informação que os moradões daquelle terra dão da origem deste santuario, porem o q̄ paresse muito mais provavel, he q̄ esta Santa Imagem foi do tempo dos godos e que na entrada dos Mouros em Hespanha a esconderão os Cristãos naquelle Brenha e Barroca despovoada, como acontesseo a outras muitas imagens que se acharão em Portugal e em toda Hespanha, que quasy todas são de osso e da mesma estatura pequena, as quais depois N. S.^r manifestou ordenando q̄ a virgem N. S.^{ra} aparecesse a algūns homens q̄ andavão naquelle sitios, onde as imagens estavão; dizendo-lhe que queria lhe fundassem aly igrejas nas quais depois a Sra. fes muitos Milagres e por razão dellas concorrerão a estas Igrejas m.^{tas} Romanias em veneração da Madre de Deos. A isto se pode ajuntar q̄ dis Dextro que são P.^o quando veio pregar a Hespanha trouxe consigo muitas imagens de N. Sra. que como erão muitas não podião deixar de ser muito pequenas, e he muito provavel que por estas imagens serem as primeiras q̄ ouve da Sra. e trasidas por São P.^o fossem muito veneradas pelos christãos de Hespanha e por isso pusessẽ tanto cuidado em as guardar da furia dos Mouros, q̄ todas as cousas sagradas queimavão e destrujam e assi tenho para mim q̄ as imagens de Nossa Sra. das Brotas, Nossa Sra. das Virtudes junto Azambuja, Nossa Sra. da Mersiana, Nossa Sra. das Covas junto a Alvayazere q̄ são as q̄ eu vj sam destas imagens que trouxe São P.^o, porq̄ todas são muito pequenas de osso e do mesmo feitio, e muito milagrosas».

*

Com se depreende de certa passagem do manuscrito, Severim de Faria visitou o santuário pelo ano de 1605, seis anos depois de se ter estabelecido ali por ermitão o louco que os lavradores haviam levado à Senhora em 1599. Tinha então uns 21 anos² e os seus conhecimentos não eram tam extensos como mais tarde mostrou serem os que fôra adquirindo. Um dia, revendo os seus papéis, o Chantre lançou a seqüência da narração sobre o papel antigo, acrescentando-lhe dados que a sua experiência lhe ensinara.

Na altura da visita de Severim era o templo da Senhora de Brotas bem mesquinho, apesar de já alguma cousa aerescido da primitiva humildade.

¹ Daqui para baixo a letra é melhor e mais miúda, escrita com outra tinta.

² L. de Vasconcelos. *Severim de Faria*, p. 27 e sgs.

Foi o séc. XVII que o levou ao esplendor e riqueza em que se manteve depois. As vilas concorrentes, a pouco e pouco construiam pousadas, alindavam a rudeza do sitio.

Conservam-se ainda na frontaria de certas habitações, os letreiros que marcavam o património de cada confraria e encontramo-los também nos muros de encôsto das fontes, exaltando os doadores e reclamando preces pelos obreiros. Citaremos alguns:

DOS. M
OBOM^{os}
DVORA

*

CAZAS DA CONFRARIA
DA VILA DE SETVBAL⁴

*

ESTA CASA MANDOV FAZER
A C.^A DE LAVRE 1595

*

CASAS DA CONFRARIA
DE LAVRE QVE SE APOSEN
TAM NESTA

*

OBRA . Q . FIZERÃO
OS IRMAOS . QVE . SERVI
RÃO . NO . ANNO . E
1693 ð AVE . M .
PELOS SOLICITADORES
QVE MANDARÃO FAZER.

Muitas outras inscrições existem ainda nas casas da povoação, mas estão hoje pela maior parte ilegíveis, sob a camada de cal dos rebocos. Todas elas são uma boa indicação da importância que, pelo centro e norte do Alentejo, alcançou o culto da Senhora de Brotas.

O templo é um edifício de uma só nave, com capela-mor rectangular, mais estreita que o corpo. De uma banda e outra, chegadas ao cruzeiro, abrem-se duas capelas, pequenas. A sacristia fica do

Do lado esquerdo da inscrição está um escudo com as armas de Setúbal.

lado direito, encostada ao monte. Entre os maciços gavetões dos paramentos, ao centro dêles, vem desembocar um fio de água que se recolhe em recipiente redondo, de pedra. Junto da água está uma imagem de Nossa Senhora, de pedra de Ançã, de boa escultura gótica, provavelmente do séc. xv. Ningném me soube dizer por que razão se encontra naquele sítio, escondida, pois a fonte está tapada por uma portinha aó nível dos gavetões. A água é considerada milagrosa. Gostosamente tomei nota de mais este exemplar de *fonte santa*, igual a tantos outros do país e do estrangeiro.

Os AZULEJOS:

Toda a igreja, corpo, capelas e sacristia é forrada de azulejos; na sacristia e na capela do Santíssimo, do séc. xviii, nas restantes partes, do século anterior. Os da sacristia pouco tem de notável na sua monocromia; os da capela do Santíssimo, porém, são de boa escola, do comêço do séc. xviii, com paisagens e scenas do antigo testamento — o sagrado unido ao profano —, todas pintadas de azul, em quadros cujas molduras meninos nus e gorduchos embelezam.

Na parede esquerda, sôbre a vêrga de uma porta, lê-se no próprio azulejo a seguinte inscrição:

ESTA OBRA DE ZOLEIO SE FEZ NO ANNO DE
1743, SENDO PRIOR O P.^o ROMÃO FERREIRA DE BRITO

que é extremamente interessante para o assunto de que estou tratando. Na *Cerâmica Portuguesa*¹ há referência a azulejos pintados em 1736 e 1742 por um Bartolomeu Antunes, de Lisboa. Seriam do mesmo pincel estes da Senhora de Brotas? Necessitar-se-ia compará-los com os do convento e igreja de Vilar de Frades, para se poder responder afirmativamente.

O corpo central é revestido até a cimalha, de azulejos de fitas e flores de um padrão vulgar do séc. xvii, pintados de azul e amarelo sôbre o fundo branco, sendo a faxa divisória (com dois azulejos de largura), que corre por cima do *lambris* e acompanha como guarnição toda a periferia do quadro da parede, adornada com os característicos dentes de serra, distribuídos aos quatro por cada placa esmalтada.

Debaixo do côro, quási à entrada, dentro de um círculo emoldurado preciosamente de torcidos à época, que estão por sua vez

¹ José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, p. 257.

metidos dentro de um quadrado maior, tudo pintado no próprio revestimento vidrado, está uma inscrição extremamente interessante, a letras azuis, que nos indica o tempo em que foi feito o azulejo e quem o mandou executar e ofereceu à Senhora de Brotas (fig. 9).

Reza assim a inscrição, não tendo conta das letras unidas, as quais se podem facilmente examinar na fotogravura:

A COMFRARIA
DE SETVVEL <· MA
NDOV <· FAZER <
ESTA <· IGRIIA <· DES
EV <· AZVLEIIO
·> 1660 <.

Claro está que este azulejo, encomendado e pago pela Confraria de Setúbal, foi decreto feito em Lisboa. Nem Setúbal que me conste tinha olarias que comportassem trabalhos de tal monta. Comparando-se depois este revestimento com o de outras igrejas de Lisboa e seu Termo, concluir-se há até talvez pelo conhecimento do centro de fabrico; isto porém mais tarde, quando o processo da identificação das nossas terras esmaltadas contiver elementos de maior valia, que hoje lhe falecem, estando como estamos no princípio e havendo só dois ou três investigadores que a este género de estudos se dedicam fervorosamente. O quadro de inscrição consta de 16 azulejos, dispostos em quadrado, cercados por uma fiada de ladrilhos rectângulares.

*

Uma outra obra notável de azulejo existe ainda no templo: a dos frontais dos altares das Almas e da Senhora do Rosário, respectivamente colocados à esquerda e à direita, nos ombros da igreja. São duas das melhores composições polierómicas que conheço do séc. XVII.



Fig. 9

No Museu de Arte Antiga de Lisboa existe um frontal de altar, muito semelhante a estes dois, com o mesmo colorido e assuntos. É naturalíssimo que saisse da mesma oficina que os de Brotas. As duas composições de Brotas são sensivelmente iguais. Na fotografia que tirei do altar da direita, o da Senhora do Rosário, que está pintada a côr de vinho no meio de uma oval verde, ao centro da chapa dos desenhos, mal podem infelizmente seguir-se as minúcias da pintura.

Uma grande cercadura, franjada, a imitar os panos dos frontais de seda ou brocado, envolve um campo com duas árvores, ao meio das quais a Senhora, segurando com o braço esquerdo o menino contra o peito, estende o direito com o rosário pendente. Sobre as ár-



Fig. 10

vores, dois pavões brilhantes e orgulhosos acolitam a imagem, enquanto, sob a ramaria, uma lebre, uma corça, um veado e um coelho se mantêm atentos, nas posições em que é de uso encontrá-los nos grandes pratos ornamentais do séc. XVII (fig. 10).

Na cercadura são três as partes que temos a descrever: a orla superior, o centro, a orla inferior. A primeira é formada de rectângulos onde foram delicadamente pintadas rendas azuis, recortadas como as dos pratos de uso e luxo da época; no meio corre uma *corda seguinte* com as côres, branca, azul esbatido e amarela, sobre fundo azul; por fim, pendente, uma franja de fios de ouro ondeados, imitando os dos tecidos, acompanha toda a chapa do frontal.

Sobre os lados do altar o desenho é outro. Uma linda jarra budja, de colo alto e esbelto, com dois dragões escamosos e enroscados a servir de asas, e donde se alteia um ramo pirotécnico de flores diversas, ocupa o centro da composição, entre duas pégas que a olham virando os bicos para trás, naquela posição encantadora que os ceramistas do séc. XVII souberam codificar e que marca um dos mais elegantes gestos que fazem as avezinhas¹. Bojo de jarra, dragões, pégas e flores, são amarelas, azuis, côn de vinho, roxas, es-verdeadas, numa combinação feliz e berrante de cônres.

Na fig. 11 reproduz-se um dos azulejos de cercadura de rendas de que acima se falou: esse desenho encontra numerosas e perfeitas correspondências na orla dos grandes pratos do mesmo século, como se poderá verificar consultando a *Cerâmica Portuguesa*, de pp. 46 a 48. Em Portugal tal ornamentação já não é usada na louça popular hodierna. Na Itália vi porém pratos com a orla rendada, semelhantes aos nossos antigos, e um deles elucidava sobre o gracioso desenho, tendo escrito no centro: *Rendas de Veneza*.

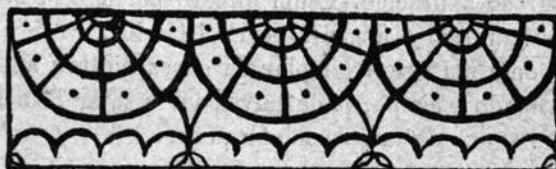


Fig. 11

A policeromia empregada nestes frontais de altar, a execução, o desenho miúdo, as representações de rendas e animais, vêm fornecer-nos mais elementos para o estudo das antigas olarias, onde, cada vez vamos tendo mais cabal confirmação do facto, se fabricavam não só os quadros e painéis de azulejo, mas também todos os exemplares da faiança usual e de luxo.

REPRESENTAÇÕES DA SENHORA DE BROTAIS:

Na igreja, a Senhora está representada por dois modos: num grande retábulo pintado sobre madeira, hoje pendente na parede direita do corpo do templo, sobre o azulejo, e numa pequena imagem

¹ Encontram-se freqüentemente painéis de azulejo em que o principal ornato consta duma albarra entre pégas. Ocorrem-me os das Universidades de Coimbra e Évora, porventura mandados colocar na mesma ocasião. Sobre a pintura de avezinhas na louça e nos azulejos de séc. XVII ver as *Olarias do Monte Sinay*, de José Queiroz, cap. III.

de marfim, que é ainda a autêntica Senhora antiga, aparecida, segundo a lenda, ao vaqueiro das Águias.

O quadro, de que não posso pelas péssimas condições de luz do templo apresentar uma fotografia, é de grandes dimensões e pintado sobre sete tábuas. Julgo-o do séc. XVI.

É dividido em duas zonas: na superior, a Virgem, envolvida em manto vermelho de amplos panejamentos, está sentada de lado, segurando o menino sobre o braço direito, rodeada de um côro de anjos; quatro cantores à dextra, olhando um livro aberto onde se lê a negra, sobre a pauta da música — *AVE MARIA PLEN. PLENA GRATIA. DOMINVS TECUM BENEDIT TV IN MULI* — e do outro lado, dois executantes acompanhando a toada, um sobre uma espécie de viola, outro sobre um violoncelo.

Por baixo, duas scenas bem diversas ocupam o quarto inferior do painel: de uma banda a vaca que o pastor começa já a esfoliar, da outra um ajuntamento comentando o milagre e verificando a ressurreição do animal. Trajos e tipos pouco indicam; só o pastor traz o clássico surrão a tiracolo. É um quadro português, bem pintado, cujas figuras lembram a maneira de Frei Carlos.

É em resumo um belo exemplar da nossa pintura antiga, que tirado dali, arejado e limpo, pode talvez vir a falar bem mais claramente do que agora o faz pela minha pena.

A IMAGEM DA SENHORA DE BROTONS:

Esta imagem, de grande devoção por todo o Alto Alentejo, é de marfim, esculpida sobre um dente de elefante, e não sobre o osso de uma canela de vaca, como a lenda repete. Como escultura em marfim apesar da sua pequenez e simplicidade é um exemplar de bastante interesse (fig. 12).

O vestuário da Senhora cai em pregas rígidas, com apanhados de estilo muito primitivo e é bastante convencional, não tanto contudo que deixem de ser indicados os seus seios de mulher, sob a túnica. O rosto é oval, um tanto inexpressivo, com um sorriso parado e uns olhos cerrados que levam o espírito para as estátuas jacentes do nosso românico. É escultura talvez do séc. XIV e parece-me além disso, pela rudeza de factura, uma obra portuguesa.

Transcrevo a seguir uns períodos do *Dicionário Geográfico* (Tomo I, p. 101), onde se descreve com minúcia a imagem:

«Não se pôde duvidar ser a dita Imagem da Senhora formada de osso; porque manifestamente se vê, que o he a sua materia; nem menos pôde haver dúvida, em que fosse fabricada do osso da cana da

vaca; porque isso seria negar o objecto da mais pia, e constante tradição, que sempre tem corrido nesta certeza sem a menor duvida, ou contradição até ao presente. Tem de altura tres quartos de palmo; a sua forma de mediana, mas ao natural bem formada escultura, que em meyo relevo lhe figura tunica, e mantilha, que descida da parte esquerda, e sobreçada da direita, lhe cobre o hombro, e a mão esquerda, mostrando-se só a direita aberta; e levantada por entre a tunica, e a mantilha, tão delicada, e primorosamente obrada, que bem mostra a dos artifices, que a fizerão. Não faltou quem com menos advertencia imaginasse estar a Santa Imagem imperfeita, por lhe aparecer fóra das roupas hum só braço, e assim lhe fizerão huma mão de pao; mas o mesmo foy pregalla na Sacrossanta Imagem, que desapparecer no mesmo ponto, que lha inxerião nos buracos, e ainda se veem quatro, pelos quaes como por outras tantas bocas esta reprovando a ignorancia dos antigos. Não tem Menino, contra o erro vulgar dos pintores, que a copião com elle nos braços nas taboas dos seus milagres....».

Está desvendada pois a origem das enigmáticas covinhas que se vêem sobre o lado esquerdo da imagem; mas não me parece que se possa explicar pelo modo como o faz o P.^e Cardoso, a existência das outras duas covas que se divisam em baixo, sob a orla do manto e junto do pedestal...

A IMAGEM DA SENHORA DO PÉSO¹:

Na igreja de Brotas, para onde passou por extinção da paróquia do Peso, guarda-se uma outra pequena imagem de marfim, das mes-



Fig. 12

¹ A opinião autorisadíssima do ilustre crítico de arte Dr. José de Figueirêdo, a quem consultei sobre esta bela imagem, foi de que ela é de escola ou influência francesa e pertence aos séculos XIV ou XV, como adiante transcrevi.

mas dimensões que a anteriormente descrita, mas de estilo totalmente diverso.

É uma interessante imagem dos sécs. XIV ou XV, de escola ou influência francesa, visto que em Espanha e Portugal pouco se produziu no género, de estilo ainda bastante simples e puro (fig. 13).

A Senhora, muito religiosa ainda, mas já muito elegante também, está numa atitude nobre, e segura sobre o braço esquerdo o Menino, que, sentado de lado, estende as mãozinhas para a flor que a mãe devia primitivamente conservar entre os dedos da mão direita. O rosto da Virgem, bastante arredondado, é muito gracioso, com os seus olhos vagamente oblíquos, a boquinha pequena e um pouco amaneirada, o queixo arredondado em botão sob a face gorda.



Fig. 13

e delicadeza de iluminuras, umas flores de lis muito folhudas e correctas, que ao chegar à túnica do menino se transformam em rosetas de oito pontas.

É, em resumo, um belo exemplar de escultura sobre marfim que, embora não seja provavelmente português, merece ser estudado e divulgado.

A imagem assenta sobre um banquinho de metal, cujo corte é nitidamente gótico.

*

Aqui fica em breve relato o que, sob o ponto de vista artístico se encontra de mais notável em Brotas e na sua igreja. Arqueológica e etnográficamente outras cousas haveria a dizer, que não cabem porém no campo de trabalho de que me ocupo.

1668

A capela de S. Roque (Loures)

Obra de meia légua de Loures, na direcção dos Tojais, de Santo Antão, onde é a célebre e semi-arruinada quinta dos Arcebispos de Lisboa, e de S. Julião, de modesto renome, dominando a estrada de sobre um cômorro, a cavaleiro dela, surge de um matagal de piteiras a capela escalavrada de S. Roque, cujo adro coberto, rejuvenescido de telha de Marselha, desnorteia o viandante curioso que olhar ligeiramente para a sua frontaria.

Apesar de destroçado, porém, o pequeno templo é interessante, e faz pena que esteja condenado a desaparecer, pela incúria a que foi lançado.

É todo, na sua nave singela prolongada por uma capela-mor pequenina, revestido de azulejos: no corpo, de cores amarela e azul sobre fundo branco, característicos do séc. XVII, e na capela-mor doutros só azuis, onde se podem seguir duas scenas de vidas sagradas; à esquerda o baptismo de Menino Jesus, à direita a morte dum santo frade que se mostra estendido entre velas, pegadas no chão à maneira italiana, como me lembra de ter visto na catedral de Bolonha em frente do *Cristo Morto*, figuração da tenebrosa *Mortoria* célebre de Niccolo de Bari.

Sobre os azulejos há alguns quadros a óleo, muito deteriorados.

A sacristia, acanhada e colocada por detrás da capela-mor, é revestida de azulejos de figura avulsa, com os cantos marcados.

Na frontaria, sobre a porta e abrigada pela coberta do adro, está um painel de 24 azulejos (6 × 4), representando S. Roque com os atributos do estílo, policrómico, muito carregado de tons verdes. Envolvem o painel alguns ladrilhos de padrão diverso, porventura pertencentes ao mesmo lote com que revestiram parte do adro.

No painel, sob a figura do santo, lê-se:

ESTE · PAINEL · DEV · HVM

DEVOTO · A · SAM · ROQVE

1668

Sob o retábulo, na vêrga da porta de entrada, lê-se a data de 1568; pode depreender-se das duas datas que o painel de azulejo foi oferecido ao Santo por ocasião do primeiro centenário da fundação da capela.

1669

A igreja de S. Salvador¹ (Tôrres Novas)

A data encontra-se nas almofadas da bandeira da porta principal da igreja. A sua única nave é totalmente revestida de azulejos polícromos, constituindo a franja do alisar (que tem 2^m,60 de alto) a linha divisória entre as duas espécies de ladrilhos que a cobrem, e que são: para cima da divisão, de fitas enlaçadas, como os que W. Crum representou no começo da sua *Architetura Portuguesa*, tam vulgares do Minho ao Algarve; para baixo dela, de folhas espalmadas, coloridos de azul e amarelo. A capela-mor tem igual revestimento.

A faxa que separa os dois tipos apresenta os característicos dentes cruzados, em rectângulos de 1^m,068 × 0^m,14. Nas guarnições das portas e aberturas há um debrum de outros rectângulos só pintados de azul, com o desenho *de rendas* que se encontra com abundância nos grandes pratos decorativos do séc. XVII.

Nos ombros da nave avistam-se, dominando a talha frondosa dos altares, dois quadros de azulejo, que representam duas daquelas belas *adorações*, de que a própria Lisboa nos conserva ainda um exemplar à Rua dos Cegos (Alfama).

O quadro da esquerda tem escripto por baixo dos anjos que turbam

LOVVADO
SEIA. O SAN
TISSIMO S
A CRAMEN
—TO—

e o da direita o mesmo, na disposição diferente de

LOVVADOS
IA O SANTISI
M SACRAMETO

com letras omitidas.

Envolve os quadros uma cercadura de fitas brancas entrançadas, havendo no centro dos óculos formados, pontos amarelos.

Estes azulejos são, sob todos os pontos de vista, semelhantes aos da Misericórdia, que estão datados de 1674.

¹ Do «*Salvator Mundi*», como se lê em volta do nicho que existe no alto da frontaria da igreja.

² Walter Crum Watson, *Portuguese Architecture*, London 1908, *frontispiece*.

1671

A capela da Senhora da Paz, em Lamego

Não são vulgares no norte do país os *registos* de azulejo, merecendo por isso os raros que se encontram, especial e cuidadosa referência.

Se quiséssemos, por exemplo, enumerar todos os quadros votivos que a Santos e Santas se consagraram pelas fachadas de casas de Lisboa, encheríamos facilmente um grosso volume. Pelo contrário em Trás-os-Montes e Beira Alta, províncias de louça preta, afastadas dos centros de fabrico de louça vermelha e faianças, raramente um azulejo devoto alegra a frontaria dum prédio. Sucedem porém, que muitas vezes os *registos* mais antigos são precisamente os que se acham fora de Lisboa, porque os da capital como se sabe, pertencem quase todos ao séc. XVIII; daí o interesse especial que os provincianos apresentam para o estudo da cerâmica de revestimento.

O registo a que se refere esta notícia encontra-se em Lamego, sobre a porta de entrada da escadaria da ermida da Senhora da Paz, na tortuosa Rua do Castelinho que atravessa o amuralhado bairro do Castelo.

Sobre 16 azulejos (4×4), em moldurada em caixilho de quatro fitas, —uma amarela, outra de pequenos meios círculos encadeados a branco e azul, e mais duas, respectivamente a amarelo e azul—, aparece uma imagem da Senhora do Socorro, à maneira espanhola, metida dentro dum manto que a fecha por completo dentro dum triângulo coberto de pintinhas pardas e donde apenas emergem a cabeça da Senhora e o corpo do menino.

Por baixo, dentro dum rótulo bastante irregular, pode ler-se:

• N . S . DO CORRO • 1671 •

O ceramista que pintou o painel deixou lamentavelmente escapar a primeira silaba de Socorro.

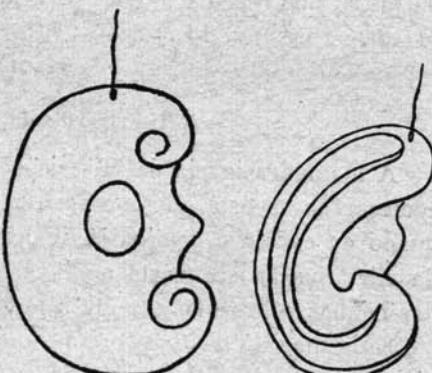


Fig. 14

As côres empregadas são a azul, a amarela e a côr de vinho, sendo as figuras todas desenhadas nesta última côr e depois cheias com outra, como se usou muito na segunda metade do séc. XVII.

A capela da Senhora da Paz é nua e inestética, encerrando apenas de notável a estátua de Santo Ovídio, metida dentro dum nicho, na parede direita, perto da capela-mor. É uma tóscas imagem de pau, que está representada encostando a enorme cabeça e o ouvido sobre a mão direita.

Santo Ouvido, como lhe chama o povo, é protector encartado de todos os casos de doenças do aparelho auditivo, e de muito longe se acorre ali aos benefícios do *santinho*. Junto dêle, pendentes das ombreiras do nicho, estão uma dúzia de orelhas de cera e mais duas de prata, que reproduzo em gravura, por ser este género de ex-voto bastante raro (fig. 14).

1674

A Misericórdia de Tôrres Novas

ESTABELECIMENTO DO DR. LEITE DE VASCONCELOS
BIBLIOTECA
MUSEU
• LISBOA •
★

A magnífica igreja da Misericórdia de Tôrres Novas ergue-se ao começar da encosta que coroam restos de muralhas e o edifício antiquado da cadeia e domina já de certa altura o casario aconchegado da vila, que ali se aperta na Portela, passagem forçada entre duas das colinas sobre que assenta a povoação.

É de uma só nave, sem capela-mor, que foi substituída por uma série de três altares de cantaria, colocados na mesma linha. É toda forrada de magníficos azulejos, coberta por um teto de madeira graciosamente pintado, revelando em tudo como época de factura, os meados do séc. XVII, o que as datas do azulejo e das pinturas confirmam plenamente.

A 2^m.85 de altura, nas paredes, corre uma divisória do próprio azulejo que até esse ponto é de tipo vulgar, de combinações de lataria a azul e amarelo, e daí para cima, das mesmas côres mas com o desenho imitando um padrão de tapete cheio de grandes cruzes de braços iguais e pouco desenvolvidos. As cercaduras são de duas espécies: uma interior, de rectângulos pintados com dentes entrecruzados ou franjas dentadas, e outra de óvulos. Estas cercaduras acompanham todas as aberturas, o nascer e terminar das paredes e envolvem ainda dois quadros contemporâneos do azulejo.

Sobre o côro largo que ocupa o fundo da igreja, conserva-se nas paredes laterais o azulejamento, tal como no resto do corpo; no fundo, porém, os azulejos desapareceram numa restauração moderna, que apenas deixou sózinha na parede mal rebocada uma bela *Crucifixão*

onde o calvário, com o seu acompanhamento de mulheres chorosas, nos mostra um bom exemplar de azulejo em que foi empregada toda a gama de cores usadas pelos ceramistas do século de seiscentos.

Por baixo desse côro o azulejamento prossegue, e sobre a porta central, que dizem dava antigamente para o hospital, pode ver-se, sobre um quadrado de 4 azulejos, avivado na orla por filetes a azul e amarelo, dentro de uma moldura formada pelas próprias laçadas do padrão, o seguinte precioso letreiro pintado a azul:

ESTA OB
RA SE FE
S NO ANO
DE
1674

Os ladrilhos empregados no revestimento apresentam duas medidas: são quadrados de 0^m,14 e de 0^m,142 de lado. Uma curiosidade ainda: nestes azulejos, que, como disse, são pintados de amarelo e azul, os traços do desenho são feitos com tinta côr de vinho, sendo depois os intervalos cheios com as cores mencionadas; este mesmo processo se nota em exemplares de louça (canecas, boiões, pratos) da época, pintados com as mesmas cores. É mais um documento a juntar aos outros que provam que as olarias donde saíam as vasilhas eram as mesmas onde se fabricavam os azulejos.

O teto é de madeira, dividido em trinta painéis pintados de amarelo sujo, com flores, volutas, torcidos, etc., e encontra-se distintamente datado de 1678, sobre o terceiro caixotão a partir do fundo da igreja. É um belíssimo exemplar do género de pintura que em várias outras igrejas e edifícios (Sé de Viseu, Universidade, etc.) se tornou tam notado¹. Esta mesma data de 1678, encontra-se repetida sobre a vêrga da porta da sacristia.

Sobre a parede do lado esquerdo há duas inscrições referentes a disposições testamentárias de doadores, datadas de 1679 e 1884.

¹ No seu belo estudo *Arte decorativa portuguesa*, das *Notas sobre Portugal*, o Sr. Joaquim de Vasconcelos refere-se aos «revestimentos das abóbadas formando caixotões, em que a moldura é talha, às vezes riquíssima, o fundo pintura histórica ou alegórica, sempre variada». E acrescenta: «O pintor neste caso é mais um scenógrafo que aspira a produzir um efeito decorativo, a distância, a instruir como num livro aberto; ao passo que o seu colega ornamenta os retábulos pintados dos altares com mais cuidado, com os últimos promenores do pincel».

No pilar que separa o altar esquerdo do central, no topo da igreja, lê-se uma outra que diz:

ESTA. CAP.^A HE
 D AN.^{TO} LOPES
 MIGAS . E D SVA
 M^{BR} CN.^A BARBO
 ZA . S^{OM}TE C^O
 4 CAPPEL H E
 NS P.^A SEMPRE.
 P.^A O Q ERAO
 300 . MIL RS
 1681

Do lado direito abre-se na parede um vão quadrangular de 1^m,10 de lado, onde se anicha um presépio que, embora de pequenas dimensões, é bastante curioso. Pertenceu aos donos da Quinta de S. Gião (arredores de Torres Novas) que o cederam à Misericórdia. Encontra-se ali uma mistura de figuras boas e ordinárias, grandes e pequenas, que mostra logo o arranjo dum amador mais curioso de completar do que de harmonizar. Scenas bíblicas, divinas e humanas, citadinas e populares, misturam-se sem custo.

Um exército de anjos, a degolação dos inocentes, os reis magos, os pastores em adoração; a matança do porco, lenhadores, carros de bois, moinhos, lavadeiras, um pastor em posição clássica, tirando um espinho cravado no pé, vendedoras de frutos; tipos *debraillés*, meio flamengos de aspecto, jogando as cartas, um homem tocando gaita-de-foles, outro com o *organistrum* sobraçado, junto duma mulher que agita a pandeireta; um mundo de cousas diversas que se agrupam, justapõem, afastam, escondem e revelam inesperadamente no terreno acidentado de montes, rios, valeiros, grutas, campos e edifícios vários, numa confusão pitoresca e desordenada que abrange desde a corte celeste à mais humilde choupana de casalengos.

1695

A igreja de Santa Iria

É um templo simples, de uma só nave, revestido até certa altura, no corpo, por azulejos do séc. XVIII de pintura azul sobre fundo branco; perturbam apenas a sua regularidade as duas capelas que ficam perto da capela-mor, a dos Barros, ampla e elegante, para a direita, e uma outra chamada de Sant'Ana, e nada notável, para a esquerda.

O revestimento consta de oito quadros, contando com os da capela da esquerda e os do vão da porta lateral da mesma banda, e em todos se representam vários passos da vida de Cristo e de alguns Santos.

Junto dos *ombros*, de um lado e outro, cravados na parede, há dois gazofilácos curiosos, datados, que o azulejo provavelmente coeveu envolveu. Diz o da direita, em letras imperfeitas:

DE S ^{TO}	DASAL
ANT. ¹⁰	MAS S. ^{TA}
NA ERA DE	
M DCC.XXXVII	

e o da esquerda:

DO S. ^{MO} SA	
CRA MENTO	
NA ERA DE	
M DCC.XXXII	

mostrando assim como um era destinado às esmolas para Santo António e para as Almas e o outro para as do Santíssimo Sacramento.

Alguns quadros pintados sobre madeira vêm, porém, encher de vida o corpo da igreja. São, primeiro, perto do côro dois grandes painéis representando, à direita, Santo António com o menino nos braços, e à esquerda, S. Francisco em êxtase; duas obras de um autor do séc. XVII cheias de interesse pela côr e harmonia das figuras. Na parede direita segue-se um quadro magnífico, representando a Anunciação.

A Senhora, de joelhos sobre um belo tapete vermelho, deixou o trabalho para receber a mensagem divina; a seu lado ficou abandonado o cestinho de costura sobre o qual se avistam as extremidades de um fuso.

A seguir, na mesma parede, há um novo painel de dimensões idênticas às do anterior e à certa saído do mesmo pincel e que representa o nascimento do menino.

A Senhora repousa numa cama de amplos cortinados, junto da qual aparece um fogareiro português, bojudo e forte, para aquecer a câmara e as águas necessárias. Cobre o soalho uma esteira de tipo algarvio orlada de desenhos a negro (fig. 15). Em volta da cama muitas mulheres; uma delas vem de fora, depressa, segurando à bras

tendus uma terrina de louça branca, sarapintada de florinhas azuis; outra segura já o menino ao colo, enquanto uma terceira oferece um prato de amêndoas (?) à virgem, que lhes toca ao de leve.

Este quadro interessante mostra-nos um interior antigo, familiarmente, numa franqueza destituída de pedantismo, com todo o movimento caseiro que se segue ao nascimento de uma criança.



Fig. 15

Dos restantes quadros, um contém [a apresentação do Menino Jesus no templo, o outro o martírio de um santo.

A *Apresentação* é um explendido painel do começo do séc. XVI, verdadeiro quadro de mestre, digno de figurar entre os melhores do Museu de Arte Antiga. Para melhor conhecimento da idade da pintura existe sobre a mesa onde o menino está sentado, brincando, uma porção de *ceitis*.

A CAPELA DOS BARROS:

Do lado direito a parede abre para dar lugar a uma bela capela Renascença cujo pótico, sem medalhões nos *spandrels*, é um bom exemplar desse suave quinhentista que os de Castilho e de Ruão e as respectivas escolas deixaram, infelizmente em tam pequena quantidade, pelos campos em solares e pavilhões de caça, e pelos povoados em igrejas e moradias.

O arco do pótico tem ombreiras duplas (internas e externas) e ostenta no fecho, —campo pintado de azul, atravessado de três bandas de prata e nos intervalos nove estrélas igualmente de prata—, o escudete da família que fez construir a capela. O teto é de abóbada de pedra, aguentado sobre nervuras bastante finas, cujos cruzamentos se carregam de discos artesões. No artesão central aparece de novo o escudo citado. A disposição da capela é simples: à esquerda uma pia de água benta, logo uma porta cuja cantaria lavrada mostra o característico caixilho interrompido perto do solo, depois sob uma janela, um arco abrigando uma caixa tumular construída com sobriedade e elegância.

Na parede fronteira a disposição é idêntica, existindo lá também outra arca tumular igual à anterior.

O fundo da capela não se vê, tapado como se acha completamente por um altar de madeira, de péssimo gosto.

Em parte alguma se divisam traços de azulejo. O túmulo da esquerda, de belo mármore, apresenta sobre o tampo da arca, na mesma pedra, um escudinho armoriado cuja curiosidade principal é conservar as próprias cores heráldicas dos Barros; o fundo é ver-

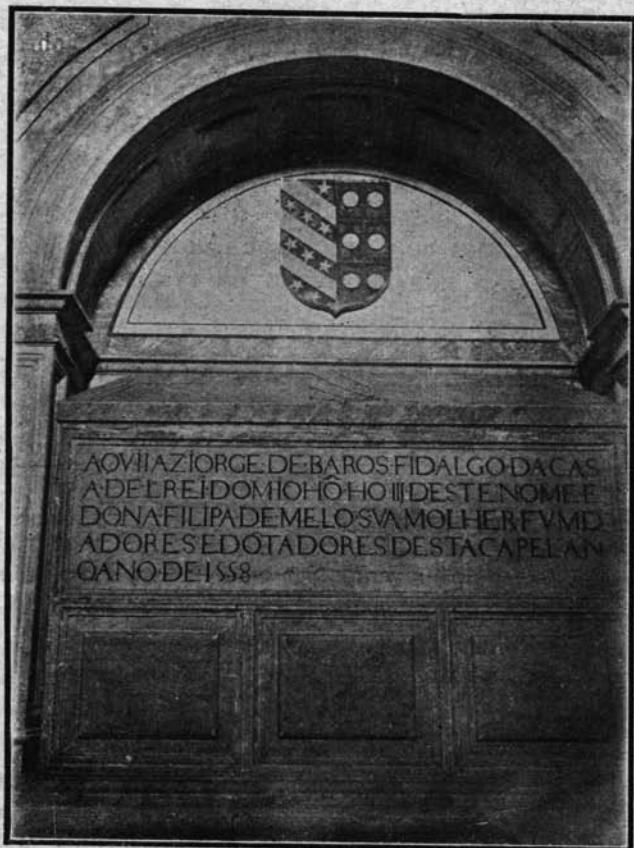


Fig. 16

melho, as barras e as estrélas claras. Os canteiros conseguiram esta maravilha do labor da pedra, começando o trabalho num bloco onde a divisão de cores se tornava nítida, em camadas horisontais.

No vão do arco dêste túmulo, um outro escudo, partido em faixa, reúne as armas dos Barros e dos Melos; barras, estrélas e besantes brancos, sobre fundo vermelho (fig. 16).

Sobre as almofadas da parte inferior desta arca tumular, lê-se em belas letras do renascimento:

AQVI IAZ · IORGE · DE · BARROS · FIDALGO · DA · CAS
 A · DELREI · DOM · IOHÔ · HO · IIJ · DESTE · NOME · E
 DONA · FILIPA · DE · MELO · SVA · MOLHER · FVMD
 ADORES · E DOTADORES DESTA CAPELA · N
 O ANO · DE · 1558.

Na sepultura fronteira a esta, o arco que a abriga cobre também um outro brasão dos Barros, singelo, e na face do arcaç, exactamente igual ao primeiro, lê-se a inscrição que segue:

AQVI IAZ AMDRE · DE · BARROS · FIDALGO DA · CA ·
 SA · DELREI DÔ AFOMSO HO QIMTO E SVA MOL
 HER COSTAMCA ROÎZ DE CAMPOS · E FR^{CO} DE BAR[®]
 SEV F.^o PAI E MAI E IRMÃO DO FVMDADOR DES
 TA CAPELA.

Este Jorge de Barros, de que fala a primeira inscrição, foi decerto também o fundador do vizinho solar de Vale de Flores, que embora não conserve brasão algum na própria habitação, o tem num portal por onde da mesma quinta se vinha rapidamente ao povo de Santa Iria. A própria morada indica, no trabalho das cantarias e na construção de tejolo, época igual à da criação da capela. Segundo informações do meu amigo e ilustre investigador, Sr. Francisco Nogueira de Brito, André de Barros podia ser o décimo segundo filho de Filipa de Barros e do seu primeiro marido, Mem Rodrigues de Vasconcelos. Foi fidalgo da casa de D. Afonso V e casou com Constância Rodrigues de Campos, como reza a inscrição supracitada.

André de Barros teve de sua mulher, três filhos: Jorge de Barros, Francisco de Barros, s. g., e Antónia de Barros, que casou com João Mendes de Vasconcelos, para quem passou o morgado de Santa Iria visto ter morrido sem geração D. Luisa de Barros, filha de Jorge de Barros.

Jorge de Barros serviu a infanta D. Maria, foi feitor em Flandres, af fez grosso negócio e voltou muito rico a Lisboa, onde, segundo Cabedo, criou um morgado de sete mil cruzados de renda. Segundo os nobiliários fundou a igreja de Santa Iria, mas de facto o que ele fundou foi simplesmente a capela que tem o seu nome, na igreja. Casou com D. Filipa de Melo, filha de Jorge de Melo Coutinho, o *Lagea*, comendador de Redondo.

Do morgadio de Santa Iria era ainda no séc. XVIII possuidor Francisco Joaquim de Barros e Vasconcelos, que casou em 1715 com D. Bernarda Luísa Coutinho de Eça.

Como informações complementares notarei que, tendo folheado o *Tesouro da Nobreza* na Tôrre do Tombo, encontrei o brasão dos Barros um tanto diferente daquele que em Santa Iria se repete. Sobre o escudo há uma aspa de braços azuis e vermelhos, carregada de cinco estrélas, e no campo, que é azul, há três barras de prata, tendo nos intervalos nove estrélas de ouro, de seis pontas. As estrélas na capela tem todas cinco pontas apenas.

CAPELA-MOR:

Contrasta esta parte da igreja, reconhecidamente arcaica, com o corpo, reformado duas vezes, uma no séc. XVIII, outra no XIX. É toda forrada de azulejo, e qualquer devoto de Santa Iria pode seguir minuciosamente a história da santa padroeira do templo pelas figuras que adornam as paredes.

A capela-mor de Santa Iria é uma bem iluminada quadra que recebe luz por quatro postigos, dois de cada banda; tem na parede da direita uma tribuna onde os senhores de um velho solar que há ao lado, ouviam missa, e em frente dela, simétricamente, um nicho ladeado por figuras de azulejo branco e azul, do séc. XVIII. No topo há um magnífico altar de pedra, e não de talha como é usual, todo de mármores finos com belas colunas salomónicas.

Até a altura dos postigos, a todo o comprimento dos lados, é esta capela revestida de grandes quadros de azulejo, onde se vêem pintados sem separações nítidas, alguns passos da vida do orago.

Os espaços por cima das portas (uma de cada lado, logo à entrada da capela) são cobertos de painéis onde se notam albarreadas carregadas de flores, acolitadas das clássicas pégas de raminho no bico; igual ornato, mas em quadros mais estreitos, se encontra nos vãos que medeiam entre o altar-mor e os postigos, tanto de um lado como do outro.

Nos azulejos que vestem as paredes no espaço restante vem então a vida de Santa Iria, num valiosíssimo grupo de pinturas com traços de carácter exótico, vagamente achinizado, todas acompanhadas de dísticos esclarecedores.

Na parede esquerda, no alto, a Santa, dentro de uma espécie de alpendre que lembra os das pinturas orientais sobre charão, recebe ajoelhada o hábito de monja, lendo-se por cima em cursivo regular, em três linhas: *Resebe S. Eiria o abito de religioza.*

À mesma altura, mais adiante, um grupo de mulheres que dentro de uma casa rodeia um doente, é acompanhado pela inscrição de: *S. Eiria por entercesão sua alcançá saude a bortaldo.*

Em baixo, na primeira cena representada, aparece sob um portal um frade recebendo um casal que lhe apresenta a filha, com a indicação de que: *Castinaldo. e Cassia. Paijs de S. Eiria. a entregāo. a Hermigio. monge. para. lhe. ensinar. santos. custumes.*

O hábito do frade que recebe os nobres visitantes tem mais o ar de uma cabaia do que de uma veste monástica.

Nosso. S.º revela a S. Eiria. a doença de Britaldo: Cristo aparece numa nuvem muito enrolada, a Santa Iria, que de joelhos o escuta. Este quadro cronologicamente devia anteceder o segundo, mas pela disposição pictórica fica isolado.

S. Eiria reprende a Hermigio do seu deshont.º pençamento: o frade que a recebera, retira-se em ar de envergonhado.

A. S. Eiria dá Hermigio húa bebida malisioza pera a pôr em mà fama: a Santa ajoelhada ante uma ara, sobre a qual assenta um livro, reza; do outro lado, Hermigio apresenta-lhe um frasco, tipo de *ari-balos* grego. A posição desta pintura devia também lógicamente prececer a antecedente.

Na parede direita são apenas quatro as cenas expostas: primeiro um *bravo*, do comêço do séc. XVII, está traspassando de espada o colo da mártir: *A. S. Eiria. mata Banão. por mandado. de Britaldo.*

A seguir o assassino arrasta o corpo da freira para as margens de um rio: *O corpo. de S. Eiria. he. lançado em o Rijo. Nabam por. Banão.*

Um pouco acima, dois anjos graciosíssimos tomam delicadamente o corpo e metem-no num caixão, onde se lê: *Emterrão. a S. Eiria. os Anjos.*

Por fim um abade de vara no braço recebe a visita do Senhor, enrolado na mesma nuvem em que já o vimos na outra parede: *N. Senhor. Revela. ao Abbade celio. aonde. estã. o corpo. de S. Eiria, é sua. morte.*

Estas pinturas, a melhor representação iconográfica da lenda de Santa Iria que existe, até agora desconhecidas, vêm aumentar a série já importante das vidas de Santos passadas para o revestimento de faiança. S. Gonçalo de Tôrres Vedras, S. Julião de Setúbal, S. Lourenço de Carnide, figuram entre as mais extensas desse género.

Emoldura os quadros um ornato de corda seguinte florida, a dois azulejos de alto, bem característico do fim do séc. XVII.

AS SACRISTIAS:

São duas as que a igreja possui: à esquerda a nova, do outro lado a velha. A sacristia nova é revestida até 0^m,90 de altura de azulejos de caixilho duplo, concêntricos, e daí para cima por uma série de *cartões* iguais, de albaradas floridas entre aves de bico longo, mais estreitos e esguios que os da capela-mor, já citados. São dezoito os quadros que se seguem lado a lado, sem lacuna.

Ao fundo há um *lavabo* de aparência bastante clássica, sobre o qual se lê, gravado no mármore, NO ANO D 1695. Como o lavatório faz parte integrante da sacristia e diz com os azulejos, aí temos indicada claramente a data de seu fabrico.

A sacristia velha, que é mais um corredor do que outra cousa, está lambrisada de azulejo de figura avulsa (limpo nos cantos), parecido com o que se encontra com grande abundância em Coimbra (em Celas, Santa Comba, Santa Cruz e Universidade), e que pertence à segunda metade do séc. XVII. O seu azul e o seu esmalte estão embaciados do tempo. Rodeia-os uma cercadura de corda florida a um azulejo; nos desenhos nada fora do vulgar, barcos e flores, pouquíssimas figuras.

E nada mais de notável se encontra nesta interessante igreja, a não ser cá fora, no adro, uma tampa de sepultura medieval ornada com uma cruz primitiva, daquelas que vulgarmente os *meios-letrados* das povoações costumam chamar dos Cavaleiros de Malta, e várias outras cabeceiras de sepultura, de pedra, das ordinariamente chamadas «em forma de *palmatoria*».

1711

A capela da Peninha

Num dos mais elevados cabeços da serra de Sintra, sobre o esporão mais avançado e alto dela, no seu extremo oeste, ergue-se a capela da Peninha, construçãozinha tóscica e parda como o soco colossal de granito em que assenta, dominando de uma altura de 500 metros o mar imenso *do fim do mundo*. Dela se pode deixar correr a vista por sobre o último rincão da terra que o homem conheceu na antiguidade, e por isso encheu de lendas e terrores.

Para o trono de rocha em que se aleandora, a 30 metros do topo da serra, sobe-se por uma escada encostada aos penedos e que desemboca num pequeno adro descoberto, calçado com tejoldes à antiga. Atravessado êste entra-se num templo de exíguas dimensões mas extraordinariamente curioso, com o corpo principal, paredes e tecto, forrados de azulejo, e a capela-mor vestida totalmente de embutidos.

Na parte principal do santuário o azulejo aparece dividido em três secções; o que forma o revestimento inferior da parede, a quadros pequenos de um azul muito carregado com composição e desenho regulares; o que ocupa a parte principal das paredes, desde o *lambris* até a cimalha; e o que veste a volta da abóbada e os topos respetivos.

Na secção inferior, contam-se de cada lado 8 quadros pequenos, abrangendo nesse número os que ficam à direita e à esquerda da porta de entrada, ou sejam ao todo 16. A secção principal é formada de 12 grandes painéis, de tom azul mais claro, distribuídos 6 por cada banda. No tecto, separados por tiras longitudinais, contam-se ainda mais 15 painéis, representando estes, como os anteriores, passos da vida do Menino Jesus e da Senhora sua mãe.

Por cima da porta de entrada, no tímpano interno, existe também uma composição curiosa, em que se divisam quatro anjos esperneando graciosamente em volta de uma data escrita no próprio azulejo, 1711.

O desenho d'este painel e o dos centrais é admirável pela correção das figuras, algumas das quais estão vestidas rigorosamente com modas do século anterior, e pela suavidade das cōres. São verdadeiras pinturas de mestre.

No topo do corpo, frente à porta, sobre a corda do arco da abóbada, há ainda um outro quadro.

Nos ombros e na capela-mor, porém, não há azulejos. Forra-os um delicadíssimo tapete de embutidos, com mármores de cōres branca, negra, rosada e amarela, todo em desenhos de rosetas, óculos, caneluras, fantasias. O púlpito é do mesmo teor, embora muito deteriorado pela estupidez dos visitantes (e alguns de polpa, como se lê) que gravam o nome nas pedrinhas ou as levam aos pedaços.

Porventura o mestre pintor de azulejos António de Oliveira, tam celebrizado no seu tempo, autor indiscutível dos painéis da capela da Senhora do Monte sobre Frielas¹, dos de S. Pedro de Rates² e de uns outros azulejos de Évora³, até assinados, será o autor dos daqui. Os da Senhora do Monte são de 1699, os de Évora de 1712; nada de espantar que estes de 1711 saíssem do mesmo pincel, dada a sua perfeição.

¹ *Santuário Mariano*, t. I, p. 469-471, e *Cerâmica Portuguesa*, p. 254.

² W. Crum—Obra, cit. p. 28.

³ Da igreja de S. João Evangelista (*dos Lóios*); vid. a propósito J. de Vasconcelos, na *Exposição de Cerâmica*, p. 87 e Raczynski, em *Les Arts en Portugal*, Paris 1864, p. 434.

1715

A matriz de Alcochete

A igreja matriz de Alcochete aparece entre a banalidade constructiva religiosa que se seguiu ao terramoto de 1755 como um edifício notável, pois cousa rara depois do grande cataclismo, conservou o seu aspecto primitivo, na magnífica rosácea que se alça sobre a portada ogival, na porta lateral direita, igualmente de estilo gótico e na disposição do interior, dividido por arcos do mesmo gôsto. Nem parece à primeira vista que fosse tocada do mégasmo que tantos edifícios românicos, góticos e renascença destruiu, apesar de se encontrar tanto perto de Lisboa!

Interiormente a igreja está dividida em três naves, separadas por grandes arcos — três por banda, cujas bases, colunas, capitéis e voltas são de corte nitidamente ogival. Os capitéis são todos profusamente lavrados de folhagem, salientando-se um junto do côro pela bela guarnição de parras e cachos que apresenta.

Os arcos da entrada principal (fig. 17), da porta da direita e do cruzeiro são também de ogiva perfeita, com mais duma arquivolta.

O corpo da igreja é coberto nas paredes, até 0^m,675 de altura, com um rodapé de ladrilhos hispano-árabes ou luso-árabes em relevo, de moldes vulgares e conhecidos, duma ornamentação que obedecia aos preceitos do *alfarje*.

Dai para cima sobrepõe-se uma faixa de 1^m,155 de alto, de azulejos com padrão de *cartões* seguidos, de pintura a azul sobre fundo branco, abrangendo cada *cartão* seu açafrate de flores ladeado por parras, sendo toda a composição envolvida por uma orla de *corda*

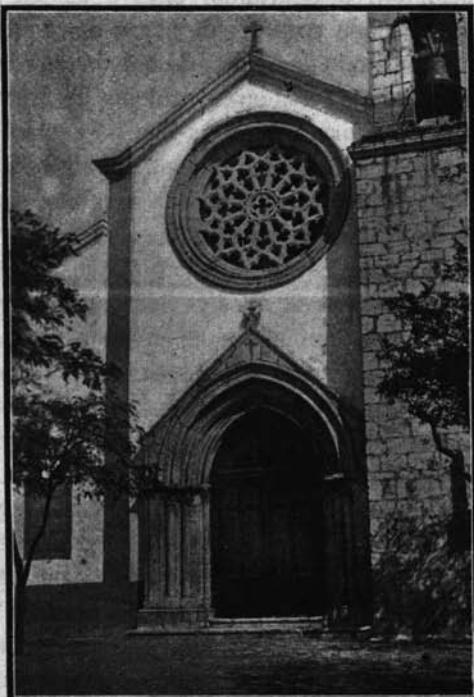


Fig. 17

seguinte de volutas muita apertadas, com a largura de dois azulejos. Cada um deles tem 0^m,142 de lado. Este rodapé alto acompanha as paredes desde a entrada da igreja até a capela-mor.

Passada a porta principal entra-se numa espécie de vestíbulo trapezoidal com paredes lambrisadas até 1^m,80 de alto de painéis do séc. XVIII, pintados de azul, tendo cada ladrilho 0^m,137 ou 0^m,138 de lado. Representa um dos painéis uma cena rústico-religiosa, com fundo de água e montes, havendo no primeiro planô um frade que entretinha os vergos dum cesto; outro mostra um ermitão de grandes barbas, junto da sua capela; nos restantes quadros desaparecem os religiosos, e divisam-se fidalgos, um a cavalo guiado por um campone, outros figurando junto a um castelo ameado, despreocupadamente, num cenário de paz e maravilha.

Ao fundo da igreja, do lado esquerdo, dentro dum capela-reduto, gradeada e forrada de azulejos de figura avulsa, está o lindo baptistério em forma de cális, seu pé composto de quatro colunas unidas, a taça de bôrdo polilobado, elegantíssima. Os azulejos são emoldurados por uma faixa de corda seguinte, contando-se entre elas inúmeras figuras; muitos barcos (caçadeiras de duas velas latinas, galeões), cestadas de flores e de frutos, aves (pégas de raminho no bico, patos, cegonhas), quadrúpedes (lebres correndo, saltando ou investigando do perigo, um lôbo), etc. Faltam por completo as figuras humanas. Cada azulejo tem 0^m,144 de lado.

A igreja tem capelas laterais, de pouco interesse, exceptuando a que se abre da esquerda, junto ao cruzeiro, onde no solo se divisa a seguinte inscrição:

ESTA : CAPELA : MÂ
 DOV : FAZER : AFONSO
 VAZ : MASCARENHAS
 : PERA : SEPVLTVRA :
 DE · SEV · PAI : NVNO :
 MASCA · RENHAS :
 QUE : SANTA : GLORIA
 : AIA : E PERA : SEVS
 : ERDEIROS : FEZ-SE
 NO ANO : DE 1537

Pelo chão encontram-se ainda numerosas outras inscrições, algumas escritas em cursivo.

Passando da igreja à sacristia que lhe fica à direita, entramos numa quadra espaçosa, de solo lageado, alto rodapé azulejado, um

lavabo de mármore branco com guarnições vermelhas, incrustado numa das paredes, sob cujo taboleiro em *rótulo* de torcidos se lê a data de 1715. O azulejo foi cortado em volta dos lances do mármore, de modo apropriado e de tal sorte que logo se conhece serem as duas obras de construção coeva.

Deveras interessantes estes azulejos de figura avulsa semelhantes aos do baptistério, embora no meu parecer de mestre pintor e olaria diversa. O *lambris*, tem 1^m,50 de alto e é formado por fileiras de 10 ladrilhos quadrados (de 0^m,142 de lado), pertencendo 4 à cercadura de fitas e os restantes 6 ao corpo do desenho.

Nas pinturas estão representados homens, animais, plantas, barcos: uma *muleta* de duas velas, cestos de flores (rosas, cravos, goivos),



Fig. 18

e de frutos, aves em posições elegantes (pêgas torcendo o colo, as asas alargadas), mamíferos saltando (coelhos virando a cabeça inquieta ou correndo), e figuras de chineses, todos iguais, entre *toques floridos*, o corpo em *S* envolto na cabaia elegante, o braço direito segurando a classica *umbela* (fig. 18).

Aos cantos de cada ladrilho em vez das usuais pintas sobre os braços de cruzitas levemente indicadas, encontram-se manchas azuis trilobadas, como se vê na figura que acompanha este trabalho.

Os chineses que, diga-se de passagem, foram vandálicamente esmurrados nas caras, em tempos idos, mostram-nos como a tradi-

ção pictural do século anterior, se mantinha ainda nos começos do séc. XVIII. À vista destas figuras orientais em pleno naturalismo dos azulejos de figura avulsa do séc. XVII, não podemos deixar de concluir que a tradição do *desenho miúdo* perdurava ainda, cem anos passados.

No exterior da igreja existem ainda vários painéis de azulejo representando as *estações* do Calvário (séc. XVIII) e toda a *spire* piramidal da torre está também coberta de ladrilhos vidrados, policromicos.

1744

O Senhor Roubado

A saída das portas de Carriche, junto da estrada municipal que leva a Odivelas, do lado esquerdo, encontra-se um pequeno espaço trapezoidal lajeado, delimitado no mais largo topo por um muro coberto de azulejos, e no outro topo e nos restantes lados por gradearia de ferro e um muro baixo.

Ao centro, perto da parede azulejada, levanta-se um oratório de pedra, sob cuja abóbada crucial aguentada em quatro colunas de mármore claro se abriga uma imagem do crucificado. Do lado esquerdo, separados do oratório, um púlpito pequeno e um orifício circular aberto no lajedo, a modo de boca de poço; do lado direito apenas um marco de pedra, semelhante aos *frades* dos portões.

É este o local conhecido pelo «Senhor Roubado» onde, em fins do séc. XVII se desenrolou uma série de acontecimentos, cuja descrição apresentará bem claramente um dos aspectos do religiosismo da época.

Um tal António Ferreira, de Odivelas, trabalhador e moço de soldada, roubou a igreja do povo e foi esconder parte dos paramentos e vasos sagrados no lugar onde hoje se levanta o monumento e que ao tempo era um pedaço de vinha chamado os Caniços, à beira da estrada velha que seguia para Lisboa. Descoberto o furto, preso e condenado o seu autor, a piedade dos fiéis fez erigir mais de meio século depois, aquela aparatoso fábrica, ainda hoje quase integralmente conservada. Comecemos a sua descrição¹.

¹ Sob o título de *História do Senhor Roubado de Odivelas*, publicou-se em 1745 um folheto de poucas páginas, escrito pelo P.^o Luís Montez Matozo, em que se narrava promenorizadamente o atentado. Infelizmente o P.^o Matozo que se alarga sobre muitas minúcias do acontecimento e da ereção do *padrão* não se refere aos azulejos do monumento.

No pedestal da cruz de pedra do oratório lêem-se primeiro os seguintes versos

AQVI
OCCVLTOV A INGRATIDÃO
DO MAIOR ROVBO A INSOLENCIA
MAS LEVANTOV A CLEMENCIA
A MEMORIA DO PERDÃO

e logo por baixo

ESTE PIADOZO PADRAO \diamond COM ETERNA DÓR SE LEA
AQVI VM ATROS LADRÃO \diamond ÁS DVAS DA NOVTE E MEA
O CEV ENTERROV NO CHÃO
CAZO DE ODIVELLAS . AN . 1671.

Ainda por baixo destas inscrições se encontra uma outra, que marca a época da construção do monumento, 1744.

No muro azulejado, que forma o fundo do estranho monumento, abre-se ao centro uma porta hoje entaipada, em cuja vêrga se lê:

LOVVADO
SEIA O SANTISSIMO
SACRAMENTO E A TRINDADE
DA TERRA, JESVS, MARIA, JOZE
P. ALMAS. P. N. A. M.
ESTA. O. FEITA T CÓ ESMOLAS DOS FIEIS. 1744.

o que nos indica com precisão a data dos azulejos que foram aplicados na obra.

Aparecem divididos em quadros, seis de cada banda da porta, em duas ordens sobrepostas. Sob êles, separado por uma linha de rectângulos amarelos, vem um *lambris* de outros azulejos *de figura avulsa*, com os cantos todos sobre carregados de cinco pintas sobre uma cruz riscada. Encostados às ombreiras da porta estão dois grandes painéis com figuras alegóricas de mulheres, semelhantes aos que vemos, por exemplo, nos ombros da capela da Senhora da Saúde, de Montemor de Loures.

Nos doze quadros citados contêm-se a história do roubo sacrílego, e lê-se sob cada um, no próprio azulejo, uma extensa nota explicativa; em quase todos há qualquer curiosidade etnográfica ou histórica digna de ser referida.

«An.¹⁰ F.^{ra} estando ao jogo e vendo passar o sacerdote da Freg.^a o seguiu e ás escond.^{as} se meteu na Ig.^{ra} onde ficou. Cazo 1.^o»

Numa só linha a inscrição dêste curioso quadro, onde se divisam, um *jôgo da bola* com nove paulitos em posição, duas bolas correndo e figuras de jogadores, à vontade. Pode comparar-se esta scena de jôgo a uma outra que se nota no revestimento da parede esquerda do claustro baixo da Universidade de Coimbra.

O *jôgo da bola*, com os nove paulitos, conserva-se ainda em Trás-os-Montes (Vila Rial, Bragança), na Beira (borda do Douro) e no sul (extremidade oeste da Estremadura, concelhos de Tôrres Vedras e Mafra, etc.). Nestes últimos concelhos há ainda, além do dos nove paulitos, um outro jôgo em que figuram apenas quatro, que são colocados dois de cada lado, um mais alto na frente, outro mais baixo, por trás; a bola tem de alcançar o paulito mais pequeno sem tombar o mais alto. O jôgo com os nove paulitos conta-se por pontos, e cada um tem o seu valor especial.

Este divertimento popular foi e é usado nas aldeias de toda a Europa, especialmente nos países germânicos, e conhecido desde tempos imemoriais, entrando em numerosas histórias, lendas e romances populares. Em Portugal tenho encontrado também com freqüência referências a jogos da bola, *dos mouros*, lembrando-me agora uma do monte que antecede o cabeço onde se achou o monumento prehistórico da serra das Mutelas, a que se refere o vol. xix¹ do *Archeólogo*: «Naquele alto, dizem os camponezes dos arredores, vinham êles antigamente, de todos êsses povos em volta, jogar a bola».

¿No alto de um monte onde o vento áspero do mar torna sempre o pousio insuportável? Acho estranho. O que é certo, porém, é que na Suíça, ainda hoje as populações de algumas aldeias se reúnem em cabeços altos, para assistir a lutas livres entre mancebos escolhidos dos mais robustos das povoações em competência. É possível também que os *mouros*, fôssem êles de que raça e civilização fôssem, se reúnissem ali para qualquer cerimónia religiosa ou desportiva.

Mas voltemos ao António Ferreira.

«*Despio todas as Imagen.^o dos S.^{tos} e aromb.^{do} a porta do sacrario furtou os vazos sagrados, e neste tempo cahio por t.^{ra} sem sentidos. Cazo 2.^o*»

Numa só linha a inscrição. Um interior de igreja; vasos sagrados e paramentos entrourados no chão; o ladrão, sobre o altar, está abrindo a porta do sacrario e sacando de lá a píxide.

¹ Vergílio Correia, *A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras)*, no *Arch. Port.*, xix, pp. 264-269.

«*Sentindo gente entrouxou os vest.^{os} das im.^{as} e tom.^{do} a estrada de Lx.^a no sitio cham.^{do} os Caniços enterrou em húa vinha os sagrados vazos. Cazo 3.^o*»

O homem sai de dentro da igreja com um embrulho à cabeça; numa volta do caminho uma saloia vai passando com o seu burro carregado de trouxas. Parece um pouco contraditória tal vista com a inscrição do oratório, que diz o caso passado às duas e meia da noite.

«*Continuando cam.^o de Lx.^a meteo os vestidos das im.^{as} em húa caixão em caza de certa Mulher velha. Cazo 4.^o*»

Um pitoresco aspecto da cidade anterior ao terremoto; portais largos, mansardas, *spires* poligonais, coruchéus, grimpas, bandeirolas de cataventos, riscando o céu.

«*A tempo q̄ a justiça por ordem de Elrei D. Pedro, tirase devasa deste furto em Odivellas, se achava prez.^{to} o sobredito An.^{to} F.^{ra} e dezia na prezença da m.^a just.^a q̄ quem o tinha feito merecia as mãos cortadas. Cazo 5.^o*»

Aqui aparece a curiosa gente da justiça do tempo de D. Pedro II; uns cavalheiros de véstia cintada, calções, meias de lã, sapatos de fiavela, espadim no talabarte, belas capas de gola larga, varas da justiça na mão, lembrando todos vereadores ou juizes de irmandade em procissão solene.

«*Foi o mesmo achado na cerca das Freiras de Odivellas roubando huas galinhas e sendo agarrado vendo q̄ trazia ao peito húa crus q̄ examinada pelos parochos se conheceu ser dos vazos sagrados, entenderá ser o do roubo. Cazo 6.^o*»

Curiosa psicologia a dêste ladrão de cousas sagradas, que pendura ao peito uma prova do roubo e religiosamente assalta o galinheiro das freiras.

«*Foi prezado p.^{la} justiça sendo perguntado p.^{la} mesma confessou q̄ os v.^{os} estavão em Lx.^a e na dita caza onde a justissa o levou. Cazo 7.^o*»

O homem segue amarrado com cordas nos braços entre a escolta dos quadrilheiros, cujo armamento se resume nos espadins e nas varas, ambos mais de luxo do que de ofensa ou defesa.

«*Confessou q̄ os vazos sagrados se achavão enterrados no sitio, já dito, onde sendo levado pela just.^a os acharão. Cazo 8.^o*»

Nada de curioso no quadro; o criminoso segue com os beleguins.

«*Veio o parrocho com.^{ta} gente e debaixo do palio levardo o ssantissimo p.^a a Freg.^a Cazo 9.^o*»

Sob o palio, seguido de muito povo, o padre conduz a custódia.

«*Voltarão os ministros com o delinq.^{te} p.^a Lx.^a onde se lhe deo sentença de mãos cortadas. Cazo 10.^o*»

Um aspecto da cidade. No fundo, à esquerda, há um palácio, cuja parte inferior aparece revestida de silharia saliente, lavrada em bicos de base quadrada e projecção de ogiva cruzada; uma *casa dos bicos* um pouco diversa da actual e que lembra os palácios napolitanos dos sécs. XVI e XVII.

«*Foi levado ao lugar do suplício e lhe cortarão as maonhas. Cazo, 11.º*»

Ao centro da praça vê-se um estrado, e sobre ele um *tronco* de execuções, encostado a um mastro; à direita e à esquerda do tronco as figuras do paciente e do carrasco que levanta os braços ao alto, brandindo o cutelo. As figuras dos dois estão desgraçadamente já bastante estragadas, das pedradas que lhe atiram os garotos.

Em volta do estrado, num conjunto pitoresco, o povo olha, e algum mais exaltado de entre os homens empurra com uma forquilha os molhos de faxinas que hão-de servir na cremação final. Uma escada encostada do lado direito diz-nos por onde subiram os protagonistas da scena. O estrado, é tudo quanto há de mais simples, como cousa que breve será pasto de chamas; é um documento histórico tam precioso como o do *jogo da bola*, e decerto mais raro.

«*Foi morto de garrote e queimado. Cazo 12.º*»

Assim acabou a última aventura de António Ferreira, perpetuada em azulejos que, se forem conservados, durarão mais que as fólias onde a narração do crime se espalhou na época.

No quadro a mesma gente; no primeiro plano assiste uma mulher. O corpo do paciente, fortemente ligado por cordas ao mastro, começa a ser envolvido de labaredas que lambem todo o frágil edifício. Em volta, a mesma praça irregular de há pouco, cheia de palácios, torres, campanários, *spires*, grimpas com cataventos. A Lisboa anterior ao terremoto presenciando uma espécie de auto de fé...

(*Desenhos de Saavedra Machado; fotografias do autor*).

VERGÍLIO CORREIA.

«Consume o tempo, & roe a traça os livros; as estatuas raras vezes passão do lugar, em que as puzerão: aonde se levantão, ahí acabão; das Pyramydes & Obeliscos, em que se esculpirão Jerogliphicos misteriosos, já não ha memoria; pela incorrupção do metal perseverão as medalhas; por seu grande numero, estão em toda a parte, & uniformemente representão os verdadeiros rostos dos mais antigos Príncipes, seus nomes, & suas victorias».

BLUTEAU, *Vocabulario Port.-Lat.*, s. v. «medalhas».

**Ensaio de inventário
dos castros do concelho de Montalegre**

Número	Designação	Freguesia em que está situado	Povoação que lhe fica mais próxima	Observações
1	Monte do Castro.....	Montalegre	Montalegre.....	Sem vestígios de fortificações.
2	Muradelhas	»	»	—
3	Cigadonha (?)	Padroso.....	Padroso.....	—
4	Fraga de Albagueira ou Casas dos Mouros (?)	Padornelos.....	Padornelos.....	—
5	Pedregalho	»	»	—
6	Castelo do Romão ..	Gralhas.....	Gralhas.....	Vestígios de muralhas.
7	Outeiro do Purräl (?)	Gralhas.....	Solveira.....	—
8	Castro.....	Santo André....	Santo André....	Vestígios de muralha.
9	Cidade de Grou.....	»	»	Vestígios de muralha e fossos.
10	Castrelos ou Cidadonha.	Vilar de Perdizes.	Vilar de Perdizes.	Vestígios de muralhas e fôsso.
11	Castrelos.....	»	»	Vestígios dum parapeito de terra e fôsso.
12	Muralhas ou Castro de Pedrario.	Sarraquinhos...	Pedrario.....	Vestígios de muralhas.
13	Fernão Mouro ou Castro de Sarraquinhos.	Sarraquinhos...	Sarraquinhos...	Vestígios de muralha.
14	Castro do Antigo ...	»	Antigo de Arcos	Sem vestígios de fortificações.
15	Castro.....	Solveira.....	Solveira.....	Vestígios de muralha sem fôsso.
16	Casteleira (?)	»	»	—

Número	Designação	Freguesia em que está situado	Povoação que lhe fica mais próxima	Observações
17	Castro do Cortiço...	Cervos.....	Cortiço.....	Vestígios de muralhas e fossos.
18	Castro.....	»	Cervos.....	Sem vestígios de fortificações.
19	Coroa do Castro ou Castro de Morgade.	Morgade.....	Morgade.....	Vestígios de muralhas.
20	Castro de Vilarinho ou do Mau Vizinho.	Negrões.....	Vilarinho de Negrões.	Vestígios de muralhas.
21	Castro Roldão ou do Bom Vizinho.	»	»	-
22	Castro de Negrões..	»	Negrões.....	Vestígios de muralhas.
23	Castro de Lama Chã.	»	Lama Chã.....	Vestígios de muralhas.
24	Côto ou Castelo de S. Romão.	Viade.....	Perafita.....	Vestígios de muralhas.
25	Castrelos.....	Tourêm.....	Tourêm.....	Sem vestígios de fortificações.
26	Castro.....	Mourilhe.....	Mourilhe.....	Sem vestígios de fortificações.
27	Corucho ou Coroa do Côto.	Cambezés.....	Frades.....	Vestígios de muralha.
28	Castro.....	»	»	Vestígios de muralha e fôsso.
29	Castro ou Eiras do Castro.	Donões	Donões.....	Vestígios de muralha e fossos.
30	Castro.....	Outeiro.....	Outeiro	-
31	Cabeça do Castro...	»	Parada.....	-
32	Castro ou Cabeço dos Mouros.	S. Vicente da Chã	Medeiros.....	Vestígios de muralhas e fôsso.
33	Castro de Travassos ou Outeiro do Castro.	»	Travassos.....	Vestígios de muralhas.

Número	Designação	Freguesia em que está situado	Povoação que lhe fica mais próxima	Observações
34	Muradal (?)	S. Vicente da Chã	Codeçoso da Chã	—
35	Castro	Pondras	—	—
36	Castro	Reigoso	—	—
37	Castelos (?)	Fiães do Rio ...	Fiães do Rio ...	Sem vestígios de fortificações. Próximo há o sítio da Atalaia.
38	Castro	Contim	Contim	—
39	Castro de Codeçoso ..	Venda Nova	—	Vestígios de muralhas.
40	Castelo (?)	Vila da Ponte ...	—	—
41	Castro	»	—	—
42	Castelinhos (?)	»	—	—
43	Castra	Ferral	—	—
44	Castro	»	—	—
45	Castelo (?)	Salto	—	—
46	Cevidade (?)	»	—	—
47	Crastelo	»	—	—
48	Crasto	»	—	—
49	Cristelo	»	—	—
50	Castro da Peneda ...	Covelo do Gerez	—	—
51	Castro de Paradela ..	Paradela	Paradela	Vestígios de muralha.
52	Castro	Cabril	—	—
53	Gerez — Cidadelha ..	»	—	—

FERNANDO BARREIROS.

(Do *Ensaio de inventário dos Castros de Montalegre*, por Fernando Barreiros, Bragança 1914).

**A colecção de «milagres» do Museu Etnológico
Português**

1.— Apêndice à serie publicada n.º «O Arch. Port.», XIX, 152-176

N.º 28

LEGENDA.—Numa faixa pintada de branco, ao fundo do retábulo e em toda a largura dêle, vê-se escrita em caracteres maiúsculos de tipografia a seguinte legenda, que se estende por duas linhas:

Testemunho de gratidão¹ que dá — a Jezus Maria e Ioze — Rita da Pie.^{de} de Souza, desta v.^a a qual estando inteiramen — | te cega, e sognitando-se á operação da catarata, por intercessão da Sagrada Família, recuperou a sua vista; em 1849. |

CARACTERES.—O milagre está pintado a tintas de óleo, em uma tábua de 0^m,715 de largura e 0^m,443 de altura. O caixilho, côr de laranja, de 0^m,035 de largura, é liso, e foi aplicado sobre a tábua pintada. No catálogo do Museu tem este quadro o n.º 5:991. Foi oferecido por Mgr. Ferreira, Prior de Vila do Conde. É bom o seu estado de conservação; apenas mostra uma fresta aberta pela seca da madeira, que abrange toda a largura da tábua. A suspensão, obtém-na um anel de arame forte, de pontas cravadas na madeira, ao meio do lado superior.

ICONOGRAFIA.—Representa uma cena de operação de catarata. Não se vê mobília de quarto nem os costumados sinais de doença, além da própria doente no acto da operação. Esta decorre numa sala da casa, o sobrado de côr castanha, e a parede do fundo amarela. Ao centro da sala está Rita da Piedade de Sousa; de um e outro lado estão os dois cirurgiões; o da direita, sentado em uma cadeira de curiosa perspectiva, estende a perna direita sobre a qual a mulher se senta; com o bisturi faz-lhe a operação; o cirurgião da esquerda segura e firma a cabeça da operada. À esquerda dêste grupo está de pé uma criada com uma bacia na mão, mais uma toalha de rendas.

¹ Note-se a expressão gratulatória da legenda, que sai da fórmula do «Milagre q. fez...» encontrada nos «milagres» descritos. Deu-lhe o pintor, ou quem encomendou o retábulo, toda a verdade do facto, evocando o *testemunho de gratidão*.

Os homens vestem à moda do meado do século, bem trajantes, cabelos românticamente intonsos, e de barba que entre nós, pela profusão do retrato de Garrett, chamamos à *Garrett*, ou, mais popularmente, à *passa piolho*. À direita, para o canto superior, arredonda-se um medalhão de nuvens rosadas, cheio de luz dourada, onde o pintor colocou a Sagrada Família, invocada, que parece sofrer imitação de um quadro de Murillo. É curiosa a indumentária das mulheres, pela variedade de côn, e pelo enfeite das peças, como o chaile de franjas da operada. As cabeleiras femininas muito compostas, de madeixas comprimidas, apartadas ao meio, lembram o uso francês da época. As mulheres não tem pés, o que cortou pela raiz a dificuldade, ao que parece insuperável, de pintá-los. As figuras conservam uma frescura alegre, que aumenta com a largueza da scena; nas fisionomias das personagens há, no meio da imperfeição técnica, toques e pormenores curiosos, sendo de notar, além da liberdade e naturalismo da compostura, a abundância agradável de côres.

2.—Reproduções de alguns dos «milagres» descritos no catálogo

Para elucidação do texto convém que sejam apresentadas reproduções de alguns dos exemplares de «milagres» que deixei descritos. Servirá isso de documentação gráfica, onde, não só acompanhando



Fig. 1

o descriptivo mas provando também caracteres de ordem geral que foram apontados, se procurará concretizar as noções recolhidas. Assim, apresentam-se cinco reproduções.

1.^a É o «milagre» descrito na p. 167, que tem na coleção do Museu Etnológico Português o n.^o 11. Único reproduzido completo com a moldura; pode ver-se nela de uma maneira geral quando este complemento do retábulo piedoso era rude. Anota-se isto, que na descrição faltou: bem conservado, como ficou dito, o quadro da madeira está aberto ao meio.



Fig. 2

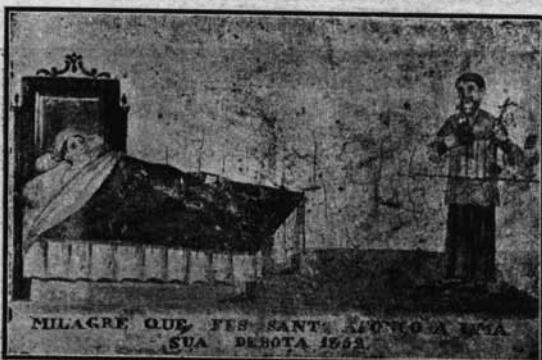


Fig. 3

2.^a Este retábulo de «milagre», que também está completo de reprodução pois que não teve moldura, corresponde ao n.^o 12 da coleção, descrito a p. 167-168.

3.^a É o «milagre» n.^o 16, descrito a p. 170. Não o acompanha a moldura.

4.^a É o «milagre» n.^o 20, descrito a p. 172. Também lhe falta a moldura na reprodução.

5.^a É o «milagre» n.^o 22, descrito na p. 173. Atenda-se à dedicatória, na qual se le M.^{ce} = *Mercê*, em vez de M. ou *Milagre* ou *Millagre*, de todas as legendas dos outros «milagres», exceptuado o n.^o 25 (p. 174), onde ao milagre se chamou prodígio.

*

As pp. 600 e 601 do volume III das *Religiões da Lusitania*, do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, foram publicadas duas gravuras em



Fig.



Fig. 5

madeira que representam respectivamente os n.^{os} 4 e 5 da colecção de «milagres», descritos as pp. 162 e 163.

3.—Suspensão dos «milagres»

Os quadros dos «milagres», representantes demorados¹ das *tabulae* ou *tabellae votivae* de que fala Horacio,

Votiva pateat veluti descripta tabella

Satirarum liber II, 1.

suspendem-se, como elas se suspendiam: ou em salas a tal uso reservadas nos templos, e sirva de exemplo a *casa dos milagres*² do Senhor dos Passos da Graça, em Lisboa; ou, e é este o caso mais comum, ao lado dos altares. São retábulos alusivos que se dependuram nos lugares sagrados, junto das imagens do Santo para quem o crente se encontra na condição de *voti damnatus* (T. Lívio)³. É curioso ver como esta suspensão se fazia, e era incompleto o estudo que fiz dos «milagres» do Museu Etnológico se dêle houvesse esquecimento.

A maneira de suspender os quadros, representada na colecção do Museu, era por um ou dois orifícios no quadro, ou por anéis metálicos. Abria-se o orifício ou o par de orifícios, no próprio retábulo, se, como o n.º 12, era pequeno e sem moldura, ou no cimo da moldura, quer fosse pequeno ou grande o quadro: é vulgar, e assim se dá em cerca de metade dos quadros da colecção do Museu. Os anéis metálicos são fixos ou móveis. Os fixos formam-se de uma argola talhada em chapa de bronze, e uma base horizontal recortada com dois ou três lóbulos, onde outros tantos pregos, um por lóbulo, se prendem ao costado do retábulo, segundo o recorte e o número de lóbulos, vid. fig. 1-3; pertencem a retábulos *ex voto* do sec. XVIII; o n.º 6 tem o modelo da fig. 1; o n.º 13, da fig. 2; o n.º 24, da fig. 3; alguns quadros (n.ºs 15 e 23) estão fraccionados. Os anéis móveis são uma argola que se move no orifício da cabeça de um espigão de parafuso; a argola é de fantasia (fig. 4), ou simplesmente circular (fig. 5);

¹ É caso para lembrar a inolvidável estrofe *Alme sol* do *Carmen Saeculare*, de Horácio:

Alme sol
... aliusque et idem
Naseeris

² Nos templos greco-romanos havia uma divisão para depósito das oferendas, chamadas genéricamente *donaria* entre os Romanos. Distribuían-se também por todo o templo, no teto, nas colunas, na *cella*, na *pronaos*, no *epistódomo*; acumulavam-se nas *favissae* as demasias.

³ Faço a citação, de leitura do *Vocabulário* de Bluteau, s. v. «voto»; a par, vem também a expressão curiosa de *voti reus* (Verg.).

o espigão entra na parte superior da moldura; o quadro n.º 22 tem a argola da fig. 4, e o n.º 25 a da fig. 5; ambas são de bronze, e quanto o trabalho dos anéis fixos é rude, de uma simplicidade e rudez simpáticas, tanto o dos segundos é cuidado, principalmente o da fig. 4; estes são do primeiro quartel do sec. XIX, e o modelo da fig. 4 aparece maior ou menor em todos os quadros de santuário e orató-



Fig. 4

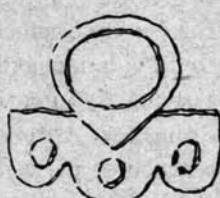


Fig. 3



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 5

rio até o meio do século, e sempre de bronze; enquanto o modelo da fig. 5 breve aparece feito de latão, o que se generaliza¹.

Aquele marca a transição do anel fixo para a argola moderna².

*

Como apêndice do estudo dos «milagres», publicam-se fotografias dos retábulos n.ºs 11, 12, 16, 20 e 22, da coleção do Museu.

Luis CHAVES.

«Les monuments épigraphiques sont les seuls documents originaux et authentiques de notre histoire nationale pendant une période de plusieurs siècles, et leur perte est irréparable. Leur conservation est donc d'intérêt public... L'influence des agents atmosphériques sur les blocs lapidaires est très sensible.

Bulletin Épigraphique de la Gaule, II, 5

¹ Os anéis fixos creio que deviam ser feitos *in situ* e propositadamente. Dos anéis móveis não resta dúvida, eram, como hoje, objecto de comércio.

² Os desenhos d'este artigo são do desenhador do Museu Etnológico, Sr. Saavedra Machado.

**Para a história monástica de Angra do Heroísmo.
Superstições; notas etnográficas.**

O documento que seguidamente publicamos, encontrado no Arquivo do Paço Episcopal de Bragança, é interessante: como monumento gráfico pelas quatro iniciais letras de fantasia feitas à pena das três primeiras palavras por onde começa, figs. 1 e 2; como pintura histórial de um fragmento da vida monástica e como reviviscência ou melhor permanência dos sortilégios gentílicos cuja prática se vê já constatada pelos autores romanos. Apressamo-nos a arquivá-lo nesta revista antes que de todo acabe de corroer-se pelas manchas de água que em parte o levam já podre sem grave dano, por agora, do texto.

P.^o FRANCISCO MANUEL ALVES.



Fig. 1. — *B*, inicial de *Beatissime*; *P*, de *Pater*.



Fig. 2. — Inicial de *Ubi*.

Beatissime Pater.

UBi primum à Sanctitate vestra Litteras accepi, quibus me indignum Licet Diœcesis Angrensis Episcopum designavit, statim post Susceptam in civitate Ulyssiponensi Consecrationem, data opportuni-

tate, Navem Conscendi, et Insulam Tertiam, quæ totius Diœcesis caput est feliciter appuli; Et bimestri transacto, ea, qua par est, cura incipiens ab Ecclesia Cathedrali, visitationi incubui, quam interrupi aliquandiu, ut subvenirem Monialibus clarissim Monasterii Divi Gondisalvi Hujus Civitatis Angrensis meæ jurisdictioni subiectis, in quo prædictas Moniales in factiones divisa, tum dicteriis, cum opprobriis spreta Religionis modestia se ad invicem Lacessebant; Conspiraverant enim adversus Abbatissam dicti Monasterii magna pars Monialium Recentiorum præcipue, causa vero Conspirationis fuit, quia Abbatissa quantum in se erat obstitit præceptis Capituli sede vacante, quibus præcipiebatur, ad petitionem aliquarum Monialium novum erigi Locutorium, cum Monasterium sat superque Locutoria Haberet: Igitur querella interposita impetrarunt a Capitulo sede vacante, ut fieret inquisitio circa Abbatissam, qua peracta, nescio an juridice, quia præterquam quod in illa non fuit servata juris forma admisi fuerunt in testes omnes Præfatae Moniales Abbatissæ contrariæ et Suspectæ; protulit Capitulum sententiam adversus Abbatissam, illam que deposituit.

Hic erat rerum status cum in Hanc Civitatem Angensem deveni: qua propter facturum me non mediocre Deo obsequium existimavi si dictas Moniales in pristinam concordiam revocarem: Igitur Monasterium adivi, et iteratis exortationibus, tam publicis quam privatis; missis etiam Religiosis Viris, qui mecum simul in Hoc negotio Laborarent: Tandem aliquando Deo dante factum est, ut pene comuni conceensu paucis reluctantibus, Abbatissam depositam reciperent qua recepta, et non multo interecto tempore | erat enim finitum dictæ Abbatissæ trienium | in novam electione electionem processi; Ut vero secundum Deum electio fieret, nulla Habita ratione amicitia, vel odii, utens privilegiis a sede Appostolica mihi et especialiter factis, illis concessi plenariam peccatorum indulgentiam, præmissis Confessione, et Comunione, quam ego eis meis manibus impartivi. Post Comunionem Moniales quadam exortatione admonui, ut fixis in Deum animo, et mente eam in Abbatissam eligerent, quam scirent Deo gratiosiorem fore. Fuit electa a majori Capituli parte soror Helena ab Exaltatione, quam juxta ritus consuetos confirmavi, et benedixi: Ad Reliqua vero Monasterii munia, ut mei juris est, illas posui Moniales, quas idoneas in Domino judicavi: His ita compositis animum reformationi aplicui, et in primis jussi, ut Frates ferrei apponenteretur quibusdam januis, perquas erat perius egressus, et regressus in Hortum.

Prohibui Amasias ideo que præcepi Abbatissæ sub pena suspensionis officii ne sineret Moniales in Locutoriis Loqui, nisi cum Patre,

Matre, Fratribus, et sororibus, et cum Mulieribus consanguineis, et affinibus: si vero alicui Monialium ejus foret cum aliquo alio ab His aliqua negotia pertractare, pro obtinenda facultate ad me recurreret: Item quod Moniales sacerdibus scribentes scripta omnia, et epistolas Abbatissæ patefacerent, ut sur Statuli est, et illis in ipsarum regula præcepit bonæ memoriæ Urbanus IV Item sub pena excommunicationis mandavi, quod ad Monasterii Ostia non accederent nisi vocatæ. Hæc omnia erant a meis Prædecessoribus imposta, sed omnino jam obliterata: Quoad, Habitum, et vestitum modum etiam præscripsi juxta earum pristina instituta.

Haec nimis dura non omnibus Monialibus, sed aliquibus videbantur, et ut se a tam rigida, ut aiunt observantia eriperent me eviis tollere cogitarunt, ad quod quasdam beneficas vocari fecerunt, quibus cum iniere pactum, ut me beneficiis interficerent; quoque facilius id fieret construxerunt Moniales quendam pupu seu potius mei ad instar simulacrum episcopali ornatu vestitum, ut in illo beneficæ exerceerent quidquid in me fieri exoptabant. Acceperunt Beneficæ simulacrum illud que variis punctis, et superstitiosis meandris consuerunt, sic que consuetum iterum Monialibus tradiderunt, precipientes, ut illud in area inclusum, et sane observatum diligentissime observarent, et ne in hac huiusmodi depositi observantia error aliquis interveniret, clavem repetentes sagæ illæ secum detulerunt, verum penitentia ductæ totum hoc scelus, Deo sic disponente, aperuerunt, tradita simul clavæ demonstrato loco, in quo illa Dæmonis factura tegebatur.

Ego vero ne tam grande facinus occultum, et impunitum remanere clavem tradidi Vicario Generali illum que in Monasterium misi simul cum Notario Appostolico, et alio justitiæ Ministro illis que præcepi, ut claustra Monasterii ingredientes Abbatissam simul, et Moniales ad Definitorium pertinentes, quas ut moris est Discretas appellant convocarent, et coram illis arcam aperirent Imaginem que areae inclusam mihi foras reportarent: Accedunt ingrediuntur Abbatissam, et præfatas Moniales acersiri faciunt: At Moniales, quæ erant delicti conscientia visis intra claustravicario, et Ministris suum crimen detectum suspicantes Conventum simul et Civitatem totam commoverunt, et ut facilius reliquas Moniales ad tumultum incitarent lugentes, ac dolentes asseverabant a me missos illos Ministros, ut omnem prætiosam Conventus supelectilem depredarentur. Dictis crediderunt illæ præcipue, quæ Abbatissæ depositos erant contrariae, et comuni concensu, seu potius discensu festinanter cucurrerunt ad omnes Monasterii fenestras, et clamoribus repetitis Regi in clamare cœperunt, ac brachium sacerulare implorarunt, ut eas a simili deprædatione, Liberaret, quibus

auditis acurrit universa Civitas acurrit Dux mayor Arcis et Civitatis Praetor Monasterium obsident et circumstant, quo vero falsius hic illarum rumor, et impostura comentitia crederetur cruce manibus absepta turmatim e Monasterio exire cæperunt, et nisi Dux mayor Arcis, et Civitatis Praetor cum Militibus obstitissent, magna illarum pars foras e clau Foro prosilirent, communis omnium vox erat: Nolumus Episcopo obedire; volumus præstare obedientiam Provinciali fratum minorum, sic que partim intra, partim extra Monasterii septa contumaci animo per horas aliquas perstiterunt.

Tandem postquam calor ille aliquantulum deferbuit pactum cum Praetore inierunt scilicet vele se iterum in claustra recipi his sub conditionibus. 1.^a ut confessarius, quo utebantur pro audiendis confessionibus, | et quo ego etiam utor |, et Conventus Ostiaria quæ erat faemina rigidæ observantiae, ab officiis removerentur. 2.^a ut tollerem censuras omnes et præcepta a meis Prædecessoribus, maturo Præmino consilio, salubriter imposta: Cessi aliquantulum faemineo furori. Confessarium ammovi; illæ vero Ostiariam autoritate propria ammoverunt, et in illius Locum aliam parcialitatis sue subrogarunt. Censuras pro tunc surrendi sperans Moniales aliquando sese in meliorem fugam recepturas, oleum tamen, et param usque modo perdidit, nulla enim appetit spes emmendæ imo cernitur animus ad obediendum pronus, his enim diebus misi, qui ad januas crates apponenter, et hos cum vi, et robore e Monasterio ejecerunt: Adverto denique quod Licet Vicarius, et Ministri præ tumultu Monialium non invenissent dictum simulacrum, atamen tribus transactis diebus ab eodem Monasterio mihi missa fuere quædam illius frustula casu in Loco ab divo inventa.

Qua propter ut detur Locus penitentiae, et ut reliquæ Moniales, quæ virtuti adspirant possint pace tranquilla in eodem Monasterio permanere, et Deo Liberius vacare, et inservire. Rogo supliciter, et humiliter exoro a Sanctitate vestra, ut mihi facultatem concedat mutandi in alia Monasteria eiusdem ordinis, et jurisdictioni meæ subiecta, præcipua harum discordiarum capita, ut simili suplicio perterrita, exemplo aliis sint, ne in idem crimen iterum incident: Deprecor ibidem, ut possim novas eligere Abbatissas casu quo Moniales eligant indignas, illas scilicet, ex quibus timetur ne Religionis proventus ratione factionum, et virtutum splendor decrescat, et minuatur, et ad hoc si opus fuerit illas ab aliis Monasteriis seligere, et extrahere, quia quamvis hoc sit concessum a jure, nihilominus in his Provinciis non sunt hæ decisiones in usu, autoritate tamen Appostolica mutantæ in praxim comodius deducentur: Ad Sanctitatis vestræ pedes

suppliciter pro voluntate Appostolicam benedictionem peto, cui me totum comendo, et cum Longæva vita eternam felicitatem exopto.

Datum Angræ die octava May. Anno Domini 1695.

Beatissime Pater.

Sanctitatis Vestrae.

Devotissimus, Addictissimus, et Obsequentissimus filius.

Cinegética e Arqueologia

Razão do título:—I. O côto da Pena—1. Localização e descrição d'este castro—2. Região arqueológica—3. Etimologia popular—4. Descrição dos achados—5. Considerações.

O meu amigo P.^o José Joaquim Saraiva de Miranda, dos Arcos de Valdevez, é um emérito e infatigável caçador, que à minha má companhia deve o ser, tanto ou mais do que eu sou, vicioso em arqueologia; e mero, malaventurado vício tem sido para mim esta catureira.

Nas suas excursões cinegéticas pelas cumiadas, que formam um dos mais remotos tentáculos da serra do Soajo, começou ele, há anos, a notar que, por entre o tojo e a carqueja, se ocultavam, aqui e acolá, fragmentos de cerâmica antiga e utensílios líticos, que indubitavelmente lhe testemunhavam a existência do seu e meu antepassado preistórico, naquelas paragens, e que, por isso mesmo, insistentemente, ele ia reunindo na sua bolsa de caçador com o mesmo zélo, que consagrava às perdizes e aos coelhos fugidiços.

Nas cartas que me escrevia, tinha sempre que me contar dos seus achados arqueológicos, mesmo em tempo defeso, porque o não há para esta caça de antigualhas; mas retraído e modesto, não houve meio de conseguir que redigisse, por seu punho, os apontamentos do seu canheno, para serem publicados e darem lucro à ciência arqueológica.

Foi assim que, para tornar proveitoso o trabalho do meu amigo, optei pela revisão da sua epistolografia, enfeixando com método as notas que vinham, ao sabor da ocasião, retalhadas em numerosas cartas, para que cada sítio arqueológico ficasse desta forma mais ou menos completamente monografado.

Desta publicação, o que pois me toca, é pouco mais que a tarefa material de copista e organizador; a pesquisa arqueológica e o mérito de a saber efectuar e apreciar são do meu amigo e incansável caminheiro, P.^o Saraiva de Miranda.

Todos os descobrimentos aqui relacionados pertencem aos tempos pre- e protohistóricos e, por oferta do seu autor, acham-se no Museu Etnológico Português.

Começaremos por:

I

O Côto da Pena

1.

Na carta geodésica n.º 4, a L. de Arcos de Valdevez, se traçarmos uma recta desde o ponto trigonométrico 443 metros (Penacova) na direcção aproximada SE. até a séde da freguesia do Vale, cortaremos a meia distância umas curvas de nível accidentadas, que correspondem



Fig. 1

ao declive S. do *côto*, onde se encontram os vestígios arqueológicos que se relacionam nestas páginas e que são suficientes para marcar neste ponto um povoado pre-romano¹.

O côto da Pena é uma cumiada, que faz parte dumha série de alturas, orientadas de N. a S. aproximadamente e separadas umas das outras por pequenas depressões do terreno; tem uma forma largamente arredondada com declives suaves para todos os lados, mas

¹ Já a êste sitio me referi no *Arch. Port.*, VII, 197, nota. *Pena* diz pedra, quer tenha sido alguma pedra mais evidente que desapareceu, quer seja a grande abundância dela nas abas meridionais do cabeço.

bastante mais ingremes para S.; do chão emerge abundante penedia com as mais variadas dimensões, por entre a qual há espaços livres, que o tojo rasteiro invade totalmente e que contêm os restos de cerâmica antiga de que me ocuparei. Aí também apareceram os vestígios dum primeiro lar ou cinzeiro.

Nalguns pontos, aquelas amontoadas moles graníticas formam abrigos naturais, principalmente no sítio mais elevado que se vê na fig. 1.

Na eminência, que deixo descrita, e num plano pouco inferior, que fica a N., há um grande penedo, a que chamam o *Penedo do Castelo*, porque aí foi que os «mouros» edificaram a sua «fortaleza», cujos destroços são os montões de pedraria miúda que jaz em volta. E perto estão, segundo o célebre «Roteiro», os tesouros encantados dessa mourisca opulenta, mais para L. no *Penedo da Giesteira*. À direita do ponto mais elevado, designei na gravura o Penedo do Castelo com uma ave (fig. 1). Esta fotografia é tirada de NE.

O caminho branco, que se vê no primeiro plano, vai para a *Chã de Arcas*; o declive à esquerda corresponde à freguesia do Vale. Daqui provém, que também se ouve aplicar a este cabeço o nome de *Castelo*.

Estas lendas são quase sempre uma bússola para o arqueólogo; ninguém as despreze nem ridicularize; são a história desfigurada, são a tradição do nosso período heróico.

Que ainda hoje existe aquela aglomeração de pedras brutas, não há dúvida; já a ela me referi no *Arch. Port.*, VII, 194, nota 2. O meu amigo P.^o Saraiva de Miranda diz que a hipótese de terem sido entulhos provenientes da necessidade de desobstruir a terra para cultura é, até certo ponto, corroborada pelo facto de chamarem aos patamares «leiras da Pena». Não tive essa impressão, quando visitei o local, tendo-se-me figurado que a disposição do pedregulho indicava a ruína dum muro de defesa, e a opinião do meu zeloso colaborador é também de que essas pedras são os destroços de quaisquer construções, que ali houvesse.

Há pois patamares ou trincheiras de terra, muito desfeitas e quase niveladas; do lado N. distinguem-se três ordens, bem como do lado S. No flanco O. é que nada se encontra. Além disto, há as ruínas de muros com pedras cravadas umas, outras assentes. Encontram-se também três ordens destas ruínas, que em todo o caso correspondem a obras muito rudimentares e primitivas, segundo as observações do meu amigo, porque alguns pedregulhos eram cravados ao alto e outros colocados horizontalmente. Há ao S. alguns destes restos e entre dois penedos um lanço mede 6 metros de extensão.

O estado destas ruínas causa dúvidas, mas há uma circunstância significativa: é que, em muitos castros, se tem encontrado três ordens de muralhas e aqui neste *côto* há o mesmo número de destroços de parede e de trincheiras. Escusado é quase dizer, que estas ruínas servem de pedreira para a vizinhança de mais ou menos longe.

2.

O *Côto da Pena* pertence à vasta região arqueológica do vale do rio Vez, afluente do Lima. São numerosos os castros, as estações e as antas das vertentes destes dois cursos de água e noto isto, porque os povos primitivos fixavam sempre as suas estâncias nas proximidades dos rios, que eram, antes de mais, as suas primeiras estradas.

No *Archeologo Português* tenho dado notícias mais ou menos circunstanciadas dos vestígios pre- e protohistóricos desta região, em especial das antas da Serra de Soajo e suas ramificações (*Arch. Port.*, VII, 193 e VIII, 72) e dos castros de S. Miguel-o-Anjo em Ázere (*Arch. Port.*, I, 161, e IV, 231 e 289), de Cendufe (*Arch. Port.*, XIII, 202) das Necessidades, em Cabreiro (*Arch. Port.*, IV, 289, e IX, 214) e referências a outros, além do que pertence já aos tempos históricos. E não está de todo desenrolada a série.

O *Côto da Pena*, como se pode ver na carta geodésica supracitada, fica bem próximo da margem esquerda do rio Vez e em uma região inteiramente arqueológica. Fica-lhe próximo o *Castelo de Ázere*, e mais chegadas as antas da *Chã de Arcas*, para a qual é o caminho que se vê no primeiro plano; a estação prehistórica de *Pena-Cova* (ainda inédita) e os *Crastos* do Vale.

Da importante estação de *Penacova*, fazem parte dois pontos distintos; o alto dos *Penedos Grandes* e a *Lapa das Bestas*; este último vê-se na fig. 1 ao norte do *Côto da Pena*, estando indicado com duas aves (☞). Para a esquerda da vista, na freguesia do Vale e já em plano bastante inferior, encontram-se os tais *Crastos* do Vale, toponímicamente assim designados por este plural, embora se trate de uma só estação arqueológica.

3.

A etimologia popular de *Côto da Pena* é curiosa.

Ferira-se no planalto, em tempo dos «mouros», um combate tam sanguinolento e os mortos, que pelo campo ficaram, eram em tam grande número, que «metia pena»!

Não pára aqui a imaginação popular nestes sonhos etimológicos. Diz-me o meu amigo em uma carta, ecoando apenas a preleção de

um cipriano incorrigível: «E o nome do actual lugar de *Penacova* remonta a sua ascendência à mesma época, pois, no sítio em que hoje está, foi aberta, para sepultura dos mortos no tal combate da *Pena*, uma *Cova*, ficando a chamar-se ao lugar *Penacova*. Informava-me também o meu cicerone que, na encosta do S., existe um *olho mariño*⁴ sobre o Vale (freguesia do Vale), porque em tempos antigos, andando uns mineiros a perfurar o monte para a captação de água, chegados a certa altura, tiveram de fugir e abandonar as ferramentas, pois uma voz saída das entranhas da terra os intimou a abandonar a empresa; senão, alagava-se tudo! As minas lá estão. Estas lendas foram-me narradas por Manuel Joaquim Veloso, da freguesia do Vale, um ferrenho cipriano, que conta tantas decepções quantas as tentativas de *desencantos*, que tem pretendido realizar».

4.

Os achados, que se restringem à estação pre-romana da Pena, podem agrupar-se em cinco classes, que me proponho descrever: *a) objectos de pedra; b) objectos de metal; c) antigualhas de barro, incluindo propriamente a cerâmica; d) restos animais e vegetais; e) insculturas rupestres.*

a) OBJECTOS DE PEDRA.—Fragmento de uma *pedra de polir ou polidouro portátil*, de granito (*Arch. Port.*, XVIII, 80). É um pedaço de rocha idêntica à que vemos muito utilizada nas construções císticas do norte. Efectivamente na região, a que me estou referindo, há algumas variedades de granito. O constituido por elementos mais volumosos, entre os quais avulta o feldspato, não se encontra aproveitado nos castros, certamente por motivo da sua grande dureza. Pelo contrário, o granito com um aspecto que lembra o grés, isto é, aquele em que o feldspato está reduzido a pequeníssimos cristais, a mica é preta e quase pulverizada, não se vendo o olho nu o quartzo, esse é que era utilizado pelos habitantes dos castros; provavelmente porque o seu grau de dureza é baixo. A cõr é também um pouco amarelada. Ora desse granito de fina granulação é o fragmento da pedra de polir que represento na fig. 2. O actual comprimento é 0^m,12; a dimensão que representa ainda a real largura do utensílio é 0^m,14 a 0^m,15 e a maior espessura 0^m,06. A face superior, isto é, a face útil tem ao centro, aproximadamente, metade de uma pouco

⁴ Vid. *Arch. Port.*, VII, 197, nota 2. Segundo esta informação, o *olho* é mais ao N. sobre o ribeiro de *Carralcova*, a não ser, diz o meu colaborador, que tenhamos um monte com dois olhos!

profunda, mas muito regular escavação de contorno elíptico, mas com a curva do lado menor existente um pouco deprimida, isto é, menos convexa do que devia ser uma elipse normal.

Essa escavação tem a superfície côncava perfeitamente polida, dando aos nossos dedos um contacto como o do papel fino; o perfil transversal desta depressão, evidentemente artificial, é um segmento de largo círculo. Em volta, é plana a superfície da pedra e lisa, deixando ao tacto a sensação das finas granulações desta variedade de granito.

Há portanto diferença no estado das duas superfícies: uma simplesmente lisa, outra perfeitamente polida, embora baça.

A primeira fractura de pedra foi transversa, atingindo talvez um segundo acidente um ângulo lateral do utensílio.

Não julgo muito fácil definir quer a utilidade, quer a época deste objecto. O estado de polidura, em que se encontra a superfície da depressão, indica-nos, com alguma probabilidade, a sua serventia; destinou-se acaso a polir, melhor do que a afiar objectos de substância dura¹ talvez com o auxílio da água, mas a perfeita regularidade do seu contorno não deixa bem presumir qual a manipulação do utensílio a polir, que, em todo o caso, bem exíguo devia ser.

Agora surge outra dificuldade; ¿seria de pedra, de bronze, ou de ferro o artefacto, que obtinha o desgaste necessário no seu fricionamento sobre aquela superfície?

A concavidade da depressão sugere que ali se polia uma superfície de correspondente convexidade e não plana; nesta hipótese, uma arma ou utensílio neolítico é o que parece melhor ajustar-se à referida depressão.

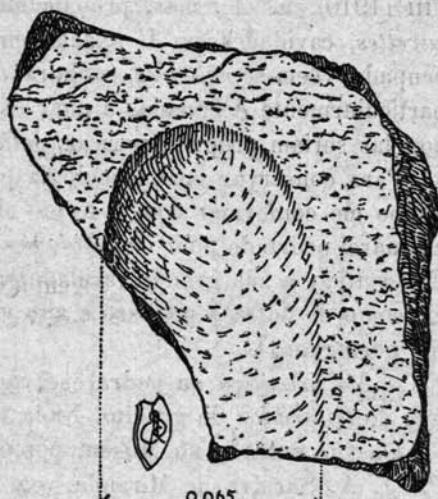


Fig. 2

¹ Pedras de afiar ou amolar não são raras em Portugal, mas não tem, como esta, um contorno definido na cavidade ou depressão útil (Arch. Port., xviii, 80, est. n.º 8).

Sendo assim, esta pedra é da época neo- ou calcolítica. A utilização de triturador em geral parece-me dever excluir-se, sem hesitar, em qualquer das suas aplicações. A perfeita polidura da cavidade não se adequa a tal trabalho.

Na tecnologia prehistórica, costuma distinguir-se entre polidouros fixos (ou rupestres) e portáteis. É evidente que o da Pena pertence à segunda categoria (*Manuel, etc.*, I, 524, e *L'homme préhistorique*, VIII (1910), n.º 1), mas, principalmente nos primeiros, ao lado de *cuvettes*, cavidades em U exactamente como esta de que me tenho ocupado, vêem-se *rainures*, ranhuras longas em V, que parecem mais particularmente destinadas a afiar os utensílios neolíticos, em quanto aquelas seriam próprias para os polir.

Para conservar uma tecnologia paralela à francesa e ao mesmo tempo me conformar com o termo eleito por alguém de autoridade, chamarei pedra de polir ou *polidouro portátil* a este utensílio e escuso de acentuar a sua grande raridade em Portugal, tanto de uma espécie como de outra e por isso a alta valia arqueológica desta antigualha portuguesa¹.

— *Mó primitiva* ou pedra escavada, a que melhor quadra o epíteto de *triturador* de granito. Nada tem de particular.

Da sua entrada no Museu, por oferta do seu descobridor, o Sr. P.^o J. A. Saraiva de Miranda, vem a menção no *Arch. Port.*, xv, p. 236.

— *Seixos rolados*. Sobre um lar, que adiante será descrito e era constituído por uma camada de barro, apareceram seixos rolados com vestígios de terem sido expostos ao fogo, martelos de quartzo ou sílica, cacos e carvões em abundância.

— De pedra polida, há um *machado* de secção elipsoidal no plano de comprimento de menor espessura e trapezóide no plano perpendicular a este; o gume um pouco obliqua e as facetas dêste convexas e quase simétricas. Mede: comprimento 0^m,109; largura máxima (junto ao gume) 0^m,055; espessura máxima (a meio) 0^m,035 (fig. 3).

— Da mesma substância foi recolhido um seixo oblongo de rocha (quartzite?) branca e opaca, mas de proveniência fluviatil. Foi porém aproveitado pelo habitante da Pena, porque nas extremidades tem vestígios de uso, devendo ter servido de *percutor* natural e na região

¹ Entre os achados de Sabroso figura o mencionado nestas lacónicas palavras de Sarmento: «Encontrou-se uma pedra cujo destino é difícil de descobrir. Está incompleta. Na concavidade está muito polida» (*Rev. de Guimarães*, xxiv, 57). Será pedra de polir ou de afiar?

mediana parece ter sido também pedra de afiar (fig. 4); tem o comprimento de 0^m,095; diâmetros transversais 0^m,029 e 0^m,026. Se prescindirmos do perfil redondo das arestas, o seu aspecto é dum prisma triangular (número de entrada no Museu Etnológico Português 2:557).

— Mais dois pequenos pedaços de *rocha còrante*, vermelha, de natureza friável e um fragmento de *amolador* de grés, de forma natural de cubo irregular, com 0^m,250 na maior espessura.

b) **OBJECTOS DE METAL.**—Uma lâmina de ferro comprida, estreita e quase plana, que devia ter tido gume, mas está fragmentada em cinco partes e muito corroída da ferrugem. Não tem alvado e é muito estreita, quase ponteaguda em uma das extremidades. Comprimento 0^m,166; largura na base ou espigão 0^m,07 e 0^m,08 e na extremidade menos estreita 0^m,013 (número de entrada no Museu Etnológico Português 1:286).

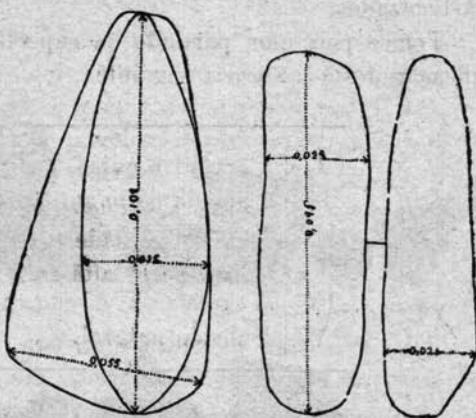


Fig. 3

Fig. 4

— Um pedaço de *estanho* informe, mas que na fusão deixou entalado um caco de cerâmica grosseira e micácea.

c) **ANTIGUALHAS DE BARRO.**—Um *lar*, *cinzeiro* ou *rescaldo*, constituído por uma camada de barro, sobre a qual havia seixos calcinados, muitos carvões, cacos e outros restos. A estrutura deste cinzeiro mereceu ao meu arguto amigo um grande rigor de observação e por isso vou transcrever as suas próprias palavras.

«Lar e pavimento? A poucos passos do Penedo do Castelo para L. fiz em tempos uma pequena sondagem, que me revelou uma camada de barro de pouca espessura; regulava por 0^m,05. A princípio atraída a minha atenção para a grande abundância de cacos de pasta muito arenosa e quebradiça, predominando a còr negra, mas de superfícies bem polidas, destruí parte dessa camada argilosa. Últimamente, com mais precauções, pus a descoberto o que ainda restava e que media 1^m,50 de comprimento por 0^m,50 de largo. Nos cortes que ia fazendo, notei com certa admiração que uma faixa de carvão se sucedia imediatamente ao barro¹. Cortei com cuidado em vários

¹ [Entenda-se: de cima para baixo].

pontos alguns blocos e sempre encontrei a mesma disposição: barro-carvão; mas aquele desagregava-se facilmente na parte que mais próxima estava do carvão e que tinha cor amarela ou escura, enquanto a parte superior de cor avermelhada se conservava pela sua maior consistência».

Em outro ponto da carta, acrescenta o seu autor, que a zona inferior da camada de barro tinha impressões de hastes de vegetais, como na estação da Rotura, etc., e que êsses restos de varedo estavam carbonizados.

Temos pois que, partindo da superfície para o subsolo, a estratificação dêste lar era a seguinte:

I	Carvões e outros detritos.
II	Camada de barro cozido e consistente.
III	Camada de barro desagregável com impressões de varedo.
IV	Vegetais ou varedo carbonizado ¹ .
V	Subsolo natural.

— *Cossoiro* de barro, coberto de uma camada muito aderente de negro de fumo, excepto na base que é parda; é algo lustroso, sem ornato algum; pasta compacta. A sua superfície regular favorece a hipótese de ter sido fabricado em fôrma; na verdade difere muito

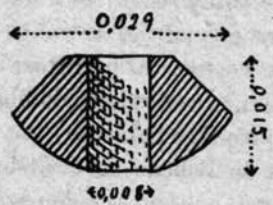


Fig. 5



Fig. 7

dos que se encontram em estações mais antigas. Tem a forma semi-esférica um pouco deprimida; eis as suas dimensões: diâmetro na base, 0^m,028; altura, 0^m,012; diâmetro do orifício sensivelmente cilíndrico, 0^m,004; peso, 13^{gr},5 (n.º 1:747). A substância dêste cossoiro, pelo seu aspecto e tacto, facilmente se confunde com pedra,

¹ Encontram-se no Museu Etnológico Português os pedaços de argila com os caules carbonizados.

mas encontro-o um pouco leve para isso e seria um atentado riscá-lo ou parti-lo. (Fig. 6, n.º 4).

— Em poder do P.º Saraiva há outro análogo em forma, mas de xisto avermelhado, segundo a informação. O diâmetro tem 0^m,03 e a altura 0^m,01. O orifício porém é cónico neste exemplar, sendo mais largo na face plana.

— Metade de outro cossoiro, cujo corte represento na fig. 5. É quase bicônico, mas a face superior tem o perfil convexo e na base

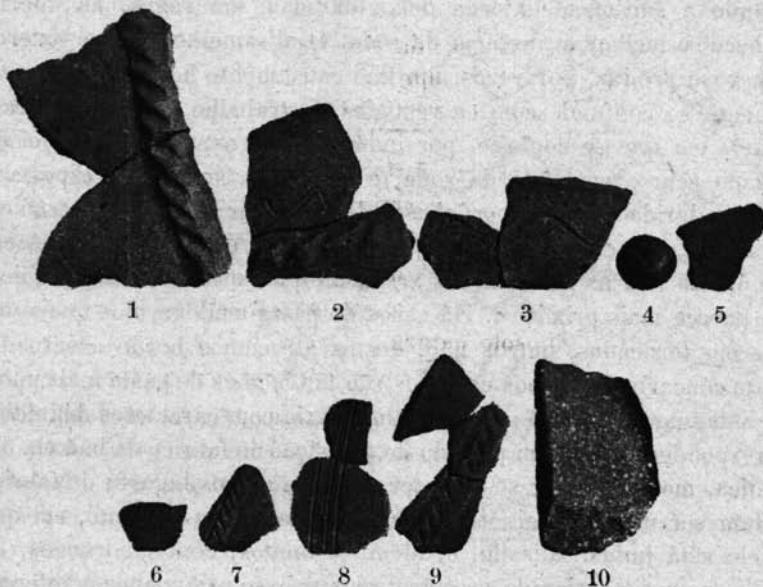


Fig. 6

há uma zona plana. Diâmetro 0^m,029; altura 0^m,015; diâmetro do orifício cilíndrico 0^m,008 (n.º 1:748).

— Uma porção de fragmentos informes de barro cozido, com impressões de caules de vegetais (n.º 1:749).

— Bordos de vasos de barro e fragmentos de bojos. Reproduzo os que tem alguma significação nas figs. 6 e 7.

Esta cerâmica é, parte, lisa e parte, ornamentada. Recolhida à superfície do terreno, não é de admirar que esteja reduzida a fragmentos, que não permitem a reconstituição de nenhum vaso. Com raras e discutíveis exceções, é de fabrico primitivo, isto é, modelada sem roda de oleiro e, no geral, a pasta é micácea, mais ou menos. Na fig. 6, o n.º 10 foi fotografado de tal maneira que as palhetas de mica se destacassem; este fragmento é o mais abundantemente provido desta poeira luzente. O n.º 3 também a mostra. Os bordos

são em geral simples e ligeiramente caliciformes; pelos fragmentos, parece que eram de largo diâmetro os vasos. As espessuras variam entre limites pouco distantes: 0^m,003; 0^m,004; 0^m,005; 0^m,006; 0^m,008 e 0^m,010 são dimensões registadas ao acaso.

Em exemplares muito diminutos, nem sempre é fácil determinar os vestígios de fabrico; mas, em geral, os indícios da roda, nos casos de melhor fabrico, não são evidentes; o que parece indicar que a manipulação do barro, embora pelo processo primitivo, era esmerada. Quando a superfície externa deixa dúvidas, em regra, na interna conhece-se melhor a ausência da roda. O alisamento da face externa dum vaso produz, por vezes, um fino estriamento horizontal, que facilmente se confunde com os vestígios do trabalho à roda. Há fragmentos em que se conhece, por indícios seguros, que o vaso foi fabricado sem o emprêgo da roda, e contudo a sua pouca espessura e a regularidade das superfícies podem sugerir o fabrico mecânico. A pasta é, nos exemplares em que a mica aparece, mais homogénea; isto é, não tem as granulações arenosas que se notam em cerâmica, que parece mais primitiva. Há casos de pasta análoga, dos quais uns parecem torneados, outros não, destes até com o bordo acentuadamente côncavo. Os menos espessos são também os de pasta mais pura.

Estas notas, que não acusam uma olaria com caracteres definidos, correspondem bem a um período de transição no fabrico da baixela doméstica, mas creio que se deve ter em vista que os lugares de fabrico deviam ser muitos, mais decerto do que no tempo presente, em que aquele está industrializado, e, além de muitos, contemporâneos, de modo que seria arriscado procurar segura base nas pequenas diferenças a que eu acabo de me referir, para conclusões cronológicas. A ornamentação pode classificar-se em ressaltada ou relevada e incisa.

A primeira consta de delgados rolos de barro, que foram aplicados sobre a face externa dos vasos, enquanto moles, de maneira que ficavam aderentes. Essa aderência era assegurada fazendo o oleiro passar o dedo ou a espátula ao longo desses rolos de argila, do lado inferior e do lado superior, e estabelecendo assim a necessária junção das superfícies; as estrias deixadas ao longo daqueles apêndices por esta manipulação fazem lembrar às vezes o trabalho à roda do oleiro, mas é bom de ver que a presença desta ornamentação é um indício de que o vaso não foi torneado; aliás o próprio oleiro disporia, ao imprimir a rotação ao seu artefacto, os relevos horizontais que quisesse, sem necessidade de os aplicar como um acessório. Chamarei *nervuras* a estes rolos aplicados, de preferência a *cordões*, que outros observadores lhes chamam, mas que só às vezes é exacta. O seu grau

de relevo varia muito; se uns são muito salientes, outros foram estendidos de modo que quase constituem uma delgada fita. A nervura de um daqueles fragmentos tem muito relevo e a espessura do vaso é grande: 0^m,009 e 0^m,010.

O que é curioso, é a ornamentação das próprias nervuras. A intenção de imitar uma corda torcida parece-me evidente, em presença do n.º 1 da fig. 6. Há nesta figura mais três fragmentos (n.ºs 2, 7 e 9) em que o oleiro já perdeu a noção do seu ornamento, feito *pro-forma*.

Digna de nota é a técnica das depressões, que ornam as nervuras dos cacos n.º 1 e 2; pareceriam à primeira vista *dedadas*, mas vê-se na superfície do barro a estampagem da fina trama dum tecido, com que o oleiro envolveu o seu estilete ou espátula. Há exemplos de ornamentação conseguida com cordéis ou mesmo tiras de pano¹, mas o meu caso particular creio que ainda não foi notado. Nos outros fragmentos, o artífice limitou-se a fazer pequenos sulcos oblíquos sobre a nervura ainda fresca, mas este processo foi também empregado sobre a própria face externa do vaso, sem nervura preliminar; umas vezes são toques de uma haste romba (fig. 8, v), outras são verdadeiras incisões (fig. 8, vi). As *dedadas*, chamar-lhes hei assim, embora nem sempre sejam produzidas pelo dedo, apare-

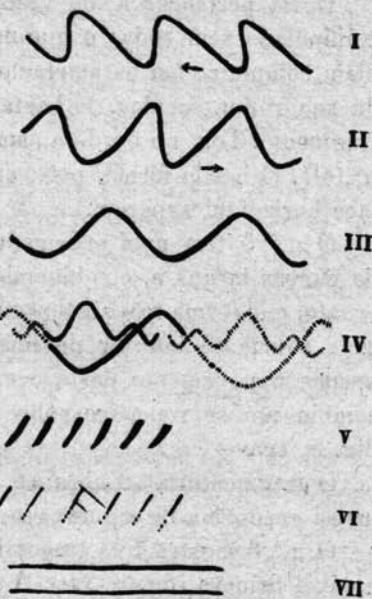


Fig. 8

¹ Chama-se *céramique cordée* ou *à la ficelle* (*Schnurkeramik* dos arqueólogos alemães); a 2.ª é a *céramique rubanée* (*Bandkeramik*). Um vaso semi-esférico, ornado com estampagem de pano, proveniente dos dólmenes de Morbihan (França) pertence à 2.ª categoria em vista do desenho, não da técnica. Eis as palavras de J. Dechelette (*Manuel*, 1, 559) ... *le n° 8 curieusement décoré, semble-t-il, par l'impression d'un morceau d'étoffe*. No fragmento da *Pena*, o trapo intervinha acessoriamente. No Museu Etnológico, na secção estrangeira, há um exemplar de cerâmica *Bandkeramik* e, na parte nacional, há também um «caco de cerâmica indígena com ornamentação estampada por um tecido» que vejo mencionado nas aquisições realizadas pelo meu amigo e actual conservador, Dr. Vergílio Correia, em Condeixa-a-Velha, nos estratos pré-romanos (*Arch. Port.*, xviii, 155).

cem também na face lisa de alguns vasos, sem nervura: a essas depressões correspondem ligeiras protuberâncias na face interna, o que bem se explica.

Passemos à ornamentação incisa.

O fragmento n.º 3 da fig. 6 é ornado não só exteriormente, mas interiormente no colo com um sulco ondeante (fig. 8, III).

Devia pertencer a um vaso de grande diâmetro; apesar disso é manipulado sem roda; o que mostra que estes rudes oleiros pretendiam competir com os artefactos torneados, sem saírem francamente da sua rotina secular. É bastante carregada de mica a pasta d'este fragmento. Tem no bordo a espessura de 0^m,013 e inferiormente a de 0^m,007. O bordo forma, pois, uma espécie de lábio mais espesso e de face horizontal superior.

O n.º 5 tem uma ornamentação curiosa. Há um sulco ondeante de curvas largas e, combinando-se com ele e sobrepondo-se-lhe, um ornato, que forma três ziguezagues simétricamente dispostos e abrange cada segmento inferior da linha ondulada. O fragmento apresenta apenas um elemento desta ornamentação, mas é provável que esta combinação se repetisse sobre iguais segmentos do traço principal (fig. 8, IV).

O fragmento n.º 6 abrange um insignificante trecho de uma linha incisa em forma de ziguezague, com os ângulos arredondados.

O n.º 8 mostra três traços horizontais, paralelos e rasgados com notável firmeza (fig. 8, VII). A espessura d'este fragmento é limitada a 0^m,003 e 0^m,004; a superfície interna é um pouco irregular, mas confesso que se fica hesitante, quanto ao género de fabrico do vaso a que este fragmento pertenceu. A pasta é escura, pardacenta e micaea, mas homogénea. Há três cacos com estes sulcos concêntricos e em todos se dá a mesma dúvida.

As impressões digitais, os traços concêntricos¹ ou paralelos, os sulcos sinuosos ou ondeantes, os golpes de espátula ou mesmo de ponta romba, seriados, constituem uma ornamentação que se encontra nos castros. Como exemplo, pode ver-se a *Portugalia* (II, 673) no Castelo Velho de Amarante.

As nervuras constituem uma ornamentação muito antiga, mas ao mesmo tempo muito duradoura (*Manuel*, I, 562), que tinha a vantagem de fortalecer o artefacto. Na próxima estação de Pena-Cova, que penso não ter chegado à época de ferro, havia já baixela ornada com estes relevos.

¹ Concêntricos relativamente ao eixo do recipiente.

Os sulcos sinuosos não eram traçados sempre no mesmo sentido. Alguns parecem terem sido feitos da esquerda para a direita e outros na direcção contrária. Quando os ziguezagues da curva são ortogonais e idênticos, não se conhece em que sentido foram traçados (fig. 8, I, II e III).

Como o ornato do n.º 5, não conheço outro (fig. 8, IV). Lembra, pelo pensamento que o inspira, os arcos entrecruzados de que pode ver-se em Déchelette (*Manuel*, II, 1469) um exemplo, mas aqui havia maior capricho. É provável que estes motivos se inspirassem na ornamentação da baixela metálica. Reuni num esquema estes desenhos, para seu mais comodo estudo (fig. 8).

Além destes fragmentos, destaca-se pelo seu exclusivismo, o que represento na fig. 7. É o único de estilo rectilíneo; as incisões são profundamente gravadas, mas não é facil determinar o motivo ornamental. Pelo lado interno do caco, a pasta tem o tom amarelo natural; pela face externa, que é a ornada de desenhos, a pasta tomou a cor negra proveniente de exposição ao fumo, tal como sucede num cossorio que deixo descrito. Quasi é desnecessário acrescentar, que o fabrico é primitivo e a pasta micácea.

Todos estes exemplares, que tenho perpassado, são das olarias indígenas. Há porém um caco, que pertence a outra série completamente distinta. É, ao que parece, daquela cerâmica exótica de pasta cinzenta e fina, que o falecido Santos Rocha, com tanta diligência, exumou da estação de Santa Olaia (*op. cit.*, p. 43) e como tal classificou. Pela sua forma, este caco deve ter pertencido a uma taça ou prato; corresponde a um bordo plano e largo.

d) RESTOS ANIMAIS E VEGETAIS.—*Ossos.* Limitam-se os achados a um molar de ruminante, achado justamente com caroços de frutos, cacos de pasta micácea e carvão vegetal em grande extensão.

Frutos. Os exemplares existentes estão uns evidentemente carbonizados, e outros enegrecidos apenas pela longa inumação. Constam de dois caroços duros, um pequeno fruto com dois umbílicos ao centro, outro com dois pedúnculos ou prolongamentos ponteagudos e sementinhas globulares aglutinadas. Os caroços de *prunus* aparecem juntamente com grande porção de madeira carbonizada. As sementes parecem-me as de painço, mas os outros frutos não puderam ser classificados¹.

¹ O painço apareceu também na próxima estação calcolítica de Pena-Cova; a él me referirei mais especialmente, porque foi proficientemente estudado pelo distinto técnico Otto Klein.

e) **INSCULTURAS.** Diz-me o P.^o Saraiva de Miranda:

«Em uma grande fraga a SE. que me dizem chamar-se a *Lapa de Água* existem duas *covinhas*; uma é circular e mede de diâmetro 0^m,13 e de profundidade 0^m,05; outra é oblonga e tem 0^m,15 no seu maior comprimento, 0^m,10 de largura e 0^m,03 de profundidade. Na encosta do mesmo monte, ao S., em um pequeno penedo que fica em «uma chã»⁴, mas já ao subir a ladeira, há uma *pia circular*, que mede de diâmetro 0^m,22 e de profundidade 0^m,08. O fundo desta pia tem

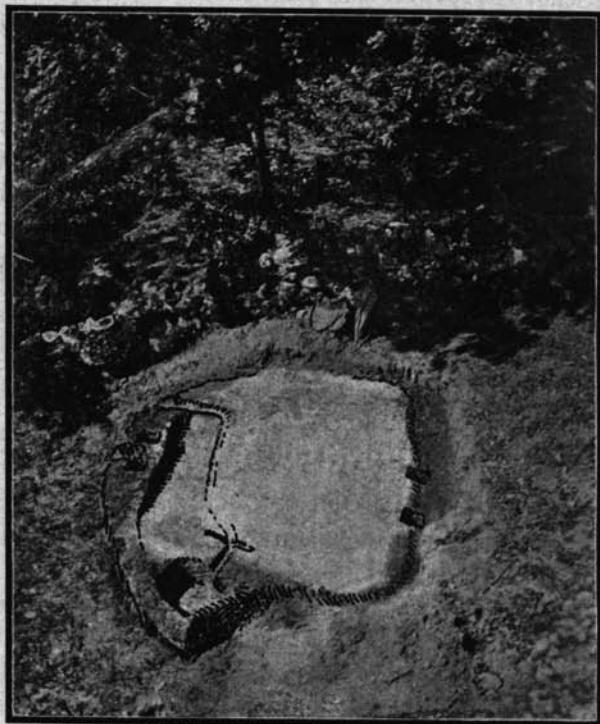


Fig. 9

a mesma inclinação da superfície superior do penedo, mas como este é de pequenas dimensões, julgo-o deslocado da posição primitiva, que deveria ter sido a horizontal...».

«Há outras pias de maiores dimensões, mas são obra da natureza e há o *lagar*...». É este que vou descrever seguindo quase textualmente a carta do P.^o Saraiva de Miranda.

⁴ [A nasal pronuncia-se como em Lisboa na palavra *chão*].

Devo, antes de mais, notar que esta obra não está nas abas do Côto da Pena, mas fica ao poente, numa encosta fronteira e próxima, num sítio a que chamam o *Gaio*. A excavação foi aberta num pequeno rochedo, que apenas mede na face anterior 0^m,70 de altura, e é nas suas grandes linhas um quadrilátero tóscico e irregular.

A face zenital do rochedo é um pouco em declive para o lado direito e mede nos seus eixos em cruz 2^m,60 por 1^m,88. Bordo só o tem acentuado nos pontos, em que o desbaste da pedra teve de ser mais profundo para conseguir o fraco declive a que me refiro; portanto esse bordo não era parte essencial da obra, como muito acertadamente observa o meu sagaz correspondente. Na fig. 9 represento uma vista lateral direita do lagar; na fig. 10 um esquema das suas cavidades, supondo o observador em frente do rochedo.

No fundo desta fossa, foram abertos dois sulcos, um para a direita *b*, que vai abrir-se sobre uma excavação *B* depois de atravessar uma incisão *b'* ou golpe transversal feito na rocha; outro *a* segue, numa parte do seu trajecto, paralelamente à frente do rochedo, e depois de dobrar em ângulo recto para a borda da pedra, aí acaba.

É evidente que a ranhura *b'* se destinava a receber uma tábua ou aduifa, que impedia mal ou bem a passagem total dum líquido ou das suas impurezas para a fossa *B*, que neste caso pode bem desde já chamar-se lagareta. O sulco ou canal *a* mostra uma disposição um pouco diferente; seguindo num declive cada vez maior, apresenta próximo do seu actual termo um alargamento em ângulo recto *a'*, cujos lados tornam a aproximar-se obliquamente, estabelecendo aí também uma piazinha ou uma disposição, em que um cubo ou taco de madeira podia obturar o canal.

A lagareta *B* tem uma forma pentagonal muito irregular, determinada apenas pelo feitio do rochedo. Mas os lados, se são irregulares em extensão, são-no também em profundidade. Assim o lado onde reabre o canal *b* mede 0^m,55 de comprimento por 0^m,22 de profundidade; o lado fronteiro tem apenas 0^m,15 de altura. No fundo da lagareta, há um buero (*f*) que comunica com o exterior e se abre em nível inferior, para dar completa escoante ao líquido.

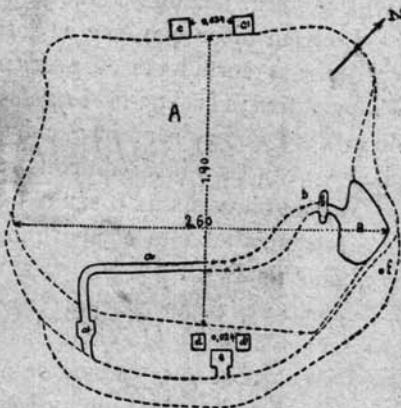


Fig. 10

No lado oposto à frente do lagar, há duas aberturas rectangulares *cc* paralelas e distanciadas uma da outra 0^m,34, que atravessam verticalmente o rochedo de lado a lado.

Sensivelmente iguais, medem nos lados 0^m,18 × 0^m,15, e de profundidade 0^m,36 na face do lado do lagar.

Note-se que não eram rigorosamente verticais essas cavidades, mas formavam um ângulo agudo com o plano do lagar.

Do lado anterior do penedo, há correspondentemente outras duas cavidades *dd* quadrangulares, distanciadas 0^m,24. São também aparentemente iguais e medem de lados 0^m,16 × 0^m,13 e 0^m,18 de profundidade. No meio há uma pequena excavação rectangular e com larga goiteira, análoga à que já vimos no canal *a*.

Convém dizer que este curiosíssimo penedo já foi mutilado pelos «pedreiros» cortadores de pedra na sua parte anterior; a borda não é a primitiva; revelam-no os *petens* ou marcas deixadas pelas *cunhas* de aço, de que se servem aqueles operários, para separarem dos rochedos grandes pedras de construção.

A esta obra chama o seu actual possuidor um lagar *lá dos antigos* e pouco mais adianto eu, porque não ouso relacioná-lo como as antiguidades da Pena.

A sua utilização não parece ser um segredo para a nossa época. As cavidades *cc* e *dd* evidentemente se conjugavam e deviam servir para receberem uns prumos de madeira esquadriada, prumos que se destinavam a manter em posição a vara do lagar. A disposição é análoga aos actuais lagares. Indicando as calhas ou regos que o líquido era aproveitado na parte anterior do sistema, comprehende-se que nas aberturas *cc* se introduziam uns curtos barrotes, de modo que superiormente formavam um ângulo obtuso com o fundo do lagar. Esses barrotes eram decerto atravessados por um veio horizontal ou cousa equivalente, que sustinha a extremidade posterior da vara; pela parte inferior do rochedo, alguma disposição particular impedia que o esforço da vara os arrancasse.

Na frente desta prensa-lagar, as outras duas cavidades correspondentes recebiam outros dois prumos verticais, cuja missão era impedir que a vara se deslocasse da sua carreira obrigatória e talvez aguentá-la em qualquer ponto da sua descida, para que a pressão da massa vinária não cessasse.

Três pontos de saída se encontram para o líquido obtido, dois na parte anterior e um na lateral; este era constituído por uma verdadeira lagareta com boeiro inferior.

Não são raras estas insculturas agrícolas em Portugal. Na Beira

Baixa vêem-se com freqüência e talvez sem antiguidade. Neste assunto os sistemas primitivos tem tido tal persistência, que é quase sempre muito arriscado incluir numa determinada civilização qualquer descobrimento desta espécie. O meio, em que se encontram, é ainda assim o índice mais aproveitável da sua antiguidade, mas esse mesmo nem sempre é definido e seguro.

Creio que, no Norte do país, estão abandonadas há mais tempo do que no centro e esta por exemplo encontra-se num ponto, onde muito longe fica hoje a cultura da vinha e onde quase falta a da oliveira. Portanto é lícito concluir que é de recuada antiguidade. Desta região já descrevi insculturas de carácter agrícola no *Arch. Port.*, IV e XIV, e outras são referidas nesta mesma revista, vols. II, III, IV e VIII¹.

5.

Como já indiquei, o *Côto da Pena* foi assento de antiga povoação, situada em cabeço naturalmente defendido pelo declive dos seus flancos e quiçá por algumas obras ligeiras de fortificação, de que restariam dois ou três terraplenos artificiais com as respectivas trincheiras para um dos lados². O aparecimento de cerâmica característica, de utensílios de pedra e a ausência de *tegulae* e *imbrices* são factos demonstrativos de que o *Côto da Pena* deve, cronológica e industrialmente, classificar-se como estação pre-romana.

Esta fórmula toponímica de *Côto da Pena* não tem por si só absoluto valor arqueológico, porque rigorosamente apenas traduz o aspecto físico do local; *côto* e o diminutivo do dialecto alto-minhoto *cotarélo* exprimem o mesmo que cabeço, outeiro em outras regiões mas nem um nem outro se aplicam a eminências de grandes dimensões³.

¹ Poderei acrescentar o *Bulletin de la Soc. Préhist. de France*, VII, 61.

² Nos relatórios de A. Schulten sobre os acampamentos romanos em torno de Numância, lê-se que estes também eram fortificados com terraços consolidados por muros, sistema que nos castros ibéricos também se adoptava mais ou menos rigorosamente. (*Bulletin Hispanique*, x (1908), p. 128).

³ Na primeira revisão deste meu trabalho, os srs. revisores da Imprensa Nacional emendaram, vezes sem conta, o meu *côto* para *couto*. É explicável a confusão, porque de facto, na pronúncia lisboeta, estas duas palavras não se distinguem. Não assim no norte e no dicionário: *côto* é um outeiro ou cabeço; *couto* é um termo de antigo direito, que não vem nada para o caso.

Ora o *Côto da Pena* é assim chamado por ser um cabeço altaneiro; não longe há uma freguesia do *Couto*, alusão a um antigo privilégio que ali houve; ninguém lá confunde estas duas cousas de som tam diverso. Portanto *Côto* está bem; e *Couto* é que estaria mal neste caso.

Real significação arqueológica tem, pelo contrário, o tópico *castro* ou *castro* e os seus derivados ou paralelos; mas conviria averiguar, com bases concretas, se as estações abandonadas antes da época romana recebem ou receberam a classificação de *castro*; inclino-me a que, na maior parte dos casos, estas, que não são verdadeiramente lusitano-romanas, não mereceram a classificação de *castro*, porque, quando esta palavra passou, como as outras da mesma origem, à linguagem popular, já deviam estar, por assim dizer, esquecidas as populações anteriores a este facto e os respectivos assentos. As estações pre-romanas seriam já outeiros desertos e esquecidos; aquelas, que se haviam romanizado e até cristianizado, estavam ainda vivas na tradição, quando não na própria efectividade.

Não tenho esta observação por verdade inconcussa, mas julgo que tem alguns factos a seu favor. Não vou agora aduzi-los, mas na região de que me estou ocupando, além do coto da *Pena*¹ (estação pre-romana) há o *Alto de Pena-Cova*, estação calcoc- ou eneolítica; quase contígua e bem perto destes pontos, o *castelo* de S. Miguel-o-Anjo de Ázere (*Arch. Port.*, I, 161) e os *Crastos* do Vale, duas estações que contêm a tégula romana e o numisma do Império. Sabroso, a importantíssima estação pre-romana do vale do Ave, tem a denominação popular de *Coto de Sabroso* (*Revista de Guimarães*, xxvi, 133 e xxiv, 59), e Briteiros, já no tempo de Gaspar Estaço (*Várias antiguidades de Portugal*, 1625, p. 66), se chamava *Citânia*, nome que em todo o caso passa por ser mais literário que popular, o que indicaria apenas que a tradição também a teria esquecido.

Se assim fôsse, o termo *castro* e paralelos teriam a maior parte das vezes tal ou qual valor cronológico, porque a linguagem do povo, que é o depositário das tradições, só teria aplicado aquele toponímico a montes fortificados em que a romanização fôsse facto consumado, e isso bastaria, independentemente de qualquer pesquisa, para sabermos a natureza de qualquer outeiro fortificado².

Um facto, que não pode deixar-se em silêncio, é a existência de lendas guerreiras neste cabeço, como em alguns castros. Não se lhes deve conceder sempre crédito local, mas é certo que a tradição generalizada existe e prende-se mais ou menos ao estratégico das posições e aos restos de obras militares de defesa. Neste caso, não me

¹ O nome, que já vimos, de *Penedo do Castelo* é acessório e secundário.

² Reconheço que há muitas estações lusitano-romanas em outeiro, sem que tenham o nome de *castro* ou análogos.

parece que se possam invocar origens literárias. No *Côto da Pena*, não só há a curiosa interpretação popular do termo *pena*, mas a tradição de que os habitantes desta eminência jogavam as cristas com os dos *Crastos* do Vale (*Arch. Port.*, VII, 195, nota 2, e 197, nota 2, e 1, 126).

*

Como nestas *Considerações* é indispensável não perder de vista a exposição feita quando descrevi os achados, segue-se agora ocupar-me dos objectos já conhecidos do leitor, pela ordem adóptada.

Nem o machado polido, nem o polidouro granítóide restringem a existência do castro à época neolítica. Assim como na cerâmica se deu a sobrevivência dos processos primitivos de a fabricar até aos mais baixos tempos da época do ferro, como está demonstrado mais sólidamente pelos trabalhos de Santos Rocha, assim o emprêgo do utensílio ou da arma de pedra polida desceu, pelo menos numa ou noutra região da Lusitânia, aos inícios da transformação romana. Note-se que atrás fica descrito um utensílio de ferro. Mas o que preciso ainda frisar é que, nos castros do Minho (e talvez nos de outras províncias), aparecem seixos que apresentam vestígios de utilização momentânea ou repetida, mas que tem formas naturais, aproveitadas para uma melhor adaptação a determinado fim. No Castelo de S. Miguel-o-Anjo de Ázere (*Arch. Port.*, I, 161) encontrei não poucos desses seixos e dois perfeitamente iguais, e no *Côto da Pena* há o cilindróide de pedra que descrevo acima e que foi utilizado para um trabalho de percutor... Isto corresponde talvez a um sintoma de decadência do emprêgo da indústria da pedra, porque é precisamente nos tempos francamente neolíticos que tais objectos de formas casuais e múltiplas não aparecem, ou menos aparecem.

Há também uma consequência que se pode, creio eu, tirar do aparecimento destes pequenos calhaus; é a que pressupõe a rudeza dos habitantes e a sua inópia. Pequenos e míseros povoados, cujos restos o longo tempo decorrido até hoje nobilitou, pelo elevado interesse que as ciências auxiliares da História despertam actualmente. Os habitadores destas estações já não fabricavam, nem permutavam o belo machado polido da civilização neo- ou calcolítica e, como não obtinham também, pela sua condição miserável, o utensílio ou arma de ferro, regressivamente lançavam mão do primeiro calhau que melhor se lhes adequasse a um trabalho determinado, como em uma época já muito afastada, devia ter procedido o selvagem quaternário, antes de saber produzir a mais simples forma preconcebida. Apesar porém, desta

malaventurada condição, o incola d'este *côto* tinha, no amor do seu torrão, grandeza bastante para a precaver com obras de defesa, ao ouvir os ecos de uma invasão próxima, provavelmente das legiões romanas. Este facto, que em quase cada castro se pode presumir ainda hoje, não deixou de ser notado pelos próprios escritores da antiguidade.

Os pedaços de rocha côntrante podiam ter servido para a tatuagem ou para o tingimento de quaisquer objectos.

*

Já vimos minuciosamente a estrutura do lar ou pavimento examinado pelo Sr. P. Saraiva de Miranda.

Analisemos as suas considerações.

«Em vista disto, conclui que a cocção imperfeita se tinha operado na parte superior e que ela não podia ter resultado da acção dos raios solares, porque então devia ter sido igual em toda a espessura da camada argilosa, mas sim do fogo que, não exercendo por igual a sua acção, produzia em alguns pontos a cozedura mais perfeita ainda que não completa; isto o revelaram alguns pedaços de barro com umas depressões quase paralelas na superfície que assentava sobre o carvão¹. Quando isto vi, rejualei, pois no mesmo monte a SE. eu tinha encontrado, no meio de uns penedos, barros com iguais impressões, mas dispersas e de mistura com restos cerâmicos e no *Arch. Port.*, vol. VIII, pp. 270 e 271, tinha lido que no castro da Rotura idênticos barros tinham aparecido com canais geralmente paralelos e alguns transversais. E a descrição que ali vem, adapta-se perfeitamente aos da Pena.

«São considerados como tendo feito parte dum tecto constituído de ramos, tecto que o barro revestisse. Porém no meu caso, esta hipótese do tecto parece que deve ser posta de parte. Senão vejamos. Não pode restar dúvida de que o barro assentava sobre ramos carbonizados, porque destes ficaram nele as impressões. E, num dos pedaços que conservo, estava aderente um pedacito de madeira carbonizada, que media de diâmetro 0^m.02 e que infelizmente se deslocou; e noutro, embora eu não possa afirmar que fosse aquele o seu lugar, ajustava-se perfeitamente outro pedacito. Se isto fosse o tecto duma cabana,

¹ [Estas impressões só podiam ter sido produzidas pela aplicação de barro mole].

tinha de admitir-se, em virtude da camada de madeira carbonizada sobre que o barro assenta, que um incêndio a havia destruído. Mas se assim fosse, a superfície interna devia ser a mais consistente e o contrário é que é.

«A externa, pela sua cõr avermelhada e maior resistência, é que mostra que sobre ela se exerceu a ação do fogo.

«Também não poderá admitir-se que o tecto desabasse tam direitinho, que ficasse na posição em que se encontrava e não mostrasse sinais de fractura manifesta, pois não os reconheci¹. Em vista disto, a hipótese que me parece mais plausível, e que não será absurda, é que podia ter sido o lar e pavimento duma cabana, que os primitivos habitantes da Pena ali tivessem construído encostada a um rochedo². Mas como se operaria a combustão da madeira? Não foi decerto o calor do lume a crepitá sobre a lareira que a realizou. Teriam os construtores daquela época conhecimento de que o carvão era inalterável mesmo em contacto com a terra e para maior solidez da sua obra, tivessem primeiro queimado os ramos e lançado depois sobre o carvão a camada de argila?».

Estas considerações traduzem o cuidado com que o novel pesquisador procedeu para com o seu achado, e confesso que a hipótese é bem própria para exercer a sagacidade de quem pretende sempre tirar algum resultado das suas observações.

Em primeiro lugar, não há dúvida de que o barro foi préviamente aplicado em verde sobre faxina ou caniço (já de propósito carbonizado, numa hipótese, que me parece desnecessária, do Sr. P.º Saraiva de Miranda), aliás não teria recebido a estampagem do varedo. Sendo assim, podia provir do tecto da cabana, mas esta explicação é rejeitada pelo próprio achador e com boas razões; também podia provir das paredes da própria cabana, o que não está em antagonismo com factos conhecidos da antiga etnografia, mesmo portuguesa, e isto tem, não direi visos de probabilidade, mas de possibilidade num caso: aquele em que, incendiada uma cabana, tendo desabado um pano das suas parades, posteriormente os habitantes ou fizeram lume durante algum

¹ Esta obra, lar ou pavimento, tinha a inclinação do chão ou do monte, a qual naquele sítio era pequena.

² Podia muito bem ser um pequeno espaço na parte mais elevada e também mais plana junto do fundo da suposta cabana, onde o barro mostrava maior coesão. Notei que, para os lados d'este espaço, facilmente se desagregava e que apenas se conservava a camada superficial.

tempo sobre esse estrato de barro, ou o incêndio da cabana, fazendo abater primeiro uma porção das paredes de caniçada, invadiu depois o tecto e outras partes, continuando sobre os destroços com intensidade suficiente para calcinar o barro primitivamente abatido, cozendo a sua zona superior ao abrigo do ar mais completamente do que a zona inferior, que fôra atingida apenas no princípio do incêndio, mas que depois a sua própria posição poupou.

E isto explicaria talvez como, sobre este *lar*, ou melhor *rescaldo*, se encontravam destroços vários contidos na cabana, cacos de vasos, utensílios de pedra e carvões. É certo que em outro ponto das suas cartas, me diz que também lhe parecem excessivas para lar as dimensões d'este estrato de barro ($1^m,50 \times 0^m,50$). Mas, apesar da minha preferência por esta hipótese, creio que ainda outra se pode aventar.

É que fôsse prática seguida por aqueles povos estabelecer a sua lareira sobre uma espécie de estrado de faxina, protegido por uma camada de barro e não directamente sobre a terra. O que a arqueologia nos tem já revelado em restos de habitações prehistóricas é a existência dum pavimento coberto de barro, algumas vezes óco inferiormente; contudo não parece ser este último o nosso caso, porque esta obra assentava directamente sobre o chão do monte. O pavimento de madeira coberto de barro podia ser um conforto adoptado por estes povos, à semelhança de outros; sendo assim, o facto de fazer lume sobre este pavimento não deveria deixar de carbonizar, embora lentamente, a faxina subjacente, dada a pouca espessura da camada de barro¹.

O que me parece deduzir-se d'este descobrimento do *Côto da Pena*, é que não podemos estar a inventar o incêndio duma cabana pre- ou protolhistórica, para cada porção de barro que aparece cozido com a estampagem de faxina de madeira em alguma das superfícies; porque bastará que admitamos a prática de se estabelecer o lar sobre uma camada de barro suportada por uma caniçada de varedo. E esta conclusão já por si seria bastante importante para a etnografia destas épocas afastadas, se pudesse ser completamente averiguada.

Demais, para que fatigar a nossa sagacidade com estas explicações que, não se referindo à última hipótese que estabeleci, só poderão exercer-se sobre um acontecimento casual e particularíssimo, sem

¹ Restos d'este pavimento são descritos pelos irmãos Siret na sua obra *Les premiers âges du métal dans le sud-est de l'Espagne*.

alcance arqueológico, sucedido num momento qualquer da vida de certos castrejos?

O lar, que o Sr. P.^o Saraiva de Miranda descobriu, constituído por barro e sobretudo com seixos, é dum tipo bem primitivo. Nos *kjökkennöddinger* de Mugem, encontrou Paula e Oliveira restos de um¹. Os seixos podiam ser não só o pavimento do próprio lar, mas principalmente os suportes da baixela cerâmica, quando submetida à ação do fogo, de que os carvões são o irrefragável documento.

Os habitantes dos povoados da época do bronze no norte da Itália também estabeleciam os seus lares sobre uma camada de argila, que se tornava dura por esse facto (*Manuel*, II, 120).

Este sistema não podia deixar de ter longa duração e por isso, num acampamento de Scipião, em torno de Numância, no de Valdevorron, um lar era constituído por lajões de argila endurecida ao fogo com a dimensão de 0^m,46 × 0^m,25; noutrós pontos, os lares assentavam numa alvenaria em círculo (*Bulletin Hispanique*, XI, 1909, p. 4).

*

A presença de desenhos de estilo curvilíneo no *Coto da Pena*, situado a pequena distância doutra eminência, que eu já explorei e que não forneceu senão cerâmica de estilo rectilíneo, é um facto que deve ter uma explicação e um sentido. São muito escassos os achados do *Coto da Pena*; foram mais abundantes os do *Alto de Pena-Cova* e suficientes para classificar esta estação arqueológica num período anterior ao conhecimento do ferro. A ornamentação da cerâmica era toda inspirada nas múltiplas e abstractas combinações da linha recta; no *Coto da Pena*, poucos são os fragmentos recolhidos com ornamentação linear, mas êsses, com a excepção de um, apresentam-se com uma ornameritação nova, desconhecida em *Pena-Cova*, pelo emprego da linha curva. Evidentemente aquela é mais antiga.

Em outra estação pertencente à mesma zona arqueológica, situada também a pouca distância das duas referidas, mas em nível inferior e mais proximamente de um curso de água, apareceram objectos que já significam a presença da civilização romana, e aí a cerâmica, conservando ainda alguns motivos rectilíneos, mas caracterizando-se por um fabrico mais perfeito que a do *Alto de Pena-Cova*, fornece tam-

¹ *Nouvelles fouilles faites dans les kjökkennöddinger de la vallée du Tage*, por F. de P. Oliveira, p. 5.

bêm exemplares de ornamentação curvilínea; refiro-me ao *Castelo de S. Miguel-o-Anjo* de Ázere (*Arch. Port.*, I, 161). De modo que, pela pasta e pelo estilo, a olaria mais antiga e primitiva é a daquela estação, a mais elevada de todas e a mais cedo desertada; segue-se na ordem cronológica a do *Côto da Pena*, onde nada romano apareceu, e em último lugar, a do castro lusitano-romano de Ázere; as cotas de altitude destas estações são também descendentes.

Qual pode ser a época em que a estação, de que me estou ocupando, foi habitada?

É certo que o espólio arqueológico deste cabeço é o mais modesto possível, mas a uniformidade de estilo da ornamentação de todos os fragmentos cerâmicos (excepto um, como já disse) chama verdadeiramente a atenção, pelo contraste que me oferece com a de outro ponto, situado a bem pequena distância. Por isso, as conclusões, que se basearem neste reduzido espólio, tem grande credibilidade a seu favor, não pelo número de objectos, mas pelo carácter dêles.

*

Esta frisante diversidade de estilos rectilíneo e curvilíneo vê-se em toda a cerâmica ibérica; bastar-me há aduzir a ornamentação de Ciempozuelos e de Palmela ao lado da do grupo I de ornamentação geométrica dos vasos pintados de Amarejo¹, de Meca, de Elche, etc. (*Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, por P. Paris, II, 141) e da mais comum dos nossos castros².

Em Portugal, a quem quer que percorra os mostradores do Museu Etnológico Português, patentear-se há com a maior evidência não só o fenômeno em si, mas a sua sucessão cronológica. Ao estilo geométrico rectilíneo sucedeu o estilo geométrico curvilíneo. Mas esta sucessão não foi uma evolução da mesma arte, não se transformou um estilo no outro por força própria, espontâneamente. Houve causas externas, influências estranhas que trouxeram uma nova arte,

¹ Veja-se principalmente em *L'Anthropologie*, V, xviii (1907), p. 626, o artigo do Sr. P. Paris: «Note sur la céramique ibérique».

Parece-me claro que, para o confronto genésico dos estilos, a diversidade de técnica, que se mostra na cerâmica incisa e na pintada, não tem uma importância capital. Idêntico critério segue Déchelette a p. 522 do tómo II do *Manuel*.

² Pode ver-se no *Archeologo Português*, na *Revista de Guimarães*, nas *Religiões da Lusitânia* e na *Portugalia*.

introduzindo a curva como elemento ornamental, onde quer que o artífice ibérico tivesse de produzir uma obra sua. Ou no barro, ou no metal, ou na pedra, esta corrente artística, vinda de fora, deixou bem patente a sua influência multiforme.

Apesar das divergências, que aparentemente separam os etnólogos que tem manuseado tam interessante problema arqueológico, um traço comum os pode conciliar, creio. Nenhum destes escritores, M. Sarmento, P. Paris, J. Déchelette, S. Siret, coloca o campo em que estas influências se formaram e exerceram, fora das praias do *Mare Internum* e das ocidentais do *Oceanus Atlanticus*. Divergem na data em que pensam que essas influências se exerceram na Ibéria; divergem nos aspectos mais particulares do estudo de uma ou outra região da Península Ibérica; mas, para todos, influências helénicas em geral são as que imprimiram na arte ibérica o cunho ornamental de que encontro um apagado reflexo na modestíssima cerâmica do *Côto da Pena* e dos castros portugueses¹.

O ponto melindroso é a época precisa, em que a corrente artística, que me agora interessa, inundou a Ibéria.

Se se atender a que, ao lado da curva na cerâmica, quer pintada (a que propriamente chama ibérica o Sr. P. Paris) quer incisa, existe a linha curva também sobre a arma de ferro, sobre a habitação castreja e sobre o enfeite e o utensílio metálico, creio não ser impossível chegar a uma conclusão sofrivelmente fundamentada.

Nas clássicas estações da época do ferro da Europa, é a exumação de artefactos gregos ou italo-gregos o indicador cronológico mais seguro, a que se tem apegado os melhores tratadistas destas delicadas questões.

Nos castros portugueses, em correspondência com uma cerâmica evidentemente pre-romana, ornada uniformemente segundo o estilo geométrico curvilíneo, aparecem as ombreiras e vêrgas das habitações ricamente lavradas com variados desenhos, cuja base é a curva combinada num estilo verdadeiramente característico, curva que ornamenta também os punhos das curtas espadas anteniformes e dos sabres ondulados² que surgiram na notável necrópole de Alcácer; os obeliscos transtaganos, os célebres estoques de Cenáculo de que até

¹ E não só na arte ibérica, porque o estilo de La Tène é considerado como um efeito de penetrações helénicas nas regiões do Reno médio.

² Bastaria isto para demonstrar que é verdadeiramente ibérica a indústria siderúrgica que produzia estes artefactos; o que aliás já pensam J. Déchelette e P. Paris.

se me figuram réplicas em pintura na *cratera* salaciana, e por fim a ourivesaria dos castros. É impossível, a meu ver, divorciar esta série de achados, dissociando a sua ornamentação; em outra monografia me ocuparei dela mais *ex professo*¹.

Em Alcácer apareceram vasos gregos de figuras vermelhas e são estes os que tornam a capitulação cronológica das sepulturas mais precisa, porque a espada de antenas, essa parece ter tido uma longa existência (700 a 500 a. C.). J. Déchelette diz que a segunda fase da época de Hallstatt, a única que se desenvolveu no sudoeste da França e na Ibéria, é caracterizada por aquele artefacto (*Manuel*, etc., III, 606 e 625).

No *Bulletin Monumental* de 1875 (n.º 5, p. 471) vem uma *Chronique*, onde se exara a opinião dum especialista sobre a *cratera* da necrópole salaciana. É de M. Desjardins, o qual entende que este exemplar, denunciando época de decadência, em que os modelos tradicionais eram reproduzidos sem o sentimento da arte, pertence seguramente à escola grega, como cópia que é, e deve ter sido executada na Itália ou na Sicília².

Segundo Pottier (*Catalogue des vases antiques de terre cuite...*, Paris 1896), os vasos gregos em que as figuras e outros desenhos são reservados sobre o fundo de argila, enquanto a cér negra enche todo o restante campo livre, pertencem à categoria dos chamados vasos de figuras vermelhas; inicialmente datam do fim do séc. VI, mas o seu estilo vai-se alterando sucessivamente, tornando-se minucioso em excesso no fim do séc. V e no IV. Isto entende-se porém, com os autênticos e originais³.

A cultura, que os achados da grande necrópole de Aguilar de la Anguita, explorada pelo Sr. Marquês de Cerralbo e à qual J. Déchelette se refere mais especialmente, revelam, deve atribuir-se, segundo

¹ A associação, em numismas autónomos, da espada ondulada, da cetra lusitânica, e de outra curta arma, provam a sua coevidade. Com a espada ondulada, apareceu em Alcácer o terçado de antenas, de punho tauxiado no estilo citanense e o vaso grego de figuras vermelhas. Tudo isto equivale a um depósito arqueológico, que se encontrasse homogêneamente constituído.

² A exploração da necrópole de Alcácer, descoberta por acaso em Maio de 1874, foi feita sem critério e sem rigor algum científico. São apresentados como dela objectos romanos; assim uma máscara de argila e uma moeda de Cláudio (*Boletim Arquitectónico e de Arqueologia*, t. I (anos de 1874 a 1876, pp. 91 e 131). Cf. *De Campolide a Melrose* pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, p. 47, nota.

³ Uma boa parte da bibliografia de Alcácer é alemã e creio que não se encontra em Lisboa; vem citada por E. Hübner, *La arqueología en España*, p. 281.

este autor, às influências helénicas principalmente; os protótipos dos principais objectos desta civilização, espada, enfeites, cerâmica, devem procurar-se no território helénico e particularmente nas colónias, gregas da Sicília e Itália meridional (*Manuel*, II, 692). Mas não pode duvidar-se de que estas colónias, que são o produto do movimento marítimo que da Grécia irradiou desde o séc. VIII, tiveram posteriormente uma preponderância secular na civilização da Europa, não só para os países setentrionais, mas através do mar para as costas ibéricas. Por isso Déchelette assina para aquela necrópole, aliás situada no interior da Península, uma data relativamente tardia, o séc. IV a. C.¹.

O parentesco das sepulturas Anguilares de Anguita com as de Alcácer não se prova apenas pelo rito comum de incineração, mas pelo espólio. Bastaria comparar os artefactos expostos no Museu Etnológico Português com os reproduzidos na fig. 264 da p. 689 do *Manuel* de Déchelette (vol. II), para conhecer a identidade perfeita; citarei os terçados de antenas, as pontas da lança, uma espécie de chuços, e os freios dos cavalos. Déchelette atribui esta necrópole ao séc. IV a. C. (Cf. *Compte-Rendu* do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas celebrado em Genebra, em 1912).

Nas sepulturas de Alcácer, apareceram também exemplares de barro vermelho, coberto por verniz negro; parecem-me da classe dos campanienses ou etrusco-campanienses e, em conjunto, estes artefactos classificam-se dos sécs. III-II (*Manuel*, II, 1000). Em Portugal são muito raros estes produtos de importação.

Na minha ordem de ideias, sinto-me acalorado pela opinião do malogrado autor² que insistentemente tenho aduzido. Déchelette, ocupando-se da cerâmica da Armorica francesa, desta época, diz que ela procede do mesmo estilo de elementos curvilíneos, tam característico como é, para o qual tanto os oleiros desta região, como os artífices que em outras nos legaram produtos em que é análoga a ornamentação, todos beberam em fonte comum, qual era o rico reportório dos

¹ Eis aqui elementos do estudo d'este assunto: algumas cidades fundadas no séc. VIII a. C. pelos colonizadores gregos na Sicília: Siracusa, 735 a. C.; Megara Hyblaea, 728 a. C.; Agrigento. Na Itália Meridional, desde o séc. VIII a. C. Tarento, Crotone, Sybaris.

Na França Meridional; Marselha, séc. VII (600 a. C.); Olbia, Antilopis, Nicaea, Agata, séc. VI a. C.

Na Espanha: Rhoda, Emporiae, metade do séc. VI.

² J. Déchelette, cujo *Manuel* é obra culminante nestes assuntos, morreu já na guerra actual.

motivos decorativos da arte helénica¹. Ora nessa cerâmica armoricana, eu vejo desenhos incisos como os do *Coto da Pena* (*Manuel*, etc., II, 1469).

São da idade de *La Tène I* aqueles vasos, o que apenas atesta parte da duração da influência artística da Grande-Grécia, porque, quanto ao mais, a própria cultura designada por aquele tópico é ainda emanada das mesmas correntes de arte italo-grega².

Ao lado do ornato curvilíneo dos nossos castros, tal como o do *Coto da Pena*, aparecem curiosas figuras estampadas, como na cerâmica do III período da idade do ferro do Norte da Itália, período limitado pelos anos 750 a 550 a. C. (*Manuel*, etc., II, 539).

Parece-me certo que não é tam antiga a nossa olaria, porque nos encontramos muito na periferia d'este vastíssimo campo de eflúvios da arte clássica, mas não deixa de ser muito interessante este confronto, aliás já apontado pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (*Religiões da Lusitânia*, II).

O que me parece indubitável, é que se deu uma longa persistência d'este estilo; no *Coto da Pena* não há nenhum vestígio da civilização romana. É lógica a ilação de que foi abandonado antes do derramamento desta civilização ao norte do Douro; séc. II, a. C. (*Relig. da Lusit.*, III, 158); só a pouca abundância de restos, que poderia ser

¹ Este conceito das influências que, partindo da Itália do Sul, bracejavam no comêço da idade do ferro para a Itália do Norte e para a Ibéria e Armorica é para Déchelette a hipótese que melhor explica analogias que se patenteiam entre a cerâmica ibérica, vilanoviana e armoricana. Entende este autor que não é precisa a suposição de que os ornamentadores das sítulas italianas exercessem alguma influência na cerâmica armoricana, mas é mais verosímil admitir que os celtas da Armórica, como os venéciós de Adriático, beberam em proporções desiguais e por vias diferentes na fonte comum da arte grega. É inegável o parentesco dalguma ornamentação castreja com a itálica. Vid. *Agés préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* par E. Cartailhac, p. 279.

² Vou citar um facto, que define a maneira por que se exerciam as influências helénicas.

No *Bulletin Hispanique*, XIII, 1911, publica-se um artigo «Quelques fragments de vases ibériques d'Ampurias», por M. Cazurro, onde se reproduz um vaso ibérico, em que o ceramista pretendeu copiar uma scena representada em vasos gregos; mas o que interessa, é, em primeiro lugar, que, na parte geométrica da ornamentação, lá figuram os círculos concêntricos e, depois, que se surpreende claramente o fenómeno da influência directa da cerâmica grega na ibérica, sem necessidade de recorrer a uma importação púnica, segundo pensa também o autor. Seja porém como fôr, em alguns pontos da costa ibérica, as relações comerciais com Cartago parecem assentar em sólidos argumentos.

aqui invocada para classificar de negativo o argumento, é que seria suscetível de contraminar esta conclusão.

Mas os factos da nossa arqueologia não são escassos de longas sobrevivências; o escudo lusitano por exemplo, que estátuas do séc. I a. C. ou anteriores sustentam⁴, recebia ainda uma ornamentação da época de bronze (*Arch. Port.*, XIII, 202).

Em uma estação tam pobre como a do *Coto da Pena*, não pode esperar-se o encontrar vasos italo-gregos, que habilitam o estudioso a classificar com segurança a antiguidade do povoado, e por isso há necessidade de proceder por meios indirectos. Mas afigura-se-me que a ornamentação curvilínea se reconhece bem nos fragmentos, que dei à gravura neste artigo. E a sua associação com outros desenhos nos castros mais ricos de cerâmica e em outras estações espanholas também a julgo lógica.

No subsolo de Numância, aparecem fragmentos ornados com um estilo pre-romano, e, embora sejam executados a pincel e não a estilete, não deixam de nos apresentar motivos de estilo curvilíneo, como linhas de *ωω*, *postes*, cruzes, suásticas, linhas onduladas, etc. A Numância celtibérica desapareceu em 133 a. C. (P. Paris, *Promenades Archéol. en Espagne*, p. 247 e est. XLVIII). Tocante à cerâmica numantina, lê-se na *Revista de Archivos* (XVIII, 1908, p. 125) que há duas espécies de motivos ornamentais rectilíneos e curvilíneos; aqueles são linhas ou grupos de linhas que separam *recuadros* ou debuxam rombos, cruzes, suásticas, gregas, triângulos, ziguezagues, axadrezados, etc; estes são a linha ondeante, a espiral, os SS em série, os círculos e os semicírculos concêntricos. Podem ver-se nos mesmos vasos os dois estilos.

Idêntica ornamentação vejo em cerâmica da acrópole de Villaricos, também pintada, é certo. Estes artefactos, que o seu inventor classifica dos sécs. IV-III, estão datados pelos vasos gregos que juntamente aparecem e que levam J. Déchelette ao mesmo resultado cronológico, à parte as notáveis diferenças em pontos de vista etnológicos que se notam entre este autor e o sr. L. Siret. (J. Déchelette, *Essai*, etc., p. 65 e L. Siret, *Vilaricos y Herrerias*, p. 384 e lam. III).

A fibula de Alcácer é a anular, fibula especificamente hispânica, que em outros pontos da península tem sido datada dos sécs. IV-III. Desta época é o célebre tipo do sabre de Almedenila, que em Alcácer

⁴ Na necrópole de Aguilar de Anguita apareceu o *umbo* de ferro dos escudos ibéricos (*Manuel*, II, 688).

também existiu. (*Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, Paris 1903 e 1904, t. II, est. X e XI)¹.

Falando de um modo geral, Déchelette diz que é necessário cada vez mais reconhecer os empréstimos helénicos na civilização dos povos bárbaros da Europa Ocidental e Central, sobretudo a partir do séc. VI, isto é, depois do grande movimento da colonização grega.

Não posso deixar de fazer a observação de que, no estilo de período de La Tène, se encontram motivos muito semelhantes.

Esta cerâmica ornada com faixas sínusas já aparece nos sécs. VI-V; assim foi reputada no subsolo de Marselha, apesar de considerada indígena. (*Manuel*, II, 1006, nota).

A cerâmica do Coto de Sabroso e da Cítania de Briteiros diversificam bastante no seu conjunto. (*Revista de Guimarães*, XXIII, 45 e 46). Contudo não deixam de sobrepor-se alguns motivos ornamentais, porque é parcial a contemporaneidade das suas célebres estações. Abandonado em data mais recuada foi Sabroso; Briteiros ainda abrigou dentro dos seus muros a civilização romana e até a medieval. Em conjugação com isto, a cerâmica mais freqüente em Sabroso, favorita, diz Sarmento (*Rev. de Guimaraes*, XXIV, 114, 120; XXVI, 6), é-o muito menos em Briteiros; o que neste ópido abunda mais, em Sabroso ainda é raro. A romana até falta no Coto de Sabroso. Concretizando, os motivos preferidos na ornamentação sabrosina (*Rev. de Guim.*, XXIV, 114 e 120; XXVI, 132) são o triângulo ou a pirâmide combinada de vários modos e menos freqüentemente aparece o círculo singelo ou dobrado, às vezes em grupo com aquela (*Rev. de Guim.*, XXIV, 118). Na Cítania, a ornamentação circular vê-se até ser destronada pela romana (*Rev. de Guim.*, XX, 124); a triangular só aparece uma vez (*Acércia das escavações em Sabroso*, por Sarmento, in *Renascença*, 1879, p. 118) ou é rara (*Rev. de Guim.*, XXII, 122).

O abandono da estação de Sabroso teria sido, para o seu ilustre explorador, efectuado circa 138 a. C. (entrada de D. Júnio Bruto), isto é, no séc. II.

A louça de Sabroso é gravada e estampada, mas, para eu mostrar o seu parentesco com a ibérica do sr. P. Paris, bastar-me há um exemplo frisante. Na *Revista de Guimarães* (vol. XXIII, 49) vem o notável desenho dum caco, desenho obtido por impressão; é o seguinte:



¹ Esta adaga ondulada era recortada no punho em forma de cabeça de cavalo; há também fibulas hispânicas com este contorno eqüino.

Na grande obra de P. Paris (*Essai*, etc., p. 56, figs. 64 a 66 e p. 58, fig. 67) esta combinação «particularmente estimada pelos oleiros espanhóis» (*ibid.*, p. 116) repete-se com freqüência na cerâmica pintada de Alberca de Múrcia, Elche e Amarejo¹.

No cérro de Amarejo, apareceram cacos gregos do séc. VI (P. Paris, II, 7), mas as outras duas estações não são consideradas tam antigas (P. Paris, II, 133). Em Sabroso, também há olaria ornada de cordões ou nervuras (*Rev. de Guim.*, XX, 5 e 11; XXIII, 45; XXIV, 17).

Nas costas orientais de Espanha, no solo duma colónia massaliota fundada pelo meio do séc. VI — *Emporiae*, havia uma necrópole, cujo início era marcado pelos vasos helénicos do séc. VI-V e onde a olaria ibérica pintada da última fase (círculos e meios-círculos concéntricos e linhas onduladas) aparecia associada à baixela campaniana e até a produtos de Arrezo e Graufesenque (*Manuel*, etc., II, 1008). As importações campanianas revelaram-se também em Alcácer, como disse.

Naquela antiga colónia, a mesma indústria ibérica foi achada em estratos do séc. III (*id.*, p. 1498).

Que nos nossos castros a louça micácea, ornada com o estilo linear curvilíneo, tivesse uso cumulativamente com a romana não é de admirar; também em Numância o estrato da cidade celtibérica forneceu a cerâmica hispânica pintada, cuja utilização chegou até aos acampamentos das legiões romanas; naturalmente as indústrias indígenas não acabam de-golpe em parte alguma (*Manuel*, etc., II, 1499).

¹ Pode ainda ver-se *Arch. Port.*, VI, 34. Na *Rev. de Guimarães*, XXIV, 121, vem um desenho análogo, mas os círculos são ligados por tangentes oblíquas e paralelas, tal como no estilo de Dypilon, o que não é indiferente. Este motivo não aparece rigorosamente reproduzido na cerâmica pintada, mas as espirais pintadas da fig. 175 (P. Paris, II, p. 88) e as tauxiadas da espada de pp. 274-275 (vol. II, pl. x) correspondem ao mesmo ornato, pois que o oleiro gravador evitava a espiral, substituindo-a pelo desenho a que me refiro e que imprimia com fôrma ou sinete.

Na Cítânia aparece olaria com pintura *côr de café* (*Rev. de Guim.*, XXI, 119; XXII, 7, 15, 103, 118), mas ficamos sem saber o estilo, porque as centenas de fragmentos cerâmicos das duas notáveis estações minhotas esperam ainda o seu editor!

Em Sabroso, não vejo menção de cerâmica pintada. Ora tendo sido o côto de Sabroso abandonado antes da Cítânia de Briteiros, parece que deve concluir-se que, no momento em que aquele facto se deu, ainda a cerâmica pintada não estava em uso nesta região, devendo considerar-se de mais antigo uso a ornada com incisões ou impressões.

Em cerâmica da cividade de Terroso, vêem-se os conhecidos *postes* e círculos incluídos em horizontais, isto além de ornamentação linear rectilínea (*Portugalia*, II, 614).

No castro de Sacoias, lá se vê um traço ondulado, característico (*Arch. Port.*, XII, 269).

No castro de Cendufe apareceu em 1915 um belo caco indígena com dois traços ondulados, incluídos em três raios horizontais, traçados com tanta largueza e harmonia, que lembram as curvas dos antigos cadernos elementares de caligrafia (cf. fig. 8, I e II).

Estabelecida a ligação da grosseira cerâmica do *Coto da Pena* e em geral da dos castros pre-romanos de Portugal com os artísticos produtos da cerâmica pintada da Espanha¹, é possível caminhar com passo algum tanto seguro neste campo de induções cronológicas.

O vasilhame ibérico aparece na Espanha aproximadamente na I época de ferro e perpetua-se até a conquista romana, mas aquele, em que a ornamentação é simplesmente geométrica e é nessa que se filia a que estou estudando, não sobe além de IV-III séc. a. C. Os vasos áticos gregos de figuras vermelhas, que se recolheram em Amarejo e em Villaricos, precisam aquela atribuição e em Ampurias a camada, em que apareceram, é do séc. III (*Manuel*, etc., II, 1494).

Vasos de figuras vermelhas, os quais podiam provir das imitações da Itália meridional, recolheram-se em Alcácer ao lado das adagas anteniformes, cuja ornamentação creio associar-se à das nossas cidades, às quais pertence a louça ornamentada no estilo curvilíneo.

Um daqueles, uma *craterra* a que já me referi, exibe uma cena cultual em que, nas mãos de duas personagens, parece verem-se os espertos ou *obeliscos*, de que já mencionei a ornamentação em *postes*, que pode ver-se em Cartailhac, *op. laud.*².

¹ Há no Museu Etnológico Português, da coleção que foi de Estácio da Veiga, um grupo de fragmentos cerâmicos com pintura, que talvez pertençam às séries ibéricas de Amarejo, Elche, Villaricos, Archena. Creio ter sido este o pensamento do sr. Director e meu Mestre.

² O original está no Museu Etnológico Português (*Antig. mon. do Alg.*, por E. da Veiga, IV, est. XXV).

Nos *Comptes-rendus (Acad. des Inscript.) des séances de l'année 1912*, num artigo de J. Déchelette com o título *Les broches processionnelles et le vase dit des Moissons*, etc. (p. 83), recorda-se que, na *Revue Numismatique* de 1911, se mostrara já que os Gauleses do séc. IV, a exemplo dos Etruscos, depositavam nas suas sepulturas feixes de espertos de assar, que, antes da invenção da moeda, foram utilizados como medida ou valor comum nas transações comerciais. Deve ser análoga no tempo e no lugar a origem dos obeliscos lusitanos.

*

É tempo de recapitular os elementos de apreciação que reuni nestas duas ou três páginas¹. A insignificância do espólio parece que não daria aso para comparações com estações de importância, por assim dizer clássica. Mas é precisamente nestes sítios, cuja cronologia foi determinada de maneira muito segura, que eu melhor podia encontrar pontos de influência e portanto de bom apóio para as minhas induções.

Do Coto da Pena não há mós giratórias e pelo contrário há uma mó primitiva ou triturador. Como estes utensílios nunca são muito abundantes, seria imprudente buscar apenas no aparecimento dum só espécie, e na ausência doutra qualquer, ilação cronológica. Mesmo com cerâmica pre-romana, não seria de admirar que já aparecesse a mó giratória (*Arch. Port.*, VIII, 108; *Boletim da Soc. Arch. da Figueira da Foz*, I, n.º 4, 1907, p. 127; *Renascença*, 1878, p. 120) e, se a sua ausência fosse um facto comprovado com certa fartura, o Coto da Pena tinha de capitular-se em época anterior, não só à romanização, mas ainda ao emprêgo da mó dupla ou giratória.

Ora em Sabroso já existia esta, bem como em Santa Olaia, que o seu inventor atribui a *La Tène I*. Com este fundamento, a antiguidade desta estação deveria, quando muito, cingir-se aos primeiros quartéis daquela época, o que destoa um tanto das conclusões mais prudentes tiradas da cerâmica² recolhida.

Dum modo mais geral, vimos que nenhum artefacto da época romana surgiu no Coto da Pena, como também no Coto de Sabroso; temos aqui o limite mais baixo ou tardo, até o qual podemos presumir que uma tribo pre-romana estacionou neste elevado outeiro;

¹ O que pretendi, foi averiguar a que período pertence em Portugal o estilo curvilíneo e deduzi-o, conciliando entre si os autores, do índice cronológico que os vasos gregos fornecem. Comparei depois os achados dos castros portugueses em geral, de Alcácer do Sal, de Aguilar de Anguita, da Armorica, da Itália, de Numância, de Villaricos, de Sabroso e Cítania, de Murcia, Elche, Ama-rejo e Ampurias, de Terroso, Sacoias e Cendufe, para chegar à conclusão que consigno no texto.

Devo lialmente confessar que não disponho em Lisboa de material museográfico e didáctico que me permita consolidar bem o meu modesto, mas sincero parecer, neste assunto; parecer que não pode deixar de pedir revisão a quem é mais competente.

² *La Tène I* corresponde aos sécs. V. a III. a. C.

séc. II, a. C. Perpassando todas as referências às quais me julguei autorizado a recorrer, em presença da cerâmica de estilo curvilineo, procedente do Coto da Pena, a baliza mais distante que teóricamente seria imprudente transpor, encontramo-la no séc. VI a. C., mas os mais prováveis confrontos oscilam entre os sécs. IV-III, e num ponto, onde os vestígios da habitabilidade são tam limitados, não é lógico suputar longa permanência duma tribo, que já devia conhecer o ferro e que provavelmente, aos primeiros ecos da invasão de D. J. Bruto, se acolheu a reduto mais tranqüilizador. Em todo o caso, tendo em consideração que em Sabroso ainda aparece muita cerâmica de estilo rectilineo, o Coto da Pena deve ser considerado menos antigo que esta clássica estação.

Marcado este ponto arqueológico na região, que o meu dedicado pesquisador P.^o Saraiva de Miranda tem insistentemente palmilhado, passaremos a outros não menos interessantes, que serão objecto das seguintes notícias.

Lisboa, Junho de 1915.

F. ALVES PEREIRA.

A este estudo, de que não tiro *separata*, pertence o n.^o XVII de série 1.^a (*Estudos do Alto-Minho*).

Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos)

Em uma região muito ondulada por outeiros que se socalcam até os píncaros das Linhas de Tôrres, e entremeada de vales extensos e largos, levanta-se duma forma imponente o Outeiro da Assenta.

Fica situado ao NO. da «mui notável e sempre lial vila de Óbidos»¹, distante dela uns escassos 2 quilómetros, sobre o lado direito da estrada que leva da vila para a Lagoa de Óbidos. Ergue-se a cerca de 100 metros de altitude, e é constituída por uma grande mole de calcáreo jurássico². Com uma secção de elipse irregular, alonga-se na direcção de NO.-SE. A vertente virada a E. apresenta um acesso difícil nos sítios onde as aluviões estenderam ladeiras íngremes, e

¹ *As cidades e vilas da monarquia portuguesa que tem brasão de armas*, por J. Vilhena Barbosa, 1860, II, pp. 97 sgs.

² *Carta Geológica de Portugal* da Direcção dos Trabalhos Geológicos, por J. F. Nery Delgado e Paul Choffat.

intransitável na mor parte do seu desenvolvimento, constituída, como está, por muralha de penedia que se enruga, e se corta a prumo. A vertente virada ao mar tem, porém, ascensão fácil. Igualmente está num acesso custoso o esporão apontado para o SE., onde há uma gruta envolta na lenda local sob o nome de *Gruta da Moira*.

Em visita preliminar que fiz ao Outeiro da Assenta, encontrei-me em campo com o Sr. Dr. Félix Alves Pereira. Este erudito arqueólogo fizera, quando Conservador do Museu Etnológico Português, a primeira exploração do Outeiro; e era de força e dever que eu obtivesse dêle informação precisa.

Ora, uma das escavações anteriores fôra aberta no cimo do Outeiro, à borda de uma seladura em que a cumiada se quebra. A pesquisa ficara incompleta, e cabia-me concluir-la. Por aqui iniciei, pois, o trabalho da minha exploração, que assim foi a segunda do Outeiro da Assenta (Vala n.º 1).

Depois, procedi a diversas sondagens na esplanada. Ia caminhando progressivamente por linhas paralelas entre si, ao comprido e ao través. Quando esta série de escavações ficou concluída, desci a vertente voltada ao O.; rebusquei as lapas que parecia terem indício de utilização prehistórica, atendendo em todo o caso aos estragos e novos buracos produzidos pela extração de pedra para construções mais ou menos recentes. Os furos de sondagem atingiram um total de 14; as valas de escavação alargada foram 6 (Valas n.ºs 2 a 7). Só estas produziram espólio arqueológico de monta, porquanto aqueles não passaram de estéreis óculos de rebusco e exame.

Os resultados da exploração foram bem diferentes de uma para outra vala, tanto pela quantidade e qualidade dos objectos recolhidos, como pela indicação cronológica fornecida pelos objectos extraídos.

Vala n.º 1

Esta vala não foi mais que o alargamento e conclusão da escavação efectuada, tempos atrás, pelo Sr. Dr. Félix Alves Pereira, no alto do monte¹. Descrevia um arco de círculo aberto a NO., com um dos extremos à beira da seladura formada pela cumiada, e o outro a tocar na aresta de indício de pendor da vertente caída ao O. Tornou-se necessário repor a covâ no estado em que a primeira exploração a deixou; os pedregulhos arrancados então, e as terras ex-

¹ Cf. in *O Arch. Port.*, xix, 144, a ligação dêste estudo com o do Sr. Félix Alves Pereira.

traídas, haviam sido postos de maneira que a obstruían. Uma vez limpa essa cova primitiva, seguiu-se a operação de rasgamento do terreno, por golpes verticais. A profundidade da terra oscilava entre 0^m,70 e 1^m,20. A estratificação geológica era composta desta forma:

1.^a camada: espessura média de 0^m,29:—húmus;

2.^a camada: espessura média de 0^m,60:—jazigo de entulho com detritos, barro, cereais, cinzas e carvões, matacões irregulares;

3.^a camada: espessura média de 0^m,15, até bater na rocha:—terra negra e seca.

A sobreposição arqueológica estava sem regra nem seqüência. A 1.^a camada, pouco menos de estéril, apenas rendeu um que outro fragmento de cerâmica, e um punhado de conchas, tendo sido ainda alguns destes objectos levantados à superfície; e isto era devido, além do efeito da escavação antecedente, ao amanhô da terra para pequena cultura; a 2.^a camada continha tudo o que no local podia fornecer documentação histórica, muito embora a sucessão arqueológica se não definisse; ai estavam de mistura cacos neolíticos, fragmentos de enormes talhas dos *castros*, e pedaços de barro arretino; da 3.^a camada exumaram-se, em diminuta abundância, objectos que concordavam com os da camada imediatamente superior. O espólio da vala residia, assim, na 2.^a camada.

a) CERÂMICA.—Extraíram-se com abundância fragmentos de talhas enormes. A pasta, homogénea e dura, denuncia a sobrecolocação de camadas de barro, tendidas grosseiramente durante o fabrico pela roda, a fim de obter maior espessura, que se coadunasse com as avultadas dimensões dos vasos. A fractura é recortada e sedimentada. O barro empregado é branco-cinzento, cinzento-negro, vermelho e preto. Os bordos mostram, pela sua diversidade, como eram vários os modelos da olaria, a espessura das talhas e as dimensões. As asas mamilares, anulares, trapezoidais, uma das primeiras com um mamilo suplementar, são fortes, grossas e compactas. A falta de fundos de vaso indicará o arredondamento das bases, segurando-se as talhas por meio enterramento parcial, maior ou menor.

Em alguns cacos não aparece ornamentação. Noutros é diversa, posto que a riqueza não seja nada grande. Predomina como estilo do lugar o motivo do ziguezague contínuo de ângulos curvos e eixos oblíquos, os ramos paralelos, encerrado entre duas linhas paralelas horizontais (fig. 1). Estas cintas sobrepujam-se, ou são isoladas; no primeiro caso, a linha inferior, quadriculante da cinta de cima, serve de encaixe superior da cinta de baixo; e os ramos dos ângulos, de vértices rombos, ou são paralelos em correspondência mútua, verti-

calmente, ou invertem-se, conservando porém neste caso a simetria em relação aos de cima, ou formam séries discordantes em absoluto. Estes ornatos são simples na quase totalidade; em um fragmento vêem-se duas cintas em contacto, e, sob a linha da base inferior, tem uma ordem de marquilhas de um círculo só, e de 0^m,004 de diâmetro; este mesmo conserva o bordo revirado e desenvolvido, que ostenta no recurvamento superior, em toda a volta, um renque de marquilhas iguais, de 0^m,002 de diâmetro, e na dobra exterior um outro de marquilhas de 0^m,003. Um segundo fragmento mostra duas fiadas de marquilhas de 0^m,004, dispostas de um e outro lado da linha divisória de duas cintas de ziguezagues (fig. 2). As marquilhas foram, pois,



Fig. 1

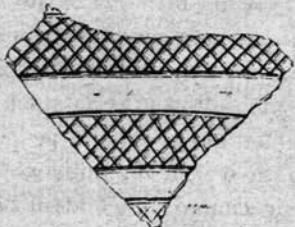


Fig. 5

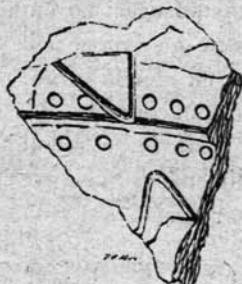


Fig. 2

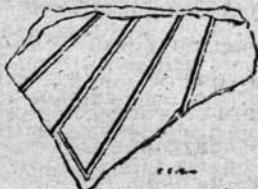


Fig. 3



Fig. 4

feitas com utensílio diferente, constante para cada fiada; ou foram-no com o mesmo tronco-cónico, a profundidade variada, o que pela regularidade da fiada será menos provável, talvez; em todo o caso, o instrumento de serventia era duro, como se vê pela viveza das arestas.

Em segunda colecção de cacos, que tem pasta idêntica, há um sistema ornamental com o predomínio da linha recta. São traços irregulares, parecendo divergirem de um ponto afastado, e sem distâncias guardadas entre si, com o risco inseguro (fig. 3); num fragmento, de vaso fabricado à roda, aparece um xadrez de paralelogramos oblíquangulos, de 0^m,045 de comprido por 0^m,031 de alto, sobrepostos (fig. 4); outro tem ornamentação de ziguezague contínuo de ângulos

agudos e eixo vertical, limitado por duas linhas horizontais, que fecham a cinta; e mais dois fragmentos de um mesmo vaso, (um deles pertencente ao bordo, o segundo ao bôjo), tem a decoração feita de faixas paralelas de um xadrez de losangos, interpostas de espaços iguais, lisos, das quais se vêem três no caco do bôjo (fig. 5).

Todos estes fragmentos pertenceram a talhas de cereal. Encontrava-se, de facto, unida a eles, massa de cereal aglutinado que a humidade decomponha, e com a terra se empastou. Esse cereal, muito abundante, era trigo e aveia ali guardados em celeiro, para o fabrico da farinha de que se fazia essa pasta grosseira, cozida, sem fermento, em cima de pedras quentes pelo fogo, de que fala Estrabão. A fragmentação dos vasos, e o número avultado, não consentiam uma recomposição; no entanto, definiam-se dimensões e formas, pela arcaitura dos bojos, pela força espessa das asas, pela grossura dos bordos e seu alçado largo, pela corpulência das paredes, como pelo pequeno pronunciamento dos colos.

Havia, e recolhi-os, numerosos pedaços de vasos de barro de dimensões menores e de outro uso. Alguns bordos indicam terem pertencido a vasilhas, malgas, taças de maior ou menor covo. Uns

são neolíticos fabricados à mão, grosseiros, de pasta mal cozida e misturada com carvão, ou semeada de grânulos de quartzo; outros, do último neolítico, esboçam ornamentação naturalista; outros decalcados em molde, da idade do bronze, mostram pasta mais afeiçoadas, mas fabrico ainda grosseiro, e má cocção; os derradeiros, trabalhados à roda castreja, são cuidados, alguns ainda rudes. Dos trabalhados à roda, uns são polidos outros conservam aspereza. O barro é vermelho ou cinzento escuro. Poucos destes fragmentos tem ornamentação. De ordinário esta louça, destinada a transporte e uso contínuo, é lisa. Há porém: sinais de adaptação de tecido muito rude; estrias; caneluras impostas ao molde; cordões de incisões miúdas feitas à ponta, independentes, e em linha contínua; ângulos a esmo, sem orientação, apenas para encher decorativamente o espaço limitado superiormente por uma canelura do antecolo (fig. 6); ângulos agudos, lisos, cercados de sinuosidades que formam tranças verticais, feitas a punção (*dents de loup*, etc.).

Uma taçazinha neolítica de barro vermelho, como as de Sabroso, achada aqui, tem um fabrico muito irregular, granuloso, as paredes nodosas, o fundo convexo; a espessura cresce de cima para baixo, e a taça mede 0^m,05 de boca e 0^m,04 de altura.

Levantei algumas esquírolas, e cacos pequenos, de louça arretina.



Fig. 6

PESOS DE TEAR.—Um completo, de quatro orifícios nos cantos, faces planas, regulares, tem secção rectangular, mede 0^m,175 por 0^m,082; dois fragmentos de pesos, iguais ao primeiro, apareceram no mesmo sítio. São semelhantes aos de S. Mamede e aos de Pragança.

PENDELOQUE DE BARRO.—Foi encontrado um pendeloque de forma amigdalóide, alongada, de secção circular, perfurado ao longo do eixo maior, semelhante aos dos túmulos de Remedello (eneolítico). Mede 0^m,042 de comprimento, e 0^m,025 de diâmetro na maior espessura. Cf. Colini, «Remedello», in *Bulletino Paletnologico Italiano*, ano XXIX, p. 81, fig. 146. Para a abundância e extensão destes adornos, vid. Angelo Mosso, *Le Origini del Civiltà Mediterranea* (Milano, 1910), p. 133.

PESOS DE FUSO (COSSÓIROS).—Apareceram dois: o primeiro, de barro preto, é grande, dos do tipo do castro de Pragança, em forma de calote esférico, com a base côncava no meio, e ornada de uma canelura perimétrica; mede 0^m,052 por maior largura, e 0^m,024 de altura entre horizontais extremas; o segundo, de barro cinzento, é de base plana e mede apenas 0^m,28 e 0^m,016.

b) OBJECTOS DE PEDRA.—Eram abundantes os núcleos de silex, neolíticos, de pequenas dimensões, e algumas lascas minúsculas da mesma pedra, que aparecia de cor variada e de bela pátina. Encontravam-se láminas de facas, de tamanho reduzido à expressão das mais pequenas dos kjoekkenmoeddings. No fundo da camada do entulho foi erguido um machado polido, de tamanho exíguo, coberto de incrustações calcáreas. É de xisto anfibólico, tem a forma de um triângulo esférico achatado, o gume bem acerado, a secção elíptica alongada; fora dos pontos incrustados, está bem polido; mede 0^m,048 de largura máxima, por 0^m,065 de altura, e 0^m,002 de espessura. Houve mais dois fragmentos de machados: um trapezoidal, de secção rectangular, é a metade que pertence ao gume de um machado de anfibolite; o outro é tronco-cónico, alongado, pertencente à parte superior de um machado também de anfibolite. De pedra apareceram mais: parte de um percutor de calcáreo mui duro, com incrustação calcárea e com sinais de uso: um seixo achatado, com um flanco bastante gasto, que certo serviu de alisador ou polidor.

c) OBJECTOS DE METAL.—De metal, apenas apareceu um arco de bronze, maciço, talvez fragmento de xorca.

d) RESTOS DE COZINHA.—Misturavam-se na camada: ossos de animais domésticos, e de caça miúda, como o coelho; ossos de gado corpulento, como fémures, tibias, rótulas de bovídeos; valvas de mo-

luscos, como: *Ostrea edulis*, *Tapes*, *Cardium*, *Pectunculos* e *Patella*¹. Do esqueleto humano só encontrei um dente molar. Vestígios vegetais, havia a massa cerealifera que se aglutinara contra os fragmentos das talhas castrejas. Além disso, via-se madeira carbonizada, pedaços de carvão e cinzas.

Vala n.º 2

Esta segunda vala ficava a 20 metros da anterior, sobre a linha média da esplanada. Não havia estratificação geológica nem arqueológica. A profundidade andava entre 0^m,20 e 0^m,60.

a) CERÂMICA.—Os cacos encontrados aqui pertenciam a vasilhas de pequenas dimensões. Por duas asas, uma cilíndrica e recta, a outra de secção elíptica, e de desenvolvimento curvilíneo, observa-se o fabrico bem cuidado, a forma já buscada, e as dimensões leves. A posse de fragmentos completa e exemplifica a observação. A vala deu alguns cacos de louça castreja, ornamentada ou não, que se formava de vasos de asas, malgas de bordo delgado e galba pequena, caçoulas mais grossas. Acharam-se asas cilíndricas de um fuste, e de dois fustes unidos.

Apareceram em basta quantidade fragmentos de barro arretino. São bordos de páteras, de malgas de dimensões reduzidas, de taçazinhas de bojo elegante, e fundos de todos estes vasos. Alguns destes pedaços de *terra sigillata* estão ornamentados com motivos feitos com relevo. No mesmo jazigo vieram a lume numerosos pedaços de um barro fumigado, fino, cuja qualidade e aspecto se assemelham com os fragmentos de cerâmica dos Gregos, achados por Estácio da Veiga em Monte Molião; seria imitação romana, ou objecto de importação de louça grega, por intermédio dos Romanos. De mistura com estes exemplares de cerâmicas diversas, surgiram amostras de barro esbranquiçado, amarelado e vermelho, dos Luso-Romanos; são asas, gargalos, bordos, bojos, cacos incertos, sem decoração.

Por fim levantei uma cápsula de barro neolítico, mui grosseira e nodosa, espessa, como contraste curioso com a perfeição da cerâmica manifestada no mesmo sítio. Era uma dessas taçazinhas que Cartailhac diz serem objectos infantis, ou servirem para perfumes², como poderiam também utilizar-se para receptáculos de óleos, gorduras, ou tintas, ou até serem o antecessor das candeias fechadas.

¹ Cf. *Comunicações da Direcção Geral dos Trabalhos Geológicos*, t. II, p. 2, artigo do Sr. Paul Choffat.

² Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, p. 107.

Mede 0^m,04 de diâmetro no bordo, e 0^m,02 de côvo, e é de barro escuro.

PENDELOQUE.—Houve um da forma de um amigdalóide, feito de barro negro; tem secção circular, e mede 0^m,05 de comprimento por 0^m,25 de diâmetro na secção. Cf. o da 1.^a vala.

PESOS DE FUSO (COSSÓIROS).—Apareceu um de barro cinzento do tipo de Pragança, com a forma de duas calotes esféricas, sobrepostas pelas bases; a calote inferior está anelada por um sulco, e o seu polo é côncavo, a descer para o furo do cossorio; mede 0^m,043 de diâmetro por 0^m,022 de altura (g. 7). Apareceu um segundo cossorio do mesmo tipo, mas reduzido a metade, com 0^m,041 e 0^m,019 respectivamente.

VIDROS.—Apenas foi levantada uma conta pequena de vidro; a superfície está alterada, mas por transparência tem a cõr amarelada de âmbar.

b) OBJECTOS DE PEDRA.—Encontraram-se alguns pedaços de sílex, núcleos e esquifolas. Também apareceu um percutor, arranjado num calhau rolado com indícios de labor.

c) OBJECTOS DE METAL.—São desta vala: uma règuazinha de bronze de lados paralelos, e de secção trapezoidal como as espessas facas de silex do período neolítico, que mede 0^m,035 de comprido, por

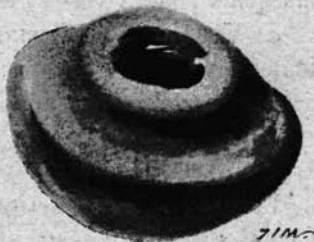


Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

0^m,012 de largo, 0^m,005 de espessura; uma lâmina de bronze de punhal, lados concorrentes em ponta que estaria à distância de 0^m,08, e com indícios de prisão com o punho: um pedaço de ferro, informe, cheio de ferrugem; uma fibula (fig. 8) de aro muito angular, sem mola nem fusilhão, o pé com a goteira dobrada, que se prolonga por uma cauda recta, e longa, encostada ao aro; este é rolico, e ornamentoado com anéis incisos, consecutivos; pertence ao tipo das fibu-

las do Castelo de Pragança (2.^a idade do ferro, La Tène 1). Apareceu também uma fivela castreja de aro roliço, que tem espessura decrescente do anel do fusilhão, roliço também, até a abertura da circunferência do aro (fig. 9); como as fivelas de Sabroso o fusilhão prende-se por um anel simples; as extremidades do aro não se curvam a formar espira de enfeite¹. Separadas, dentro da mesma vala, foram retiradas duas moedas romanas de bronze, desgastadas, numa das quais poderá ver-se, mas indistinto, um busto à direita.

a) **VESTÍGIOS DE COZINHA.**—Os ossos eram raros, mas apareciam dentes grandes de herbívoros, e algumas valvas pequenas das espécies enumeradas, no capítulo correspondente, da vala n.^o 1.

Vala n.^o 3

Ficava a poucos metros da antecedente, com a mesma fundura, e igual ausência de estratificações.

a) **CERÂMICA.**—Aparecia um ou outro caco do tipo dos castros, com e sem ornamentação, a pasta aperfeiçoada, lisos e polidos, ou de face áspera; havia muitos fragmentos de barro arretino, e algum fumigado, do tipo *buchero fino*, e outros de fabrico indígena dos Luso-Romanos.



Fig. 10



Fig. 12



Fig. 11

b) **OBJECTOS DE PEDRA.**—Eram: refugo de silex; pedaços de lâminas de faca; uma faquinha de silex vermelho de 0^m,052 de comprimento, com os lados bem retocados e convergentes, a secção irregular e descontínua (fig 10); uma ponta de dardo, de silex branco-rosado,

¹ Vid. *O Arch. Port.*, ix, n.^o 1 e 2, artigo do Sr. José Fortes: «Fíbulas e fivelas», pp. 1 sgs.

triangular, de base côncava, muito bem trabalhada, com as duas faces convexas, que mede 0^m,031 de altura por 0^m,017 de base e 0^m,005 de espessura (fig. 11); um pedaço de silex vermelho com a forma de um trapézio, alto, que mostra talhe e retoque (fig. 12).

c) **OBJECTOS DE METAL.**—Apenas apareceu um terceiro bronze romano, inclassificável como os outros dois anteriores.

d) **VESTÍGIOS DE COZINHA.**—Como anteriormente, encontravam-se ossos de animais domésticos e de caça, e conchas.

Vala n.º 4

Ficava a 10 metros da antecedente; tinha a profundidade média de 0^m,65, sem estratificações.

a) **CERÂMICA.**—Apareciam fragmentos de barro arretino, e de louça luso-romana de barro branquiço, vermelho, ou negro.

b) **OBJECTOS DE PEDRA.**—Era: refugo de silex; uma mó neolítica (dormente) de granito, lisa, com dimensões reduzidas.

c) **VESTÍGIOS DE COZINHA.**—Apenas recolhi alguns ossos de animais domésticos, grandes e pequenos.

Vala n.º 5

A meio da esplanada abriu-se a 5.^a vala, com a profundidade da anterior. Como esta, não tinha estratificação.

a) **CERÂMICA.**—Apareceram alguns cacos de louça dos castros. Junto dêles veio parte de um colo alto, com um pedaço de bojo que s lhe seguia, de barro fumigado e lustrado, canelado, o bordo delgado, pertencendo a um vaso em forma de cantarinha.

PESOS DE TEAR.—Foram achados: um fragmento de peso da forma de um tronco de cone, secção irregular de fabrico muito grosso com um furo na parte superior; um peso de secção rectangular, com as faces laterais arredondadas, três dos quatro orifícios aos cantos, e medindo 0^m,087 por 0^m,063; as faces maiores são rugosas e grosseiras.

PESOS DE FUSO.—Desenterrou-se um cossorio de barro vermelho; tem a forma de duas calotes sobrepostas pelas bases, ficando para base do cossorio um aplanamento no polo de uma das calotes. Mede 0^m,026 de altura por 0^m,022 de largura.

b) **OBJECTOS DE PEDRA.**—De pedra apenas se exumou uma segunda mó, lisa, pouco maior que aquela que foi encontrada na vala n.º 4. É de gneisse.

c) **VESTÍGIOS DE COZINHA.**—Havia ossos e carvões.

Vala n.º 6

Esta vala ficou perto da antecedente, num recanto feito pela muralha calcárea do Outeiro, voltada ao E., e que tem o comandamento de um parapeito, sobre a esplanada. Era de uma profundidade máxima de 0^m,30, de terra remexida.

a) CERÂMICA.—Continuava a aparecer o barro arretino, e louça de pasta fina e fumigada; igualmente apareciam fragmentos de vasos luso-romanos.

VIDRO.—Foi encontrado um pedaço de gargalo de vidro abraçado por uma série de anéis.

PESOS DE TEAR.—Foi encontrado um fragmento de peso de secção rectangular, mostrando três dos quatro orifícios cantonais do seu topo; mede 0^m,123 de comprimento, 0^m,09 de largura; fôra fabricado com a compressão de dois pedaços de barro unidos por compressão, como se nota pela fractura.

PENDELOQUE.—Foi encontrado um peso amigdaliforme, de barro vermelho, a secção circular, e com as dimensões de 0^m,045 de comprimento e 0^m,03 de diâmetro transversal. Cf. com o da vala n.º 1.

b) OBJECTOS DE PEDRA.—Apareceram fragmentos de facas de silex, de secção trapezoidal e triangular; e um pedaço de silex translúcido, com a forma de ponta de dardo irregular.

c) OBJECTOS DE METAL.—Apenas saiu um anel de bronze, lameniforme, de espessura mínima e regular, com 0^m,005 de largura; está fragmentado em três pedaços, dos quais o terceiro, menor, não apareceu. Ao lado havia um bocado de chumbo, sem forma.

Vala n.º 7

Inúteis mais sondagens da esplanada do Outeiro, desci a vertente voltada ao O. Percorri lapas e abrigos, desviei pedras, fiz outras sondagens, e nada foi descoberto. Na base de um rochedo abri a última vala. Acumulava-se aí um depósito de enxurradas. E sob a terra removida, a pequena profundidade, encontrei os últimos informes arqueológicos do Outeiro-da-Assenta.

a) CERÂMICA.—Havia: louça fina, fumigada; asas de barro da louça dos Luso-Romanos; um fundo de ânfora espessa; um bordo de ânfora, muito grosso, em forma de toro.

PESOS DE TEAR.—Encontrou-se um pedaço de peso paralelipípédico, de orifício nos quatro cantos.

b) OBJECTOS DE PEDRA.—Aqui apareceram os seguintes objectos: uma ponta de dardo, chata, de silex rosado, de forma triangular, com

a face inferior lisa, a superior talhada e convexa; as arestas são direitas, bem retocadas; tem o comprimento de 0^m,03, e 0^m,021 de largura; outra ponta de dardo de silex negro, de forma triangular, a base côncava, faces convexas com vestígios de encabamento, arestas levemente arqueadas junto da ponta, e bem trabalhadas; mede 0^m,037 de comprimento e 0^m,021 de largura; uma faca de silex branco, de secção triangular, uma das faces com incrustações calcáreas tem o comprimento de 0^m,045 (fig. 13); refugo de silex.

c) OBJECTOS DE METAL.—Descobriu-se uma fibula pre-romana, do tipo das de Pragança, e Sabroso (fig. 14). Tem o arco de meia abertura, a mola está reduzida à primeira dobra do aro que é rolíço, e anelado no ramo descendente para a cabeça. O pé mostra-se dobrado em feitio de goteira, e a cauda que seria substituída por um prolongamento da goteira, terminado em botão como se vê em modelos de Briteiros e do Algarve¹, está apenas esboçada; não tem fusilhão.



Fig. 13



Fig. 14

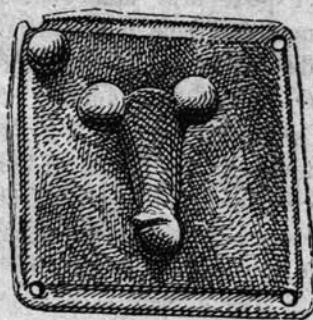


Fig. 15

Por último, apareceu uma placa de bronze da forma de um trapézio irregular; pode ter sido a chapa de um boldrié, a qual servia de insignia prendendo-se com o auxilio de um prego em cada canto; no canto superior esquerdo vê-se o esgaçamento, por uso de má obra, do furo primitivo, que foi substituído por outro mais dentro, o qual, talvez muito posterior, conservou o único prego que resta; este tem o fuste cilíndrico, e a cabeça esférica (fig. 15); uma canelura inscreve na chapa, como única decoração, um trapézio que tem os lados paralelos às arestas dela, e encaixilha a figura seguinte: forma-a um tronco de cone de base menor para baixo, tendo contra esta uma

¹ Cf. *Portugalia*, vol. II, artigo de José Fortes: «As fibulas do Noroeste da Península», p. 15 sgs.

esfera do diâmetro da cabeça do prego de segurança, e ladeiam a base superior boleada duas esferas iguais. A figura é presa contra a chapa, por uma hastezinha cilíndrica, de bronze. ¿O fabricante quereria ter preparado uma chapa de boldrié com uma insígnia especial, guerreira ou supersticiosa? ¿E que representará a figura? ¿Uma cabeça de touro, símbolo de força e trabalho¹, ou uma cabeça de porco, animal de prestígio funerário ou talismânico?² ¿Não será um emblema fálico? Em qualquer caso há uma estilização bárbara. O fabrico pode bem ser indígena, encontrados pois tem sido, na região de Óbidos, artefactos de bronze, figuras e animais da época luso-romana e pre-romana.

Foi encontrado aqui também um prego de ferro, com pua de secção quadrangular e a cabeça em forma de pirâmide achatada.

COMENTÁRIO.—Se a documentação cronológica não é avultada, nem sistemática, permite em todo o caso algumas premissas donde se pode tirar uma conclusão provável. Há vestígios da civilização neolítica, bem manifesta em cerâmica e utensílios domésticos; há-os da civilização do bronze e da dos castros (pre-romanos e romanos). Os indícios da influência romana são claros na cerâmica e nas moedas.

Na vala n.º 1 foi provavelmente uma oficina de trabalho do silex, tanto refúgio havia na camada de entulho. A abundância de talhas com cereal e a existência, que é única no Outeiro, de pedregulhos soterrados de mistura com barro de fundos de cabana, podem levar à conclusão de haver no mesmo sítio um celeiro seguro e provido.

Nas demais escavações o fundo das valas era pequeno, e não havia mais pedras que se pudesse supor terem pertencido a aparelho de cabana. As que existissem teriam sido de madeira e colmo, em qualquer caso leves.

A população do lugar era formada por indivíduos dados à pesca de moluscos na lagoa de Óbidos, que é perto e em tempos não muito remotos se alargava consideravelmente para o interior; dedicavam-se igualmente à caça e ao paseio de gados; tinham cultura cerealífera, e conheciam a aveia e o trigo.

Não seria numerosa a aldeia, porquanto nem o campo era grande, nem os restos do seu viver são avultados. Talvez fosse apenas um núcleo de cabanas, que ladeassem uma oficina de trabalho de silex e de cerâmica; ficaria com poucos modelos para seu uso, e comerciaria

¹ Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, pp. 514 sgs., 520.

² *Ob. cit.*, III, pp. 15 sgs.

com outros postos e estações numerosas os seus produtos industriais, acaso em troca de cereal, na região, e mais tarde com as povoações romanas, como por exemplo a dos arredores de S. Mamede de Óbidos, Rólica e Columbeira.

Não tem vestígios de fortificação, nem a precisaria se uma simples colónia industrial era, e isolada. De mais, inacessível em parte, difícil no resto, não era difícil, e é provável, que defendessem os seus habitantes o seu retiro, alto e recolhido como uma acrópole selvagem, onde Roma entrou.

Luís CHAVES.

**Extractos do arquivo da Paróquia
de S. Pedro da Ericeira¹**

A actual ermida de Santa Marta na vila da Ericeira foi edificada nos fins do século XVIII.

A primitiva ermida, já muito arruinada naquela época, foi demolida, e era construída um pouco mais para o lado do sul da actual, num terreno que fica hoje dentro do parque das Águas Medicinais de Santa Marta.

Acérca da primitiva ermida, existe no arquivo da Junta de Paróquia de S. Pedro da Ericeira o seguinte documento:

I

Sejam ē conhecim.^{to} de bérda os q a pse te byrem q no ano do naçim.^{to} de noso S.^{or} Jhū X^o de mjlle iij^elxxxiij anos xj d. do mes de Junho ē a vjlla da eiriceira terra do S.^{or} Jhā Frrz de sousa no paaço do cōcelho estando hy llujs gllz m.^{or} ē a dita vjlla como Jujz allvidro aprazim.^{to} de ptes fezēdo aud.^a pdante elle parecerā ptes — a saber — g^o miz e Jō afom m.^{rs} ē a dita vjlla de hūa parte e outro sy gomez lleite m.^{or} ē esa mesma da outra. e logo pellos ditos g^o miz e Jō afom foe dito q elles bēderam hūu chaão de hūu pardieiro ē a dita vjlla ao dito gomez lleite afora a pedra q no dito pardieiro estava p q avjam mester pa se fazer ha Irmjda da S^{ra} sāta m.^{ta} e q ora o dito gomez lleite ēbarguava hūa boa pedra q achara ē o dito pdieiro aquall era mujo pētēcente pā o alltar da dita S.^{ra} e sē ēbargo

¹ [Publicam-se de novo estes documentos por terem sido truncados na paginação].

q̄ lha reqresē q̄ lha ētreguasē elle rrefusou como ajnda agora rrefusa de a nō q̄rer dar q̄ pediam a elle Jujz q̄ lha mādase ētreguar e ho dito Jujz fez p̄gūta ao dito gomez lleite q̄ defesa dava a nō lhe dar a dita pedra pojs q̄ lhe bēderā o chaão e nō a pedra e p̄ elle foe dito q̄ elles lhe bēderā o dito chaão cō tall condycom q̄ o dito chaão fy-case cō tanta q̄ntidade de pedra com q̄ se bē podese tapar e mais q̄ a pedra q̄ elles demādavom nō era nē estabā na parede do dito pardyeiro mais q̄ elle a tirara de soo ho chaão debaixo de hūa forno e p̄ tanto nō p̄tencia aelles | e o dito Jujz bista arrezā de hūa p̄te e da outra determinou e jullgou q̄ o dito gomez lleite dē e ētregue a pedra aos sobreditos gº mīz Jō aº para a dta Sra santa marta sē outra mais cōtēda e o dito gomez leite dise q̄ pouis lhe jullgua a dita pedra q̄ asy lhe mādase q̄ lhe fezesē logo a carta do dito chaão e se nō q̄ lhe tornasē seu dirº e o dito Jujz bisto seu reqrjmº seer justo mādou aos sobreditos gº mīz e jº afom q̄ doge a xb d. lhe façom sua carta e se nō q̄ lhe tornē llogo seu dirº e o dito gomez lleite pediu asy hūa sñça e o dito Jujz lha mādou dar. t.ºº bastiam denis e d.º symā e p.º anes çapateiro e fernā da torre m.ºº e a dita vjlla e eu Jō fr̄rz t.ºº e esa mesma pello dito S.ºº Jō fr̄rz q̄ esto escrepvi e aquj meu synall fñz q̄ tall he—pg x rs.

E despouis desto aos xij d. de oytubro de iiii lxxxvij anos no paaço do C.º em aud.º per dante lujs eanes allmotacee aprazim.º de p̄tes p̄dante elle pareceram estas p̄tes e disse gomez lleite q̄ elle tomara ībalho e fizera serviço no dito pardieiro q̄ balia lxxx rs. q̄ lhos jullgassem e os sobreditos gº mīz e Jº aº disserā q̄ paguado lhe tinhā seu dnº seg.º nesta Snça faz mēcom e o dito luis (?) bisto todo e esta Sn.º mādou q̄ a Sn.º se coupra e q̄ gomez leite se ba ē paz e elle apelou nō lhe conheceo da pellaçom nē dagravo por q̄ nō he dos casos—t.ºº o allcaide e Jº l.ºº porteiro e Jº rruivo Juiz Jō Fr̄rz tam esto escrepvi.

luis eanes

II

Snor ouvjdor

P.º anes sareiro morador ē a vjlla da rreceira me aqueixo a vossa m̄ce dos hoffeceaes do ano passado ē como me p̄ elles floy ffeito īnde aq̄vo e ssem razão como vossa m̄ce saberaa q̄ amj ffezeram bereador p̄ sam Joam flez dous anos e agora me ferão mordomo do corpo de Ds. do q̄ me deram mujta ōpsam e ībalho | e por q̄ Snor beem sabeis q̄ polla ordenaçam dell Rey nosso Snor eu nō podera ser costrāgido

atee os tres anos me ffezeram Juiz ē a dita vjlla este p̄sente ano — ho q Snor vós terey ē m̄ce berdes este ḡnde āgvo e m̄e livreis de taall officio e māde vossa m̄ce q̄ ffaçam outro Juiz pois q̄ por drr.^{to} o nō devo servir o q̄ nisto Snor me ffares mujta m̄ce e serviço a nosso S.^{or}

mādo ao escryvom da camara que me māde por seu asynado nas costas desta ptyçom tirado do lvyro da camara quāto a que ffoy este p.^o anes bereador pera todo ber e lhe fazer Justyça

Dº alvarez

A x d. de Julho de b^c e iiiij foy a p̄sētada esta ptyçā e mādado do Sor ouvjdor desta out.^a pte escripta am̄y alv.^o anes t.^{am} e escripā da camara na bila dericeira e ē cōpimēto della eu busquei o liv^o da camara do año de qujnhētos e hū q̄ se começou por d. de sam Johā bautista e se acabou por out.^o tal d. de sam Johā de qujnhētos e dous años no qual liv.^o foy bereador p^o anes sereiro e g^o piz magouto e Juiz a.^o añes e porq̄ he berdade synei(?) esta certidom p̄ mim escripta p^a o S.^{or} ouvjdor despachar como achar q̄ he drr.^{to} eu alv^o añes esto escrepvi — alv^o añes

bisto por my ouvydor esta ptyçom e (?) dalv^o anes t.^{am} e bjsto como a ordenaçom māda que nenhū nō tenha ofjeyo do cōcelho se nō de tres ē tres anos e por a ffe (?) dalv^o anes se mostra este sojjquāte ser bereador a dous anos mādo ao Juiz e bereadores e pocurador do cōcelho que tjrē outro pelouro de Juiz e ho que sair sirva o dito quareguo e ho pelouro ē que heste sayo tornese ao saquo — D.^o alvarez

III

Saibham os q. esta quytaçam byrē q. no año do nacim.^{to} de noso Snor Jhū de myll e iiijlxxxbj anos ao pm^o dia do mes de setēbro ē ha billa da Hyriceyra ffoy ffylhada cōta dos años pasados p. mē

? caval.^{to} da casa del Rey noso Snor e seu cōtador das obras juiz cōtador dos Regidos e p̄vedor dos orffaos esptaes capellas ē as cōtadoryas de samtarē e dalamq̄r aos homēs boos da dita bylla — a saber — do año de iiijlxxx q. se acabou p. sam Jō de lxxxj ate ho año lxxxbj q. se acabou p. o dito dia de sam Jō bautysta da dita eera e asy q. sam seys anos — E mostrase p. justa cōta rēdere as rēdas do verde e almotaçarya e coucas ao cōcelho a p̄pyadas does myll e cemto e sēta rrs. — dos quaes bem a terça do dito Snor sete-cemtos e bymte rrs. os quaes logo fforão ētregues pollos offyceas

que florão os ditos seys anos a Jõ a.^o recebedor e sam caregados sobre ele ē r.^{ta} no livero do dito senhor—E por q. he berdade q. recebeo os bijxx rrs. dos ditos offyciaes dos ditos seys anos pydirā asy esta qtaçam p.^a terē p.^o sua guarda e guarda do dito cõcelho e ho dito cõtador lha mādou dar ē aquall os dá p. quytes e livres dos ditos seys anos doje p^a todo sempre e jamays p.^o ello nō posam ser demādados ē juizo nē flora delle. E p.^o ffyrmeza dello asynou aquy ho dito cõtador e recebedor. ffeyta p. my G.^o gyll espvão dos *contos* (?) no sobredito dia mes e era—E sy resguardo os anos atras querēdo os o dito Sor. mādar arecadar—(Assignaturas) pg xx rrs.

O original está no arquivo da Junta de Paróquia de S. Pedro da Ericeira.

3 de Junho de 1909.

J. OLIVEIRA LOBO E SILVA.

Materiais para o estudo das moedas arábico-hispânicas em Portugal

III

1.—Moedas do reino de Badajoz, existentes na coleção de M. F. de V.

a) Aftácidas

Ao esfacelar-se, no princípio do século xi de Cristo, o império dos Omíadas na península ibérica, proclamou-se *Sapur* independente em Badajoz, onde exerceu o supremo poder até que Abdallah ibn Alafatas dêle o desapossou apoderando-se da cidade e, consolidado o seu domínio, veio a ser o fundador da dinastia dos Aftácidas, a qual findou com Omar, no último quartel do século v da Hégira. Aos Aftácidas de Badajoz atribuem os numismatas a cunhagem de certas moedas de ouro, prata e cobre da série *hispano-muçulmana*, que em maior ou menor número figuram nas coleções, muito embora algumas delas não venha indicada a *ceca*, noutras seja ilegível, noutras se leia *لاندلوس* e *لاندلس*¹, e finalmente só em três se distinga *بيطليوس*²...; *بيطليوس*³ e *بسطليوس*².

¹ Vives, *Mon. de las din. arábico-españolas*, n.^o 990.

² Lavoix, *Cat. des mon. mus. de la bibl. nat. Espagne et Afrique*, n.^o 418.

³ Codera, *Trat. de num. arábigo-española*, p. 147. Leitura porém rectificada posteriormente, visto não figurar na obra de Vives moeda alguma com tal *ceca*.

É muito obscura e incerta a cronologia dos Aftácidas. Vives⁴ estabelece-a assim:

I — Abdallah Almançor I (<i>primeiro como regente dos filhos de Sapur e depois independente</i>)	413 H.
II — Mohammed Almudafar	437 H.
III — Iahia Almançor II	460? H.
IV — Omar Almotauáquil	461? H.
Iahia Almançor separado de Omar até	?
Omar Almotauáquil separado de Iahia até	488? H.

Destas datas, que não estão em perfeita concordância com as indicadas nas moedas, nem com as apresentadas por Lavoix⁵, apenas se podem considerar como indiscutíveis as dos começos dos reinados de Abdallah Almançor I, e do seu sucessor Mohammed Almudafar, por constarem das inscrições das respectivas lápides sepulcrais as datas das mortes de Sapur — nove noites passadas de *xaban* de 413 H., e de Abdallah Almançor I — dezanove de *jumada 2.º* de 437 H.⁶

Vives em 1893 tinha conhecimento de moedas:

- de Almudafar: de ouro, com a data ilegível;
- de Iahia: de ouro baixo, e de cobre (*dirhemes*), lendo-se numa delas a data 456 H.; e noutras com probabilidade, mas sem certeza, 457; não sendo outras datadas, ou sendo a data ilegível;
- de Omar: de ouro, cobre (*dirhemes*) e prata, em que algumas dubitativamente se apuram as datas 460, 461 — 463 e 465 H.; sendo noutras ilegíveis e faltando em outras.

Nas moedas descritas por Vives, atribuídas tanto a Almudafar, como a Iahia e Omar, com os números 989 a 1006, e 1009 a 1011⁷, é reconhecido Abdallah como *Imam*.

Almudafar figura nas moedas sem título algum; Iahia intitula-se, primeiro *الحاچب يعني المنصور بالله يعني* e depois *الحاچب يعني الم وكل على الله*. e finalmente Omar adorna-se com o título de *الد وله مجد الد وله*.

Nas moedas de Almudafar não se lê nome algum além do do imperante; nas de Iahia aparece, além do seu, o de *موفق*; e nas de Omar, conjuntamente com o dêle, o de *الحاچب*, seu filho

⁴ *Ob. cit.*, pp. XLVII e 149.

⁵ *Ob. cit.*, p. 143.

⁶ Codera, «Un reyezuelo de Badajoz...» in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. IV.

⁷ Conf. Codera, *Trat. de Num.*, p. 146.

e herdeiro, e também o de المنصور بالله, que Vives⁸ supõe referir-se ao mesmo indivíduo.

*

Na minha coleção existem as seguintes moedas atribuídas aos Aftácidas:

Iahia Almançor II

1.^a

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا	الْحَاجِبُ
الله وحده	لَامَامُ عَبْدِ الله
مُوْفَقٌ	امِيرُ الْمُؤْمِنِينَ

يَحْيَى

Orlas: sem legenda.

Sinais particulares: fig. 1.^a

Moeda de ouro, cerceada, de contorno irregularmente circular.

Peso: 1,30 gramas.—Diâmetro maior: 13,5 milímetros.

2.^a

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا الله	الْحَاجِبُ
وَحْدَهُ	لَامَامُ عَبْدِ الله
مُوْفَقٌ	امِيرُ الْمُؤْمِنِينَ

يَحْيَى

Sinais particulares: pontos em يَحْيَى — e em يَحْيَى — assim — يَحْيَى — assim — المُؤْمِنُونَ; fig. 2.^a

Moeda de ouro, cerceada, de contorno irregularmente circular.

Peso: 0,90 gramas.—Diâmetro maior: 12 milímetros.

3.^a

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا الله	الْحَاجِبُ
مُحَمَّدُ رَسُولُ الله	لَامَامُ عَبْدِ الله
مُوْفَقٌ	امِيرُ الْمُؤْمِنِينَ

يَحْيَى

⁸ *Ob. cit.*, p. XLVI.

Orlas:

Anverso: بسم الله صرب الدرهم سنت خمسين
Reverso: مصري ودين ظهرة على

Logo a seguir a estão três traços verticais ..., que evidentemente não são o inicial de سنت — são o começo da indicação de ceca; a leitura خمسين não oferece dúvida, e entre esta palavra e الدرهم parece não caber mais do que a indicação da ceca e سنت.

Sinais particulares: fig. 3.^a

Dirheme: AE.—Peso: 4,79 gramas. Diâmetro: 24,5 milímetros.

4.^a

Campos:

مو	الحاجب
لا اله لا	لامام عبد الله
الله وحدة	يحيى
لا شريك له	
فق	

Orlas:

Anverso e reverso: legendas ilegíveis.

Sinais particulares: fig. 4.^a

Dirheme: AE.—Peso 2,89 gramas. Diâmetro: 22 milímetros.

Omar Almotauáquil

5.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
(sic) لا اله الله	لامام عبد الله
الله وحدة	الموليد بالله
مجد الدولة	على الله

Orlas: sem legendas.

O ل da palavra المتكى não coube na chapa.

Sinais particulares: fig. 5.^a

Moeda de ouro, cerceada, de contorno de forma irregularmente circular, quase paralelográfica, com os ângulos arredondados. Peso: 1,35 gramas.—Lados 0^m,007 × 0^m,0075.

6.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
لا اله لا	لامام عبد الله
الله وحده	المويبد بالله
مجد الدولة	علي الله

Orlas: sem legendas.

A palavra **المتوكل** com pontos.Sinais particulares: fig. 6.^a

Moeda de ouro, de contorno irregularmente circular.

Peso: 1,5 gramas.—Diâmetro: 15,5 milímetros.

7.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
لا اله لا	لامام عبد الله
الله وحده	المويبد بالله
مجد الدولة	علي الله

Orlas: sem legendas.

A palavra **المتوكل** com pontos.Sinais particulares: fig. 7.^a

Moeda de ouro, de contorno irregularmente circular.

Peso: 1,42 gramas.—Diâmetro: 14 milímetros.

8.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
لا اله لا	لامام عبد الله
الله وحده	المويبد بالله
مجد الدولة	علي الله

Orlas: sem legendas.

Sinais particulares: fig. 8.^a

Moeda de ouro, de contorno irregularmente circular.

Peso: 1,50 gramas.—Diámetro: 15 milímetros.

9.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
لا اله لا	لاما عبد الله
الله وحده	المويد بالله
مجد الدولة	على الله

Orlas:

Anverso: بسم الله صرب...; parece ler-se... خمسين... mas sem certeza.

Reverso ilegível.

Sinais particulares: fig. 9.^a

Dirheme: AE.—Peso: 2,57 gramas.—Diámetro: 22 milímetros.

10.^a

Campos:

الحاجب	المتوكل
مجد الدولة	على الله

Orlas:

Anverso: ilegível.

Reverso: محمد رسول...

Sinais particulares: fig. 10.^a

Dirheme: AE.—Peso 2,6 gramas.—Diámetro: 21,5 milímetros.

*

Infelizmente, da leitura das legendas das moedas atrás descritas não se colhe elemento nenhum novo, que venha lançar alguma luz no intrincado problema da cronologia dos Aftácidas, continuando a questão das cecas e das datas no mesmo estado de obscuridade, em que se encontrava.

*

Não são vulgares estas moedas. Do tipo da primeira e da segunda conheciam-se, em 1893,⁹ apenas *dois* exemplares; do da terceira, *sete*;

⁹ Vid. *ob. cit.*, pp. 501 e 502.

do da quarta, *um*; do da quinta, sexta, sétima e oitava, variedades do mesmo tipo, *dois*; do da nona, *nenhum*; e do da décima, *sete*.

O Museu Arqueológico de Madrid e o Museu Britânico não possuíam *nenhum*, e a Biblioteca de Paris tinha apenas *um* exemplar do tipo da primeira, e *outro* do da quinta.

Pondo em relevo a ausência de exemplares de tais moedas em colecções tam copiosas, contrastando com a abundância, —relativa, é claro—, das que existem na minha, e frisando que a primeira, a sexta, a nona e a décima foram adquiridas em Évora, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta em Santarém, a sétima em Beja, todas elas encontradas nos arredores destas cidades; ignorando apenas a proveniência da oitava adquirida em Lisboa, mas decerto encontrada em Portugal; pesando todas estas circunstâncias, parece-me poder concluir-se, muito justificadamente, que tais moedas tiveram larga circulação em territórios do nosso país, que fizeram parte do reino de Badajoz, e que devem portanto ter sido batidas ou nessa região, ou em região com ela lindante,—argumento, aliás dispensável, a reforçar aqueles em que se fundam os numismatas para atribuir a sua cunhagem aos Aftácidas de Badajoz, muito embora nelas tal *ceca* não venha claramente indicada.

*

b) Moedas com os nomes de الحاجب خالد e موفق.

Com os nomes de موفق no anverso, e o de الحاجب خالد no reverso, existem nas colecções, em limitadíssimo número todavia, moedas de ouro e prata, que Codera¹⁰ e Lavoix¹¹, seguindo a lição d'este venerando académico, atribuem a Calid, rei desconhecido de Badajoz, mas que Vives¹², atribuindo-as ao mesmo rei, coloca no entanto na classe das *incertas*.

É reconhecido nelas Abdallah como *Imam*, e são da *ceca* de Alandalús.

Codera¹³ leu nelas, primitivamente, a data 431 H., que posteriormente corrigiu para 441 H.¹⁴, —a leitura apresenta bastantes dificuldades—, e Vives¹² ratificou a última leitura.

Na minha colecção existe a seguinte moeda de خالد.

¹⁰ «Un reyezuelo, etc.», in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. iv.

¹¹ *Ob. cit.*, p. 146.

¹² *Id.*, p. 226.

¹³ «Un reyezuelo, etc.» in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. iv.

¹⁴ Codera, *Tit. hon. y nomb. prop. en las mon. árabe-españolas*, p. 26.

11.^a

Campos:

الله لا	الحاجب
الله وحدة	لامام عبد الله
لا شريك له	امير المؤمنين
موفق	خالد

Orlas: ilegíveis, distinguindo-se apenas algumas letras.

Sinais particulares: fig. 11.^a

Moeda de ouro, cerceadíssima, de contorno irregular.

Pêso: 1,15 gramas.—Diâmetro: 13 milímetros.

*

Desta moeda não se colhe infelizmente dado algum novo acréca de موفق e de خالد, nem tam pouco com relação à ceca e data da cunhagem; a questão continua no mesmo estado de obscuridade e incerteza, em que estava anteriormente.

Estas moedas são extremamente raras. Vives¹⁵, em 1893, dava conta da existência de três exemplares apenas: um na Biblioteca de Paris; outro na coleção Gayangos, e o terceiro na dèle próprio; é por isso digno de nota o facto de eu possuir um exemplar, que foi encontrado em Évora, o que só plausivelmente se pode explicar supondo circulação intensa destas moedas no Sul de Portugal, em região sujeita ao domínio dos reis de Badajoz, onde, com o máximo grau de probabilidade, —é lícito supô-lo—, foram cunhadas. A existência de tal moeda na minha pequena coleção vem pois justificar, em meu parecer, a conclusão lógicamente deduzida pelo sábio arabista Codera¹⁶, de que as moedas com os nomes de موفق e de خالد devem ser atribuídas ao reino de Badajoz.

*

c) — Moedas com o nome de موفق.

O meu velho e bom amigo Dr. J. H. Tierno, médico em Elvas, que, nas horas que o exercício da sua profissão lhe deixa livres, cul-

¹⁵ Ob. cit., p. 515.¹⁶ «Un reyezuelo, etc.».

tiva com amor e competência a arqueologia e a numismática, com penhorante gentileza e desprendimento singular em obreiros de tais especialidades, quando demais a mais são colecionadores, como é ele é, ofereceu-me, entre outras, oito moedas muçulmanas, muito interessantes, que em seguida vão ser descritas, e cuja oferta mais uma vez efusivamente lhe agradeço.

Em nota que as acompanhava lia-se: «Oito moedas árabes de prata — achadas por uns trabalhadores, no terreno sobre que se construiu (princípios do séc. XVI de C.) o convento de freiras de S. Domingos de Elvas, quando estavam procedendo à sua demolição, em Agosto de 1905.»

Sobre a autenticidade, condições e circunstâncias do seu achado, garantidas pelo testemunho do meu velho amigo Dr. Tierno, não pode pairar portanto a mínima sombra de dúvida, o que me parece conveniente deixar bem vincado, tratando-se de moedas que creio inéditas, e donde pode brotar algum raio de luz, que ilumine o obscuro período histórico dos reis de Taifas da península hispânica, apesar de elas não ministrarem os dados suficientes para directamente se conhecer o nome da cidade onde foram batidas.

*

Na minha coleção existem as seguintes moedas com o nome de موفق no anverso.

12.*

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا	الْأَمَامُ هَشَامُ
اللَّهُ وَحْدَهُ	امِيرُ الْمُؤْمِنِينَ
لَا شَرِيكَ لَهُ	الْمُوَيْدُ بِاللَّهِ
مُوفِّقٌ	

Orlas:

Anverso: بَسْمُ اللَّهِ صَرَبَ هَذَا الدِّرْهَمَ بِالْأَنْدَلُسِ سَنَةُ خَمْسٍ وَ:

Reverso: الْحَقُّ أَنْتَ أَنْتَ.

Sinais particulares: as palavras بَسْمُ اللَّهِ صَرَبَ em linha recta, o resto da legenda circular; fig. 12.*

Dirheme: R.—Peso: 2,83 gramas.—Diâmetro: 22 milímetros.

13.^a

Como a antecedente, mas: a data سنة ست وثلاثين ; a missão profética é só bem legível até ارسله, dai por diante, por empastamento de letras e por cerceio, é ilegível.

Sinais particulares: como a antecedente; fig. 13.^a

Dirheme: R.—Peso 2,68 gramas.—Diámetro: 22,5 milímetros.

14.^a

Como a antecedente, mas: pontos em موفق, assim — missão profética até لظفہ.

Sinais particulares: como a antecedente; fig. 14.^a

Dirheme: Ar.—Peso: 2,69 gramas.—Diámetro: 22 milímetros.

15.^a

Como a antecedente, mas: a data سبع وثلاثين (a leitura سبع não é de certeza absoluta, mas da máxima probabilidade); missão profética até الدين.

Sinais particulares: como a antecedente: fig. 15.^a

Dirheme: R.—Peso: 2,75 gramas.—Diametro: 23 milímetros.

16.^a

Como a antecedente, mas: **كُلُّ**, faltando a data por não caber na moeda; missão profética até **الْحَقَّ**.

Sinais particulares: a legenda da orla do anverso circular: fig. 16.

Dirheme: R.—Peso: 2,62 gramas—Diámetro: 22,5 milímetros.

17*

Como a antecedente, mas: a data ...، faltando a data por certeza na chapa; missão profética até ...،

Sinais particulares: como a antecedente: fig. 17.^a

Dirheme: AR.—Peso: 2,13 gramas.—Diámetro: 21,5 milímetros.

18.^a

Como a antecedente, mas: a data سنت... وثلاثين, sendo as unidades ilegíveis; a *ceca* *بالاـ* *(sic) دلس*; missão profética até *الحة*.

Sinais particulares: como a antecedente: fig. 18 a

Dirheme: A.:—Peso: 2.77 gramas.—Diámetro: 23.5 milímetros.

19.^a

Como a 17.^a, mas: a data سنت... و ثلاثين, tendo as unidades ilegíveis; missão profética legível apenas em parte.

Sinais particulares: como a 17.^a; fig. 19.^a

Dirheme: R.—Peso: 2.35 gramas.—Diámetro: 21 milímetros

1

Estas moedas são de prata, e estão em bom estado de conservação, notando-se cerceio no contorno apenas em duas.

Como se vê da descrição, estas moedas distribuem-se em dois grupos, cuja distinção essencial consiste em que nas quatro primeiras as palavras بسم الله صریب das legendas das orlas do anverso estão em linha recta, sendo o resto da legenda circular, e nas quatro últimas estas legendas são todas circulares.

Todas elas, muito embora numa falte completamente a data, noutras seja em parte ilegível, e em nenhuma venha indicada a centena, foram evidentemente cunhadas entre 430 e 440 da H.

A ceca de todas é Alandalus.

Em todas é reconhecido Hexam II como *Imam*.

Creio que estes tipos de moedas, em prata, são inéditos, pois nem Codera, nem Lavoix lhes fazem a mínima referência. Vives¹⁷, descreve uma moeda de ouro, com as mesmas legendas das minhas, com a única diferença de que nestas o nome موفق ocupa a parte inferior das legendas dos campos dos anversos, e na de Vives o nome موفق está dividido, estando مـ na parte superior e فـ na inferior da mesma legenda.

Houve pois cunhagem destas moedas em ouro e prata.

• A quem se devem atribuir?

Vives conhecendo apenas um exemplar onde faltavam a indicação da ceca e a data, e pondo em relêvo que o nome de موفق não era conhecido como pertencente a príncipe algum, no período dos reis de Taifas, concluiu por não o classificar, relegando-o para a classe dos *incertos*¹⁸. Era o mais seguro e o mais sensato, atendendo à escassez dos dados de que dispunha.

¹⁷ *Ob. cit.*, n.º 1:383.

18 Id., p. LXIX.

Se porém se reflectir em que o nome de موقی aparece em moedas de Iahia Almançor de Badajoz e nas de Calid, que, ao parecer com bom fundamento, também dominou mais ou menos legitimamente na região de que aquela cidade era a capital ou em parte dela; e se por outro lado se considerar que tal nome aparece — só em moedas de quatrocentos e trinta e tantos —, conjuntamente com o de *Calid* em moedas de quatrocentos e quarenta e tantos, — e com o de *Iahia* em moedas de quatrocentos e cinquenta e tantos, datas que limitam um período de anos, que de forma alguma exclui a possibilidade de se referir a um mesmo e único indivíduo; se se atender a que as moedas de Badajoz indicam, na sua quase totalidade, a *ceca* de Alandalus, e que nas minhas se lê em todas elas sem a mínima hesitação a mesma *ceca*; e, finalmente, se se reparar que as moedas atrás descritas foram encontradas em Elvas, cidade bastante próxima de Badajoz, não constando a existência de outras — parece-me não ser hipótese atrevida atribuí-las também a reis desta última cidade, ou a algum chefe de partido que, não reconhecendo a soberania destes, dominou em parte do território que lhes devia obediência.

*

Se todas as moedas atrás descritas n.ºs 1 a 19 pertencem ao reino de Badajoz, e se nas de Mohammed Almudafar, de que não possuo exemplar algum, se reconhecia Abdallah, como *Imam*, parece concluir-se da leitura das suas legendas:

a) que os Aftácidas, adversários dos Omíadas, não reconhecendo por isso a sua soberania espiritual, e não ousando, por um resto de pudor, proclamar-se *Imames* e *Emires dos crentes*, figuravam prestar preito de vassalagem espiritual aos califas do Oriente, sob o nome genérico de Abdallah, isto é, o *servidor de Deus*, ignorando ou não se ocupando em averiguar qual era, na realidade, o seu verdadeiro nome;

b) que, nos últimos anos de vida de Mohammed Almudafar, secundando o gesto do Cadi de Sevilha, Mohammed ibn Ismail ibn Abad, se levaram os partidários dos Omíadas no reino de Badajoz, reconhecendo o falso Hexam II como *Imam* e *Emir dos crentes*, e expulsaram Mohammed Almudafar do trono ou, pelo menos, dominaram em parte do território, que lhe prestava obediência;

c) que à testa deste movimento ou, pelo menos, ocupando nele um lugar de destaque, figurava Mouaffac;

d) que este estado de cousas se prolongou ainda por alguns anos depois de morto Mohammed Almudafar;

e) que posteriormente Mouaffac e seus sequazes abandonaram o partido dos Omíadas, proclamaram rei, ou prestaram vassalagem a Calid que, reconhecendo como *Imam* a Abdallah, se intitulou *hajibe*, isto é, verdadeiro rei de Badajoz, ou de parte do seu território;

f) que, finalmente, com o desaparecimento de Calid da cena política, voltou o reino de Badajoz ao poder dos Aftácidas, se ele próprio o não era também, continuando porém Mouaffac a ser personagem importante no reinado de Iahia Almançor II.

Seja porém como fôr, continua a não se saber quem era Mouaffac, nem quem era Calid, nem tam pouco quais os acontecimentos, suas causas e natureza, que agitaram o reino de Badajoz, no segundo quartel do século v da Hégira.

Esclarecer estes pontos da história do domínio muçulmano na península é tarefa que incumbe aos arabistas.

**2.—Moeda inédita de Ishac ibn Ali (540-541 H. = 1145 a 1146 C.)
existente na coleção de M. F. de V.**

Em nome do último dos Almoravides foram cunhadas, nos anos de 540 e 541 da Hégira, moedas de ouro em Córdova, Granada e Sevilha.

São bastante raras estas moedas. Vives (1893) conhecia:

— De Cordova *duas* apenas: *uma* do ano de 540 pelos decalques de D. F. Codera, e *outra* do ano 541 na Biblioteca de Paris;

— De Granada e de 540 *quatro*: *duas* na Biblioteca de Paris, *uma* na coleção Gayangos, e *outra* na de Vives; e de 541 *uma* na coleção Codera;

— De Sevilha sómente *uma* de 541 na coleção Vives.

A moeda existente na minha coleção, e cuja descrição vai seguir, vem preencher a falta de representação, nas coleções, das moedas de Ishac ibn Ali, cunhadas em Sevilha em 540.

20.*

Campos:

الله لا إله

محمد رسول الله صلى

الله عليه وسلم تسليما

امير المؤمنين اسحاق بن

علي بن يوسف

لام

عبد

الله

امير المؤمنين

العباسي

Orlas:

Anverso:

ومن يبتغ غير إسلام ديننا فلن يقبل منه وهو في لآخرة من الخاسرين

Reverso:

بسم الله الرحمن الرحيم صرب هذا (sic) الدينار باشيلية عام أربعين وخمسماية

Sinais particulares: pontos em صرب ; باشيله fig. 20.^a

Dinar: Peso: 4,10 gramas.—Diâmetro: 26 milímetros.

3.—Moedas de Al-Háquem II, existentes na coleção de M. F. de V.

(Continuação)

Últimamente adquiri mais duas moedas d'este príncipe, que vieram juntar-se, na minha coleção, às descritas nos vol. XII e XIX d-O Archeologo Português (anos de 1907 e 1914).

21.^a (1 a)

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا

لَامَامُ الْحُكْمِ

الله وحده

أَمِيرُ الْمُؤْمِنِينَ

لَا شَرِيكَ لَهُ

الْمُسْتَصْرِ بِاللَّهِ

يَحِيَّ

Orlas:

Anverso:

بسم الله صرب هذا الدرهم بمدينة الزهراء سنة خمسين وثلاثية

Reverso: missão profética até ولو.

Sinais particulares: fig. 21.^a

Dirheme: R.—Peso: 2,14 gramas.—Diâmetro: 22,5 milímetros.

22.^a (21*)

Campos:

لَا إِلَهَ إِلَّا

لَامَامُ الْحُكْمِ

الله وحده

أَمِيرُ الْمُؤْمِنِينَ

لَا شَرِيكَ لَهُ

الْمُسْتَصْرِ بِاللَّهِ

عَامِرٌ

Orlas:

Anverso:

بسم الله صرب هذا الدرهم بمدينة الزهراء سنة تسع وخمسين وثلاثة

não cabendo na moeda o ية.

Reverso: missão profética até ^{المسير} كون, não cabendo na moeda resto da última palavra da legenda.

Sinais particulares: fig. 22.^a

Dirheme: R.—Peso: 2,01 gramas.—Diâmetro: 22 milímetros.

*

Com a aquisição da moeda 22.^a (21*) foi preenchida a falta de moedas de Al-Háquem, do ano de 359, que existia na minha coleção.

*

Na descrição das moedas 9.^a (26*) e 10.^a (26**) (*O Arch. Port.*, vol. xix, p. 197) faltou dizer que ambas são *dirhemes*, de prata, e que a primeira tem o peso de 2,49 gramas, e o diâmetro de 23,5 milímetros, e a segunda respectivamente 2,52 gramas e 24 milímetros.

MANUEL F. DE VARGAS.

Figuras

Fig. 1. ^a	▼
Fig. 2. ^a	?	?
Fig. 3. ^a	?	?	?
Fig. 4. ^a	?	?
Fig. 5. ^a	?	?
Fig. 6. ^a
Fig. 7. ^a	?

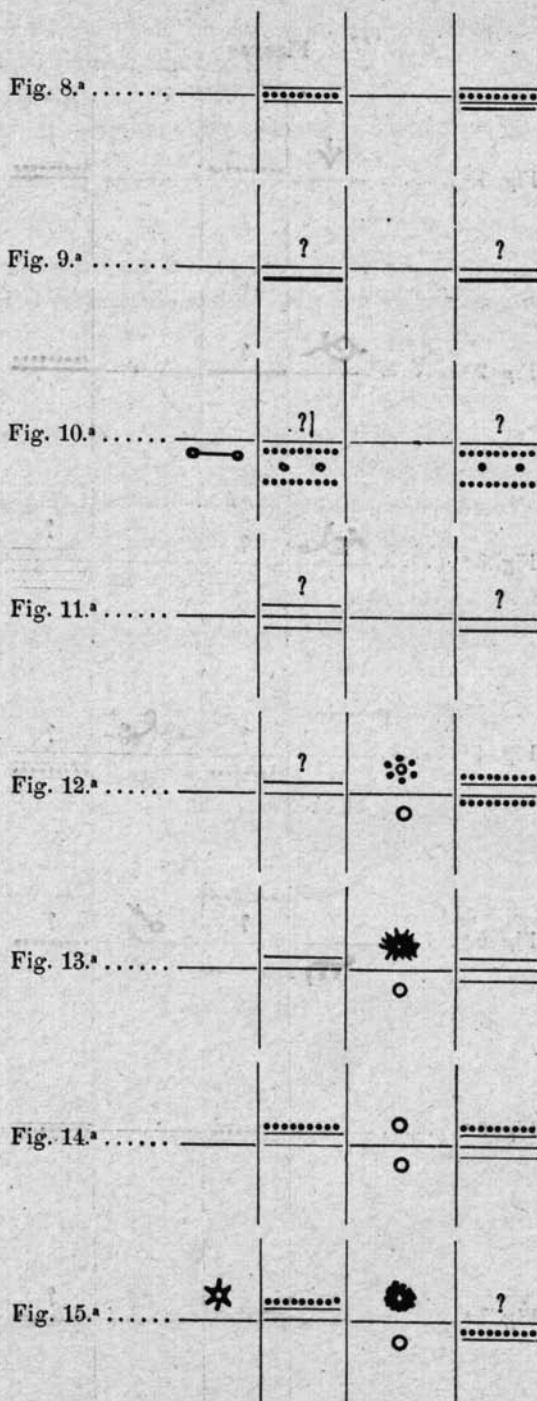
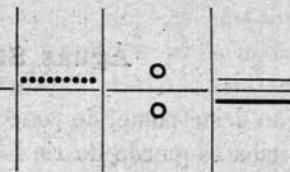
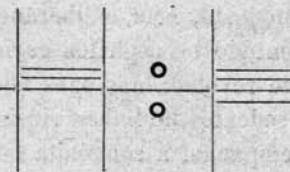
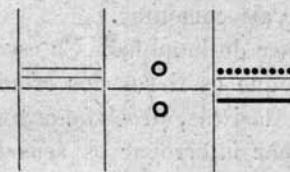
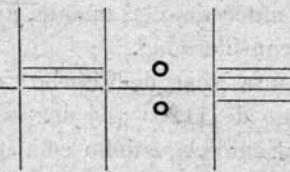
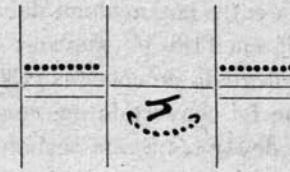
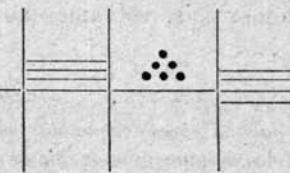
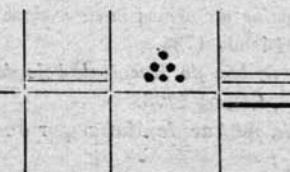


Fig. 16.^aFig. 17.^aFig. 18.^aFig. 19.^aFig. 20.^aFig. 21.^a (1 a)..Fig. 22.^a (21 *)

Águas Santas

A povoação dêste nome, do concelho da Maia, ao norte da cidade do Porto, na riba esquerda do rio Leça, tem a enobrecê-la a sua veneranda matriz.

Edifício modesto, sem exuberâncias de formas nem riquezas de arte, atrai contudo os espíritos curiosos, mercê da sua ancianidade flagrantemente revelada nas suas feições românicas. Pena é, porém, que os olhos sedentos de linhas virginais esbarrem com superfetações ignaras que empanam a congénita beleza.

Como é esta, infelizmente, a norma dos monumentos portugueses, nem vale comentar.

Mas, apesar de humilhadas e escarnecididas, as suas sombrias pedras, melhor que os livros dos cronistas piedosos, por vezes incongruentes e fantasistas, proclamam uma existência oito vezes secular. E quem souber interrogar os seus burilados rudes, corroídos mas insofismáveis, disso adquire inteiro convencimento.

A fábrica antecede, certamente, a fundação da monarquia, e como tal tem sido considerada¹.

Afirma Santa Rosa de Viterbo² que o mosteiro existia com moradores no ano de 1120; que dez anos depois o povoaram cónegos regulares de Santo Agostinho com o seu prior; que mais tarde entraram na posse dêle os cónegos-do Santo Sepulcro (e não cavaleiros cuja existência entre nós nenhum documento prova) onde se intitulam do Templo e já em 1186 lá estavam; que, adjunto, houve também um mosteiro ou colegiada de cónegos (1309). Em 1551 achava-se extinto o mosteiro que foi convertido em comenda da Ordem de Malta.

A história de Águas Santas esbate-se na névoa da legenda, dando alguns escritores informações inverosímeis ou desarmónicas entre si³.

Sem traslados, pois, volvemos ao conspecto do edifício.



¹ *Subsídios para a classificação dos monumentos nacionais* (publicação do extinto conselho dos monumentos nacionais), Lisboa 1904.

² *Elucidário*, t. II, voc. «Sepulcro».

³ Vid. *Memórias da ordem militar de S. João de Malta*, por Frei Lucas de Santa Catarina, Lisboa 1734.

História da Ordem do Hospital, hoje de Malta, por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, Lisboa 1793.

Nova história militar de Malta, por José Anastácio de Figueiredo, Lisboa 1800.

Do convento, situado ao sul do templo, não há sobrevivências¹, tendo desaparecido o que restava e que servia de aposentadoria ao último comendador D. João Maria de Abreu Lima, com a venda realizada após a extinção das ordens religiosas².

O templo assenta a meia encosta do monte Caverneira, que alas- tra o seu empolado dorso de granito através do povoado³; pela ilharga e frente corre-lhe a es- trada, que corrigindo o antigo e tortuoso terreno, fez desaparecer um elevado escadório, que conduzia ao limiar. O horizonte que daqui se disfruta é largo e desafogado, com manchas alve- jantes de casario surgindo de entre a vegetação opulenta e variada. O lugar do mosteiro of- recia antes do lançamento da estrada uma pitoresca rudeza, semeado de enormes pedregulhos bojantes, alguns miraculosamente equilibrados na pendente (fig. 1).



Fig. 1

Pelo seu isolamento no adro, a fábrica patenteia, desabafadamente, as modestas galas exteriores.

Na frontaria, prende-nos de preferência, o portal. Sobresai bem, apesar duns pavorosos degraus que lhe alteram a escala, tapando as bases das colunas; estas, em número de quatro, sustentam arcos em cíntro quebrado, cujas arquivoltas são de um notável vigor decorativo. As colunas, lisas, mostram capitéis cúbicos ornados com folhas de acanto e lodão.

A janela quadrangular tomou o pouso dum óculo discreto, como o atesta um pequeno encurvamento do friso do frontão, em cuja cúspide uma cruz de Cristo assenta.

¹ *Impressões históricas, geográficas e outras raridades da freguesia de Águas Santas*, pelo Dr. Joaquim Moutinho dos Santos. Pôrto 1871.

² Um trecho de parede, de sólida silharia, está encravado no andar térreo do vizinho prédio da Quinta da Comenda, onde, ainda, um pequeno alpendre exibe no fôrro o brasão de um dos comendatários.

³ Nas Enquerições tiradas em tempo delrey Dom Affonso Conde de Bollonha vem referido o Monasterii Aquarum Sanctarum, quod est Dominy Regis, e que, então, paroquiaava os povos de Parada (onde se ergue), Pedroços, Ardagães e Revordãos. In Corpus Codicivm latinorvm et portugalensivm eorum qui in Archivo Municipal Portucaleensi asservantur, etc. Portgale mccccxxi, vol. I, fasc. II.

Coalescente, ao Norte, a torre alça as suas paredes robustas¹ com um remate dentado assente em modilhões, acima do qual se ergue uma deplorável cúpula de tejolo.

A porta lateral desta ala está intacta: é airosa e mostra duas colunas por banda, com ornamentação de folhagens e vergônteas.

Superiormente, apresenta dois pares de cachorros para uma alpendrada.

Sustenta a cornija do alçado uma fiada de modilhões, variados, onde há algumas dessas características e enigmáticas figuras da decoração medieval².

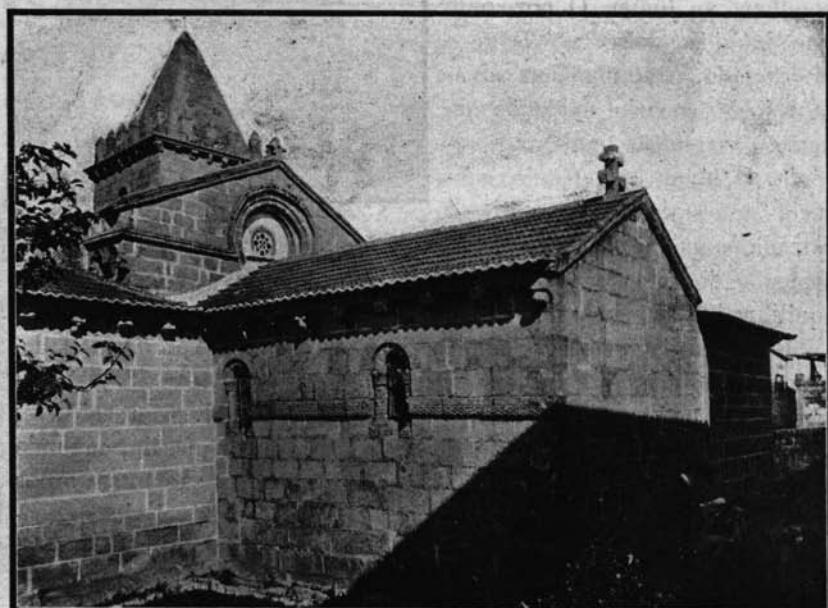


Fig. 2

O absídio correspondente a esta nave é único na fábrica, que possuía só a colateral norte, acha-se oculto à vista exterior por uma construção apensa que serve de sacristia; em hemiciclo, com pilastras e cachorros belamente esculpidos, acha-se mutilado e revestido de cal (fig. 2).

¹ Parte dela derruiu em 1755, por ocasião do terramoto.

² Numa delas vê o povo do lugar, um mouro. «Era reitor da freguesia Francisco Pinto, a quem me dirigi e preguntei — „Padre, quem erigiu este templo e fundou o mosteiro de Águas Santas? Respondeu-me como vulgarmente se dizia: os mouros.» J. Moutinho dos Santos, *obr. cit.*

A capela-mor, de projecção rectangular é pouco elevada e apresenta silhares siglados. Notabilizam-na as janelas voltadas ao meio-dia, pequenas e gráceis: cintradas, são constituídas por um toro espesso descansando em esbeltos colunelos; este motivo ornamental repete-se do lado interno, mas em escala um pouco ampliada, pela conicidade do intradorso.

Os lances, duma acentuada feição mosarábica, patenteiam bem a influência do mesteiral árabe na nossa arquitectura da época.

A quase meia altura das janelas, uma faixa axadrezada longitudinal completa a harmonia do adôrno.



Fig. 3

Sob ela, junto da janela do canto acha-se gravada uma inscrição cuja leitura, é a seguinte, segundo a lição do eminente antiquário Sr. Pedro de Azevedo:

E MCC⁹ VI
MIRAN MARTÍNZ

Como a era de 1206 corresponde ao ano de Cristo de 1168, podemos tomar esta data como a de alguma obra, na qual interviesse um personagem cujo nome¹ por este meio chegou até nós.

¹ Elucida o mesmo erudito Sr. que o nome *Mirão* é muito raro neste período e deve ser de origem germânica.

Para concluirmos o que de arcáico se nos mostra exteriormente, atentemos na nave principal (fig. 3).

Pouco erguida acima da sua singular colateral, quase toca o telhado desta com o entablamento recortado do seu muro; na testa abre-se um óculo circular, em cuja empêna sul uns parcos mas interessantes ornatos evidenciam o disparate do acréscimo da nova nave, coroada em parte de fantasmagóricas ameias, por onde foram esplhados os modilhões abatidos à mistura com outros novos.

Nas duas cúspides há cruzes alçadas: uma de duplos braços¹ (ábside), outra estilizada (nave maior).

Penetremos no templo pela porta setentrional.

Logo se nos deparam uns barrotes desgracados, prudentemente erguidos até o arco fronteiro como um apoio indispensável à sua estabilidade. Fácil é suspeitar algum «melhoramento» desaforado.

Efectivamente; uma lápide marmórea, adiante, esclarece:

¡A primordial fundação desta igreja de tam glorioas recordações perde-se em a noite do passado!

Reedificada pelos anos de 1097, só tinha a nave do norte em dois arcos ogivais.

Sendo seu pároco António da Ascenção e Oliveira, em 1874, os arcos converteram-se em um só, a tóscas coluna que os sustentava ao meio foi tirada e fez-se esta nave do sul.

Aqui se resume a história vandálica do monumento, perpetuada por quem directamente nela interveio.

Sem que qualquer brado de defesa surgisse, a obra daninha teve lugar.

¡Como um labeu ignominioso desta malfadada reforma, ficou o

¹ A cruz da ordem militar do Santo Sepulcro tinha dois braços em forma de Patriarcal. *Nova história da ordem de Malta*, ob. cit. parte I, p. 45.

No *Tratado de Armaria*, do Sr. J. A. Correia Leite Ribeiro, Lisboa 1907, uma cruz semelhante «duplicadas as duas astes transversais, sendo a sobposta mais extensa que a superior», vem citada como pertencendo aos Templários.

Como foi dito, Viterbo afirma que os cónegos do Santo Sepulcro, em Águas Santas, se intitulavam do Templo, negando porém a existência dos cavaleiros da mesma Ordem.



Fig. 4

novo arco, um sarapanel mal lançado, ziguezagueante, incapaz de merecer confiança sem o recurso dum amparo!

Por explicação de quem conheceu a igreja antes de adulterada, a *tôsca coluna* era uma pilastra espessa na qual se embebiam duas colunas¹ que sustentavam as recaídas próximas dos arcos ogivantes.

Esta arcada defrontava a dependência monástica.

Apesar dos vilipêndios, o interior mantém, afortunadamente, suggestivos e atraentes enfeites.

Vêem-se vários capitéis historiados, com motivos zoomórficos e imaginativos, (fig. 4) aliados a elementos flóricos: quatro molossos em um dêles, numa disposição decorativa deveras curiosa (arco triunfal), duas sereias noutro (antigo arco, deslocado), um pequeno peixe noutro, ainda (antigo arco, primitiva situação).

Do lado do Evangelho, as janelas da capela-mor estão furtadas à vista por um incompreensível enchimento de argamassa.

Os muros são de bons silhares e sustentam tetos de madeira, em três planos.

Na egreja descansa um sarcófago de granito, onde se lê²:

I^o ANE DE PARADA
ESTA: SEPVLTVRA E PER³

Os caracteres do epítápio parecem remontarem ao séc. XIV. Num dos extremos está esculpida uma cruz grega. Devia ter encerrado as cinzas de algum senhor grado da localidade, da qual tinha tomado o apelido.

Embora lhe não faltem atributos, o templo de Águas Santas está ainda sem ser classificado como monumento nacional, o que a razão impõe se faça para obstar a possíveis agressões.

Pôrto, Setembro de 1915:

PEDRO VITORINO.

¹ Os seus capitéis ainda existem engastados na nova construção, a par de outros imitativos.

² Ainda na autorizada opinião do Sr. Pedro de Azevedo, a quem recorri e por cujo benévolio acolhimento aqui testemunho a minha gratidão.

³ Estas duas últimas palavras E PERPETUA, são no dizer do Sr. Azevedo conjecturais.

Bibliografia

I

Progressive Portugal, by Ethel C. Hargrove, London 1914, 276 páginas.

Mais um livro sobre Portugal vem alongar a série dos recentemente publicados.

Este agora, que parece ter sido escrito a pedido da Sociedade Propaganda de Portugal, ocupa-se, embora levemente, de todos os assuntos que se prendem com a vida do nosso país. É uma espécie de *guia de excursionista*, sem a secura metódica que é de uso em tais publicações.

Fala-nos, o seu autor, de Braga, do Pôrto, do Buçaco, Coimbra, Leiria, Lisboa e arredores e do Algarve; da nossa paisagem, costumes e *folk-lore*; da história e das navegações; do movimento social artístico e literário do nosso país.

Dos artistas são citados em especial Alberto Sousa, que pela beleza etnográfica das suas aguarelas deve incontestavelmente chamar a atenção dos estrangeiros, e Columbano Bordalo Pinheiro, o nosso grande pintor. Dos literatos, o nome do Dr. Leite de Vasconcelos, director do Museu Etnológico, e os seus trabalhos são convenientemente realçados, o que admira, tam acostumados andamos a que o verdadeiro mérito científico seja menosprezado ou esquecido.

O capítulo XIII (achados prehistóricos e outros) refere-se à nossa arqueologia, à citânia de Briteiros, às estátuas lusitanicas de Montalegre, e ao Museu Etnológico de Belém; a este com certo desenvolvimento, visto que segundo as próprias palavras do livro é nele que com facilidade e melhor se pode estudar «the life of the country in every aspect, from the stone age to the present day». No mesmo capítulo, ao princípio, enumeram-se os objectos arqueológicos de Portugal, que existem no Museu Britânico, e que a meu ver importa tornar conhecidos. Das pp. 131-132 do livro traduzo pois as seguintes linhas:

«Os primeiros vestígios do Portugal prehistórico e dos seus habitadores podem ser estudados em Inglaterra. No Museu Britânico, armario K, da secção prehistórica, podem ver-se o molde de um amuleto de xisto, ornado com triângulos riscados, do período neolítico, de Martim Afonso, perto de Muge e Santarém; machados de pedra, incluindo dois (do mesmo período) de sepultura em caverna, perto de Leiria e anta do Cabeço da Arruda. E ainda, algumas tigelas, de

idade da pedra, sem letreiro, dois amuletos de xisto (ou ídolos) achados a doze pés de fundura num outeiro a caminho de Beja, quando da construção do caminho de ferro¹; molde de um amuleto de xisto em forma de fólya de machado, também da Arruda, e outro com triângulos gravados, do período neolítico; outro com riscos de carácter mágico e dois pedaços de fólyas de silex.

Outros objectos dignos de nota, dêste período, são os moldes de um pilar de calcáreo com gravuras simbólicas em relevo, de um túmulo pertô de Sintra, e de um machado sagrado (votivo) de Cascais».

Como se vê são poucos os objectos arqueológicos, verdadeiros ou moldados, que o Museu Britânico possui do nosso país.

Na relação do que mais interessou Hargrove na visita que fez ao Museu Etnológico, avulta o pavimento de mosaico de Leiria, com a lenda de Orfeu, que relaciona com outro achado em Brading, na ilha de Wight, e descrito pelo autor no seu outro livro *Wanderings in the Isle of Wight*.

O *Progressive Portugal* é em resumo um livro que alguma cousa poderá aproveitar ao nosso país, e que se deve acolher com gratidão pelos esforços que faz por tornar conhecidos la fora as cousas da nossa terra.

*

Opúsculos e Esparsos, coligidos e coordenados por Jordão de Freitas e novamente publicados pelo 3.º Visconde de Santarém—Lisboa 1910, 2 volumes de 480 e 492 páginas.

Inéditos (miscelânea), coligidos e coordenados por Jordão de Freitas e trazidos à publicidade pelo 3.º Visconde de Santarém—Lisboa 1914, 1 volume de 584; (com continuação).

Dêstes três volumes oferecidos à Biblioteca do Museu Etnológico pelo Sr. Visconde de Santarém, que de cada obra mandou fazer a tiragem de 1:500 exemplares, para distribuição gratuita.—enaltecendo por êste modo o nome de seu avô, o 2.º Visconde do mesmo título, que foi um dos grandes investigadores do seu tempo—, alguma cousa aproveitam os estudos arqueológicos.

¹ No livro, que diga-se de passagem, vem erivado de erros quando as palavras transcritas são portuguesas, está Bya por Beja. Ocorre-me que estes dois amuletos poderiam ter sido achados juntamente com duas folhinhas de ouro hoje no Museu Etnológico e de cuja proveniência se sabe apenas que foram encontrados nos trabalhos do caminho de ferro, perto de Beja.

No volume I, dos *Opuscuros*, encontra-se a reprodução de um folheto muito raro, intitulado *Analyze Historico-Numismatica de huma medalha de oiro do imperador Honorio, do IV seculo da era christã, —feita pelo segundo Visconde de Santarem no Rio de Janeiro em 1818*, e que foi impresso em Falmouth, em casa de J. Lake.

No volume II, vem um artigo etnológico sobre a *Ibéria* (pp. 357-359), que foi publicado na *Encyclopédie des Gens du Monde*, t. XIV, parte II, p. 339-440, Paris 1841.

Nos *Inéditos* há, principalmente nos *memoranda*, numerosas notas arqueológicas, de lições, cópias de textos, etc.

Grande falta fez, como se escreve no Prólogo dos *Opuscuros*, (p. VII), não se ter encontrado uma «memória» do Visconde de Santarém referida por Berthelot no Relatorio publicado no *Bulletin de la Société de Géographie de Paris* em 1839, que tinha o título de «*Dissertation sur le véritable emplacement de Mirobriga, constaté par une médaille punique trouvée dans les ruines de cette ville*».

Severim de Faria. — Notas biográfico-literárias, por J. Leite de Vasconcellos, Coimbra 1914.

Neste interessante trabalho de 36 páginas, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos apresenta uma relação dos manuscritos deixados por Severim de Faria e aprecia com clareza e justiça a figura do notável polígrafo, que, no meio dos seus variados estudos, não se esquecia nunca dos monumentos do passado, especialmente moedas, que a região de Évora lhe estava continuadamente patenteando.

Habitações castrejas do Norte de Portugal. — (N.º XIV dos *Estudos do Alto Minho*), por Félix Alves Pereira, Viana 1914.

Um folheto de 25 páginas onde se expõem duas interessantes hipóteses de reconstituições de habitações castrejas de Santa Luzia (Viana do Castelo), e se consigna a existência de várias edificações serranas (casas e pontes) em que se empregam lajes dispostas em *encorbellement*.

VERGÍLIO CORREIA.

II

Note sur le Chélléen de Casal do Monte, por Joaquim Fontes. Sep. do *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, tome VII, séance du 17 Mars 1915. Lisboa, Impr. de la Librairie Férin, 1915. Tem três figuras. É uma nota a um artigo de PIERRE PARIS, no *Bulletin Hispanique*, e esclarece a classificação paleolítica da estação do Casal do Monte. Tem 7 páginas.

Instruments paléolithiques des environs de Porto, pelo mesmo. Sep. do mesmo *Bulletin*, tome VII, séance du 7 Avril 1915. Lisboa,

ib., 1915. Tem duas fotogravuras. Descreve dois instrumentos chelenses¹ colhidos por FREDERICO DE VASCONCELOS nos depósitos superficiais da bacia do Rio Douro, nos arredores do Pôrto². Discute o A. as probabilidades de ser quaternário o terreno onde foram colhidos os instrumentos. Tem 5 páginas.

Varios documentos para uma contribuição ao estudo da tatuagem, pelo mesmo. Est. II-XVIII. Sep. do *Archivo de Anatomia e Anthropologia*, vol. II (n.º 2, 1914). Tem 38 figuras e um índice explicativo, no princípio. É um curioso álbum de espécimes de tatuagem moderna, de indivíduos portugueses, para ilustração do texto que o A. publicou à parte (vid. 5), posteriormente. São colhidas: no posto antropométrico do Governo Civil de Lisboa; uma em um cadáver, em 1913; outras no arquivo do Instituto de Medicina Legal, de Lisboa, e no do Instituto de Anatomia. Tem 2 páginas de texto com informações das estampas.

Sobre a tatuagem facial em ídolos prehistóricos e gentílicos, pelo mesmo. Est. IX-X. Sep. do *Archivo de Anatomia e Anthropologia*, vol. III (n.º 2, 1905). Compara o A. as esculturas do Gard e Saint-Sernin (Aveyron), La Bessière (Tarn), com as representações antropomórficas do neolítico português, adornadas de tatuagem no rosto. Assim, recorda as chapas de xisto de Idanha-a-Nova³, Alcobaça⁴, e os cilindros de calcáreo de Moncarapacho⁵, e confronta-os com as esculturas similares francesas, com as quais as identifica. Depois, porque os selvagens actuais dão uma preciosa documentação dos usos primitivos, apresenta alguns exemplos de povos cujos ídolos tem tatuagem facial comparável com os desenhos neolíticos estudados anteriormente: os de Magandja, Laobah, em África; os de Laos, na Ásia; os de Mindanao, na Oceânia. O estudo é bem feito e harmônico. Tem 4 páginas.

¹ Sigo a lição do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, in *De Campolide a Melrose*, Imprensa Nacional, Lisboa 1915, a p. 110: *chelense, acheulense, moustierense, auriacense, solutréense ou solutrense, magdalenense ou madeleinense, e azilense*.

² Vid. in *Compte-Rendu de la neuvième session* (à Lisboa, 1880) du Congrès d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques, pp. 155 a 189: «Résumé d'une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro», lido pelo A., que era o engenheiro Frederico de Vasconcelos.

³ Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, vol. I, p. 162, fig. 31.

⁴ Vieira Natividade, *Grutas de Alcobaça*, in *Portugalia*, vol. I, p. 140.

⁵ Leite de Vasconcelos, *Antiquálias do Museu de Faro*, in *O Arch. Port.*, vol. XIII, p. 171, fig. 2.

Contribuição ao estudo da tatuagem (**Morphologia e Ethnographia**), pelo mesmo. Sep. do *Archivo de Anatomia e Anthropologia*, vol. III (n.º 2, 1915). É a primeira parte do estudo da tatuagem, do qual forma o Capítulo I: «Introdução ao estudo da tatuagem». O Sr. FONTES toma por base de estudo os critérios com que LOMBROSO e LACASSAGNE definem o significado mental da tatuagem: que é um *atavismo* (causal inconsciente), diz o primeiro; que é uma *expressividade natural* de ideias íntimas sem outra exteriorização, ou com uma necessidade de fração permanente (*causal intencionada*), segundo explica o segundo (pp. 69-70)¹. Para explicar os factos, e deduzir dêles a verdade da consciência e inconsciência que movem os tatuados, divide a exposição em três partes: a) segue a série evolutiva do adorno e enfeite pessoal (pp. 70-75); b) aproveitando-se da classificação de MAGITOT para as mutilações anatómicas, separa a tatuagem e a pintura corporal, e estuda-as nos elementos que a arqueologia lhe forneceu (pp. 75-79); c) aprecia informações actuais da tatuagem, em países selvagens e civilizados, apresentando as conclusões confirmativas das duas teorias donde encaminhou o estudo: tatuagem por ornamentação atávica e tatuagem com um «carácter intencional mais restrito e divergindo conforme os casos» (pp. 79-83). É também um estudo bem feito, bem documentado e consciencioso. Tem 8 páginas².

Luís CHAVES.

III

Medalhistica

Medalhas comemorativas da fundação da igreja do SS. Coração de Jesus (vulgo «igreja ou basílica da Estréla»), 1779. Artigo do D.^{or} Artur Lamas, inserido no n.º 84 d-*O Rosario* (1914), e escrito com aquele critério e abundância de notícias a que os leitores d-*O Archeologo* estão habituados pela leitura das monografias que o mesmo ilustre autor aqui tem dado a lume.

*

Vem a propósito dizer que o Sr. D.^{or} Artur Lamas está neste momento imprimindo a 1.^a parte do vol. I de uma Memória histórica-

¹ A numeração é a do número do *Archivo*, de que esta publicação é *Separata*.

² As figuras do trabalho apontado em n.º 3 são, em parte, reproduzidas de objectos do *Museu Etnológico Português*: v. g., a fig. 1 da est. ix (lousa de Idanha-a-Nova), fig. 4 do texto (*porrinho africano*), fig. 2 da est. ix (cilindro calcáreo de Moncarapacho).

-descritiva (ilustrada) das medalhas portuguesas que compõem a coleção iniciada por seu falecido Pai, e continuada por ele com todo o afan, coleção que é hoje uma das melhores, senão a melhor, de Portugal.

Esta *Memória* tornar-se há um *vade-mecum* indispensável aos que de futuro versarem a Medalhistica, porque o livro de Lopes Fernandes, além de obedecer a outro plano, mais modesto, está hoje muito atrasado (foi impresso em 1861.)

J. L. DE V.

Necrologia

Padre Narciso C. Alves da Cunha

«Na casa da Travessa da Palmeira, 64, 2.º, faleceu ante-ontem vitimado por uma pneumonia, o Sr. Narciso C. Alves da Cunha, deputado por Melgaço e últimamente senador.

Nasceu em Formariz, concelho de Paredes de Coura, em 5 de Setembro de 1851.

Freqüentou os preparatórios no liceu de Braga e curso teológico no seminário da mesma cidade, ordenando-se de presbítero em Coimbra. Matriculou-se na faculdade de direito em 1876, concluindo a formatura em 1881.

Foi nomeado conservador do registo predial da comarca de Paredes de Coura em 1885, cargo que exerceu até ser despachado juiz auditor de Bragança em 1901.

O funeral realiza-se hoje, às 17 horas, para a estação do Rocio, donde seguirá para Paredes de Coura».

(Do *Diário de Notícias* de 17 de (?) de 1913).

*

O Dr. Narciso Alves da Cunha é autor de um valioso livro intitulado *Paredes de Coura*, Pôrto 1909, de 596 páginas, e muitas gravuras: há nele informações históricas, arqueológicas, lexicológicas e etnográficas, escritas com grande amor, e íntimo conhecimento, da terra natal, de que o citado livro constitue, por assim dizer, uma crónica.

Alves da Cunha prestou óptimos serviços ao Museu Etnológico, oferecendo-lhe, entre outros objectos, o curioso ídolo de que *O Archeólogo* deu uma gravura no vol. xv, p. 32, e a ara do Deus Ma-

carius publicada na *Religiões*, III, 197, e ajudando-me na exploração dos dólmens da Serra da Boulhosa (*Arch. Port.*, XIV, 294-296). Por isso lhe dediquei o meu modesto opúsculo *Os Gróvios*, Lisboa 1905 (separata d-*O Archeologo*), e agora, com vivá saudade, consigno aqui a notícia do seu passamento.

Baptista Queiroz

«Celorico da Beira, 14.—Faleceu nesta vila o Sr. José Baptista da Fonseca Queiroz, primeiro contador aposentado do Tribunal de Contas e que há anos residia nesta vila, sua terra natal.»

(Do *Diário de Notícias*, de 16 de Novembro de 1914).

*

Baptista Queiroz possuía uma colecção de moedas antigas, na qual havia um raro exemplar do real-e-meio de D. Afonso VI.

Por 1908 prometeu-me colaborar assiduamente no *Archeologo*, e efectivamente o nosso periódico deve-lhe quatro valiosos artigos, publicados nos seguintes lugares: vol. XIII, p. 245 sgs.; XIV, p. 28 sgs.; XV, p. 97 sgs. e XVI, 177 sgs. Mudando de Lisboa, onde residiu muito tempo e onde travei relações com él, para Celorico, sua pátria, deixou de escrever sobre Numismática, e nem mesmo sei o que foi feito das moedas.

J. L. DE V.

Declaração

Conquanto os artigos destinados ao *Archeologo Português* passem pela mão do director, este não responde senão pelos que forem assinados por él. A responsabilidade, quer da doutrina, quer da forma, dos restantes artigos pertence exclusivamente aos respectivos signatários.

A presente declaração tanto se aplica aos artigos publicados até hoje, como aos que de futuro se publicarem, salvo declaração contrária.

J. L. DE V.

Errata

Archeologo Português, vol. xix

A p. 307, linhas 21-22, onde se lê «diâmetro», leia-se «circunferência».

VOLUME XX

ÍNDICE ANALÍTICO

ALIMENTAÇÃO:

No Outeiro da Assenta: 132, 144 e 147.
Fruta e painço: 237.
Vid. *Cereais*.

AMOLADOR:

De grés: 231.

ANEL:

Anéis de suspensão de *milagres*: 218.
Anel de bronze: 268.

ANTA:

Próximo de um castro: 101.

ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:

Alentejo:

Brotas, concelho de Evora (azulejos, imagem): 177.
Pêso, concelho de Évora (imagem): 188.

Beira:

Gandufe, concelho de Mangualde (tôrre): 72.
Caria, Celorico, Trancoso, Vila Nova de Fozcoa e outras povoações
(estrada do Mourisco): 97 e 98.
Vila da Feira (ara): 161.
Lamego (azulejos): 191.

Entre-Douro-e-Minho:

Viana do Castelo (estátua lusitana): 3.
Fafe (idem): 3.
S. Jorge de Vizela, concelho de Guimarães (idem): 4.
Cendufe, concelho de Arcos de Valdevez (idem): 4.

- Pôrto (tostões manuelinos): 28.
 Braga (estrada romana): 74 e 97.
 Guimarães, Amarante e outras povoações (estrada de Mourisco): 97.
 Vila do Conde (azulejos): 174.
 Arcos de Valdevez (côto da Pena): 225.
 Águas Santas, concelho da Maia (matriz).

Estremadura:

- Lisboa (coleção numismática da Ajuda): 17.
 Lisboa, Sacavém, Azambuja, Santarém, Tomar e outras povoações (estrada de Mourisco): 98.
 Ferreira do Zézere (vária): 29.
 Óbidos (estaçao da Assenta): 107 e 258; (outeiro de Santo Antão): 154.
 S. Sebastião, entre Leiria-Batalha (chapa esmaltada): 135.
 Colares (capela com azulejos): 163.
 Montemor, concelho de Loures (capela com azulejos): 165.
 Setúbal (azulejos): 169.
 Loures (capelas azulejadas): 169 e 189.
 Alcanena (azulejos na matriz): 170.
 Tôrres Novas (azulejos em igrejas): 190 e 192.
 Sintra (capela da Peninha): 201.
 Alcochete (matriz): 203.
 Carriche (O Senhor Roubado): 206.

Trás-os-Montes:

- Campos, concelho de Boticas (estátuas lusitanas): 1.
 Bragança (estrada romana, pontes antigas, etc.): 74; (várias antiguidades, castros, etc.): 99 a 101; (arquivo episcopal): 220.
 Panoias de Vila Rial, Mogadouro e outras povoações (estrada de Mourisco): 97.
 Valpaços (vária): 99 a 101, 104.
 Freixo de Espada-Cinta (inscrição): 100
 Vilarandelo, concelho de Valpaços (vária): 105
 Montalegre (inventário de castros): 211.

Ilhas e Ultramar:

- Moçambique (moedas com carimbo): 26.
 Angola (macuta de prata): 27.
 Angola (documento antigo): 220.

Hespanha:

Vid. *Estrada, Cerâmica, Desenhos, Numismática.*

ARA:

- A ara do deus Tueraeus:* 161.

ARQUEOLOGIA:**Prehistórica:**

- Do Outeiro da Assenta (Óbidos): 108 sgs.
 Taça neolítica: 262.
 Núcleos neolíticos: 263.
 Cápsula neolítica: 264.
 Vid. *Anta, Bibliografia.*

Protohistórica:

- No Outeiro da Assenta: 135.
 Vid. *Figuras, Moeda, Bibliografia.*

Romana:

- Caco com grafite: 146.
A ará do deus Tueraeus: 161.
 Loiça arretina: 146, 262, 264, 266 e 268.
 Vid. *Estrada, Ruinas, Fortaleza, Cerâmica.*

Medieval:

- Chapa de metal com figuras e esmaltes*: 155.
Águas Santas: 292.
 Vid. *Imagen.*

Arábiga:

- Ponte considerada dos árabes: 104.
 Castro (*sic*) atribuído aos árabes: 104.

Vária:

- Estudos arqueológicos do major Celestino Beça*: 74.
Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos): 107.
Analecta arqueológica: 161.
A ará do deus Tueraeus: 161.
Pax in nummis: 161.
Sêlo antigo: 162.
Cinegética e Arqueologia: 224.

Estrangeira:

- Vid. *Esmalte e Hespanha* (Antiguidades e notícias locais).

ARQUITECTURA:

- Lavabos* datados: 201 e 205.
Batistério de bordo polilobado: 204.
Matriz de Águas Santas: 292.
 Vid. *Igreja, Capela.*

ARQUIVO:

Documento de arquivo do Paço Episcopal de Bragança, referente a Angra: 220.

Extractos do arquivo da Paróquia de S. Pedro da Ericeira: 271.

ARTE:

Estilos préhistóricos: 122 sgs., 237, 247 e 248.

Chapa medieval esmaltada: 155.

Ibérica: Vid. *Figura, Pedra*.

Vid. *Desenhos, Quadro, Imagem, Cerâmica*.

AZULEJO:

Azulejos datados: 162.

A capela tumular de António Trancoso Correia, em Colares (1612) 163.

A capela da Senhora da Saúde de Montemor (1612): 165.

A igreja matriz de Alcanena (1627): 170.

A capela do Penedo, em Sintra (1647): 171.

Nossa Senhora de Brotas (1660): 177.

A capela de S. Roque, em Loures (1668): 189.

A igreja de S. Salvador, em Tôrres Novas (1669): 190.

A capela da Senhora da Paz, em Lamego (1671): 191.

A Misericórdia de Tôrres Novas (1674): 192.

A igreja de Santa Iria (1695): 194.

A capela da Peninha (1711): 201.

A matriz de Alcochete (1715): 203.

O Senhor Roubado (1744): 206.

BARRO:

De revestimento das cabanas: 130 e 233.

BIBLIOGRAFIA:

Progressive Portugal, by Ethel C. Hargrove: 298.

Opúsculos e Esparsos, por Jordão de Freitas, etc.: 298.

Inéditos, pelo mesmo autor e trazidos à publicidade pelo 3.º Visconde de Santarém: 299.

Severim de Faria, por J. Leite de Vasconcelos: 300.

Habitações castrejas do Norte de Portugal, por F. A. P.: 300.

Note sur le Chélléen de Casal do Monte, por Joaquim Fontes: 300.

Instruments paléolithiques des environs de Pôrto, pelo mesmo autor: 300.

Vários documentos para uma contribuição ao estudo da tatuagem, pelo mesmo autor: 301,

Sobre a tatuagem facial em ídolos préhistóricos e gentílicos, pelo mesmo autor: 301.

Contribuição ao estudo da tatuagem (Morfologia e Etnografia) pelo mesmo autor: 302.

Medalhas comemorativas da fundação da igreja do SS. Coração de Jesus, pelo Dr. Artur Lamas.

BIOGRAFIA:

J. Schulman: 161 (nota).
Vid. *Bibliografia*.

BRASÃO:

De Manuel António Ribeiro da Mota: 40.
Singularidade de um: 86 (nota).
No túmulo de Jorge de Barros: 197.
No fôrro de um alpendre: 293 (nota).

BRONZE:

Arco de bronze, talvez de xorca: 263.
Reguazinha: 265.
Lâmina de punhal: 265.
Anel de bronze: 268.
Placa de bronze com figura: 269.
Vid. *Fibula, Fivela*.

CABANAS:

Argila de revestimento: 130, 244 e 270.
Vid. *Bibliografia*.

CANOS:

De barro, talvez romanos:

CAPELA:

Origem de uma de Santa Bárbara: 86.
Com restos romanos: 89.
Capela tumular de A. Trancoso Correia (Colares): 163.
A capela da Senhora da Saúde (Montemor): 165.
A capela do Penedo (Serra de Sintra): 171.
A capela da Senhora da Paz em Lamego: 191.
A capela dos Barros (igreja de Santa Iria): 196.
A capela da Peninha: 201.
Vid. *Arquivo*.

CARTAGINESES:

Influência púnica na cerâmica: 141.

CASTELO:

- Castelo de Formil: 89.
 Castelo dos Mouros e de Avelino: 101.
 Castelo de Alfénim: 101.
 Castelo em Saldanha e Calvelhe: 102.
 Castelo dos Mouros ou Muradelha: 105.
 Chamado *Castra*: 105.

Vid. *Castro*.

CASTRO:

- De Lasenho (Boticas): 2 e sgs
 Côte de Sabroso: 10.
 Citânia de Briteiros: 10.
 Cividade de Áncora: 10.
 Castro de Cendufe: 10.
 Cividade de Terroso: 11.
 Castro de Monte Redondo: 14.
 De Soutelo: 83.
 Cidadelha de Vinhais: 85.
 De Ouzilhão: 85.
 De Cabrões: 85.
 Do Lombeiro de Maquieiros: 88.
 Perto de uma via romana: 88.
 Cabeço de Castelos Velhos: 88.
 Monte de Castro: 90.
 De Arnado: 91.
 Castrelião: 91 e 101.
 Castro de Babe: 92.
 De Castragosa: 93¹.
 Vinhais do Castro: 94.
 Castro no sítio do Barrocal: 94.
 Da Petada: 94.
 Das Vinhas (Hespanha): 94.
 Cabeço de Pedroso (Hespanha): 94.
 Castro del Jorge (Hespanha): 95.
 Castro da Paixão (Hespanha): 95.
 Castro de Freixedo: 99 e 101.
 Castro Gel: 99 e 101.
 Castro da Devesa: 99.
 Castro em Lampaças (Valpaços): 100.
 Medorro no concelho de Bragança: 100.
 Castro Mau, Castrilijão, dos Cunqueiros, de Estrepelego, Castrelinho,
 Ciradelha (?), Castro Perdigoto no concelho de Bragança: 101.

¹ Parece-me deduzir de algumas palavras destas referências que o seu autor confundia o topónimo 'eo castro' ou povoação pre-romana com os *castra* ou arraiais romanos.

- Castro de S. Bartolomeu, de Mismil ou Santa Jusenda, de Vale Telhas, da Monchicura, dos Casarelhos, da Bireira, de Lagoaça, de Tinhela (Valpaços), Castrijão, de Rebordelo: 101.
 Castro de Milhão, Vilar e de Oleiros: 102.
 Nas margens do Rio Mendo e do Tua: 104.
Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre: 211.
Côto da Pena: 235.
 Vid. *Cidade*.

CERÂMICA:

- Caco da cidadela de Terroso: 11.
 Caco de Sabroso: 11.
Cratera grega: 14, 250 e 256.
 Fragmentos: 85, 261, 264, 267 e 268.
 Artefactos de barro da Estação da Assenta: 118 sgs.; 137, 150 e 260.
 Influência púnica: 141.
 De um castro: 233.
 Estilo rectilíneo e curvilíneo: 248 e 261.
 Diferentes géneros: 262, 264 e 266.
 Vid. *Canos, Pesos, Arte, Desenhos, Arqueologia romana*.

CEREAIS:

- Talhas com cereais: 262.
 Vid. *Alimentação*.

CHAPA:

- Chapa de metal com figuras e esmaltes*: 155.

CIDADES:

- Tópicos locais*:
 Da Terronha, concelho de Bragança: 101.
 Cidade em Vilarandelo: 105.
Antigas:
 Salácia: 15.
 Centros de regiões numismáticas da Hispania: 17.
 Do *Itinerário*: 74.
 Roboretum: 83 e 103.
 Compleutica, Veniatia: 92 e 103.
 Petavonium: 103
 Mirobriga:
 Vid. *Castros, Bibliografia, Ensaio*.

CIMENTO:

- Julgado romano: 88.

CIRURGIA:

- Operação da catarata representada em um *milagre*: 214.

COBRE:

Hastes e outros utensílios: 114 sgs.

Machado (parte): 115.

Seta: 133.

Vid. *Cerâmica*.

COLECÇÃO:

Da Ajuda (moedas ibéricas): 18.

Do Sr. F. M. de V. (moedas arábigas): 276 sgs.

Vid. *Numismática*.

COMENDA:

De Dornes: 48.

De Águas Santas: 292.

CONCHA:

Ornamentação cerâmica feita com concha: 124.

Enfeite de valvas: 132 e 148.

Alimentação malacológica: 132, 264, 266 e 267.

CONTAS:

De vidro: 265.

Vid. *Pesos*.

CONVENTOS:

Para a história monástica de Angra: 220

COSSOIROS:

De barro: 124, 232, 233, 263, 265 e 267.

COVINHAS:

No Côto da Pena: 238.

Vid. *Insculturas*.

COZINHA:

Restos de cozinha; vid. *Alimentação, Concha*.

CRUZEIRO:

Vid. *Oratório*.

DARDO:

Vid. *Seta*.

DESENHOS:

Prehistóricos da cerâmica: 118.

De estilo curvilíneo: 139 e 247.

Cerâmicos em um castro: 234 sgs.

Vid. *Cerâmica*.

DISCO:

De barro perfurado: 144.

ENFEITE:

De valvas: 132 e 148.

«Pendeloque» de barro: 263, 265 e 268.

ENSAIO:

De Inventário dos castros do concelho de Montalegre: 211.

EPIGRAFIA:**Em geral:**

Conceito de uma revista francesa: 219.

Romana:

Nos apontamentos de Celestino Beça: 84.

Inscrição de um miliário: 87.

Inscrição sepulcral: 88.

Cipo com inscrição: 89.

Miliários com inscrição: 89, 91 e 94.

Lápides de Galegos (Hespanha): 94.

Lápide de Nuez: 96.

Grafito em vaso: 146.

Portuguesa:

Inscrição do séc. XVII em Águas Belas: 30.

Em cunhal de uma igreja: 101.

Do séc. XVI: 100.

Sepulcral (Azinhoso): 100.

Em uma capela de Colares: 164.

Em um alpendre e parede de capela em Montemor: 166 e 167.

Em relógio: 170.

Na capela do Penedo (Sintra): 176.

Letreiros nas casas de Brotas: 181.

Inscrição em azulejo: 182 e 183.

Idem: 189.

Jaculatária em azulejo: 190.

Letreiro de azulejo: 191.

Outro: 193.

Inscrição em azulejo: 194.

Letreiros de azulejo: 195.

Inscrições tumulares do séc. XVI: 198.

Legendas no azulejo: 200.

Data no azulejo: 202.

Inscrição do séc. XVI: 204.

Inscrições métricas do séc. xviii: 207.

Em azulejos: 207 a 210.

Em uma igreja românica: 295.

Inscrição (vandálica) do séc. xix: 296.

Inscrição tumular do séc. xiv: 297.

Vid. *Milagre*.

ESCULTURA:

Vid. *Figura, Esmalte, Imagem, Presépio*.

ESMALTE:

Vid. *Chapa*.

ESTANHO:

Em um castro: 231.

ESTÁTUA:

Vid. *Figura, Imagem*.

ESTRADA:

Militar romana de Braga a Astorga: 74 sgs.

Estrada de Mourisco: 95.

De Chaves a Bragança: 103.

Em terras hespanholas: 105.

ETIMOLOGIA:

De Gandufe e outras palavras da mesma família: 73.

De Anciães: 80.

Etimologia popular: 227.

ETNOGRAFIA:

Dos antigos habitantes do Outeiro da Assenta: 147 e 258.

Festas do Império: 171.

Romaria à Senhora de Brotas: 179.

Santo Ovídio: 192.

Jôgo da bola num azulejo: 208.

Superstições, notas etnográficas em Angra do Heroísmo: 220.

Vid. *Lenda, Capela, Milagre, Bronze, Bibliografia, Tatúagem*.

EXTRACTOS:

De Severim de Faria: 178.

Vid. *Arquivo*.

FACAS:

Neolíticas: 111, 113, 263, 266, 268 e 269.

FACHO:

Em Valpaços: 100.
 Nas Veigas (Bragança): 100.
 No concelho de Vinhais: 101.
 Num castro: 105.

FERRO:

Aparecimento de escumalho: 86
 Lança (?): 146.
 Lâmina: 231.
 Pedaço informe: 265.
 Prego de ferro: 270.

FÍBULA:

Aparecimentos: 89.
 No Outeiro da Assenta: 136, 148, 265 e 269.

FIGURA:

Novas figuras de guerreiros lusitanos, descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da Guerra: 1.
 Figura de animal numa lápide romana: 96.
 Figura indecisa (animal ou *phallus*?) em chapa de bronze: 270

FIVELA:

Castrejo: 266.

FOLKLORE:

Cantigas em Dornes: 47.
 Vid. *Bibliografia*.

FONTE:

Milagrosa: 182.

FORTALEZA:

Vestígios em Valpaços: 100.
 Em Vila Nova do Monte: 100
 Dos Mouros: 101.
 Da Castragosa: 93.
 Vid. *Castros*.

FRUTOS:

Carbonizados: 237.

FURADOR:

De cobre: 114 e 115.
 De osso: 132.

GRÉCIA:

Influências helénicas: 249

GRUTA:

Em Bemposta: 102.

HISTÓRIA:

A vila e concelho de Ferreira do Zêzere: 291.

Para a história monástica de Angra do Heroísmo. Superstições; notas etnográficas: 220.

Elementos para a história do domínio muçulmano na península hispânica: 285.

HÜBNER (EMÍLIO):

Cartas a Celestino Beça: 103.

IGREJA:

Em Castro: 88.

A igreja matriz de Alcanena: 170.

Nossa Senhora de Brotas: 177.

A igreja de S. Salvador (Tôrres Novas): 190.

Da Misericórdia de Tôrres Novas: 192.

A igreja de Santa Iria: 194.

A matriz de Alcochete: 203.

Vid. *Capela, Azulejo*.

IMÁGEM:

De aparência gótica: 170

Do séc. xv, de pedra de Ançã: 182.

De marfim do séc. xiv: 186.

De marfim dos sécs. xiv ou xv: 188.

De madeira: 192.

INQUISIÇÃO:

Vid. *Vila*.

INSCULTURAS:

Degraus lavrados na fraga: 102.

Em uma colina junto do rio Mendo: 104.

No Côto da Pena: 238.

ITINERÁRIO:

De Braga a Astorga: 75.

¹ Neste artigo encontram-se registados muitos factos da vida portuguesa nos sécs. xviii e xix, debaixo de diversos aspectos: militar (invasão francesa, lutas civis), religioso e eclesiástico (inquisição, paróquias, ordens), administrativo, fiscal, marítimo, ultramarino, demográfico, literário, etnográfico; é impossível glosar tantas complicadas referências e metodizá-las.

JÔGO:

Jôgo da bola em azulejo: 208.

KJÖKKENMÖDDING:

Referências: 130, 131, 134, 148, 149, 247 e 263.

LAGAR:

No Côto da Pena: 238.

Vid. *Insculturas*.

LÁPIDE:

Debaixo de um altar: 89.

Funerária: 92.

De Galegos (Hespanha): 94.

Em Nuez (Hespanha): 96.

Onze lápides funerárias: 102.

LAR:

Em um castro: 231.

LENDÁ:

Torre construída por Mouros: 72.

De mouras e leões de ouro: 85.

De igreja comum: 92.

Sobre a origem da telha: 131 nota.

Sobre a origem de um santuário (Senhora de Brotas): 177 e 178.

Vid. *Folklore*.

MACHADO:

De pedra polida: 109, 154, 230 e 263.

De cobre: 115.

MARCA:

Vid. *Numismática, Cerâmica*.

MARCOS:

Com a cruz de Cristo: 72.

MARTELO:

De grés: 133.

MEDALHÍSTICA:

Pax in nummis: 161.

Conceito de Bluteau: 210.

Vid. *Bibliografia*.

MILAGRES:

Coleção de milagres do Museu Etnológico Português (Continuação):
214.

MILIÁRIO:

Na via de Braga a Astorga: 78.
Perdido: 87.
Em uma capela: 89.
De Caro: 91.
Cavado para sepultura: 91 e 93.
Em S. Viteiro (Hespanha): 94.
Perto de Muelas (Hespanha): 95.
Miliário de Nuez: 95.
Dois na Vila da Ponte e Cruz de Laranque: 105.
Vid. *Padrões*.

MÓ:

Em castros: 86, 89, 91, 102, 230 e 257.
No Outeiro da Assenta: 148 e 267.

MOEDAS:

Moedas ibéricas: 16.
Romanas de prata: 85.
Romanas de ouro: 88.
Aparecimentos de bronzes: 89, 266 e 267.
Bronze romano: 93.
Antigas: 102.
Materiais para o estudo das moedas arábico-hispânicas em Portugal:
274.

MURALHA:

Em um castro: 85.
Num castelo dos Mouros: 102.
Em dois castros: 104.
Vid. *Castros*.

MUSEUS:

Etnológico: 2, 4, 9, 10, 13, 14, 104, 106, 111, 122, 126, 128, 129, 130, 132, 141, 143, 145, 155, 214, 216, 225, 230, 231, 232, 248, 251, 256, 298, 299 e 302.
Municipal do Pôrto: 3.
Da Sociedade Martins Sarmento: 3.
Municipal de Bragança: 74 e 93.
Da Comissão Geológica: 131 e 133.
De História Natural: 145.
De Arte Antiga: 159 e 184.

Arqueológico de Madrid: 280.
 Britânico: 280 e 298.
 Da Biblioteca de Paris: 280.
 Vid. *Colecção*.

NECROLOGIA:

P.^o Narciso C. Alves da Cunha: 303.
 Baptista Queiroz: 304.
 Vid. *Biografia*.

NOMES:

De pessoas (em inscrições romanas)
 Caio Sempronio Tuditano: 88.
 Ti. Claudio Caesari Aug. Germanico Imp.: 89.
 Cae. Aug. M. Val. Maximiano: 89.
 Reburrino: 92.
 NO AVGV... I MAXIMI... AESAR AV: 94.
 ...TVRANIS: 94.
 VAESI...: 96.
 Julii (?): 102.
De Deuses:
 Tueraeus: 161.
 Dos *Aftácidas*: 275.
De cidades: Vid. este vocábulo.
 Vid. *Epigrafia*.

NUMISMÁTICA:

Moedas ibéricas: 16.
 Moedas de Moçambique com carimbo: 29.
 Macuta de prata para Angola: 27.
 Tostões de D. Manuel do Pôrto: 28.
 Rial de dois vintens de D. João III: 29.
Materiais para o estudo das moedas arábico-hispânicas em Portugal:
 274.

OBELISCOS:

Encontrados em Portugal: 13.

ORATÓRIO:

O Senhor Roubado: 206.

ORDENS MILITARES:

Vid. *Comenda, Igreja*.

OSSADAS:

Aparecimento em castro: 89.

OSSO:

Punções de osso, prehistóricos: 132.
 De animais: 135, 237, 263, 266 e 267.
 Vid. *Imagen*.

OSTRA:

Na Lagoa de Óbidos: 134.
 Em Santo Antão de Óbidos: 154.

OURIVESARIA:

Folhinhas de ouro: 299.
 Vid. *Figuras*.

PADRÓES:

Em Vale Telhas: 104.
 Em Vilarandelo: 105.

PALEOGRAFIA:

Letras iniciais de fantasia: 220.

PEDRA:

Com lavores em castros: 11 e 14.
 Que serviam de projéteis: 94.
 Com feitiços do tempo romano: 104.
 Armas e utensílios de pedra em Óbidos: 109.
 Seixos rolados: 114 e 230.
 Martelo de pedra: 132.
 Brunidor (?) de quartzite: 155.
 Que serviu de percutor: 23 e 263.
 Épocas do seu emprêgo: 243.
 Seixo que serviu de alizador ou polidor: 263.
 Vid. *Silex, Machado, Seta e espécies ocorrentes*.

PELOURINHO:

De Ferreira do Zézere: 36.

PESOS:

De fiação (cossoiros), de tear, de rête: 124 e sgs.; 147, 232, 233, 263, 267 e 268.
 Vid. *Enfeite*.

PINGENTE:

Vid. *Enfeite*.

PINTOR:

Quadro à maneira de Fr. Carlos: 186.
Vid. *Azulejo*.

POLIDOURO:

Portátil: 228.

PONTES:

Erradamente consideradas romanas: 81.
Restos de ponte romana (Oúzilhão): 87.
Pontes romanas destruídas (Soeira e Castrelos): 88.
Considerada dos Árabes: 104.
Com uma era: 104.

PRESÉPIO:

Na igreja da Misericórdia de Tôrres Novas: 194.

PROTECÇÃO À ARQUEOLOGIA:

Vid. *Ara*.

PUNHAL:

Lâmina de um punhal de bronze: 265.

QUADRO:

Da Senhora de Brotas, sobre madeira: 186.
Sobre madeira, na igreja de Santa Iria: 195.
Vid. *Milagres*.

RASPADOR:

De silex: 112 e 113.

REGISTOS:

Vid. *Azulejo*.

RELICÁRIO:

Cofre-relicário em Viseu: 169.

RELIGIÃO:

Vid. *Registos, História, Etnografia, Bronze*.

RELÓGIO:

Português do séc. XVIII: 170.

RUÍNAS:

Vestígios romanos: 101.
 De povoação antiga: 102.
 Vid. *Castro, Tégula, Tórre, Ponte.*

SÉLO:

Sélo antigo: 162.

SEPULTURA:

Romana: 84.
 Do séc. xiv: 90.
 Em marco miliário: 91 e 93.
 Túmulos e campas na igreja do Carmo em Colares: 163.
 Medieval com cruz: 201.
 Cabeceiras: 201.
 Sarcófago do séc. xiv: 297.
 Vid. *Lápide, Igreja, Capela.*

SERRA:

De silex: 113.
 De cobre: 116.

SETA:

Pontas de seta: 111, 266, 268 e 269.
 De cobre: 133.

SIGLAS:

Em uma igreja românica: 295.

SÍLEX:

Utensílio retocado de silex e outros: 112 sgs. e 269.
 Núcleos de silex: 263 e 265.
 Vid. *Faca, Seta, etc.*

TATUAGEM:

Lanceta: 115.
 Rocha corante: 231.
 Vid. *Bibliografia.*

TÉGULA:

Aparecimentos: 86, 91 e 103.

TEJOLO:

Romano (?): 146.

TINTURARIA:

Rocha corante: 231.

TOPONÍMIA:

Transformação de nomes de terras: 72.

Côto e castro: 241 e 242.

TÓRRE:

De Gandufe: 72.

Nas ruínas de *Roboretum*: 83.

Ou atalaia em Vinhais: 84.

Restos de uma: 87.

Perto de igreja: 89.

Em um cabeço: 94.

TRIGO:

Em talhas: 262.

Vid. *Alimentação*.

TRITURADOR:

Mãos de triturador: 114 e 133.

Vid. *Mó, Seixo*.

VAU:

Vaus na fronteira: 94.

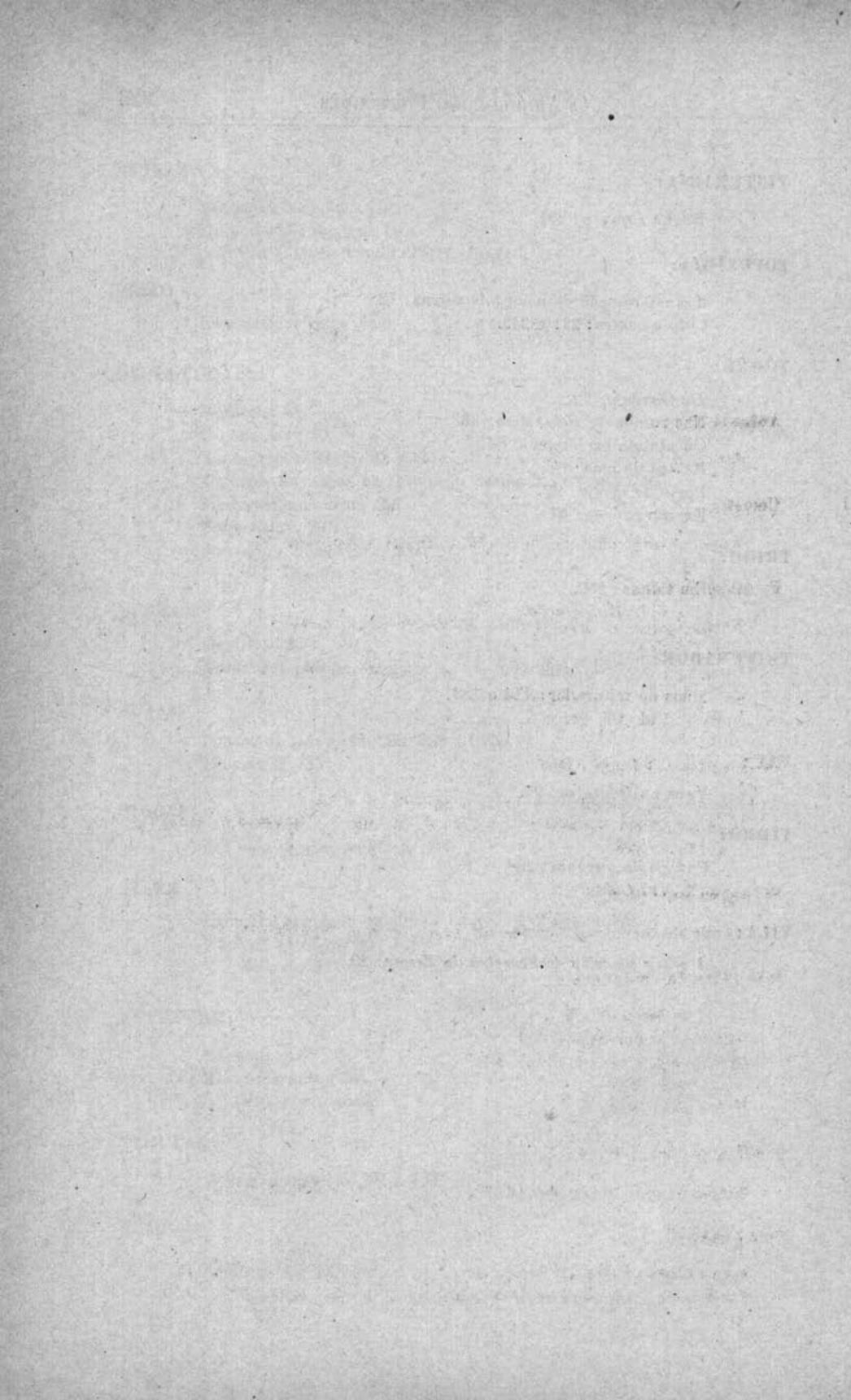
VIDRO:

Pedaço de gargalo: 268.

Vid. *Conta*.

VILA:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 29.



ÍNDICE DOS AUTORES

António Baião:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 29.

Celestino Beça:

Apontamentos póstumos (estrada de Braga a Astorga): 83.

F. Alves Pereira:

Novas figuras de guerreiros lusitanos descobertas pelo Dr. L. Figueiredo da Guerra: 1.

Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos), (continuação): 107.

Cinegética e Arqueologia: 224.

Índices: 305.

P.º Francisco Manuel Alves:

Estudos arqueológicos do major Celestino Beça: 74.

Para a história monástica de Angra do Heroísmo. Superstições: notas etnográficas: 220.

Fernando Barreiros:

Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre: 211.

José Leite de Vasconcelos:

Torre de Gandufe: 72.

Analecta arqueológica: 161.

Bibliografia (Medalhistica): 302.

Necrologia: 303.

Declaração: 304.

J. Oliveira Lôbo e Silva:

Extractos do arquivo da Paróquia de S. Pedro da Ericeira: 271.

Luis Chaves:

Arqueologia medieval—chapa de metal com figuras e esmaltes: 155

A coleção de «milagres» do Museu Etnológico Português: 214.

Segunda exploração arqueológica do outeiro da Assenta (Termo de Ódibos): 258.

Bibliografia: 300.

M. Francisco de Vargas:

Nótilas numismáticas: 16.

Materiais para o estudo das moedas arábico-hispânicas em Portugal: 274.

Pedro Vitorino:

Águas Santas: 292.

Vergílio Correia:

Azulejos datados: 162.

Bibliografia: 298.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Arqueologia prehistórica

- Corte de depósitos (zincogravura): 107.
Dois machados polidos (fotogravura): 109.
Nove utensílios de silex (idem): 110.
Sete ditos (idem): 111.
Seis ditos (idem): 112.
Uma ponta de seta (zincografia): 112.
Dezasseis utensílios de cobre, de silex e de barro (fotogravura): 115.
Vinte e oito cacos ornamentados (fotogravura): 117.
Esquema da ornamentação (zincografia): 119.
Idem (idem): 119.
Idem (idem): 120.
Idem (idem): 120.
Idem (idem): 120.
Idem (idem): 120.
Idem (idem): 121.
Valva de *pectunculus* (idem): 132.
Fragmentos de vasos (fotogravura): 138.
Idem (idem): 138.
Caco ornamentado (zincogravura): 140.
Polidouro de granito (zincogravura): 229.
Contorno de machado (idem): 231.
Seixo oblongo (idem): 231.
Três instrumentos de silex (idem): 266.
Fragmento de faca de silex (idem): 269.

Arqueologia pre-romana

- Cinturão da estátua do Pátio da Morte (zincogravura): 3.
Gravuras da túnica da mesma estátua (idem): 3.
Cinturão da estátua de Santo Ovidio de Fafe (idem): 3.
Desenho do escudo da estátua de Vizela (idem): 3.
Umbro do escudo (idem): 8.
Estatua do guerreiro n.º 1, de Campos (fotogravura): 8 e 9.
Estatua do guerreiro n.º 2, de Campos (idem): 8 e 9.
Acessórios do braço de uma das estátuas (zincogravura): 9.
Duas faces de uma pedra do castro de Cendufe (gravura): 11.

- Desenho cerâmico de Terroso (zincogravura): 12.
 Idem de Sabroso (idem): 12.
 Desenhos na armila de Lebução (idem): 12.
 Desenho na arrecada de Afife (idem): 12.
 Gravura numa espada de Alcácer (idem): 12.
 Gravura de um estoque de bronze (idem): 14.
 Petroglifos do castro do Monte Redondo (idem): 14.
 Pedra de Terroso ou Laundos (idem): 14.
 Planta de um castro (idem): 90.
 Vista do Côto da Pena (fotogravura): 225.
 Cossorio (zincogravura): 232.
 Caco com desenhos (idem): 232.
 Cacos com desenhos (fotogravuras): 233.
 Esquemas de ornamentações (zincogravura): 235.
 Lagar em penedo (fotogravura): 238.
 Planta do mesmo lagar (zincografia): 239.
 Cinco exemplares de cacos (idem): 261.
 Um caco com desenhos (idem): 262.
 Um cossorio (fotogravura): 265.
 Uma fibula (zincogravura): 265.
 Uma fivela (idem): 265.
 Arco de fibula (idem): 269.
 Chapa de bronze com figura (idem): 269.

Arqueologia romana

- Miliário de S. Viteiro (zincogravura): 94.
 Lápide de Galegos (idem): 94.
 Lápide com emblemas (idem): 96.
 Lápide anepígrafa (idem): 102.
 Lápide funerária (fotogravura): 102.
 Objecto de ferro (zincogravura): 146.

Arqueologia medieval

- Chapa de esmalte (fotogravura): 160.

Arquitectura

- Igreja de Dornes (fotogravura): 47.
 Tôrre de Gandufe (zincogravura): 73.
 Capela da Senhora da Saúde em Montemor (fotogravura): 166.
 Letreiro de azulejo (idem): 168.
 Azulejos (idem): 169.
 Painel de azulejo (idem): 171.
 Interior de capela azulejada (idem): 172.
 Interior de capela azulejada (idem): 173.
 Idem (idem): 174.
 Idem (idem): 175.

- Leteiro de azulejo (idem): 183.
Frontal de altar (idem): 184.
Desenho de azulejo (zincogravura): 185.
Sarcófago do séc. XVI (fotogravura): 197.
Matriz de Alcochete (fotogravura): 203.
Azulejo de figura avulsa (idem): 205.
Frontaria da igreja de Águas Santas (fotogravura): 293.
Capela-mor externamente (idem): 294.
Vista lateral da mesma igreja (idem): 295.
Capitel românico (idem): 296.

Escultura

- Imagen de marfim (fotogravura) 187.
Idem (idem): 188.

Etnografia

- Barco no rio Zêzere (fotogravura): 48.
Idem (idem): 49.
Ex-votos de prata (zincogravura): 191.
Milagres (5 fotogravuras): 215 a 217.
Suspensões dos «milagres» (5 zincogravuras): 219.

Mobiliário

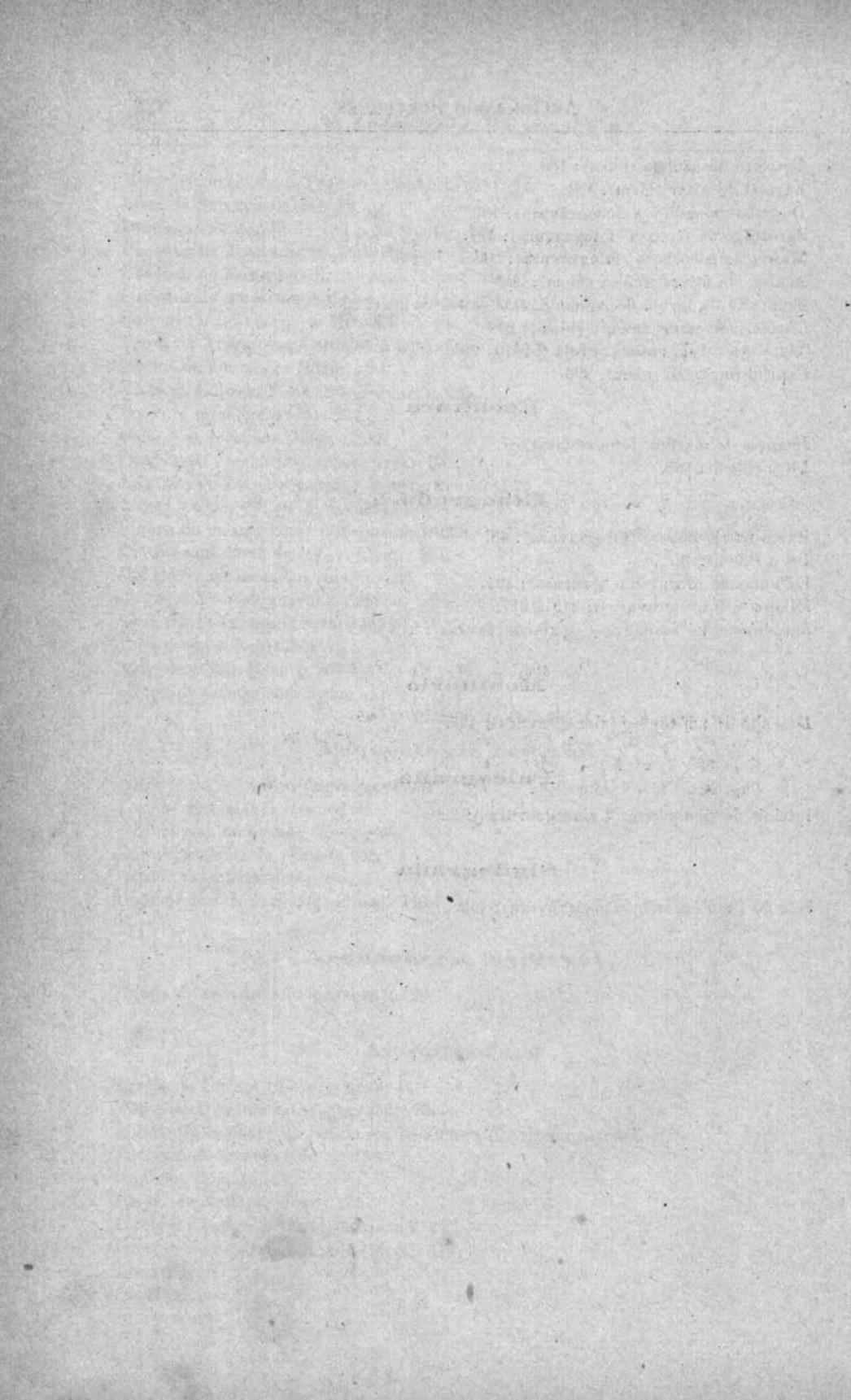
- Desenho de um tapete (zincogravura): 196.

Paleografia

- Iniciais de tipo gótico (4 zincogravuras): 220.

Sigilografia

- Selo de Fr. Fernando (zincogravura): 162.



PESSOAS BENEMÉRITAS

do

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

1915

Celestino Jacinto Moreira Beça (falecido em 1910): 74, 104 e 106.
P.^o José Joaquim Saraiva de Miranda: 225.

Erratas do presente volume

Pag. 1, linha 8, leia-se *de style* em vez de *d'estyle*.

Pag. 88, linha 2, leia-se *Espinholosela* em vez de *espinhosela*.

Pag. 108, linhas 1 e 9, leia-se «**xix**» em vez de «**ix**».

Pag. 161, linha 1, leia-se *archaeologia* em vez de *arqueologia*.